



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JONAS BRITO

A BAHIA DOS CALMON
Um ás no jogo político da I República
(1920-1926)

Salvador

2014

JONAS BRITO

A BAHIA DOS CALMON
Um ás no jogo político da I República
(1920-1926)

Dissertação aprovada como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre em História,
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte
banca examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro, UFBA

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Viscardi, UFJF

Prof. Dr. Rinaldo Leite, UEFS

Salvador
Maio de 2014

A Minha família: Dilce Brito, Brás Meiro e Antonio Brito.

A Consuelo Novais Sampaio (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Concluído o texto, a escrita dos agradecimentos é o momento especial em que recorro às situações agradáveis e difíceis da graduação e do mestrado. Agradeço a Deus, pela minha existência e pela proteção que me tem dispensado. Agradeço a Dilce Brito, minha mãe, que se esforçou tanto para garantir aos filhos a melhor educação formal possível em Entre Rios. A Brás Meiro, pai presente e carinhoso, cujo árduo trabalho como tratorista foi crucial para o financiamento dos meus estudos. Sou grato ao amor do companheiro de toda a vida, meu irmão Antonio Brito. Sou muito grato ao meu orientador Antonio Luigi Negro, Gino. Por sua bondade em me aceitar como orientando e pelo apoio moral dispensado nas ocasiões mais difíceis. Orientador de ouro, não só pela inteligência, grande conhecimento e cultura, como também pela atenção com que distingue alunos e orientandos, preparando aulas excelentes, corrigindo com atenção os textos, compartilhando informações preciosas ou as próprias fontes e livros. Gino foi muito presente desde a delimitação do objeto e baliza cronológica até a conclusão do texto. Sou grato aos professores da graduação e pós-graduação, em especial Lígia Bellini e Wlamyra Albuquerque, não só por tudo que me ensinaram. Conheci Lígia no primeiro semestre da graduação e seu apoio foi muito confortador para mim. Gosto muito de Wlamyra e admiro sua inteligência, conhecimento, militância, experiência didática e carinho com os alunos. Agradeço a Valter Guimarães Soares, historiador sensível e inteligente, que me ensinou muitas coisas e me ofereceu uma generosa bolsa de pesquisa com a qual pude manter-me em Salvador. Agradeço ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica e aos professores que me receberam na Universidade Estadual de Campinas, principalmente Sílvia Lara e Fernando Teixeira. Igualmente, sou grato à oportunidade de participar de oficina sobre elites no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, em especial a Marco Vannucchi.

Para mim, foi muito relevante a amizade com Rodrigo Carvalho e Leur Costa, com quem tenho o prazer de ainda manter o contato. Depois, ainda na graduação, tornei-me amigo de uma pessoa que abriu as portas de sua casa quando precisei: Wilton Cruz. Outros dois companheiros muito importantes foram Gabriel Pereira e Pierre Malbouisson, pessoa inteligente e com quem ainda troco ideias. Sou grato ao companheirismo de Lara Vanessa de Castro e, de modo especial, ao meu amigo de

adolescência Gedson Carlos Jr. e sua esposa Carla Alves, por me terem recebido em sua residência durante as pesquisas realizadas na cidade de São Paulo. Entre o final da graduação e o começo do mestrado, fiz amizade com quatro pessoas com quem não quero mais perder o contato: Leonardo de Jesus, Dayane Augusta, Alan Passos e Darlan Gomes. Leonardo e Darlan ajudaram-me nos problemas com o meu computador e ao mesmo tempo têm tanta coisa em comum comigo, como os valores morais, a origem social e a aspiração por melhorar de vida. Por isso, quero ser amigo deles para sempre. O mesmo ocorre com o companheirismo de Alan Passos e Dayane Augusta. Dayane, que conheci em Campinas, sabe que a distância entre Salvador e Brasília não é suficiente para apagar a vontade mútua de continuar trocando experiências, ainda que via Skype. Também sou muito grato de modo geral à minha turma do mestrado. Entre as pessoas que convivem diariamente comigo, sou grato ao companheirismo de Renata Aline e Daniel Matos. Agradeço à Universidade Federal da Bahia, sua Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e seu Programa de Pós-Graduação em História. Também agradeço ao financiamento da CAPES. De modo especial, sou grato aos funcionários que me atenderam nas bibliotecas e arquivos baianos e paulistas. Entre eles, o pessoal do APEB (em especial, Paulinho), BPEB (em especial, as funcionárias da SORV e Sr. Luís), CMB (em especial, Jacira Primo e Walter Silva), AEL (em especial, Ricardo Biscalchin e Hilda Pereira) e APESP (em especial, Soninha Francisco). Sou grato a Cláudia Viscardi e Rinaldo Leite por aceitarem participar da banca de defesa da dissertação.

RESUMO

Com base em correspondência privada, despachos diplomáticos, além de periódicos baianos e cariocas, esse trabalho analisa a sucessão no governo da Bahia de 1923-24 e na Presidência da República de 1921-22 e 1925-26. A primeira sucessão presidencial foi acirradamente disputada entre Nilo Peçanha (candidato de Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e Artur Bernardes (apoiado pelo então presidente da República Epitácio Pessoa e os demais estados, inclusive Minas Gerais e São Paulo). Nilo Peçanha, ex-senador fluminense, foi lançado pela Reação Republicana e tinha como companheiro de chapa J. J. Seabra, governador da Bahia. Artur Bernardes, governador mineiro, foi lançado pela Convenção Nacional e tinha como companheiro de chapa Urbano Santos, governador do Maranhão. Evento marcante de crítica às práticas políticas da I República, essa cisão entre as mais importantes elites estaduais provocou instabilidade, inclusive por envolver militares e eleitores urbanos. O objetivo do trabalho é demonstrar a importância das elites baianas na deflagração da crise sucessória e seu desenrolar, mas ao mesmo tempo a reabertura da divisão entre as facções lideradas por Seabra e Rui Barbosa, que historicamente enfraqueceu a projeção nacional da Bahia. A sucessão estadual de 1923-24 foi também muito disputada entre Arlindo Leoni (candidado de Seabra) e Góis Calmon (candidato das oposições). Descrevendo os episódios que levaram à vitória de Góis Calmon, o trabalho entenderá a sucessão como desdobramento e fator da crise nacional, decorrente da sucessão presidencial de 1921-22. A disputa não envolvia apenas situação e oposições estaduais em torno do cargo de governador, mas também o novo presidente da República, Bernardes, dizendo respeito à definição do papel da Bahia na política federal. Tratando da visita a Salvador de Umberto di Savoia (príncipe herdeiro da Itália) e da consolidação do poder dos irmãos Góis, Miguel e Antônio Calmon na liderança política da Bahia, será indicada a relevância do estado para a sustentação do governo Bernardes. Essa relevância será brevemente retomada no estudo da sucessão de 1925-26, ocorrida sob influência de uma aliança conjuntural entre Minas Gerais e São Paulo. Nessa sucessão, assiste-se à apresentação das candidaturas praticamente unânimes de Washington Luís (ex-governador de São Paulo) e de Melo Viana (governador de Minas Gerais), respectivamente à Presidência e vice-presidência da República. O capítulo mostra como essa aliança foi possível graças ao apoio dos demais estados a Bernardes. Por essa ocasião, os Calmon consolidavam-se na Bahia enquanto assistiam à ascensão política de Otávio Mangabeira.

Palavras-chave: Bahia; I República; política; federalismo.

ABSTRACT

Based on private letters, diplomatic dispatches and newspapers from Salvador and Rio de Janeiro, this survey analyses the succession in the government of Bahia (1923-24) and in the Presidency of Republic (1921-22 and 1925-26). The first presidential succession was contested by Nilo Peçanha (candidate of Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul) against Artur Bernardes (candidate of the president of Republic Epitácio Pessoa and the others states, included Minas Gerais and São Paulo). Nilo Peçanha, ex-senator from Rio de Janeiro, was launched by the *Reação Republicana* with J. J. Seabra, governor of Bahia, as candidate to office of Vice-Presidency of Republic. Artur Bernardes, governor of Minas Gerais, was launched by the *Convenção Nacional* and had Urbano Santos, governor of Maranhão, as candidate to office of Vice-Presidency of Republic. Remarkable as a moment of critic against the political practices of the I Republic, this fight among the most important state elites brought political instability, as the militaries and urban voters involved themselves in the competition. This survey aims to indicate the importance of the Bahian elites to the rise of this crisis and to the electoral campaign, but it also shows the division among them, reason to their political weakening. The state succession of 1923-24 was also intensively contested by Arlindo Leoni (candidate of Seabra) against Góis Calmon (candidate of the local opposition). Describing the facts that brought victory to Góis Calmon, this survey relates the state succession with the national crisis, a result of the national succession of 1921-22. The local competition doesn't involve only the state government and Opposition for the office of governor, but also the new president of Republic, Bernardes, for the definition of the role of Bahia in federal politics. Including a study of the visit of the Italian crown prince, Umberto di Savoia, to Salvador and showing the consolidation of the power of the brothers Góis, Miguel and Antônio Calmon at the political leadership of Bahia, this study will indicate the importance of this state to the political supporting of Bernardes. This importance will be showed again through the analysis of the presidential succession of 1925-26, which occurred under influence of a conjectural alliance between Minas Gerais and São Paulo. In this occasion, it was launched the practically unanimous candidacies of Washington Luís (ex-governor of São Paulo) and Melo Viana (governor of Minas Gerais), respectively to Presidency and Vice-Presidency of Republic. The chapter shows how this alliance depends on the political support given by the principals Brazilian states to president Bernardes. In this moment, Calmon brothers completed its political consolidation in Bahia while witnessed the political rise of Otávio Mangabeira.

Keywords: Bahia; I Republic; politics; federalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: ENTRE A CONVENÇÃO E A REAÇÃO.....	18
Relações entre Seabra e as oposições na Bahia.....	20
Emergência da aliança entre Minas Gerais e São Paulo.....	35
O impasse sucessório e a candidatura de Seabra.....	47
A Bahia e a campanha da Reação Republicana.....	55
CAPÍTULO 2: RESTAURAÇÃO NA BAHIA.....	74
Os casos gaúcho e fluminense.....	77
A reabertura da oposição entre Seabra e Rui.....	80
Consolidação da aliança entre Bernardes e as oposições da Bahia.....	84
O caso baiano.....	88
A ascensão dos Calmon e da CRB.....	100
A visita de Umberto di Savoia à América do Sul.....	110
Umberto di Savoia na Bahia.....	121
CAPÍTULO 3: A BAHIA DOS CALMON.....	140
Tensões do governo Bernardes.....	143
Dificuldades financeiras do governo Bernardes.....	146
Na Bahia dos Calmon.....	151
Situação política de São Paulo.....	154
A revisão constitucional e a sucessão presidencial.....	156
A estrela ascendente: Otávio Mangabeira.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
ABREVIATURAS.....	181
LISTA DE TABELAS.....	182
ARQUIVOS E FUNDOS.....	183
SÍTIOS ELETRÔNICOS COM DOCUMENTAÇÃO.....	184
PERIÓDICOS CONSULTADOS.....	185
FONTES PRIMÁRIAS E IMPRESSAS.....	186
BIBLIOGRAFIA.....	187

Os baianos são unanimemente divergentes.

Otávio Mangabeira¹

Ovalle explicou: o exército do Pará é formado por esses homenzinhos terríveis que vem do Norte para vencer na capital da República; são habilíssimos, audaciosos, dinâmicos e visam primeiro que tudo o sucesso material, ou glória literária, ou o domínio político.

Manuel Bandeira²

¹ MANGABEIRA, Otávio. *Um Período Governamental na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 19.

² BANDEIRA, Manuel. *Crônicas da Província do Brasil*. Organização, posfácio e notas: Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 157.



Introdução

Consuelo Novais Sampaio cunhou o termo “política de acomodação” para o estudo da História da Bahia na I República (1889-1930).³ Encabeçada pelos membros mais bem nascidos nas influentes famílias da sociedade local, essa política objetivava o arranjo de interesses entre facções díspares e representativas de lideranças ou regiões, ao passo em que tentava refrear ameaças à ordem social trazidas pela Abolição (13 de maio de 1888) e pela República (15 de novembro de 1889). Políticos profissionais afinados com as classes conservadoras – agricultores e criadores de gado, industriais, financistas e comerciantes – atraíam a classe média, funcionários públicos e profissionais liberais, enquanto deslocavam do processo formal de participação e decisão política a maior parte da população, isto é, mulheres e homens iletrados. O objetivo era a conquista e administração do poder estadual e sua representação na capital federal, o Rio de Janeiro. Portanto, a política de acomodação estabelecia a articulação e rearticulação de lideranças políticas através de acordos, em geral entabulados por ocasião das frequentes eleições para os três níveis do Legislativo e Executivo.

³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política da Acomodação*. Salvador: Edufba, 1998.

Entretanto, revelando as limitações dessa prática na Bahia, a autora esclareceu: “a expressão *política de acomodação* está desprovida de qualquer quietismo que o termo acomodação possa sugerir”.⁴ Mesmo quando formalizada, o conformismo e a submissão por ela exigidos eram precários, de modo que, se ela ocasionava aproximações, não garantia alianças por um longo período. De fato, as crises alimentavam e eram alimentadas pelo facciosismo personalista das agremiações baianas da I República. Como se deu em geral em todo o país, a organização de partidos ocorria em torno do prestígio de individualidades e conseqüentemente de sua capacidade de atrair coligados. Agremiações eram assim constituídas para administrar interesses grupais em jogo durante as eleições da I República. Nessas oportunidades, os partidos eram envolvidos por intensa atividade de confecção de chapas oficiais com candidaturas a cargos municipais, estaduais e federais, para o Legislativo e o Executivo.

Partidos personalistas como esses eram muito sujeitos a medições de força entre seus grandes chefes. Homens como Luiz Viana, Rodrigues Lima, Severino Vieira, José Marcelino, Rui Barbosa e J. J. Seabra protagonizavam competições por vezes revestidas de um aspecto tumultuado e cruento. Ao longo das brigas, os partidos oficiais enfraqueciam-se ao perder lideranças de peso, descrentes do rodízio do poder e a partir daí protagonistas das fileiras da oposição. Isso é evidente no caso do Partido Republicano da Bahia (PRB), cuja cisão em 1907 é um episódio crucial para compreender as viradas de mesa na Bahia na I República.

Criado em 1901, o PRB congregara conservadores, liberais, federalistas e constitucionalistas, surgindo como uma agremiação dotada de estruturas mais amplas e maior raio de ação, inclusive com certa penetração no vasto interior baiano, não apenas o sertanejo, dada a existência de Ilhéus. Constituiu-se, nesse sentido, em instrumento eficaz de mediação de conflitos e articulação de interesses, possibilitando a constituição de representações unânimes no legislativo estadual e federal, além da eleição do seu diretor José Marcelino como sucessor de Severino Vieira no governo da Bahia em 1904. Igualmente, o partido isolava na oposição os seguidores do ex-governador Luiz Viana.

Em 1907, no entanto, Severino Vieira e José Marcelino desentenderam-se acerca de quem deveria indicar o subseqüente candidato oficial ao comando do estado. Antes, ocorrera um acordo tácito entre os dois: Severino Vieira (o ex-governador que assumira

⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política da Acomodação*, p. 49.

a diretoria do partido) cuidava dos negócios políticos e José Marcelino (o ex-diretor que assumira o governo do estado) dos administrativos. Conseqüentemente, por ocasião da luta, o primeiro, à época também senador federal, controlava o PRB e recebeu adesões da maioria dos parlamentares estaduais e federais, enquanto o segundo controlava a máquina administrativa e contava com o apoio do senador Rui Barbosa, do presidente Afonso Pena e de Miguel Calmon, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Enquanto Severino lançou Inácio Tosta, Marcelino indicou João Ferreira de Araújo Pinho. Venceram Araújo Pinho e o bem relacionado e influente Marcelino, saindo derrotados Inácio Tosta, Severino Vieira e o próprio PRB. Naufragava então a possibilidade de um partido estadual forte e coeso na Bahia.

Cindido, o PR tornou-se incapaz de conter internamente as rivalidades entre as facções – nos anos seguintes cada vez mais alinhadas em torno da figura conselheira de Rui e da ascendente carreira de Seabra. Na Campanha Civilista de 1910, quando o novo governador Araújo Pinho e José Marcelino apoiaram a candidatura oposicionista de Rui à Presidência da República, o PRB foi abandonado por Severino Vieira e Seabra, cada qual organizando-se em agremiações distintas para apoiar o outro candidato presidencial, Hermes da Fonseca. A vitória do marechal e o período seguinte de intervenções federais levaram à derrota do partido na sucessão estadual de 1911-12, que assistiu ao triunfo de Seabra e sua nova agremiação, o Partido Democrata. Ministro da Viação e Obras Públicas do novo presidente, Seabra só deixou o cargo ao obter a garantia de posse no governo da Bahia, após intenso bombardeio de Salvador, verdadeiro assédio militar com o apoio do palácio do Catete. O período seabrista – composto de duas administrações estaduais de Seabra (1912-1916, 1920-1924) entremeados por um mandato de Antônio Moniz (1916-1920) – seria caracterizado por acerbadas disputas entre o governo e as oposições remanescentes do PR, crescentemente chefiadas, como já dito, por Rui Barbosa.

Objeto de estudo de Sílvia Sarmiento em *A Raposa e a Águia*, a complicada relação entre Seabra e Rui ganhou conotações especiais nessa fase característica da história política da Bahia.⁵ Entre 1912 e 1924, o governo mostrou-se incapaz de neutralizar os opositores, tais como Luiz Viana, Severino Vieira, José Marcelino, Miguel Calmon, sem falar do próprio Rui Barbosa. Em simultâneo, dividida na maior parte do tempo, essa oposição esteve submetida ao seabrismo. Teve, de todo modo,

⁵ SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia*. Salvador: Edufba, 2011, p. 15.

força para reeleger seus líderes regularmente para postos parlamentares federais, além de disposição para tramar contra Seabra na Revolta Sertaneja de 1919-20, posterior à grande greve geral dos trabalhadores de Salvador.⁶

Coincidentemente ou não, assim fracionada, a Bahia foi obrigada a rigoroso jejum ministerial, só suspenso em 1922, quando Miguel Calmon voltou a ser ministro, desta vez na pasta da Agricultura de Artur Bernardes – sinal evidente do declínio de Seabra.⁷ Na Bahia, como indicou Consuelo Sampaio, lutas de facções, ao passo em que enfraqueceram os partidos, prejudicaram a administração do estado e sua representação no Rio de Janeiro. O poder dos estados de influenciar ou obter recursos e cargos na política nacional decorria de sua capacidade de exercer a autonomia garantida pelo federalismo e de apoiar o Catete. A Bahia possuía lideranças políticas com projeção nacional e a segunda maior bancada no Parlamento, mas, em muitas ocasiões, as disputas entre suas elites prejudicaram uma articulação mais eficiente de tais recursos. Igualmente, ficava em parte comprometida a capacidade do governo de defender a autonomia do estado contra interferências federais, em especial após as crises sucessórias presidenciais de 1909-10, de 1918-19 e 1921-22.⁸ Segundo Otávio Mangabeira, usava-se a frase reproduzida na primeira epígrafe dessa dissertação para assinalar as dificuldades de coordenação política entre as lideranças da Bahia.

Entretanto, como indicado na segunda epígrafe, esta dissertação desenvolve a hipótese de que a discórdia e a instabilidade internas prejudicaram, mas não liquidaram com a Bahia. Em conversa com o poeta Augusto Frederico Schmidt e o compositor Jaime Ovalle, Manuel Bandeira ouviu a curiosa menção ao exército do Pará no Rio de Janeiro. Segundo Ovalle, o exército era constituído por “homenzinhos terríveis” provenientes do Norte, desejosos de obter enriquecimento ou glória literária e política na capital da República. “Hábeis”, “audaciosos” e “dinâmicos”, Rui, Seabra, Miguel Calmon e – em menor escala – os Mangabeira e os Moniz poderiam também ser encarados como homenzinhos terríveis da colônia dos baianos residentes no Rio de

⁶ GUIMARÃES, Luciano Moura. “*Ideias Perniciosas do Anarquismo*” na Bahia. *Lutas e Organizações dos Trabalhadores da Construção Civil (Salvador, 1919-1922)*. Salvador: Ufba, 2013 (História, dissertação de mestrado). CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

⁷ NEGRO, Antonio Luigi. Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República. *Revista Locus (UFJF)*, 36, v. 19, nº 1, 2013.

⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, p. 22-23, 30-31, 40-43, 48 e 92-123.

Janeiro. E isso não obstante as cisões e até o relativamente fraco desempenho econômico da Bahia.

Para Eul-Soo Pang, o seu tamanho físico e demográfico, o seu peso econômico e a atuação de seus políticos fizeram da Bahia um “importante estado secundário” na hierarquia federal da I República. Maior estado do Nordeste do Brasil, frequentemente superou em prestígio o seu histórico rival, Pernambuco. Segundo o autor, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, “estados-chave”, procuraram exercer na federação a “hegemonia”, não pela exclusão ou dominação crua, mas através da articulação de seus interesses com as reivindicações dos demais estados, como Pernambuco e Bahia. “Quintessência do regime”, esse processo de harmonização de conflitos foi muitas vezes frustrado pela mudança e disparidade de interesses entre os três maiores estados ou entre eles e os demais. Com Pang, verifica-se que a Bahia era ator de relevo no baralho do jogo dos estados na I República.⁹

A associação entre a política nacional e o jogo dos estados, com cartas mais ou menos importantes, que se hierarquizam e também se combinam, assinala a complexidade das regras e do processo político republicano entre 1889-1930 de modo similar a uma partida disputada com um baralho, sempre lastreada no pressuposto da incerteza quanto ao seu resultado final. No caso da política, são jogadores que se sentam à mesa sob uma hierarquia, mas ela não garante de antemão a vitória dos mais fortes. Além das cartas com que se começa a partida, importam a habilidade com que se usam os recursos disponíveis e a capacidade de subtrair as vantagens dos rivais. Afora sorte e azar, o desempenho de cada jogador depende de sua própria destreza, mas também do comportamento de parceiros e adversários. E, como sempre, pode haver viradas de mesa.

Trata-se assim de um baralho sem as cartas marcadas do café com leite, presunção do domínio sobre a área federal de uma idealizada aliança entre São Paulo e Minas Gerais. Para Eul-Soo Pang, o exame cuidadoso de tal coligação revelaria o “café contra leite”, dada a competição entre mineiros e paulistas pelo papel de “árbitro” da política nacional, em especial depois de 1910.¹⁰ Por sua vez, Cláudia Viscardi, através da análise das sucessões presidenciais do período 1904-1930, questiona o caráter hegemônico, permanente e isento de conflitos da aliança entre Minas Gerais e São

⁹ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, p. 8 e 9.

¹⁰ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 8.

Paulo, em geral encarada como o eixo de sustentação da I República. Ela percebeu em seu lugar a instabilidade e a dinâmica da aliança entre os maiores atores da federação, isto é, os seis estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, afora o Exército e o Estado Nacional (Executivo e Legislativo), considerando os três últimos como relativamente autônomos diante das classes médias urbanas e das oligarquias estaduais – inclusive os produtores de café. O ordenamento jurídico e uma série de regras informais, além de excluírem a maior parte da população da política institucional, hierarquizavam as elites estaduais em função do peso econômico e do tamanho da delegação dos estados no Parlamento.

Analisando as alianças feitas e desfeitas em processos de negociação antecedentes às sucessões presidenciais, a autora aponta alguns princípios norteadores do comportamento dos atores políticos e investiga as bases da estabilidade do regime, constituídas principalmente a partir da sucessão de Rodrigues Alves. Entre os estados de primeira grandeza, possuidores de grandes bancadas e economias dinâmicas, estavam Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul; entre os de segunda grandeza, que possuíam um dos dois requisitos, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; entre os de terceira grandeza, que não possuíam nenhum dos recursos, os demais. Naturalmente, as lutas internas de cada ator diminuía seu poder de barganha – e isso é importante para considerar o caso da Bahia.

Entretanto, estar entre os estados de segunda grandeza, como a Bahia, era indicativo de relevância em critérios de ocupação de cargos e de decisão política, em especial a escolha do ocupante do Catete. Quanto a tais critérios, segunda a autora, existia uma renovação parcial entre os atores hegemônicos e evitavam-se atitudes monopólicas. Viscardi conclui o trabalho demonstrando que foi o desgaste dessas regras que levou à crise final do regime, nos anos 20. Esse desgaste resultou da incapacidade do modelo político de abarcar atores sociais em emergência a partir da Grande Guerra e de tentativas de monopolização do poder por parte de Minas Gerais (1918-19), em seguida por parte uma aliança conjuntural entre os dois estados (1921-22) e finalmente por parte de São Paulo (1929-1930). Além de propor uma explicação que ressalta o papel de estados como a Bahia, Viscardi a ela se referiu em específico, pontuando que,

apesar das divisões, suas elites aspiraram ao incremento do seu poder e participaram ativamente das articulações para a ocupação de cargos, inclusive a Presidência.¹¹

Será aqui elaborada a marcante ambiguidade da *performance* da Bahia na I República. Unanimemente divergentes (para não mencionar o seu constante lamento quanto a uma suposta decadência econômica), os seus representantes eram numerosos na capital carioca, dentro e fora do Congresso Nacional. Ladinos, letrados e até mesmo ricos (vide os Moniz e os Calmon), tinham guarida e reconhecimento fora da Bahia, o que transparecia no trânsito entre Rio de Janeiro e Salvador. A partir das pesquisas de Consuelo Sampaio, Eul-Soo Pang e Cláudia Viscardi, esta dissertação trata do papel de políticos da Bahia no período 1920-26, anos de acirradas confrontações políticas e, igualmente, de tentativas de refazer alianças, experiências fundamentais para a I República. Como sugere a vinheta que acompanha esta introdução, alusiva às disputas entre dois dos vários “homenzinhos terríveis” da Bahia – Rui e Seabra –, o recorte cronológico inicia-se onde, exatamente, é concluído o livro de Sílvia Sarmiento.¹²

Focando a sucessão presidencial de Epiácio Pessoa (1921-22), o primeiro capítulo discute o esforço de Seabra e das oposições estaduais chefiadas por Rui Barbosa em superarem suas brigas com o objetivo de lançar o mesmo Seabra como candidato à vice-presidência da República. Trata-se de um momento raro de distensão entre essas duas lideranças baianas, com ambos reconhecendo os prejuízos e os riscos de sua unânime divergência. Por isso, na vinheta que abre este capítulo, Rui Barbosa dá o prego, isto é, renuncia ao Senado, ocasião que se revelou propícia à pacificação entre seabristas e ruístas em torno da candidatura de Seabra.¹³

A sucessão presidencial de 1921-22 foi das mais disputadas, comportando intensa disputa no jogo dos estados da I República. A candidatura do governador baiano seria então lançada ao lado de Nilo Peçanha, candidato à Presidência pela chapa da oposição, a Reação Republicana. A narrativa começará em 1920, com as tentativas de estabelecimento de uma aproximação entre Rui e Seabra, e se encerra em 1922, com a vitória de Artur Bernardes, candidato anteriormente lançado em Convenção Nacional.

¹¹ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2001, p. 27 e 97.

¹² A vinheta é detalhe de “A intervenção na Bahia”, charge de J. Carlos publicada em *O Malho*, 3/3/1920. Ver também: LIMA, Herman. *Rui e a caricatura: o maior coco da Bahia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, p. 100.

¹³ A vinheta é detalhe de “O Conselheiro... deu o ‘prego’”, charge de Kalixto publicada em *D. Quixote* em 23/3/1921. Ver também: LIMA, Herman. *Rui e a caricatura*, p. 104.

No processo sucessório, houve nova cisão entre oposição e governo estaduais e por isso a Bahia ficou “Entre a Convenção e a Reação”.

O segundo capítulo discutirá as reviravoltas da disputada sucessão de Seabra no estado da Bahia, começada em 1923 e encerrada em 1924. A realidade local será encarada como desdobramento e fator importante da crise nacional, decorrente da disputada eleição presidencial e da posse de Bernardes. Na Bahia, Arlindo Leoni, candidato oficial, foi derrotado por Góis Calmon, candidato inicialmente lançado por Seabra, mas posteriormente apropriado pela oposição ruísta em aliança com membros do governo findo, liderados pelo presidente da Assembleia Legislativa da Bahia. Em momento chave, Bernardes optou por Calmon, irmão de Miguel Calmon, seu ministro da Agricultura. Esse capítulo incluirá, em segundo lugar, a caracterização da visita de Umberto di Savoia a Salvador como episódio de celebração das perspectivas abertas ao estado com o ascenso das oposições, encarado como “Restauração na Bahia”. Afinal, entre os opositoristas, estavam Pedro Lago, Simões Filho, Aurelino Leal e os irmãos Otávio e João Mangabeira, integrantes do PRB, destronado pela intervenção federal que em 1912 garantiu a posse de Seabra no governo da Bahia. Aspiravam à liderança do estado os irmãos Góis, Miguel e Antônio Calmon, membros da quatrocentona açucarcracia baiana. Os Calmon e seus aliados abraçaram a missão de restaurar a Bahia em seu papel de sociedade com o Catete e, por isso, a vinheta que abre o capítulo traz o rico e elegante Góis Calmon, ao lado de outro homenzinho do Norte, o piauiense Félix Pacheco, dono do *Jornal do Comércio*, imortal da Academia Brasileira de Letras e então ministro das Relações Exteriores.¹⁴

O terceiro e último capítulo vai de 1925 a 1926 e tratará das eleições para a Assembleia Legislativa da Bahia e da indicação de Washington Luís como sucessor de Bernardes. Enfatiza a tensa consolidação da liderança dos Calmon e trata, assim, do peso da “Bahia dos Calmon” na escolha do novo ocupante do palácio do Catete, sucessor do mineiro Artur Bernardes. Aqui será discutido esse papel no contexto geral da existência de uma delicada aliança entre Minas Gerais e São Paulo, egressa da sucessão presidencial de 1921-22 e que tinha implicações para a sucessão de 1925-26. Será igualmente indicado que essa aliança não era exclusivista, isto é, não se baseava numa completa indiferença pelos demais estados. Isso ficou evidente no modo como a vice-presidência da chapa oficial, inicialmente destinada a Miguel Calmon, foi depois

¹⁴ A vinheta é duas caricaturas de Manoel Paraguassu, publicadas em *Esphera*, nº 1, Setembro de 1924.

entregue ao governador mineiro, Melo Viana. Por isso, ao lado de Washington Luís, Miguel Calmon é o homenzinho que abre o capítulo, em vinheta retirada de charge alusiva à ansiedade e expectativas em torno da escolha do candidato oficial à Presidência.¹⁵ Nesse capítulo, também serão discutidas as consequências da posse de Washington Luís para a Bahia, a qual alimenta a estrela em ascensão de Otávio Mangabeira. Bem-sucedido em seu estado e no Rio de Janeiro, Mangabeira abre as considerações finais do presente estudo, sendo portanto contemplado com a quinta e última vinheta.¹⁶

¹⁵ Intitulada “Parto Laborioso”, a charge, aparentemente de J. Carlos, foi publicada em *O Malho*, 2/5/1925.

¹⁶ Caricatura de Otávio Mangabeira originalmente publicada pela Agência O Globo e reproduzida em PANTOJA, Sílvia. Verbete de Otávio Mangabeira. ABREU, Alzira Alves de *et alii* (Coordenação Geral). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CD-ROM. 2001.



1

Entre a Convenção e a Reação

Em 1921-22, as negociações para a escolha de nomes para a sucessão presidencial e vice-presidencial geraram um cisma interestadual em que Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco opuseram-se a Minas Gerais, São Paulo, ao palácio do Catete e aos demais estados, que lançaram, numa Convenção Nacional (8 de junho), as candidaturas, a presidente e vice-presidente da República, dos governadores mineiro Artur Bernardes (1918-1922) e maranhense Urbano Santos (1918-1922).¹⁷ Em oposição, o primeiro grupo formou a Reação Republicana e apostou no líder fluminense Nilo Peçanha e no governador baiano J. J. Seabra como os mais aptos a ocuparem os cargos. A disputa impossibilitou a ocorrência de uma sucessão tranquila, levou à mobilização do eleitorado e atraiu o Exército, culminando com os levantes militares de julho de 1922 no Distrito Federal, em Niterói e Campo Grande (Mato Grosso). O

¹⁷ Urbano Santos morreria em maio de 1922 e seria substituído na chapa oficial por Estácio Coimbra.

reconhecimento de Bernardes como candidato vitorioso ocorreu em meio a contestações à lisura do pleito e à legitimidade do Congresso Nacional em apurá-lo, enquanto a posse sob estado de sítio não restabeleceu a calma no ambiente devido ao surgimento na Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro dos chamados “casos estaduais”, isto é, disputas entre governo e oposição que ameaçavam envolver o novo ocupante do palácio do Catete.

Esse capítulo tratará da destacada participação de políticos baianos em tais episódios. Dedicada a 1920 e 1921, a primeira parte descreve alterações realizadas pelo governador Seabra no situacionista Partido Republicano Democrata (PRD) e suas tentativas de estabelecer uma convivência menos conflituosa com as oposições do estado, lideradas pelo conselheiro Rui Barbosa – o “águia de Haia”. Tais iniciativas ocorreram depois da concorrida sucessão estadual de 1919, quando Rui e seus aliados procuraram articular-se com o movimento operário da capital e os coronéis do sertão contrários a Seabra e seu aliado, o governador Antônio Moniz (1916-1920). Comparadas com reformulações induzidas pelos governos de Pernambuco e Rio de Janeiro na mesma etapa e em seus domínios políticos, as iniciativas de Seabra sugerem preparação para os trabalhos futuros de escolha do sucessor de Epiácio Pessoa (1919-1922) e de Bueno de Paiva (1920-1922), na Presidência e vice-presidência da República. Não por acaso, o lançamento de sua candidatura ao segundo cargo pelo PRD esteve estreitamente vinculada ao suporte que Rui e os deputados da oposição lhe conferiram, o que por sua vez respondia ao apoio que o PRD dispensara à reeleição do conselheiro Rui Barbosa ao Senado. Estabeleceu-se, então, uma espécie de acordo informal entre as duas figuras em que tradicionalmente rompia-se o tabuleiro da “Mulata Velha”: o águia de Haia e a “raposa”, como Seabra era conhecido.¹⁸ Os episódios aqui descritos permitem abordar a questão das frequentes lutas entre facções da Bahia como fator prejudicial à administração e ao desempenho estadual na concorrência com os demais estados por influência, posições e recursos na arena da República. Portanto, parto da hipótese de que o desentendimento na política pode ter sido tão prejudicial quanto as vicissitudes que teriam marcado a economia baiana no período 1889-1930.

Tal assunto perpassará as partes seguintes do capítulo quando discutirei o papel da Bahia na ocorrência da crise sucessória interoligárquica e na composição e sustentação

¹⁸ Sobre a tradicional oposição entre o Rui e Seabra, ver SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia*.

da chapa da Reação Republicana. Caracterizado o cisma entre os estados e descrito os primeiros passos para a composição do movimento dissidente, indicarei as tensões emergentes entre o “Cara de Bronze” – mais um apelido de Seabra (recolhido por Pedro Nava) – e o senador Rui Barbosa.¹⁹ Durante o processo sucessório, essa tensão evoluirá para a reabertura da luta entre as duas facções e levará a Bahia a cindir-se entre os candidatos da Convenção Nacional e os da Reação Republicana. Indiretamente, chamarei a atenção para a peculiaridade desse contexto em que Rui aderiu à Convenção Nacional e Seabra conservou seu compromisso com a Reação Republicana que, avultando-se em críticas ao regime republicano, constituiu-se numa experiência histórica particularmente notável, depois da Campanha Civilista de 1910.

Relações entre Seabra e as oposições na Bahia

Tratando do segundo governo de Seabra (1920-1924), Consuelo Sampaio e Eul-Soo Pang destacaram as mudanças por ele implementadas nas bases de seu domínio, visivelmente avariadas pela instabilidade política do governo antecessor, isto é, o de Antônio Moniz (1916-1920), aliado e sucessor de Seabra após o término de seu primeiro mandato (1912-1916). Ao final da sua gestão, Moniz havia enfrentado a – até então – mais concorrida eleição da história baiana, na qual o candidato oficial (Seabra) rivalizou com o juiz Paulo Martins Fontes, apresentado pela influente Associação Comercial da Bahia e levado às urnas pelos grupos oposicionistas capitaneados por Rui Barbosa. Tal campanha ocorreu em meio tanto a movimentos grevistas que sacudiram Salvador e o Recôncavo quanto à Revolta Sertaneja, um levante armado de lideranças coronelistas de várias regiões do interior do estado.²⁰

Em 1919, o movimento dos trabalhadores fez-se presente sob a forma de protestos contra a carestia dos alimentos, dos aluguéis e do transporte público soteropolitano, mas desdobrou-se em junho numa greve geral que paralisou a capital e espalhou-se pelas cidades vizinhas. Segundo Aldrin Castellucci, tais manifestações enredaram-se com a disputa eleitoral em curso, o que levou Antônio Moniz a cortejar lideranças e entidades laborais, evitando, de modo extraordinário, reprimir o movimento com a polícia. Embora os opositores do governador tenham igualmente procurado aproximar-se das representações operárias, estas optaram por uma aliança com o governo e com uma

¹⁹ NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. São Paulo: Ateliê Editorial; São Paulo: Giordano, 2005, p. 338.

²⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, capítulo 5; PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*. Capítulo 6.

parte do PRD, mantendo distância da candidatura oposicionista, inclusive por ser sustentada pela Associação Comercial da Bahia e pelo Centro Industrial do Algodão.²¹

Segundo Pang, a Revolta Sertaneja de 1919 foi uma reação de coronéis contrários às intervenções policiais que Antônio Moniz realizava em cidades do interior, rompendo o equilíbrio que Seabra construía entre sertão e litoral durante seu primeiro governo. Apesar do palco das lutas entre jagunços e polícia ser as Lavras Diamantinas e o vale do rio São Francisco, Rui Barbosa logrou articular a disputa pela sucessão do governo com certos chefes interioranos, convencendo-os a se contraporem à eleição de Seabra. Entretanto, com a intervenção federal em fevereiro de 1920, nem o situacionismo nem a oposição saíram vitoriosos, pois Epiácio Pessoa limitou-se a enviar à Bahia (depois de pedir, sem sucesso, que Seabra desistisse do pleito) um emissário que firmou acordos com os revoltosos, atendendo parte de suas reivindicações e conferindo-lhes representação direta e uma margem considerável de autonomia na política estadual.²²

Contudo, o estrago havia sido feito quando Seabra assumiu o governo em abril de 1920. A partir de então, tomou atitudes renovadoras em áreas estratégicas do seu domínio, tais como a ocupação de posições na política dos municípios, na administração estadual e no próprio PRD. Deu início à execução dos acordos estabelecidos entre o governo federal e os coronéis, nomeando para as Lavras Diamantinas e o vale do São Francisco lideranças sertanejas que haviam lutado contra seu antecessor e aliado Antônio Moniz. Em acréscimo, anulou em maio de 1920 sua reforma administrativa que, em 1915, havia transferido para o governador a nomeação dos intendentess municipais. Ao restaurar assim os escrutínios eleitorais nas cidades do interior, Seabra fez mais uma concessão aos chefes sertanejos e deu condições para a consolidação de antigos poderes locais. Acabou por criar o que Pang chamou “estados coronelistas”, zonas em que o governo estadual encontrava barreiras ao pleno exercício de suas prerrogativas.²³

²¹ Sobre as greves na capital, ver CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004. Ver também: GUIMARÃES, Luciano Moura. “*Ideias Perniciosas do Anarquismo*” na Bahia. *Lutas e Organizações dos Trabalhadores da Construção Civil (Salvador, 1919-1922)*. Em sua tese de doutorado, Castellucci investigou as articulações entre as organizações operárias e a política oligárquica em Salvador. CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República*. Sobre o emprego da repressão policial contra o protesto social, ver ARAGÃO, Antônio Moniz. *A Bahia e seus governadores na República*. Salvador: Uefs Editora. Fundação Pedro Calmon, 2010. Tais memórias foram publicadas pela primeira vez em 1923.

²² PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p.138-150.

²³ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 151.

No PRD e na administração estadual, Seabra afastou quadros ligados ao seu aliado Moniz com o objetivo de recuperar sua influência e, ao mesmo tempo, aplacar a impopularidade herdada do antecessor. Excluiu chefias locais que haviam lutado contra os vencedores da Revolta Sertaneja e, na capital, demitiu o chefe de polícia Álvaro Cova, acusado de agravar a instabilidade social durante as greves de Salvador e de responsabilidade nas intervenções de Moniz nas áreas do coronelismo dissidente. O mesmo ocorreu com o secretário do Interior, Gonçalo Moniz, e com o intendente da capital, José da Rocha Leal.²⁴ Seabra também convocou para 1921 um Congresso de Intendentes com o objetivo, mais uma vez, de pacificar o sertão e ouvir as queixas dos chefes locais. Segundo editoriais de *O Democrata*, órgão oficial do PRD, seriam discutidos no congresso meios de estender aos municípios do interior os melhoramentos urbanos que haviam marcado as duas administrações seabristas em Salvador. Embora as dificuldades financeiras do estado tenham impossibilitado qualquer medida concreta e imediata nesse sentido, a reunião constituiu uma iniciativa do governador com vistas a preparar o caminho para uma reaproximação entre litoral e sertão.²⁵

Em seu livro, Sílvia Noronha Sarmiento demonstrou como a criação do seabrismo na Bahia resultou do hábil e acidentado acúmulo de forças adquirido por seu chefe no nível federal, por fora de elos com a terra nativa – a Bahia – e através da ocupação dos ministérios da Justiça (1902-1906) e de Viação e Obras Públicas (1910-1912), nos governos de Rodrigues Alves e de Hermes da Fonseca. Do Rio, Seabra contou ainda com o enfraquecimento da facção hegemônica em 1907, quando ocorreu uma cisão no PRB; e em 1910, quando o governador Araújo Pinho (1908-1911) saiu derrotado após o lançamento da candidatura do conselheiro Rui à Presidência da República, em aliança com São Paulo. Ministro da Viação e Obras Públicas do candidato vitorioso Hermes da Fonseca, Seabra empregou o cargo para cultivar aliados na Bahia e enfrentar o oficialismo estadual na sucessão estadual de 1912. Contra as disposições de Araújo Pinho e de Rui Barbosa, a intervenção federal daquele ano garantiu a posse no governo da Bahia de um dos principais aliados civis do marechal Hermes, isto é, o próprio Seabra.²⁶

²⁴ SAMPAIO. *Partidos Políticos na Bahia da Primeira República*, p. 161.

²⁵ *O Democrata*, 18/11/1921. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p.157.

²⁶ SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia*, p. 107, 111, e 130-131. Em 1907, por ocasião da escolha do novo governador, houve entre José Marcelino (1904-1908) e o senador Severino Vieira um rompimento com repercussão nacional, que dividiu a Assembleia Legislativa e a bancada baiana no Congresso

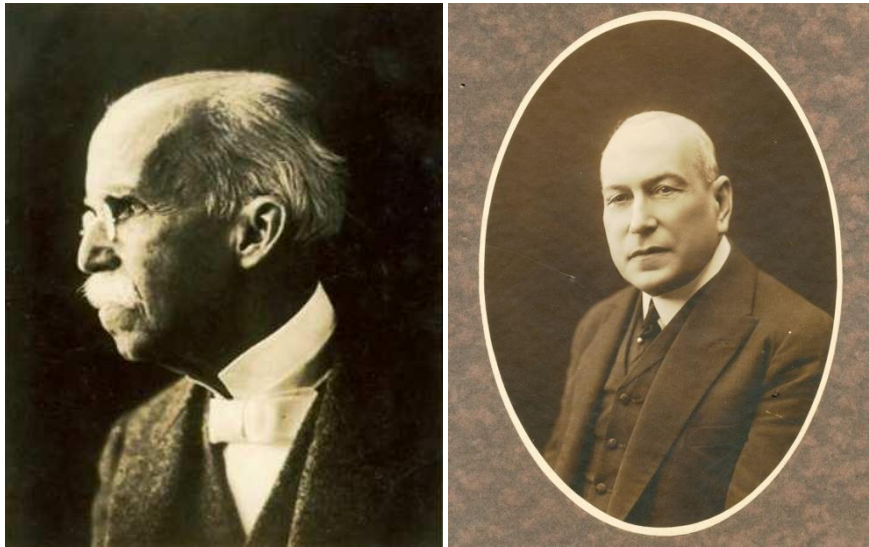


Figura 1 - Ministério Hermes da Fonseca. J. J. Seabra, ministro da Viação e Obras Públicas, é o primeiro da esquerda. Rio de Janeiro. Fonte: Exposição Permanente do Museu da República.

O emprego de uma intervenção federal para a garantia de posse marcou o seabrismo com o estigma de uma força imposta de fora – contrariando o forte nativismo das elites políticas baianas. Isso fica evidente na ênfase com que os grupos que até então governaram o estado identificaram na ascensão de Seabra uma conquista ilegítima ou um ultraje à autonomia da Bahia. O novo governador encontrou obstáculos para articular uma atuação mais eficiente no cenário federal, o que em parte deveu-se à resistência das facções do PRB sobreviventes à sua vitória e à do marechal Hermes da Fonseca. Em 1916, a indicação por parte de Seabra do jovem Antônio Moniz como seu sucessor resultou na perda de seguidores e relançou na oposição o senador Rui Barbosa, com quem mantinha trégua desde 1913. Em 1917, um ano depois da posse de Moniz e reunindo parte dos ex-seguidores de Seabra, Rui desencadeou a luta oposicionista em discurso no Teatro Lírico, em solene evento de confraternização da colônia baiana do Rio de Janeiro.²⁷

Nacional. Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, p. 93-95.

²⁷ No Rio de Janeiro em 1917, membros da colônia baiana e de suas diferentes facções políticas reuniram-se no Teatro Lírico para homenagear o Batalhão de Atiradores da polícia da Bahia, então convidado para participar na cidade das comemorações do Sete de Setembro. Ver ARAGÃO, Antônio Moniz. *A Bahia e seus governadores na República*, p. 553-563 e 619-625. MELLO, Pimenta (ed.). *Colônia Baiana ao Batalhão de Atiradores*. Sem editora. Sem local, 1917, p. 26. O discurso de Rui está na p. 18. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos na Bahia da Primeira República*, p. 98.



Figuras 2 e 3 - Rui Barbosa em 1921 e J. J. Seabra. Fonte: sítio da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Coleção Berbert de Castro do Arquivo Municipal de Salvador (AMS).

Rui Barbosa denunciou na ocasião - sem maiores detalhes - o declínio da Bahia em nível nacional.²⁸ Com efeito, os governadores e representantes baianos haviam estado entre os mais consultados e acatados políticos do país, sobretudo nas primeiras sucessões presidenciais após o predomínio militar de Deodoro e Floriano.²⁹ Ocuparam ministérios cobiçados como Fazenda, Justiça e Viação e Obras Públicas; Rui Barbosa acumulou os cargos de vice-chefe e ministro da Fazenda na gestão de Deodoro da Fonseca; Manoel Vitorino foi vice-presidente no governo civil de Prudente de Moraes e presidente do Senado e do Congresso Nacional. Nas primeiras legislaturas do Parlamento, onde conservara parte da proeminência numérica usufruída no Império, a Bahia achara-se entre os estados mais bem aquinhoados em matéria de ocupação de presidência das comissões de maior relevo. Na tabela 1, verificam-se os dados para o Ministério, em cálculo que inclui ocupação interina de pasta em casos de inexistência de titular e privilegia estado de carreira política ou profissional sobre estado de nascimento. Na tabela 2, estão os dados da Câmara dos Deputados, presidida pelos baianos Artur Cesar Rios e Francisco de Paula Guimarães em 1896-1899 e 1903-1907.³⁰

²⁸ MELLO, Pimenta (ed.). *Colônia Baiana ao Batalhão de Atiradores*, p. 16.

²⁹ Sobre a participação dos baianos em momentos decisivos dos primeiros anos da República (inclusive nas sucessões presidenciais), ver LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 97-105.

³⁰ A Bahia foi o estado que menos perdeu no Parlamento quando a República sucedeu o Império, ficando com 22 cadeiras na Câmara dos Deputados, número igual ao de São Paulo e inferior apenas ao de Minas Gerais. Com uma delegação numerosa, o estado era um dos principais atores no Congresso Nacional. VISCARDI, Cláudia. *Federalismo oligárquico com sotaque mineiro*. *Revista do Arquivo Público*

Tabela 1 - Ocupação ministerial por estados em anos (1889-1918)

Presidência	RS	BA	MG	DF	SP	Outros
Deodoro da Fonseca	0,98	2,07	0,95	3,53	2,16	5,39
Floriano Peixoto	4,39	2,49	4,68	4,39	1,49	5,05
Prudente de Moraes	1,49	6,8	2,01	1,79	4,00	7,82
Campos Sales	4,00	1,88	5,47	0,00	2,1	10,5
Rodrigues Alves	0,00	12,00	0,00	4,00	0,00	8,00
Afonso Pena	5,12	2,59	2,59	2,59	0,05	2,59
Nilo Peçanha	2,50	0,01	0,01	1,75	1,40	2,88
Hermes da Fonseca	8,63	1,20	2,48	4,08	4,30	4,52
Wenceslau Braz	12,00	0,00	4,35	0,00	0,00	4,35
Total	39,11	29,04	22,54	22,13	15,5	55,09

Fonte: ABRANCHES, Dunshee. *Governos e congressos da República: 1889-1917*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1918; CPDOC/FGV. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 9/7/2014. Nota: a destacada representação do Distrito Federal e em menor medida do próprio Rio Grande do Sul deve-se em parte à existência de muitos ministros militares cariocas ou gaúchos cuja relação com a elite política inexistente ou é difícil esclarecer.

Entre 1906 e 1917, nenhum baiano reocupou presidência de comissões importantes na Câmara dos Deputados. Em 1909, dias depois de substituir no Catete o falecido Afonso Pena, Nilo Peçanha reformou o Ministério sem indicar ninguém da Bahia. Posteriormente, Hermes da Fonseca nomeou para o gabinete um baiano de oposição, isto é, Seabra. Wenceslau Braz, finalmente, foi o primeiro presidente a tomar posse sem ministros baianos. Rui pode ter visto aí a decadência, inclusive associando-a às derrotas do seu próprio grupo, em especial nas sucessões presidencial de 1909-10 e estadual de 1911-12. Como indicam as tabelas, se houve queda, para compreendê-la, pode ser importante considerar, em acréscimo a mudanças ocorridas em outros estados, a cisão de 1907 no PRB. Rui, ao invés de relembrar o racha ou condenar o divisionismo em si, preferiu recomeçar a luta ao apontar como causa da preterição do estado a “politicagem” de Seabra. Na ocasião, entretanto, havia sido encarado como um antídoto contra o facciosismo por Antônio Joaquim Pires e Albuquerque, ministro baiano no Supremo Tribunal Federal e diretor da comissão organizadora da reunião no Teatro Lírico. Frustrado, Pires e Albuquerque lamentou o discurso de Rui Barbosa e observou

que eram, acima de tudo, a obsessão por partidos e as lutas entre facções a causa das dificuldades de representação da Bahia.³¹

Tabela 2 - Número de presidências de comissões importantes ocupadas por estados na Câmara dos Deputados (1891-1917)

Período	MG	BA	MA	CE	SP	Outros
1891-1893	2	4	0	0	4	2
1894-1896	2	1	1	4	0	4
1897-1899	5	4	0	0	1	2
1900-1902	4	6	0	0	1	1
1903-1905	3	3	2	0	3	1
1906-1908	6	0	0	3	0	3
1909-1911	4	0	2	3	0	3
1912-1914	8	0	3	0	0	1
1915-1917	9	0	3	0	0	0
Total	43	18	11	10	9	17

Fonte: WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 244. Nota: segundo o autor, as comissões mais importantes eram quatro: Obras Públicas, Finanças, Poderes e Justiça.

Apesar desse alerta, o seabrismo, representado na Bahia por Moniz – e sem um delegado direto nos ministérios de Venceslau Brás (1914-1918), de Delfim Moreira (1918-1919) e de Epitácio Pessoa (1919-1922) – sofreu os ataques de uma oposição doméstica bem enraizada em solo nativo, embora também ela sem representação direta no governo federal (contando de todo modo com a influência do águia de Haia). Quando, em 1919, avançavam na capital federal as articulações para a indicação de Rui como sucessor de Rodrigues Alves, Seabra embarcou para a cidade com o fito de contrapor-se ao nome do seu conterrâneo – agora novamente rival, alegando que uma candidatura de conciliação, como a que então se procurava, não poderia ser representada por uma liderança que hostilizava a Bahia. Expressava, com isso, o receio de que uma vitória de seu oponente levasse a futuras represálias contra a administração de Moniz e do PRD.³² No entanto, apesar da derrota de Rui ou por causa dela, teve de enfrentar,

³¹ Presidências da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 10/6/2013.

³² Na ocasião, além de ir ao Rio, Seabra enviou Moniz Sodré a Belo Horizonte para convencer o governador Artur Bernardes a retirar o apoio de Minas ao nome de Rui. O episódio foi descrito a partir de depoimento do próprio Seabra, em BARROS, Francisco Borges de. *Dr. J. J. Seabra: sua vida, sua obra na República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. 485-492.

como foi visto, a Revolta Sertaneja e um impressionante ataque das oposições, ocasião em que o novo presidente Epitácio Pessoa manteve-se neutro diante da luta fratricida dos baianos. Com efeito, durante os dois primeiros governos seabristas, parte considerável da energia, do tempo e do prestígio dos políticos baianos foi investida em lutas domésticas que impossibilitaram uma atuação conjunta no cenário nacional.

Como indica Sampaio, o supracitado afastamento de parte dos aliados de Moniz de alguns postos-chaves da administração estadual e municipal explica-se não só pela necessidade de Seabra retomar as rédeas do poder, mas também pelo desejo de moderar o ímpeto da oposição. Na mensagem que leu diante da Assembleia Legislativa em sua segunda posse no governo da Bahia (abril de 1920), mostrou-se impressionado ante os rumos que a sucessão de Moniz tomara e as paixões políticas desencadeadas. Percebendo a delicadeza da conjuntura, prometeu não assumir uma posição de triunfo autocrático sobre os grupos vencidos e jurou zelar pelo respeito aos direitos das diferentes correntes políticas estaduais.³³

A fala dos membros da colônia baiana em 1917 e a mensagem de Seabra em 1920 deixam entrever o divisionismo faccioso como fator negativo para a administração estadual e para a representação dos interesses baianos nas instâncias federais. O federalismo da I República, porém, nem sempre é disfuncional assim, pois Cláudia Viscardi demonstrou que a estabilidade do sistema político vigente era garantida pela instabilidade das alianças entre o governo federal, o Exército e as oligarquias dos principais estados brasileiros. Pelo fato de atitudes monopólicas serem coibidas pela praxe estabelecida entre os atores, cada sucessão presidencial era uma oportunidade para a formação e dissolução de alianças e, por isso, a vitória de uns não criava nos outros a perda de confiança em jogo tão disputado. Em contraste com o quadro nacional analisado por Viscardi, na Bahia viveu durante a maior parte do tempo um padrão menos eficaz de condução dos negócios da política. Como demonstrou Consuelo Sampaio, a prática política no estado gerava turbulências por apagar a fé de aliados e opositoristas no rodízio eleitoral, resultando numa política inconsistente de acomodação e rupturas. Por sua vez, Viscardi indicou que o desempenho dos estados enfraquecia-se quando lutas interpartidárias assolavam suas elites e impossibilitavam

³³ *O Democrata*, 10/4/1921.

uma atuação conjunta dos seus quadros, o que ocorreu frequentemente com a Bahia e o Rio de Janeiro.³⁴

É possível que Seabra tivesse em vista a sucessão presidencial de 1922 ao procurar superar o fosso entre governo e oposição, pois medidas semelhantes foram tomadas no mesmo ano no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Marieta de Moraes Ferreira analisou mudanças implementadas pelo governo do Rio no Partido Republicano Fluminense (PRF), no seu relacionamento com as oposições locais e o presidente Epitácio Pessoa. Em 1920, Nilo Peçanha realizaria uma viagem à Europa para preservar-se do desgaste trazido tanto pela administração cotidiana dos negócios políticos no estado do Rio de Janeiro quanto pela derrota de seu candidato Rui Barbosa nas eleições presidenciais de 1919. Antes, convocou uma convenção partidária e elegeu uma nova comissão executiva para o PRF, preparando-o para sua futura ausência. O governo aproximou-se de Epitácio Pessoa e dos setores oposicionistas através da cooptação de alguns membros e da revogação de uma antiga reforma centralizadora. Embora nem todas as iniciativas tenham se mostrado eficazes, evidenciam que desde 1920 o Rio de Janeiro preparava-se para a próxima sucessão com o objetivo de eleger Nilo Peçanha presidente da República. Por isso, fazem perguntar se Seabra com suas medidas não tinha, quem sabe, a mesma perspectiva em mente.³⁵

Em Pernambuco, o governador José Bezerra (1919-1922) implantou a política de Paz e Concórdia depois do turbulento mandato de Manuel Borba (1915-1919). Com base em acordos que previam a distribuição de recursos e cargos públicos, congregou as facções de Rosa e Silva e Estácio Coimbra; a do ex-governador Dantas Barreto; a de Manuel Borba e a dos irmãos Pessoa de Queiroz, prósperos comerciantes de Recife e sobrinhos do presidente da República. Logo depois da fase turbulenta de Deodoro e Floriano, Pernambuco vivera um período de estabilidade e projeção na política federal até que, em 1911, a intervenção federal de Hermes da Fonseca patrocinou Dantas Barreto, o qual romperia com o sucessor no governo, Borba. Com a proposta de amenizar o divisionismo interno, Bezerra visava fortalecer Pernambuco e reivindicar na próxima sucessão presidencial a vice-presidência da República, com cujos recursos

³⁴ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 21-22.

³⁵ FERREIRA, Marieta de M. *Conflito Regional e Crise Política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 1990, p. 13-32. PINTO, S.C.S. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998. Sobre as semelhanças entre a trajetória do Rio de Janeiro e da Bahia na I República, ver: FERREIRA, Marieta de M. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

realimentaria no estado a Paz e Concórdia. Apesar das grandes diferenças em termos de força e orientação política dos grupos reunidos sob sua batuta, há indício de que seus planos já contavam com o beneplácito do palácio do Catete em fins de 1920.³⁶

Na Bahia, no entanto, as oposições recusaram aproximações com o situacionismo, pois não acreditaram nas promessas de Seabra. Desde a campanha presidencial de 1919, Rui Barbosa reunia sob sua liderança ex-seabristas e coligados dos ex-governadores Luiz Viana, Severino Vieira (lotados no jornal *Diário da Bahia*) e de José Marcelino (sitos no *Estado da Bahia*). Tal oposição, ao invés de acreditar em Seabra, passou, através dos seus jornais, a tratá-lo como um vencido e dirigir críticas às suas iniciativas na política e na administração.³⁷



Figura 4 - Clube Caixeiral durante campanha presidencial de Rui Barbosa. Postam-se à mesa de honra o candidato, sua esposa Maria Augusta e os correligionários Pedro Lago (de pince-nez) e Miguel Calmon (reflexo no canto inferior do espelho, sentado). Rio de Janeiro, 1919. Fonte: sítio da FCRB.

Em eleições de 1920 e do primeiro semestre do ano seguinte, Seabra tentou neutralizar a instabilidade que a militância da oposição acarretava. Nas duas primeiras

³⁶ PORTO, José da Costa. *Os Tempos de Estácio Coimbra*. Recife: Editora Universitária da UFPe, 1977. AEL. ADEB. Consulado de Recife, relatório de 11/7/22 sobre os distúrbios políticos em Pernambuco. 26/3/1922. A informação de que Bezerra contava com o apoio de Epiácio em fins de 1920 foi dada por Carvalho Brito a Afrânio de Melo Franco. Ver: Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 19/12/20. AEL. FAB. AEL. FAB. MR 31. Ver: TORRES, Marcos Paulo. Verbete de José Bezerra. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 2/7/2013.

³⁷ Sobre a articulação das correntes da oposição sob a liderança de Rui, conferir: CALMON, Pedro. *Miguel Calmon: uma grande vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, p. 104. SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia*, p. 167 e 171. As referências às correntes políticas oposicionistas também podem ser encontradas em *O Democrata*, 5/4/2. A ligação entre os grupos e os jornais pode ser visto em ARAGÃO, Antônio Moniz, *A Bahia e seus governadores na República*, p. 559. Sobre as críticas da oposição ao governo, ver, além dos jornais oposicionistas, a defesa do governo por parte de *O Democrata*.

eleições, ocorridas em maio e junho de 1920 (preenchimento de vagas no Senado e na Câmara estaduais, bem como no Senado federal), a oposição não apresentou chapa própria, o que foi encarado pelo *O Democrata* como mais um sinal de sua recusa dos intuitos conciliatórios do governo, manifestos na sua insistência de que haveria liberdade e respeito às urnas. Deste modo, no caso da eleição para senador federal, o candidato vitorioso seria inevitavelmente situacionista, ou seja, Moniz Sodré, primo do ex-governador Moniz. Entretanto, *O Democrata* veiculou nota de *O País*, que atribuiu a um pedido de licença dos senadores federais Rui Barbosa e Luiz Viana o interesse de não comparecer na posse de Moniz para evitar choques e assim não frustrar os intuitos conciliatórios em curso na Bahia.³⁸

Além dessa nota, a publicação no órgão governista de uma exposição feita por Moniz a Seabra, na passagem do governo, sugere que o segundo enfrentava resistência entre seus aliados ao propor uma convivência menos turbulenta com as oposições. Em tal documento, Moniz lembrou antigos episódios de conflito entre Rui e Seabra, quando invariavelmente teria permanecido solidário ao seu mentor e contrário ao senador baiano. Pivô da ruptura de 1916-17, o ex-governador tocava em feridas ainda não cicatrizadas num momento em que Seabra, considerando a urgência de estabilidade, parecia buscar o esfriamento das paixões facciosas.³⁹



Figura 5 - Desembarque de Seabra no porto de Salvador para assumir o segundo mandato como governador da Bahia. Salvador, 1920. Fonte: sítio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

³⁸ BPEB. *O Democrata*, 26/6/20.

³⁹ *O Democrata*, 28/4/20. O livro a que Moniz se referiu foi ARAGÃO, Antônio Moniz Sodré de. *Rui Barbosa perante a história: fatos e documentos*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

Em agosto de 1920, ocorreram as primeiras eleições municipais após a anulação da reforma de 1915, que reservara ao governador o direito de indicar os intendentess municipais. Na ocasião, o órgão do PRD tentou convencer os leitores da disposição do governador em agir com lisura e garantir a liberdade das urnas.⁴⁰ Entretanto, na prática, Seabra nomeou políticos de sua confiança pessoal para fiscalizar as eleições em municípios onde se anunciavam embates violentos. Entre os fiscais, estavam alguns suboficiais da polícia, parlamentares, próceres partidários e secretários, inclusive o seu filho, Antônio Seabra – secretário de Segurança Pública. O próprio Seabra fiscalizou o município de Amargosa, onde o candidato adversário – calculadamente ou não – sairia vitorioso. Apesar de alguns jornais da oposição terem denunciado irregularidades no pleito de Amargosa, o governador atingiu o objetivo de evitar que mais uma vez a Bahia chamasse a atenção do país pela violência desencadeada no contexto de disputa eleitoral, como ocorrera em 1919.⁴¹

Em dezembro, o PRD reuniu-se para tratar da composição da chapa oficial à renovação de assentos na Assembleia Legislativa em eleições de janeiro de 1921. Por essa ocasião, Seabra, mediante carta pública à comissão executiva do partido, solicitou que não fossem renovados os mandatos da totalidade dos deputados e senadores, abrindo assim espaço na lista oficial para a indicação de nomes egressos de outras correntes que não a sua. Ele indicou quais seriam tais nomes e por isso a oposição escarneceu de sua iniciativa, considerando ainda “draconiana” a legislação vigente para as eleições estaduais (criada no governo Moniz). A resposta do jornal governista foi enfática, chegando a negar a existência da agremiação oposicionista, o PRB.⁴²

Nas eleições nacionais de fevereiro de 1921 para a Câmara dos Deputados e o Senado, Seabra combinou com o PRD apresentação de chapa incompleta para que a oposição em alguns distritos não concorresse com candidatos governistas. Embora esse ato possa refletir a consciência de que os oposicionistas nesses distritos venceriam com ou sem tal medida, editoriais de *O Democrata* apresentaram-na como mais uma iniciativa pacificadora, tendo sido o apelo dirigido, dessa vez, ao senador Rui Barbosa,

⁴⁰ *O Democrata*, 30/7/21 e 1/8/1921.

⁴¹ *O Democrata*, 30/7/21; 5/8/21 e 17/8/1921. Em editoriais e notícias de *O Democrata*, notei indícios de preocupação da parte do governo com a imagem que a disputa eleitoral de 1919 alimentava sobre a política baiana entre os demais estados brasileiros e notadamente na imprensa da capital. Ver, por exemplo: *O Democrata*, 15/8/21; 17/8/21; 18/8/1921.

⁴² *O Democrata*, 3/12/20; 5/12/20; 11/12/21; 8/1/21; 2/3/1921. Apenas dois candidatos não incluídos na chapa oficial saíram vencedores, sendo que pelo menos um deles, o major Cosme de Farias, era claramente um aliado de Seabra.

já que uma das posições havia sido disposta a seu filho, Alfredo Rui Barbosa. Entretanto, paralelamente, o jornal não apenas defendia o governo, como atacava também as iniciativas da oposição, como uma suposta tentativa de reorganização do PRB.⁴³

Afinal, a oposição conseguiu eleger Pedro Lago, os irmãos João e Otávio Mangabeira e Miguel Calmon, dois candidatos a mais do que esperava o governo. Entretanto, o fato de os três últimos não terem sido incluídos na chapa do PRB revelou desentendimentos entre os opositoristas locais.⁴⁴ Além disso, Rui Barbosa renunciou em março de 1921 à sua cadeira no Senado, o que foi atribuído pelo *O Democrata* a descontentamento com aliados seus da Bahia que graças a disputas internas não haviam permitido a reeleição de seu filho à Câmara dos Deputados.⁴⁵ Essa hipótese foi igualmente aventada no Rio, como demonstra um despacho do embaixador estadunidense Edwin Morgan.⁴⁶ Publicamente, no entanto, o conselheiro explicou que deixara o Senado por não encontrar meios de realizar os princípios pelos quais lutara e por sentir-se como um “corpo estranho” na política. Alguns acreditaram que com tal gesto preparava-se para se lançar novamente candidato para as próximas eleições presidenciais.⁴⁷

Dando maior repercussão e apelo emocional às iniciativas que vinha tomando para se aproximar das oposições, Seabra convenceu o PRD a lançar o nome de Rui para o preenchimento da vaga a que ele renunciara no Senado. Com esse aceno – que tinha significado, dadas as pelepas entre o águia e o Cara de Bronze – o governador já vislumbrava a sua indicação para a vice-presidência da República. Em abril de 1921, quando o partido governista baiano lançou sua candidatura, ele recebeu o aplauso tanto de Rui Barbosa quanto dos deputados federais opositoristas, os quais justificaram sua atitude lembrando o apoio de Seabra ao retorno do conselheiro Rui ao Senado.⁴⁸

⁴³ *O Democrata*, 16/1/21; 22/1/21; 5/4/1921.

⁴⁴ *Diário da Bahia*, 30/1/1921.

⁴⁵ *O Democrata*, 12/3/1921.

⁴⁶ *O Imparcial* (Salvador). 13/3/21; 16/3/21; 17/3/21; 22/3/1921. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 1844 de 24/8/1921. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Arquivos Diplomáticos e Estrangeiros Sobre o Brasil (ADEB).

⁴⁷ *O Imparcial* (Rio de Janeiro). 12/3/1921. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 1/7/2013. *O Democrata*, 18/3/1921. A carta de renúncia de Rui foi publicada amplamente nos jornais do período. *O Democrata*, 12/3/1921.

⁴⁸ Carta de Joaquim Sales a Artur Bernardes. 4/4/1921. AEL. Fundo Artur Bernardes (FAB). Microfilme (MR) 28. O apoio do PRD à candidatura Bernardes foi publicado em: *O Democrata*. 22/5/1921. O lançamento da candidatura de Seabra foi publicado em: *O Democrata*. 26/5/1921. A oposição baiana apoia a candidatura Seabra à vice-presidência: *O Democrata*. 28/5/1921.

Rui Barbosa declarou então que não via no candidato baiano à vice-presidência senão a própria Bahia, depreciada “nestas ocasiões, em injustos cotejos, donde sai sempre humilhada pela sua fraqueza, *consequência de sua desunião*”.⁴⁹ O senador baiano, que por anos inspirara a refrega da oposição contra o governo estadual, reconhecia na ocasião que, para além da “politicagem” do seabrismo, era o facciosismo a causa do desprestígio da Bahia. Tal opinião era idêntica à sustentada pelos membros da colônia baiana que em 1917 reprovaram seus achaques ao então governador Antônio Moniz. Em junho de 1921, a colônia baiana residente na capital federal reuniu-se para celebrar a aproximação entre oposição e governo e concitar os políticos do estado a unirem-se pela “grandeza” da Bahia. O médico Belmiro Valverde expressou a crença de que a unidade então verificada fortalecia o nome do governador baiano e tornaria a Bahia mais prestigiada entre as demais forças nacionais. Em maio, o seu discurso foi publicado em número da revista da colônia especialmente dedicada à aliança entre oposição e Seabra. Numa seção inusitada (“Entrevista d’Além Túmulo”), os editores da *Bahia Ilustrada* simularam uma entrevista com os estadistas baianos que teriam feito da Bahia a província mais influente do Império. “A desunião que reina, com especialidade quanto à Bahia, que vi crescer magistralmente nas posições e no conceito geral do Império, não se concebe por maneira alguma”, teria asseverado o barão de Cotegipe. Já o visconde de Cairú teria observado que a Bahia, “que sempre teve preponderância nas letras e na política” não deveria ignorar que “o triunfo iniludível e certo de sua grandeza política (...) só depende de sua unidade cívica e de sua força econômica”. O visconde do Rio Branco comparou o quadro baiano com o de Pernambuco, numa referência à conciliação realizada por José Bezerra.⁵⁰

A candidatura do governador da Bahia expressava a crença de que o estado precisava unir-se para reivindicar os seus direitos na arena federal, uma leitura compartilhada pelo governo, oposição e a colônia baiana no Rio de Janeiro.⁵¹ Em entrevista concedida a repórter do *A Tarde*, Seabra interpretou a atitude dos ruístas perante sua candidatura como o ponto de partida para uma nova fase. “É preciso esquecer antigos ressentimentos, passando uma esponja no passado”, opinou,

⁴⁹ Telegrama de Rui Barbosa e Simões Filho. Sem data. BARBOSA, Alfredo Rui. *Rui Barbosa: correspondência*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921, p. 150. Grifo meu.

⁵⁰ *Bahia Ilustrada*, nº 38. Maio de 1921. Sem página. Essa coluna foi estudada por LEITE, Rinaldo. *A Rainha Destronada*. Feira de Santana: Editora da Uefs, 2012.

⁵¹ *O Democrata*, 7/6/1921.

esclarecendo: “era o que fazia São Paulo, o que fazia Minas Gerais em casos idênticos”.⁵²

Ao receber a adesão de Rui Barbosa e dos deputados da oposição, a candidatura de Seabra revestiu-se de um caráter impactante e reacendeu esperanças, mas não houve nítida iniciativa de formalizá-la e definir suas bases, o que era um risco tanto para o governo quanto para a oposição. A sua vitória significaria o fortalecimento de sua corrente como liame entre o palácio do Catete e a Bahia, o que colocava em questão o lugar a ser ocupado pela oposição ruísta no estado e na política federal. Como conciliar a presença de Seabra na vice-presidência com o conhecido papel de Rui Barbosa de falar pela Bahia no Rio de Janeiro? Quais critérios deveriam orientar a escolha do candidato a suceder Seabra no governo, caso ele fosse eleito para o cargo federal? Tratando do último assunto, os editores da *Bahia Ilustrada* aconselharam o critério da conciliação e colocaram em pé de igualdade os integrantes mais jovens das duas correntes. Isso deixava evidente que a questão não era circunscrita a Seabra e Rui, mas também às suas respectivas *entourages*.⁵³



Figura 6 - Cartão de propaganda do produto farmacêutico Gripposanol. Lê-se “Salve Bahia” na homenagem aos dois líderes das correntes em que se dividia a política do estado. Fonte: sítio da FCRB.

⁵² *A Tarde*, 4/6/1921.

⁵³ BPEB. *Bahia Ilustrada*, nº 38. Maio de 1921. Sem página. AEL. FAB. MR 28. Carta sem remetente e sem destinatário. 20/4/1921. Trata-se de uma carta encontrada no fotograma número 93 e que relata a Bernardes o que seria necessário para que Seabra pudesse compor com Bernardes a chapa oficial. Entre as condições, estavam a eleição de Rui para o Senado, seu apoio a Seabra e escolha do seu sucessor no governo da Bahia.

Emergência da aliança entre Minas Gerais e São Paulo

Marieta Ferreira vê na Reação Republicana um esforço das oligarquias gaúcha, baiana, pernambucana e fluminense de constituírem no pacto oligárquico um eixo alternativo de poder que ampliasse sua participação no jogo federativo brasileiro. Assentada nas suas pesquisas sobre o estado do Rio de Janeiro, tal explicação permitiu abordar e investigar ainda mais outros casos de formação de eixos alternativos na política brasileira em momentos anteriores à década de 20. Igualmente, abriu caminho para a tese de doutorado de Cláudia Viscardi que, de sua parte, enxerga na Reação Republicana uma aliança contrária à tendência monopolista que, juntos, Minas Gerais e São Paulo assumiram no preciso momento da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa.⁵⁴

No lugar do previsível e imperturbável rodízio do café com leite, as observações de Marieta Ferreira e de Cláudia Viscardi sublinham o caráter dinâmico do federalismo oligárquico e, conseqüentemente, o papel relevante que um conjunto mais amplo de atores possuía no regime republicano. Um estado como a Bahia, com seu relativamente fraco desempenho econômico e suas elites fraticidas, podia não ser todo-poderoso, mas nem por isso estava impedido de aspirar a um lugar de destaque. Tal qual a campanha de Rui Barbosa em 1910, a Reação Republicana foi uma empreitada notável em que isso ficou palpável, pois campanhas podiam ser importantes, até mesmo nas viciadas eleições da I República – e, nesta, os baianos também importavam. Expressivamente, apesar da constante luta interna, a Bahia mesmo assim conseguia atuar, o que justificava aquela sua aspiração. E, tão importante quanto isso, seus políticos procuraram em alguns momentos.

Com base em tais considerações e nos estudos de Marieta Ferreira e de Cláudia Viscardi, tentarei mostrar que o impasse do qual emergiu a Reação Republicana proveio da incapacidade de os mineiros amealharem a adesão de importantes estados à candidatura de Bernardes e, notadamente, de sua recusa em reabrir as discussões sobre a sucessão presidencial quando isso foi imposto pelas circunstâncias. No que toca à Bahia, em particular, o estado, como se verá doravante, ficou entre a Convenção e a Reação, isto é, postou-se na encruzilhada entre a candidatura oficial e a oposicionista.

⁵⁴ FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*. vol. 6, n. 11. 1993. Ver também: FERREIRA, Marieta de M. *Em busca da idade do ouro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; FERREIRA, Marieta de M; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2006. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, p. 387-415. VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, capítulo 7.

Embora no começo do processo as elites políticas tenham-se unificado – o que por si só é um fato notável, elas dividiram-se e bifurcaram suas escolhas, perdendo Seabra o consenso em torno de si, quando Artur Bernardes venceu as eleições de 1922. Vale a pena frisar que a coesão em torno do nome de Seabra durante a Reação Republicana, se não foi fraca, foi com certeza passageira.⁵⁵

Agindo como representantes do Partido Republicano Mineiro (PRM), Pedro Mibiéli (ministro gaúcho do Supremo Tribunal Federal) e Raul Soares (senador mineiro) procuraram em começos de 1921 o apoio do Rio Grande do Sul e de São Paulo à candidatura presidencial do então governador de Minas Gerais, Artur Bernardes. Talvez a decisão de iniciar as consultas com os governadores gaúcho e paulista decorresse do receio de reaparecer, em torno da sucessão presidencial, o impasse que resultara na eleição de um candidato *tertius* paraibano em 1919. Nas conferências entre tais políticos, vieram à baila as “manobras” de Nilo Peçanha e as “ameaças funestas” de um Bloco do Norte. Quanto ao Norte, as ameaças ecoavam rumores de que Epiácio Pessoa estaria articulando uma frente de estados nortista para extrair da região o seu sucessor no Catete. É evidente a perspicácia com que os bernardistas vislumbravam obstáculos em seu caminho. À mesa do jogo, eram naipes do baralho Nilo Peçanha e o Norte – seja com o baiano Seabra, os pernambucanos Bezerra e Estácio Coimbra ou o maranhense Urbano Santos.⁵⁶

Com a reunião entre Pedro Mibiéli e Borges de Medeiros, o PRM esperava obter a adesão gaúcha para bloquear as iniciativas de Epiácio Pessoa e de Nilo Peçanha. Segundo Mibiéli, a resposta do governador foi favorável a Minas Gerais, ao concordar com a resistência a Epiácio Pessoa e fazer sobre a candidatura Nilo Peçanha um julgamento negativo e semelhante ao dos mineiros e paulistas. Mas houve uma ponderação: Borges de Medeiros explicou que embora o Rio Grande do Sul não tivesse candidato, queria manter-se a par das negociações para a escolha do próximo presidente, que poderia, em sua opinião, ser mineiro ou paulista. O chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) teria considerado Artur Bernardes uma boa opção, mas demonstrou reticências quanto às hesitações dos mineiros perante episódios como a criação de um imposto federal de viação (tratado adiante) e de questões como a

⁵⁵ NEGRO, Antonio Luigi. Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República.

⁵⁶ Marieta de Moraes Ferreira, em seus estudos, mencionou as precauções dos bernardistas contra Nilo Peçanha ao indicar as dificuldades existentes para a escolha de um nome de consenso à Presidência da República. FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20, p. 12.

conservação das instituições republicanas, uma aparente crítica a propostas de revisão da Constituição Federal.⁵⁷

Na conversa entre Raul Soares e Washington Luís, o senador mineiro afirmou ser Epitácio Pessoa um adversário dos estados do Sul com planos de apresentar candidatura nortista à Presidência. Nilo Peçanha foi considerado um político que levantava suspeitas na opinião pública, sendo assim vedado o seu acesso ao cargo. O governador bandeirante afirmou não possuir ainda candidatos e concordou com o diagnóstico do senador mineiro, mas avisou-lhe que não retirava seu próprio nome de possíveis cogitações, isto é, não se oporia ao lançamento de sua candidatura caso houvesse movimento favorável a ela. Como ocorria com o Rio Grande do Sul, o apoio dos paulistas ainda precisava ser conquistado ou conservado por Minas Gerais. Washington Luís buscou persuadir Raul Soares de que na conjuntura as questões políticas eram secundárias e com relação ao problema econômico fez uma espécie de programa de governo. Demonstrava assim o desejo de condicionar o amparo de São Paulo a Minas Gerais à incorporação por Bernardes de ideias econômicas de origem bandeirante.⁵⁸

A coordenação política entre Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul era a algo a ser construído através de negociações e não o efeito imediato de uma predisposição à união entre os três estados, os mais poderosos também em termos econômicos ou militares. Igualmente, a ocasião de os três mais fortes terem de se unir com o fito de embaraçar o estado do Rio de Janeiro evidencia o realce dos fluminenses, cuja força poderia crescer caso encontrassem ambiente propício ou conseguissem associações com outros estados. Para os mineiros, em acréscimo, o Catete possuía seus interesses próprios, não necessariamente coincidentes com os dos grandes estados do Sul. E mais: uma orientação do governo federal que fosse contrária ao Sul e favorável ao Norte poderia atrair os estados dessa região, em especial os capazes de desempenhar papel de relevo em sucessões presidenciais, como Bahia, Pernambuco e Ceará. Portanto, é possível investigar em que medida um eixo alternativo de poder - via região Norte - era algo viável ou temível para os articuladores mineiros, paulistas e gaúchos.

Nesse primeiro momento, foi sensível aos mineiros a oposição entre São Paulo e o Catete. Segundo correspondente de Bernardes, Epitácio Pessoa era visto nas ruas e em

⁵⁷ Carta de Mibiéli a Raul Soares. 25/2/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁵⁸ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 20/3/1921. AEL. FAB. MR 28.

altos círculos sociais paulistas “como um inimigo encapotado do estado”.⁵⁹ Tendo discordado do critério adotado em 1919 pelo presidente para a composição do seu gabinete ministerial (Epitácio Pessoa não teria consultado os governadores), Washington Luís não considerava que São Paulo possuía representante na administração federal, apesar de o ministro da Viação e Obras Públicas e o do Exterior serem paulistas. “Não temos ministro da política paulista no atual Ministério”, negou ele em carta ao deputado paulista Carlos de Campos. Em carta recebida do deputado Alberto Sarmiento, está escrito: “como você sabe, não temos no Ministério nenhum representante, propriamente dito, da política de São Paulo”.⁶⁰

Exprimindo pressões de comerciantes e lavradores ligados ao café, Washington Luís solicitou repetidamente que o governo federal agisse em defesa de seus interesses, mas não encontrou a disposição desejada, um sinal de que nem sempre os interesses do Catete coincidiam com o dos estados ou com a cafeicultura paulista. Nas palavras de Eul-Soo Pang, Washington Luís ficava “perturbado” com a “negligência do presidente quanto ao programa da estabilização do café”, “sacrificado para salvar o Nordeste”.⁶¹ Em contrapartida, em setembro de 1920, quando o governo federal solicitou aos governadores gaúcho, paulista e mineiro o arrimo para a criação de imposto federal de viação, recebeu uma recusa peremptória, salvo de Artur Bernardes, que assumiu uma postura conciliatória. Em conversa íntima com o deputado mineiro Afrânio de Melo Franco, Epitácio Pessoa classificou de “deslealdade” a postura assumida no episódio por São Paulo.⁶²

⁵⁹ Carta de Júlio Barbosa a Artur Bernardes. 18/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁶⁰ Carta de Washington Luís a Carlos de Campos (cópia). 27/7/20. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Arquivo Washington Luís (AWL). Caixa 241. Pasta 1; carta de Alberto Sarmiento a Washington Luís. 9/9/20. APESP. AWL. Caixa 193. Pasta 2. Pires do Rio, ministro da Viação, não tinha realmente ligações com o PRP, enquanto Azevedo Marques, do Exterior, fora deputado por aquele partido só até 1905. Ver: MEYER, José Miguel. Verbete de Pires do Rio; DIAS, Carlos Ungaretti. Verbete de Azevedo Marques. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11/6/2013.

⁶¹ Nesse capítulo, “Nordeste” é empregado para designar a área de atuação da IFOCS. Trata-se de uma sugestão da própria documentação, que em geral refere-se a “Norte” quando trata da articulação política dos estados da região. Para outra definição de Nordeste, ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras Artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

⁶² Os ofícios enviados por sociedades representativas dos interesses cafeicultores, assim como a correspondência trocada entre Washington Luís, representantes de São Paulo e o próprio presidente da República podem ser encontrados nas caixas 241 e 194 do Arquivo de Washington Luís do APESP. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 158. Sobre a conversa entre Epitácio a Afrânio, ocorrida nos jardins do palácio do Catete, ver: Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 19/12/20. AEL. FAB. MR 31.

Segundo Viscardi, a atitude de Minas Gerais no caso objetivava garantir o apoio de São Paulo para as eleições de 1922, mas sem perder a proteção do Catete. Atuando como intermediários no caso do imposto e em outros (como a defesa do café), estreitavam seus laços com ambas as forças enquanto viam o seu potencial concorrente – o próprio Washington Luís – enfraquecer-se pelo desgaste de suas relações com o governo federal. Após a atitude de Minas Gerais parcialmente favorável a Epiácio Pessoa, Bernardes enviou a Washington Luís carta de justificativa do seu gesto para preservar o bom entendimento entre os dois estados, o que não impediu o governador paulista de sutilmente expressar seu descontentamento.⁶³ De um modo ou de outro, o deputado paulista (e amigo dos mineiros) Álvaro de Carvalho, em carta a Afrânio de Melo Franco, admitiu como o governo de São Paulo não se saía bem: “Washington não é candidato por não poder sê-lo e não porque não tenha grande desejo”. “Os paulistas”, além disso, tratavam “tudo com muita inabilidade e disto dão provas nessa mesma questão do imposto [de viação]”.⁶⁴

Entretanto, como indicam ofícios do arquivo de Washington Luís, o desalinhamento entre o Catete e o estado bandeirante tinha outras raízes além do mencionado na carta do deputado Carvalho. A partir de meados de 1920, parte dos conflitos era causada pelos efeitos da recessão econômica europeia, que implicou em escassez de créditos e queda nas exportações brasileiras (em especial do café), situação agravada pela desvalorização da rubiácea. Isso gerou desaquecimento nos negócios, inflação e diminuição das importações e, em decorrência, afetou as contas da União, pagas em moeda nacional e assentadas basicamente sobre tributos internos e de importações. A falta de créditos e a queda nas exportações e preços do café levavam entidades representativas suas e o governo de São Paulo a pressionarem o Catete por uma intervenção em defesa do produto. Entretanto, o presidente da República contrariava tais expectativas, já que sua atenção apontava para o equilíbrio do orçamento federal,

⁶³ Carta de Artur Bernardes a Washington Luís. 2/1/1921. APESP. AWL. Pasta 201. Caixa 2; cópia de carta de Washington Luís a Artur Bernardes. 14/9/1921. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1. Observar que a data registrada na cópia da carta de Washington Luís não é a correta. Trata-se, com toda certeza, de 14 de janeiro de 1921; carta de Artur Bernardes a Washington Luís. 17/1/1921. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 2; cópia de Carta sem remetente (trata-se de Washington Luís) a Artur Bernardes. 21/9/1921. APESP. AWL. Pasta 201. Caixa 2. Essa data também está incorreta, pois o correto é 21 de janeiro de 1921.

⁶⁴ Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 19/12/20. AEL. FAB. MR 31. Nessa mesma carta, Afrânio também descreveu a Bernardes, detalhadamente, o que Epiácio pensava dos paulistas.

dedicado aos gastos com as obras de combate às secas no Nordeste e afetado pela conjuntura negativa vigente.⁶⁵

Em meio a tal ambiente – e auxiliado pelos deputados Sampaio Vidal e Cincinato Braga, Washington Luís encampou plano de criação de banco com privilégio emissor para reformar o sistema de crédito do país e estimular a execução de um plano, inteiramente nacional e perene, de defesa do café. Reclamada por setores ligados à produção e ao comércio do produto, tal medida era uma tentativa de responder à instabilidade dos mercados consumidor e financeiro internacional e às manobras de preço dos importadores, seus parceiros no modelo clássico de defesa do produto.⁶⁶ A opinião de que o sistema de crédito estava na origem da crise por não atender ao desenvolvimento do país era sustentada por Washington Luís e respaldada por Sampaio Vidal.⁶⁷ Para o deputado, um banco de emissão forçaria os credores nacionais a oferecerem empréstimos a prazos e juros adequados à lavoura, tendo, assim, duas funções interligadas, isto é, regular a circulação monetária e fornecer recursos aos industriais, aos comerciantes e aos produtores agrícolas.⁶⁸ Em agosto de 1920, Washington Luís lembrou em carta ao deputado Carlos de Campos que o governo paulista colocava a reforma financeira acima de tudo, minimizando a necessidade de mudanças como a instituição do voto secreto ou obrigatório e a reforma da Constituição.⁶⁹

Talvez pela oposição que despertava entre os demais estados e no Catete, Washington Luís chegou a considerar confidenciais os detalhes da reforma, enquanto insistia para que o Tesouro Nacional emitisse 50 mil contos de réis e os repassasse a

⁶⁵ FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*. vol. 6, n. 11. 1993, p. 3-8. A pressão que o “paulista de Macaé”, isto é Washington Luís, vinha sofrendo dos cafeicultores pode ser ilustrada no seguinte trecho de uma carta enviada por um anônimo que assina como “lavrador”: “se falta-lhe coragem para enfrentar o problema passe o governo ao seu substituto, que ele, não obstante ter preparo medíocre, é paulista e lavrador e temos esperança que alguma coisa tentará em nosso benefício”. Carta de Lavrador a Washington Luís. Sem data. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 3. Correspondência enviada a Washington por bancos e entidades representativas de interesse de classe e ligadas ao café: Carta do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo a Washington Luís. 24/7/20. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 1; carta da Associação Comercial de Santos a Washington Luís. 19/8/1921. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 3; telegrama da Associação Comercial de Santos a Washington Luís. 31/8/20. APESP. AWL. Caixa 194; carta da Associação Comercial de Santos a Washington Luís. 8/3/1921. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 1.

⁶⁶ KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na I República*. São Paulo: USP, 1986 (História, tese de doutorado), p. 143-147.

⁶⁷ Carta de Washington Luís a Carlos de Campos. 20/8/1921. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1.

⁶⁸ Não foi possível identificar o jornal em que o artigo foi publicado. Ver: APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1.

⁶⁹ Carta de Washington Luís a Carlos de Campos. 23/8/20. APESP. AWL. Caixa 240. Pasta 3.

bancos paulistas para a compra de café disponível no mercado e a eliminação da crise de numerários que atingia São Paulo.⁷⁰ Com vistas a emissões em benefício da cafeicultura, o deputado paulista Cincinato Braga tentou alterar em setembro de 1920 um projeto de intervenção federal no mercado do café, o que foi desaprovado por Eptácio Pessoa e, em razão disso, gerou pedido de demissão do líder do governo na Câmara dos Deputados, o paulista Carlos de Campos.⁷¹ Mais uma intervenção conciliatória de Minas resultou na retirada do pedido.

Mais tarde, Eptácio Pessoa (que aceitara a demissão) autorizou apenas um empréstimo a São Paulo e no valor de 30 mil contos, não 50 mil. Ponderou que, se o café era afetado pela crise, eram igualmente a borracha da Amazônia e o cacau da Bahia e, mesmo quanto ao café, era preciso considerar os interesses dos outros estados cafeeiros, ou seja, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi com base na concessão desse empréstimo que o presidente considerou São Paulo “desleal”, quando, tendo sido sua vez de solicitar o empenho dos estados para criar o imposto de viação, recebeu uma negativa de Washington Luís e do Partido Republicano Paulista (PRP).⁷²

Em março de 1921, quando Eptácio Pessoa, convencido dos malefícios que a má situação do café trazia à economia e às finanças, decidiu finalmente intervir no mercado, a esperança de Washington Luís era, uma vez mais, por adicionais emissões de socorro da parte do governo federal. Porém, ao manifestar esse desejo ao presidente, recebeu dele a negativa e em acréscimo a confirmação de que o governo só interviria se cada estado contribuísse com recursos na proporção de sua participação no mercado. O presidente rebateu uma assertiva de Washington Luís, a de que a defesa do café “não era um assunto regional”, mas sim merecedor “da atenção do governo do Brasil” e, precipuamente, da “União, por ser produto máximo da exportação brasileira”. Para o

⁷⁰ Os 50 mil contos, segundo Washington, serviriam ainda para aliviar a crise financeira causada pela retirada abrupta, em 1920, de 150 mil contos de réis do estado para o pagamento de dívidas contraídas junto à União em decorrência do Convênio de Taubaté e da valorização de 1917-18. Talvez essa retirada tenha indisposto ainda mais Washington com Eptácio. Em setembro, o ministro gaúcho da Fazenda, Homero Batista, chegou a prometer ao governo de São Paulo a soma de apenas 20 mil contos através de empréstimo no Banco do Brasil. Ver: Carta de Homero Batista a Washington Luís. 31/9/20. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 1.

⁷¹ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 294.

⁷² Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 19/12/20. AEL. FAB. MR 31.

Catete, a matéria concernia “mais imediatamente ao estado que nele, sobretudo, tem encontrado os elementos de sua prosperidade”.⁷³

Com os 50 mil, Washington Luís desejava na prática ensaiar de imediato operações de redesconto de títulos comerciais em benefício do café – preparação do terreno político para a criação do seu banco emissor.⁷⁴ Em maio, Raul Soares informou a Bernardes: “diz Washington que a candidatura Bernardes é de São Paulo, cujo maior interesse é assegurar o seu triunfo. O único empenho dele é incluir no programa a solução do problema do crédito – *o tal banco emissor*. Mais nada”.⁷⁵ Mesmo que a criação do órgão fosse um contrassenso à ênfase dada por Artur Bernardes à austeridade financeira e orçamentária, os mineiros endossaram tal projeto para garantir o arrimo e o sufrágio de São Paulo nas eleições de 1922.⁷⁶

Relatei tais conflitos para indicar um dos aspectos que explicam a emergência, na sucessão de Epitácio Pessoa, da aliança entre Minas Gerais e São Paulo. No começo, o grupo incluiu o Rio Grande do Sul, mas incompatibilidades descritas a seguir levaram os gaúchos a se afastarem dos dois estados, antes mesmo que a candidatura de Artur Bernardes fosse lançada. Nas negociações prévias para a escolha do candidato oficial, o PRP encontrava-se dividido e o governador bandeirante enfraquecia-se politicamente pelas resistências do presidente paraibano aos seus apelos de intervenção federal em defesa do café. Com dificuldades para se apresentar ou indicar candidato próprio à sucessão presidencial, Washington Luís condicionou a aceitação de nome de Bernardes à adoção pelos mineiros do projeto paulista de reforma do sistema nacional de crédito. Os mineiros aceitaram tal programa, pois haviam escolhido São Paulo, ao lado do Rio

⁷³ Cópia de Telegrama de Washington Luís a Epitácio Pessoa. 18.3.21. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 1; telegrama de Epitácio Pessoa a Washington Luís. 29/3/1921. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 1; telegrama de Washington Luís a Epitácio Pessoa. 29/3/1921. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 1.

⁷⁴ Carta de Washington Luís a Carlos de Campos. 20/8/1921. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1.

⁷⁵ Carta de Raul Soares a Washington Luís. 1/5/1921. AEL. FAB. MR 28. Grifo meu para evidenciar que o banco emissor era um programa paulista e não mineiro.

⁷⁶ Há nesse período detalhes sobre tal conflito de interesse que assumirão maiores proporções no final do triênio Epitácio Pessoa e no quadriênio Artur Bernardes. Em outubro de 1920, Epitácio Pessoa autorizou em benefício do café uma *pequena* emissão e a criação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Com tal instrumento, o banco poderia emitir para descontar títulos lançados por casas comerciais sobre sacas de café armazenadas – com limite imposto pelo governo federal. No começo do ano seguinte, Epitácio Pessoa autorizou que o banco comprasse os títulos comerciais de uma grande empresa ligada aos produtores de café. Entretanto, o emprego paralelo de recursos do banco para financiar o déficit público impossibilitou o sucesso das operações sem que se lançasse mão de grandes emissões através da carteira. Reparava o conflito de interesses entre o setor cafeeiro e o Estado. Em resposta, o governo contraiu empréstimo no exterior para a compra de café. Ver: FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Campinas: Editora Campus, 1995, p. 47-48.

Grande do Sul, como parceiros preferenciais no plano de isolar Epiácio Pessoa, Nilo Peçanha e dificultar o encaminhamento de qualquer projeto sucessório estranho aos interesses de Minas Gerais. Incluindo inicialmente o Rio Grande do Sul, a aliança entre Minas Gerais e São Paulo emergia, então, como uma precaução contra os perigos representados pelas aspirações de Epiácio Pessoa, dos estados do Norte e do governo fluminense.

Mas não bastava isolar o presidente, era preciso conquistá-lo, requisito mínimo para uma sucessão sem distúrbios sociais. Raul Soares, concordando com Washington Luís, considerava que Epiácio Pessoa não teria condições de impor um nome nortista contra a vontade dos estados do Sul, mas tinha condições de vetar qualquer candidatura que lhe fosse hostil, bastando para isso negar-lhe apoio num meio político que já se mostrava pouco propício a uma eleição tranquila.

Acreditava-se que a articulação de uma frente de estados nortistas por parte de Epiácio Pessoa desdobrar-se-ia do auxílio com que ele distinguia o Nordeste através da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Um deputado mineiro opinou que o presidente não reunia condições para tal realização, pois os investimentos haviam-se concentrado na Paraíba, em detrimento dos demais estados da região.⁷⁷ O seabrista Antônio Moniz afirmou que o presidente tentou animar as oposições baianas na eleição estadual de 1919 para tornar o candidato ruísta (Paulo Martins Fontes) vitorioso e dependente da investidura federal, com o propósito de tornar a Bahia, ao lado de Pernambuco, o centro das operações nortistas. Moniz afirmou que Epiácio Pessoa desistiu do seu intuito, mas não informou quando nem o porquê.⁷⁸

Sua opinião fazia sentido, pois a atuação em bloco do Norte seria facilitada pela existência de sintonia entre o governo federal os dois maiores estados da região, isto é, Bahia e Pernambuco, uma vez que os outros estados – salvo o Ceará – eram em geral tidos como pequenos e, portanto, tementes ao Catete. Mas no começo do governo de Epiácio, o tabuleiro da política baiana era bem mais um fator de risco do que um porto seguro. Além disso, o presidente era agora adversário de Rui Barbosa e de Moniz Sodré.⁷⁹

⁷⁷ Carta de Joaquim Sales a Artur Bernardes. 26/4/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁷⁸ ARAGÃO, Antônio Moniz, *A Bahia e seus governadores na República*, p. 690. A primeira edição desse livro é de 1923.

⁷⁹ Rui Barbosa concorrera com Epiácio na sucessão presidencial de 1919. A informação de que o senador baiano e Moniz Sodré eram adversários e até inimigos de Epiácio Pessoa pode ser encontrada nos

Alguns indícios demonstram que, apesar dessas dificuldades, Epiácio Pessoa, na sucessão de 1922, tentou favorecer os estados do Norte em articulação não com a Bahia, mas com Pernambuco, que tinha no proeminente deputado Estácio Coimbra um elo sólido com a Presidência da República. Como visto, Pernambuco, em oposição à Bahia, vinha experimentando fase de estabilidade com a implantação da política pacificadora de José Bezerra. Em março de 1921, Ascendino Cunha, líder da bancada paraibana e amigo pessoal de Epiácio Pessoa, procurou o mineiro Afrânio de Melo Franco e participou-lhe que a adesão do Catete à candidatura do governador mineiro era condicionada à continuidade no quadriênio subsequente do programa de combate às secas do Nordeste, o que foi aceito pelos bernardistas.⁸⁰

Em abril e maio, o presidente pressionou Minas Gerais para que a candidatura de Bernardes fosse lançada só depois do reconhecimento de poderes dos eleitos para o Congresso Nacional, muito provavelmente para impedir que a possível adesão dos estados ao nome mineiro enfraquecesse sua autoridade sobre a composição da nova legislatura.⁸¹ Em seguida, exigiu a demissão do líder paulista do governo na Câmara dos Deputados (Carlos de Campos) e o substituiu por Estácio Coimbra, o que tornou Pernambuco o seu representante no Congresso Nacional, uma vez que a bancada estadual logo prestou solidariedade ao seu líder. Pressionou igualmente pela demissão do presidente mineiro da Casa (Júlio Bueno Brandão) chegando a sugerir para o lugar o deputado baiano Torquato Moreira. Desistiu desse nome graças a uma ponderação – não detalhada na carta – de Estácio Coimbra e à resistência de Minas Gerais, que aproveitou a situação para fortalecer a aliança com São Paulo através da indicação do paulista Arnolfo Azevedo.⁸² Sofrendo resistências, tentou retirar os grandes estados das presidências das comissões parlamentares. Ao final da composição, os estados com

seguintes documentos: Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 31/5/21; AEL. FAB. MR 28; carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 19/7/1922. AEL. FAB. MR 28.

⁸⁰ O deputado paraibano e amigo de Epiácio era Ascendino Cunha. Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 22/3/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Pires do Rio a Artur Bernardes. 29/3/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁸¹ Carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 10/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁸² Carta sem remetente e sem destinatário. 19/4/1921. AEL. FAB. MR 28. Ver o fotograma número 94 do microfilme. Não foi esclarecido qual seria a ponderação de Estácio Coimbra, mas ela foi mencionada aqui: Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 19/4/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 20/4/1921. AEL. FAB. MR28.

presidências das comissões mais importantes na Câmara dos Deputados eram Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão.⁸³

As consequências da desarmonia entre o Catete e o nome mineiro vieram à tona por ocasião do reconhecimento de poderes, quando o presidente, com vistas a criar uma forte situação no Congresso Nacional, procurou facilitar a entrada de candidatos aliados e impedir a de opositores, aplicando aos trabalhos uma influência concorrente àquela voltada para angariar amparos à candidatura Bernardes. Isso frustrou os mineiros, que esperavam usar a sua grande bancada no Parlamento para negociar apoio nos casos de contestações de diploma. Além de pedir que a candidatura só fosse lançada depois de concluído o reconhecimento, o presidente pressionou para que a bancada de Minas o acompanhasse em seus propósitos. Blefando ou não, alegava que era seguido em peso pelo Norte.⁸⁴

No caso da Bahia, por exemplo, o presidente pediu aos mineiros que votassem pelo reconhecimento de Leão Veloso, candidato ruísta que contestava a eleição de um seabrista do PRD. Veloso era diretor e homem influente na redação do *Correio da Manhã* e por isso obteve o respaldo de Edmundo Bittencourt, ruísta e proprietário do jornal. Bittencourt prometeu aos mineiros não rejeitar Bernardes se Minas Gerais votasse pelo reconhecimento do seu candidato. Entretanto, apesar de tais pressões, os mineiros se pronunciaram em favor do seabrismo, para garantir o seu sufrágio nas eleições presidenciais.⁸⁵ Noutro caso, Epiácio Pessoa, após muita insistência, conseguiu que Minas Gerais se manifestasse contra o reconhecimento de Nicanor Nascimento, o que foi muito embaraçoso, pois o caso ganhou repercussão na imprensa e nele São Paulo votaria contra o Catete.

No Senado, os mineiros tiveram dificuldade num caso de contestação do Piauí, em que Epiácio optou pelo reconhecimento de Félix Pacheco, enquanto São Paulo optou por um militar que representava o descontentamento do Exército contra o governo

⁸³ *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 6/5/1921. Ver também: *Anais da Câmara dos Deputados*. Volume 2. 1922. Sobre Epiácio Pessoa e como os recursos do IFOCS permitiram-lhe consolidar o poder de sua oligarquia na Paraíba, ver: LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

⁸⁴ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 29.4.21. AEL. FAB. MR 28; carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 3/5/1921. AEL. FAB. MR 31; carta de Armando Burlamaqui a Artur Bernardes. 9/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁸⁵ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 24/4/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 29/4/1921. AEL. FAB. MR 28. As relações entre Edmundo Bittencourt com Rui Barbosa e Leão Veloso foram descritas em: BORGES, Vera Lúcia Bógea. *A Batalha Eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p. 96-98. Ver também: *Correio da Manhã*, 15/6/1951, p. 7.

federal.⁸⁶ Num caso de contestação do próprio estado de São Paulo, Ascendino Cunha pediu aos mineiros que votassem com o presidente da República e contra Washington Luís. Quando um deputado mineiro manifestou-se favorável a encaminhamento semelhante, Afrânio de Melo Franco teve de intervir para que o seu gesto não levasse ao esfriamento das relações entre Minas Gerais e São Paulo.⁸⁷

Segundo parte da historiografia, reformas introduzidas por Campos Sales (1898-1902) no regimento interno da Câmara dos Deputados eliminaram ou diminuíram substancialmente os riscos de conflito entre Legislativo e Executivo, conferindo estabilidade à República. Pela reforma, o presidente da nova legislatura, em vias de constituir-se através dos reconhecimentos de poderes, não seria mais o deputado mais idoso, mas sim o presidente da legislatura finda, eleito sob influência do Catete. Como esse presidente seria o responsável pela eleição das comissões de verificação de poderes, conferia-se ao governo federal influência sobre a composição da nova Câmara dos Deputados. Igualmente, os diplomas dos deputados, antes emitidos por essas comissões, seriam a partir de então as atas emitidas nas eleições, ocorridas nos estados. Com isso, transferiam-se da Casa para os estados as disputas em torno das eleições e do reconhecimento de poderes.

No entanto, as intervenções de Epitácio Pessoa durante o reconhecimento e a composição da mesa da Casa revelam a permanência dos riscos de conflitos que tais ocasiões traziam para as relações entre Executivo e Legislativo. Como observou Cláudia Viscardi, a reforma inserida por Campos Sales na eleição do presidente da Câmara seria posteriormente desfeita e o dispositivo sobre o diploma dos deputados não eliminaria o poder de veto das comissões de verificação de poderes e, portanto, a influência dos parlamentares na renovação da Câmara dos Deputados. A crença na longevidade dos efeitos das reformas de Campos Sales está na base de algumas interpretações que validam a tese do café com leite, isto é, a da existência de uma aliança permanente entre Minas Gerais e São Paulo.⁸⁸

⁸⁶ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 1/5/1921. AEL. FAB. MR 28; APESP. Carta de Nicanor Nascimento a Washington Luís. 20/5/1921. Caixa 193. Pasta 1.

⁸⁷ Carta de Ascendino Cunha a Artur Bernardes. 16/4/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Afrânio de Melo Franco a Washington Luís. 2/5/1921. APESP. Caixa 193. Pasta 1.

⁸⁸ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 31-34. Um exemplo dessa associação entre política do café com leite e reformas de Campos Sales está na introdução comum publicada pelos historiadores Joseph Love, Robert Levine e John Wirth sobre São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Ver, por exemplo, LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 21.

É possível que a adesão dos mineiros ao projeto do banco emissor de Washington Luís tenha levado Borges de Medeiros a se afastar de Artur Bernardes, mesmo após expressar concordância quando procurado por Pedro Mibiéli. Tal hipótese não exclui a indicada por Viscardi – de que os gaúchos opuseram-se ao nome mineiro por se verem excluídos das negociações para sua escolha.⁸⁹ Deixar de ser consultado para as articulações de uma candidatura significava não ter, da parte do escolhido, postos em matéria de ocupação de posições ou montagem de programas no futuro governo. Segundo o deputado Olinto Magalhães, o governador gaúcho estava melindroso pela circunstância de não ter sido ouvido antes da divulgação da combinação feita entre Minas Gerais e São Paulo.⁹⁰ Como suspeitou Joseph Love, tal melindre expressava muito provavelmente a reticência dos gaúchos ante a possível adoção do projeto de banco emissor ou mesmo o temor de futuras alterações na Constituição.⁹¹

Não por acaso, Borges de Medeiros exigiu que o programa de Artur Bernardes fosse dado a público e amplamente debatido antes que o Rio Grande do Sul manifestasse sua anuência. Num claro sinal de que a sucessão ameaçava tomar um rumo distinto do padrão usual – o que os mineiros procuravam evitar, a exigência de Borges de Medeiros propunha o rompimento com uma cultura política em que as candidaturas eram negociadas em altas esferas da política, isto é, distante da participação dos estados menos poderosos, da imprensa e da população eleitora ou não. Raul Soares observou que o debate público de programas levaria ao desgaste do nome de Artur Bernardes ao revelar a contradição de interesses entre as forças com as quais Minas Gerais barganhava. Em carta a Artur Bernardes, considerou que a aceitação da proposta gaúcha criaria situação difícil, “dada a anarquia política do nosso meio. Verifique, por exemplo, que ele [Borges de Medeiros] é contrário a golpes de emissão bancária, ponto capital de São Paulo”.⁹²

O impasse sucessório e a candidatura de Seabra

Ao término do reconhecimento dos poderes no Congresso Nacional, a candidatura Bernardes era objeto de reservas tanto na imprensa quanto em rodas políticas informais, em parte porque já se cogitava que não teria consigo o Catete. Mas também porque já

⁸⁹ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 302.

⁹⁰ AEL. FAB. MR28. Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 1/6/1921.

⁹¹ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, p. 204-205.

⁹² Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 7/4/1921. AEL. FAB. MR 28.

circulavam notícias da distância do Rio Grande do Sul, da iminência do retorno de Nilo Peçanha da Europa e das articulações de militares descontentes em torno da candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Parte dos hermistas almejava o controle da República pelos militares, para – seguindo o repertório da caserna – “salvá-la” do “bacharelismo” e da “politicagem” civil. Mas a candidatura Hermes da Fonseca também reunia civis antagônicos ao governo federal, lideranças do movimento operário, além da imprensa carioca – todos vendo no marechal um antídoto contra o esquema dominante que os excluía do poder, cuja continuidade era visualizada na candidatura mineira. De fato, o nome de Hermes da Fonseca seria envolvido em diferentes episódios de conflito entre oficiais descontentes, Epitácio Pessoa e o ministro civil da Guerra Pandiá Calógeras e oficiais descontentes.⁹³

Diante desse quadro movediço, Raul Soares reconheceu a urgência do lançamento da candidatura Bernardes para, através da adesão dos estados, dar uma demonstração pública de força.⁹⁴ Seria ideal, para isso, que São Paulo erguesse o nome mineiro, para assim demonstrar ao mundo político a adesão dos paulistas. Mas Washington Luís recusou-se a agir, alegando que o lançamento da candidatura por seu estado levaria ao veto do Catete, dado o hiato entre São Paulo e a Presidência da República. Diante disso, em 20 de maio, o PRM enviou telegrama a todos os governadores convidando representantes seus para a Convenção Nacional em que o nome de Bernardes seria homologado. Enquanto os estados a princípio aceitaram participar da assembleia, Borges de Medeiros negou-se e confirmou em telegrama a exigência de que a plataforma de Bernardes fosse revelada e discutida.⁹⁵

Como fica evidente até aqui, os mineiros agiram com cuidado e lançaram mão do convencimento e da negociação para serem ombreados pelo Rio Grande do Sul, São Paulo e, em seguida, o próprio Catete. Posteriormente, na tentativa de manter tais aliados, comprometeram-se com as exigências dos paulistas de criação de um banco emissor e com as exigências de Epitácio Pessoa, entre elas a parceria no reconhecimento de poderes, concessão de espaços no Congresso Nacional aos estados do Norte, além do compromisso de manter o programa de obras contra as secas. A defecção do Rio Grande

⁹³ Os ministérios militares eram o da Marinha e da Guerra. PRESTES, Anita. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 41-53.

⁹⁴ Carta de Armando Burlamaqui a Artur Bernardes. 9/5/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 10/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁹⁵ Telegrama de Borges de Medeiros a Artur Bernardes. 24/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

do Sul, porém, representou a impossibilidade de contentar a todos e expôs a contradição de interesses entre os atores com os quais os mineiros conversavam, o que ficou exposto na exigência de exposição e discussão do programa de Artur Bernardes.

A recusa de Borges de Medeiros deixou o Rio Grande do Sul fora da aliança, aumentando o risco de uma candidatura dissidente. Porém, do mesmo modo que os aliados de Bernardes procuravam frustrar o estado do Rio de Janeiro encaminhando a questão sucessória antes do retorno do líder fluminense de sua viagem à Europa, também contavam poder isolar o líder gaúcho e suas exigências. “O Rio Grande continua na moita”, disse Raul Soares a Artur Bernardes, “quer declaração, ao que me consta, nem que seja particularmente. Para mim, o que ele quer agora é uma saída. Creio que todo programa servirá para ele”. Opinião semelhante manifestou Carvalho de Brito ao governador mineiro: “não contemos com os puritanos do Rio Grande nem com os negociastas de São Paulo. Aqueles idealistas ficam, como conservadores, com o governo, da mesma maneira que estes homens práticos”.⁹⁶

O lançamento da candidatura Seabra no final de maio expôs novo conflito de interesse entre as forças com as quais Minas Gerais articulava e, ao mesmo tempo, frustrou os seus planos de isolar o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Para assegurar o apoio dos estados do Norte e do Catete, Minas e São Paulo haviam deixado para Epitácio Pessoa a escolha de um candidato nortista para a vice-presidência da República. Como ocasionalmente o vice poderia substituir o titular, o cargo era estratégico e seu ocupante deveria inspirar confiança do presidente e das forças que o sustentavam. O risco era menor em substituições temporárias, mas em 1897 o paulista Prudente de Moraes precisou reassumir às pressas a Presidência com vistas a obstar um suposto golpe envolvendo o vice baiano, Manuel Vitorino.⁹⁷ Em substituições permanentes, o vice teria a chance de influir nos rumos políticos do país através do exercício da Presidência e do encaminhamento de sua própria sucessão. Quando Afonso Pena faleceu na segunda metade do seu mandato, Nilo Peçanha completou a gestão e imprimiu à sua sucessão presidencial um caminho distinto do desejado pelo antecessor e seus aliados. Já o mineiro Delfim Moreira não completou o quadriênio do paulista Rodrigues Alves, mas sua presença no palácio do Catete foi importante para que São Paulo não retomasse o cargo em 1919.

⁹⁶ Telegrama de Raul Soares a Artur Bernardes. 23/5/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 13/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

⁹⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o barão*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 64.

Além disso, o vice-presidente era em simultâneo presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, detendo o voto de Minerva. Por fim, tinha o poder de sancionar qualquer projeto de lei rejeitado pelo Executivo Federal e que, reenviado às duas casas do Parlamento, houvesse recebido maioria de dois terços.⁹⁸ O vice era, de certa forma, um ponto de articulação entre o Senado e o Executivo. Como o cargo, por tais razões, exigia harmonia de vistas e estreita colaboração, não era estranho que o vice aparecesse entre os presidenciáveis assim que se abria o processo sucessório.⁹⁹ A propósito, até a gestão de Epitácio Pessoa, quatro dos sete vice-presidentes da República haviam substituído permanentemente o chefe do Executivo ou por eleição sucederam-no na Presidência da República.¹⁰⁰ Portanto, além de estar encarregada de um estreito contato com os atores e as instâncias federais da política, a vice-presidência poderia ser um degrau para a Presidência da República.

Mas o lançamento sob pressão do nome do governador de Minas Gerais pelo próprio PRM, por meio da convocatória à Convenção Nacional, deixou aberto o cargo para a vice-presidência e deu espaço para uma nova disputa, isto é, a ocorrida entre Bahia, Pernambuco e secundariamente o Rio de Janeiro. Ciente das aspirações da Bahia e do Rio de Janeiro, Epitácio Pessoa prestigiou de modo discreto o governador de Pernambuco, José Bezerra. Como notou um correspondente de Bernardes: “Pernambuco era a terra onde o presidente formou o seu espírito, lá tinha parentes e amigos, de lá tirou o seu líder”, Estácio Coimbra. Na Bahia, em contrapartida, Seabra realizara um acordo com Rui Barbosa (adversário de Epitácio), além de não honrar compromissos financeiros firmados com o Banco do Brasil.¹⁰¹

O presidente, inclusive, prometera aos pernambucanos que o nome de José Bezerra seria lançado pela Paraíba; entretanto, recuou quando a Bahia lançou o nome de Seabra, jurando neutralidade, apesar de nos bastidores continuar em prol de Bezerra. Evitando declarações públicas,¹⁰² Epitácio Pessoa confessou a Raul Soares numa conversa: “não posso em hipótese alguma aceitar o Seabra”, explicando-se assim: “nossas relações nunca foram boas. Conheço-o desde o tempo em [que] era estudante e

⁹⁸ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19/08/2014.

⁹⁹ Desde que não tivesse assumido a Presidência no último ano do mandato.

¹⁰⁰ Ver o site da Presidência: <http://www2.planalto.gov.br/>. Acesso em: 28/8/2014.

¹⁰¹ Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁰² Em editorial, o governista *O Imparcial*, dentre outras coisas, indicou que a existência de medo de que a divisão do mundo político em torno da sucessão comprometesse a administração de Epitácio no Congresso. *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 23/4/1921.

ele professor”, na faculdade de Direito do Recife. “Formei dele mau juízo”, apontou. “Desde a intervenção na Bahia [Seabra] nunca mais se correspondeu comigo”. Nesse trecho, não fica claro porque a intervenção de 1919 teria esfriado as relações entre o Catete e o situacionismo baiano, mas é fato que Epiácio Pessoa só agiu naquela ocasião bem depois de o governador Antônio Moniz requisitar a intervenção, a qual, por fim, beneficiou os coronéis rebeldes e não o governo estadual.¹⁰³

Com tais indicações – isto é, simpatia por José Bezerra, hostilidade por J. J. Seabra e recusa em envolver sua autoridade pública em benefício da candidatura pernambucana, Epiácio, de modo proposital ou não, revelou a seriedade da disputa em torno da vice-presidência. Relembrando tal acontecimento, o *Diário da Bahia* atribuiria ao presidente o intuito de deslocar para Pernambuco e Paraíba uma suposta “supremacia” da Bahia sobre o Norte.¹⁰⁴ Entretanto, se os pernambucanos contavam com as simpatias de Epiácio Pessoa, Seabra conquistou, além de Antônio Azeredo (vice-presidente do Senado e um dos chefes do Mato Grosso), o Rio Grande do Sul e o senador carioca Paulo de Frontin (principal liderança do Distrito Federal), o que foi visto como um sinal de que sua postulação recebia o apoio de adversários do Catete.¹⁰⁵ Além de Seabra contar com a parceria do sertanejo e capitalista baiano Geraldo Rocha, dono de uma rede de jornais cariocas (*A Notícia, Rio Jornal e a Pátria*) que poderia levar “perturbações” ao ambiente político, *O Democrata* publicou que ele recebeu apoio do Maranhão e do Ceará, numa tentativa de indicar que a Bahia conseguia adesões no Norte.¹⁰⁶ Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, Seabra argumentou que a recusa do seu nome traria embaraços Bernardes, pois os elementos que o apoiavam poderiam julgar-se preteridos por Minas Gerais. Para indicar que valia mais do que José Bezerra, explicou que a Bahia jamais ficaria isolada caso fosse abandonada, pois, diferente do Leão do Norte, contava com a adesão do Rio Grande do Sul, que já havia negado apoio a Minas Gerais.¹⁰⁷ “Estamos num impasse terrível”, lamentou o senador Raul Soares ao governador mineiro: manifestar “pelo Bezerra é ter contra nós a Bahia e com certeza o Rio Grande do Sul, que seria capaz de animar uma chapa para presidente

¹⁰³ Sobre a promessa de neutralidade feita por Epiácio a Seabra, ver: Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 2/6/1921. AEL. FAB. MR 28. Sobre os compromissos de Epiácio com Pernambuco, ver: Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 8.

¹⁰⁴ *Diário da Bahia*, 13/10/22 e 14/10/1922.

¹⁰⁵ *O Imparcial* (Rio de Janeiro) do dia 1/6/1921. *O Democrata*, 2/6/1921.

¹⁰⁶ Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 4/6/1921.

e vice-presidente”, reunindo “todos os descontentes, miseráveis, elementos anárquicos e etc”. Indicar Seabra, por sua vez, era “pôr contra nós declaradamente o Bezerra e nos bastidores ou talvez publicamente o presidente [Epitácio] e o estado do Rio. Veja que situação!”¹⁰⁸

O próprio Washington Luís recebeu solicitação de apoio por parte da bancada da Bahia e de Pernambuco, mas decidiu conservar a neutralidade e não envolver na disputa o estado de São Paulo.¹⁰⁹ Noutro indício da relevância do cargo em questão, o governador mineiro explicou a Antônio Azeredo que temia intervir na disputa, optar por um candidato que, por fim, não fosse o escolhido e assim colocar em risco a harmonia de vistas que deveria prevalecer entre o presidente e seu companheiro de chapa.¹¹⁰ Aliás, durante parte do tempo em que Bahia e Pernambuco disputaram a vaga, as sessões no Congresso Nacional foram esvaziadas para evitar choques entre as duas bancadas e o conseqüente agravamento da situação.¹¹¹

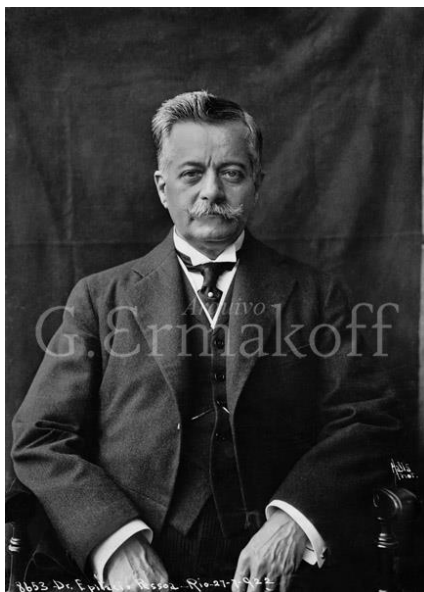


Figura 7 - Epitácio Pessoa em estúdio de Augusto Malta. Rio de Janeiro, 27/1/1922. Fonte: sítio do Arquivo G. Ermakoff.

¹⁰⁸ A referência à oposição do Rio de Janeiro à candidatura de J. J. Seabra explica-se pelo desejo do governador do estado Raul Veiga de ocupar a vice-presidência, apesar da ambição de Nilo Peçanha de obter para o Rio de Janeiro a Presidência da República. Carta de Raul Soares para Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁰⁹ Cópia de telegrama de Washington Luís para Artur Bernardes. 26/5/1921. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 2; cópia de telegrama de Washington Luís para Moniz Sodré. 27/5/1921. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 2.

¹¹⁰ Carta de Artur Bernardes a Antônio Azeredo. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹¹¹ *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 11/6/1921.

A atitude de Epiácio Pessoa demonstra que a crise decorria em parte da inexistência de identificação perfeita entre o Catete e a candidatura de Minas Gerais, evidência do papel estratégico do Executivo Federal em sua própria renovação e, conseqüentemente, na ocorrência de sucessões tranquilas. O presidente não detinha monopólio na escolha do sucessor. Mas fazia parte das negociações e tinha o poder de veto de nomes emergentes das negociações com as oligarquias estaduais. Com efeito, num determinado momento, Bernardes chegou a decidir-se por Seabra, mas recuou diante da ponderação de Raul Soares de que o presidente não aceitaria tal solução.¹¹² Diante do impasse, o paraibano passaria a endossar a indicação de um terceiro nome, tendo Antônio Azeredo mostrado os riscos dessa opção: “seria talvez prejudicar a nossa causa, que começa a ser combatida desabridamente, ao ponto de se falar em candidaturas militares”. Para ele, se os baianos insistissem com o nome de Seabra e se os pernambucanos não abandonasse a candidatura Bezerra, “não nos iludamos, teremos dias amargos e de grande agitação”.¹¹³ Embora, com tais palavras, Azeredo quisesse levar Minas a decidir-se por Seabra, sua análise encontraria respaldo na publicação posterior de uma nota em que as bancadas de Pernambuco e da Bahia informavam que já entravam em acordo para a indicação de Seabra ou de Bezerra, ao mesmo tempo em que rejeitavam um *tertius*. Contrapondo-se a Epiácio Pessoa, Pernambuco e Bahia reivindicavam sua liderança sobre o Norte e um maior espaço nas negociações para a sucessão presidencial.¹¹⁴

Para os bernardistas, numa conjuntura em que parecia difícil preservar as alianças, tendo o Rio Grande do Sul virtualmente já na oposição, agir na hora certa era vital. Marcar a convenção para uma data anterior ao retorno de Nilo Peçanha ao país seria obter o compromisso dos partidos estaduais e impedir que o líder fluminense, de volta, pudesse dificultar o encaminhamento das negociações ou mesmo articular uma candidatura alternativa. Daí a relevância da disputa em torno da vice-presidência: ao levantar o nome de Seabra contra o Catete e Pernambuco, a Bahia ameaçava esgarçar divisões em curso, dificultando a neutralização, pelos mineiros, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Com efeito, a disputa entre Bahia e Pernambuco impôs aos mineiros

¹¹² Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 1/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹¹³ Carta de Leon Roussoulières a Artur Bernardes. 21/5/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28. Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 2/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹¹⁴ *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 2.6.21

a pressão para que cedessem e convocassem a reunião dos estados para depois da chegada de Nilo, na esperança de que ele contribuísse para desanuviar o ambiente, através de negociações junto a seus amigos Seabra e Bezerra. Era uma medida arriscada e, consciente disso, Raul Soares obteve da bancada da Bahia e de Pernambuco a publicação de uma nota em que colocavam fora de questão a candidatura Bernardes.¹¹⁵

Apesar disso, quando Nilo Peçanha retornou, as condições para o aparecimento de uma candidatura dissidente já estavam dadas. Primeiro, o chefe fluminense procurou revelar ao mundo político a intransigência de Minas Gerais ao simular empenho pela indicação de candidato consensual para a vice-presidência, o que sabidamente seria negado pelos aliados de Bernardes.¹¹⁶ Com isso, lançava sobre tais políticos a responsabilidade pelo impasse surgido e criava certa legitimidade para que na Convenção Nacional não tomassem parte os demais estados, principalmente Bahia, Pernambuco e o próprio Rio de Janeiro, que já se haviam comprometido em participar da reunião, mas estavam descontentes com os rumos das negociações. Diante de tal quadro, o Rio Grande do Sul manteve-se firme em sua recusa de participar da Convenção, convocada para 8 de junho. Pernambuco e Bahia ausentaram-se, com a justificativa de não concordarem com a decisão dos aliados de Bernardes de levar à assembleia, como candidato *tertius* para a vice-presidência, o nome do governador do Maranhão, Urbano Santos. O Rio de Janeiro não compareceu e apresentou como justificativa uma crítica de Nilo Peçanha a convenções voltadas para a escolha de candidatos à Presidência e nas quais comparecessem parlamentares que posteriormente apurariam as eleições.

Finalmente, no dia 28 de junho, após negociações diversas, os quatro estados ausentes da Convenção Nacional lançaram os nomes de Nilo e Seabra como candidatos à Presidência e à vice-presidência, concretizando, assim, uma aliança entre as principais forças políticas adversárias de Bernardes, o que incluiria, posteriormente, o Distrito Federal (através da adesão de Paulo de Frontin), o governo do Amazonas, setores das oposições nos estados bernardistas, além de militares e amplas frações do eleitorado, sobretudo nas principais capitais do país. Nascia a Reação Republicana. Apesar de unida num primeiro momento, o peso do seabrismo em tal movimento levaria a política

¹¹⁵ Carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 31/5/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹¹⁶ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 15/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Henrique Lessa a Artur Bernardes. 17/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

estadual a cindir-se entre a Convenção Nacional e a Reação Republicana, reabrindo dessa forma a rivalidade entre o Cara de Bronze e o águia de Haia.

A Bahia e a campanha da Reação Republicana

Na I República, havia conflitos de interesses durante a escolha de nomes para a Presidência. Antes de 1921, houve muitas candidaturas antagônicas ao Catete, em especial em 1891 (Prudente de Moraes contra Deodoro da Fonseca), em 1902 (Quintino Bocaiúva contra Rodrigues Alves), em 1909 (Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca) e 1919 (Rui Barbosa contra Epitácio Pessoa). Entretanto, a praxe na I República era a resolução dos conflitos interoligárquicos em círculos seletos e a uma distância temporal segura das eleições, o que frequentemente gerou candidaturas cuja vitória era de antemão assegurada.¹¹⁷ Com liderança de Rui e Seabra, a Campanha Civilista e a Reação Republicana distinguiram-se de tal padrão, e também das outras campanhas oposicionistas. Evocando de certa forma a experiência do Civilismo, a Reação Republicana apoiou-se em quatro relevantes estados, articulou-se com militares e através de programa crítico aos vícios do regime republicano desencadeou – em nível nacional – uma campanha sufragista com tremendo impacto no universo político, marcando para algumas interpretações o princípio do fim do regime instituído em 1889.¹¹⁸ Para tal desgaste foi decisiva a própria atitude monopolista e intransigente que Minas Gerais e São Paulo opuseram, em aliança, à campanha da Reação Republicana.¹¹⁹

¹¹⁷ LANG, Alice da Silva. Verbetes de Prudente de Moraes; LEMOS, Renato. Verbetes de Quintino Bocaiúva. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 30/7/2013. BORGES, Vera Lúcia Bógea, *A Batalha Eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

¹¹⁸ FERREIRA, Marieta de M; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

¹¹⁹ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 316.

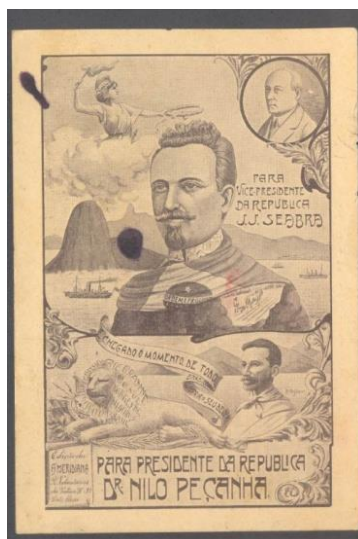


Figura 8 - Cartão postal de propaganda da Reação Republicana. Traz a inscrição “é chegado o momento de todos os brasileiros cumprirem seu dever”, o que era um chamado ao eleitorado. O Rio de Janeiro aparece representado por Nilo Peçanha, enquanto Bahia e Rio Grande do Sul por seus governadores. Não há referência a Pernambuco. Fonte: coleção Antonio Negro.

O primeiro desafio dos “Aliados” (era assim que se designavam os membros da Reação Republicana) foi congregar em torno de uma chapa única os interesses díspares que os levaram a cerrar fileiras contra Bernardes. Como conciliar os interesses de Pernambuco com os da Bahia, se a bancada baiana conseguira interpor-se entre Bezerra e a vice-presidência da República, ao lançar o nome de Seabra? Se, como constava, os gaúchos acreditavam no envolvimento de Bezerra no assassinato de Pinheiro Machado em 1915, qual seria o seu comportamento numa aliança integrada pelos pernambucanos? A decisão de levar Pernambuco à dissidência teria partido de Bezerra e causou estranhamento na bancada e no palácio do Catete. Encontrando-se com Estácio Coimbra na saída do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o baiano Aurelino Leal ouviu do deputado que “essa história de Pernambuco ter aderido à chapa Nilo-Seabra é adiantamento dos jornais”.¹²⁰ Inconformado com a rebeldia do Leão do Norte, Epitácio Pessoa procurou restabelecer a sintonia com Recife mediante pressões e ameaças: “você parece não estar esclarecido sobre a situação”, telegrafou a Bezerra, “Pernambuco empenhou sua palavra em favor de Artur, solenemente”. “Você parece esquecer-se de que toda a competição foi com Seabra”, continuou ele, “que você só não é candidato por causa de Seabra; como que vai afundar-se formando na [ilegível] de Seabra?”. “Lembre-se ainda”, alertou por fim, “o que será para Pernambuco uma oposição ao

¹²⁰ Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 17/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

governo federal, durante seis anos, pois não tenha a menor dúvida de que o Artur triunfará”.¹²¹ Pouco proféticas, porque afeitas e íntimas do *modus operandi* do processo político da República, as conselheiras linhas de Epitácio poderiam ser aplicadas também a Seabra que, após a derrota da Reação Republicana, teve de cuidar de si no plano nacional com medidas cautelares semelhantes às que aplicou no plano estadual em 1920, quando no palácio Rio Branco reassumiu o governo da Bahia. Como se verá, Seabra, passadas as disputas presidenciais, esforça-se para estreitar laços com o Catete, então ocupado por Artur Bernardes.

O apoio dos militares hermistas era almejado pela oposição, mas o desejo de reeleger o marechal era incompatível com as aspirações do estado do Rio de Janeiro e do palácio Rio Branco, sede do governo da Bahia. Sem a articulação com as elites civis que permitiu sua vitória sobre o Civilismo, Hermes da Fonseca e seus aliados procuraram seu antigo oponente Rui Barbosa e criaram na dissidência uma possibilidade alternativa ao nome do governador da Bahia (Seabra) e do líder fluminense (Nilo). O objetivo era abrir espaço ao lado de Rui para o marechal, seja como candidato à Presidência ou à vice-presidência. Em meados de junho, por exemplo, ao ser procurado por Nilo para tratar da sucessão presidencial, Hermes aconselhou que o melhor nome seria o do águia de Haia. Aurelino Leal, um dos principais aliados de Bernardes entre os baianos, observou que parte da oposição atribuía grande acerto à fórmula Rui-Hermes por reunir a popularidade do primeiro nas urnas e a influência do segundo no seio do Exército. Mais tarde, concordou com essa avaliação ao antever que, se a Bahia e a dissidência se unificassem em torno dessa dobradinha alternativa, seria “de bom aviso acreditar na agitação das ruas, máxime aqui na capital [Rio] porque os partidários de Rui não só são muito exaltados como muito intolerantes”.¹²² Tal comentário denota o temor dos bernardistas de que a candidatura Rui-Hermes reunisse a inquietação dos quartéis e a agitação das ruas que já ameaçavam tornar a sucessão de

¹²¹ Sobre o desconforto de Estácio entre os dissidentes, ver: Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 19/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Juvenal Lamartine a Artur Bernardes. 14/6/1921. AEL. FAB. MR 28. As palavras dirigidas por Epitácio a Bezerra foram narradas por Raul Soares a Bernardes a partir da leitura de telegrama enviado pelo presidente da República ao governador de Pernambuco. Os seis anos de governo a que Epitácio se referia eram os restantes de sua administração mais os quatro anos do governo de Artur Bernardes. Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 17.6.21. AEL. FAB. MR 28.

¹²² PRESTES, Anita. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*, p. 53. Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 17/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 19/6/1921. AEL. FAB. MR 28. Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 16.6.21. AEL. FAB. MR 28; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 17.6.21. AEL. FAB. MR 28; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 28.6.21. AEL. FAB. MR 28. Ver também: Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 19.6.21. AEL. FAB. MR 3.

1921-22 uma reedição da de 1909-10.¹²³ Curiosamente, a agitação que, em torno da política, o senador baiano poderia criar entre os setores mais exaltados da população inspirava ansiedade entre os demais membros das elites. Trata-se de algo relevante, já que a historiadora Wlamyra Albuquerque analisou precisamente a aflição existente em Rui Barbosa ante a militância, na política de seus adversários, dos arquétipos do que ele estigmatizava como a "raça emancipada", isto é, ex-escravos e seus descendentes: capoeiras, capadócios, carregadores, ganhadores e outros sujeitos das ruas.¹²⁴

Desejando o papel oferecido a ele, Rui também mostrou-se frio ante o nome de Nilo ao passo em que aceitou a vizinhança dos militares.¹²⁵ Em meados de junho de 1921, disse ao líder fluminense que só apoiaria uma candidatura que aceitasse o programa de revisão constitucional pelo qual se batia desde 1910 e que contasse com o apoio das classes armadas, pois, em sua análise, a situação então vivida era mais grave do que a de 1889 e o elemento militar era a única força de estabilidade e organização que restava ao país naquele momento de “dissolução” e “anarquia geral”. Trata-se de uma possível referência ao ciclo de greves de 1917-1919, mas também ao perigo do setor militar, já que o águia de Haia parece ter tentado estabelecer alguma tutela sobre os quartéis pelo Civilismo ao procurar convencer os políticos em luta de que sua união com os militares deveria ser estimada porque se estes “cometessem desatinos” seriam abandonados por ele.¹²⁶ Seja como for, enquanto evitava compromisso com qualquer nome que não aceitasse seu programa (aparentemente, sua candidatura), Rui avaliava que a conjuntura de intranquilidade social e militar em 1921 tornava imprescindível o apoio do Exército e da Armada, ao mesmo tempo em que tornava viável uma candidatura de oposição.

Um dia após o lançamento da chapa Nilo-Seabra pela Reação Republicana, Rui Barbosa compareceu à cerimônia de posse de Hermes da Fonseca na presidência do Clube Militar. Entretanto, o conselheiro pronunciou apenas um pequeno discurso em que lamentou que Deus e a Nação não o permitissem ocupar a Presidência da

¹²³ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 17/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹²⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 140 e “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919). In GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 45-62. Da mesma autora, há também: *O que pode haver de semelhante entre navalistas, capangas e secretas? Rui Barbosa e outros sujeitos no tabuleiro da política do pós-abolição (1889-1919)*. Texto fornecido pela autora e ainda não publicado.

¹²⁵ Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 17/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹²⁶ Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 28/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

República.¹²⁷ Curto, lacônico e ocorrido logo após o veto a seu nome pela Reação Republicana, o discurso sinalizava sua retirada da luta que então se preparava. Isso pode explicar a maneira como sua presença no evento foi lembrada pelo bernardista Carneiro Resende: “[Rui] vai ler três tiras de papel na posse, amanhã, do Hermes, na Presidência do Clube Militar, para por a salvo a sua responsabilidade, uma vez que não pôde recusar o convite a ele feito pelo marechal”.¹²⁸

Constituindo no interior da dissidência um polo de resistência a Rui Barbosa, o Rio Grande do Sul via na reforma da Constituição Federal uma ameaça ao *status quo* do PRR, tanto na federação quanto na política interna. Já nas discussões sobre discriminação de rendas entre estados e União na Assembleia Nacional Constituinte de 1890-91, Rui Barbosa opusera-se ao “ultra-federalismo” da bancada gaúcha chefiada por Júlio de Castilhos.¹²⁹ Apesar da derrota, em tal disputa, do Rio Grande do Sul, a margem de autonomia garantida aos estados pela Carta de 1891 possibilitou ao chefe gaúcho e seus seguidores a criação no estado de um aparelho constitucional peculiar, que lhes permitiu alcançar um nível de estabilidade e disciplina partidária sem par noutras unidades federadas, conferindo projeção nacional aos gaúchos. Alterar a Constituição Federal colocaria em risco tal esquema, inclusive por alimentar esperanças de parte das oposições locais que viam no revisionismo o meio mais prático de se libertar do ostracismo a que eram submetidas. Procurando contornar a intransigência gaúcha, Rui propôs que fossem fixados os artigos que não seriam revistos de modo algum, enquanto os que poderiam ser revistos passariam anteriormente por uma análise dos estados dissidentes, que opinariam sobre a conveniência da revisão. Em acréscimo, eliminava-se a possibilidade de se tocar na Constituição do Rio Grande do Sul.¹³⁰

A reunião em que foi lançada a Reação Republicana expressou o esforço de articulação e as coordenadas gerais da campanha político-eleitoral que marcaria essa dissidência republicana. Distinguindo a Bahia e o estado do Rio na aliança integrada por Pernambuco e Rio Grande do Sul, a chapa Nilo-Seabra foi lançada em 24 de junho no Centro Rio-Grandense do Distrito Federal sob a presidência de Francisco Sales, chefe

¹²⁷ Carta de Rui Barbosa a Nilo Peçanha publicada em BARBOSA, Alfredo Rui. *Correspondência de Rui Barbosa*, p. 156. Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 18/6/1921. AEL. FAB. MR 28. *O Imparcial* (Rio de Janeiro). 27/6/1921.

¹²⁸ Carta de Carneiro Resende a Artur Bernardes. 25/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹²⁹ KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia*, p. 54.

¹³⁰ Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 19/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 19.6.21. AEL. FAB. MR 28. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, p. 83.

oposicionista em Minas Gerais e ex-colega de Seabra no Ministério Hermes da Fonseca. Na mesa de honra, tomaram assento os representantes de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, tendo também aparecido membros das oposições dos estados signatários da Convenção Nacional que lançou a chapa Minas e Maranhão – Bernardes e Urbano Santos.

Como ponto de partida, o manifesto da Reação Republicana sancionou os termos do telegrama com que o governador Borges de Medeiros rejeitou o candidato mineiro, pois criticou as convenções partidárias que lançavam à Presidência da República candidatos sem prévia consulta à opinião pública ou sem exposição e debate de programa de governo. A candidatura do governador de Minas Gerais teria sido imposta ao país e aos demais estados numa convenção de parlamentares que talvez não representassem os anseios do povo e que estavam sob a pressão de uns poucos partidos regionais – uma referência implícita ao PRM e ao PRP. Notando que o governo federal punia com severidade os estados que fugissem da linha de conduta por ele traçada, o manifesto indicava a existência de resistências “mais ou menos disfarçadas” ao nome de Bernardes entre os estados partícipes da Convenção Nacional. Subsidiava tal diagnóstico uma leitura crítica dos defeitos do regime instituído em 1889, tais como o reduzido número de eleitores no Brasil, a falta de sintonia entre a opinião pública e as lideranças políticas, a predominância de interesses regionais, a inexistência de programa definido nas agremiações partidárias e os desequilíbrios do federalismo. Aos estados convencionais abrigados sob o peso do PRM e do PRP e aos eleitores, a Reação Republicana ofereceria o contingente eleitoral da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Pernambuco como um canal de expressão para os seus descontentamentos.¹³¹

De um lado, ficou Bernardes com o suporte de Minas Gerais, de São Paulo, do palácio do Catete e dos demais estados que seguiam oficialmente a orientação de Epiácio Pessoa, notadamente os pequenos estados do Norte. De outro, ficaram os quatro “Aliados”, poderosos, mas incapazes de, por si só, garantir a vitória sobre o candidato oficial. Além disso, embora tenha promovido em 1921 uma grande recepção em Belo Horizonte ao marechal Hermes da Fonseca, Bernardes perdeu para a Reação Republicana o apoio dos militares descontentes com a administração de Epiácio Pessoa. Deixaria ainda de contar com parte do movimento operário e feminista, de

¹³¹ *O Imparcial* (Rio de Janeiro). 25/6/1921.

jornalistas e de alguns proprietários de órgãos da imprensa carioca, como *O Imparcial* do fluminense nilista Macedo Soares, *A Noite* do baiano seabrista Geraldo Rocha e *Correio da Manhã* do gaúcho ruísta Edmundo Bittencourt, o qual passara a se opor a Epitácio Pessoa depois da intervenção federal na Bahia em 1920.¹³²

Apesar de integrarem – como seus adversários – a política oficial e de nela encontrarem espaço de acomodação, as elites que endossaram a chapa dissidente compreendiam que a sua vitória dependia da expansão de suas bases para além dos círculos fechados das negociações (íntimas ou palacianas), somando-se aos descontentes com as distorções do regime republicano, crescentemente identificadas pela imprensa de oposição com a candidatura mineira. Tal imprensa refletiu e ao mesmo tempo alimentou a mobilização popular através da publicação de fotografias, charges, caricaturas, notícias, manifestações de apoio e artigos de fundo sobre os candidatos da dissidência e os adversários, em particular Bernardes. Responsáveis pela realização de manifestações, comícios e conferências, comitês eleitorais pró-Nilo-Seabra surgiram em várias partes do país, em grande medida por terem sido fundados por militares nilistas transferidos do Rio de Janeiro pelo governo federal.¹³³

Assim como o movimento civilista de 1910, a campanha da Reação Republicana foi marcada por longas excursões eleitorais, com caravanas de Seabra e Nilo Peçanha em estados da oposição e da situação. O candidato baiano inaugurou sua peregrinação dirigindo-se ao Rio de Janeiro e de lá a São Paulo, onde foi recebido com entusiasmo e constatou o prestígio de que gozava Rui Barbosa entre os paulistas, antigos aliados da Campanha de 1910. Em seguida, Seabra retornou ao Rio e anunciou o seu programa de excursões, que se dividiria em duas partes e seria complementar à viagem de Nilo Peçanha. Com efeito, Seabra retornaria a Salvador e de lá, em vapor, trem e automóvel, faria uma longa visita ao Norte, parando em cidades do interior e nas capitais de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas, de onde retornaria para a capital soteropolitana. No começo do ano seguinte, faria uma viagem ao Paraná, de onde rumaria para São Paulo e Minas Gerais, e daí retornaria a Salvador através do rio São Francisco, passando, assim, pelo interior sertanejo da Bahia, amplo território chefiado por coronéis. Nilo Peçanha faria uma

¹³² GABAGILIA, Laurita Pessoa. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. São Paulo: José Olympio, 1951 *apud* FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007 (História, dissertação de mestrado), p. 38.

¹³³ PRESTES, Anita. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*, p. 2.

viagem de navio ao Amazonas e de lá voltaria visitando as capitais por onde passou Seabra até chegar ao Espírito Santo, considerado então um estado nortista. Projetava, em seguida, uma viagem ao Rio Grande do Sul.¹³⁴

Em seus discursos, Seabra analisou o aspecto propriamente político da crise sucessória com o fito de despertar o interesse do eleitorado e levá-lo a votar nos candidatos da dissidência. Em vestes de professor da Faculdade de Direito do Recife, repudiou, em conferência lotada no principal teatro da cidade, o processo de escolha da candidatura Bernardes, exaltando em seguida o veto do Rio Grande do Sul ao nome mineiro. Naquela noite, como faria em Maceió, São Paulo, Belém e outras capitais, falou de sua própria trajetória e justificou sua atuação em momentos de destaque da história do país, tais como o governo de Floriano Peixoto, a revolta da Armada (quando amargou exílio no Amazonas), as primeiras administrações civis e, de modo especial, o bombardeio de Salvador durante a intervenção de Hermes da Fonseca. Aliás, fotos dos estragos provocados pelo bombardeio foram enviadas a Bernardes como peças de propaganda contra Seabra. Cotejou a obra de Nilo Peçanha no governo fluminense, no Ministério das Relações Exteriores e na Presidência da República com a trajetória de Bernardes, procurando convencer o público de que o candidato da Reação Republicana possuía qualidades superiores e merecia os sufrágios do eleitorado.¹³⁵

¹³⁴ *O Democrata*. 13/8/1921. Seabra mais tarde defendeu-se da acusação de ter empregado recursos do tesouro baiano para financiar suas viagens. Segundo Borges de Barros, seu biógrafo e secretário que o acompanhou na excursão, as viagens ao Rio, a São Paulo e a Minas Gerais foram custeadas por Geraldo Rocha, Antônio Prado e o governo do Rio de Janeiro, enquanto nos estados do Norte assumiram tal responsabilidade os comitês pró-Reação Republicana, o governo de Pernambuco, a Great Western e outras ricas personalidades interessadas na causa da Reação Republicana, como o cearense Fernandes Távora e o paraense José Melcher. Entretanto, o seu sucessor no governo da Bahia informou em telegrama íntimo ao irmão que Seabra gastou cerca de 80 contos de réis na campanha da Reação Republicana. Ver: BARROS, Francisco Borges de. *Dr. J. J. Seabra: sua vida, sua obra na República*, p. 513-514. Minuta de Telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 28/8/1924. Fundação Pedro Calmon (FPC). Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Arquivo Francisco Marques de Góis Calmon. Pasta 5. Com relação à viagem de navio, o embaixador americano no Rio explicou que o governador da Bahia, assim como Nilo, usou um barco em que pôde alugar o espaço de cargas para adquirir recursos para a excursão. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho sem número de 23/9/1921. AEL. ADEB.

¹³⁵ O conteúdo das conferências de Seabra pode ser encontrado no *O Democrata* e no diário da excursão, escrito por Borges de Barros. BARROS, Francisco Borges de. *Da Amazônia ao Paraná*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922, p.120 e 158. *O Democrata*. 7/8/1921.



Figura 9 – Palácio do governo da Bahia. Curiosos contemplam o edifício semidestruído pelo bombardeio e intervenção federal no estado. Salvador, 1912. Fonte: sítio do Arquivo Público Mineiro (APM).

Assim como as de Nilo Peçanha, as excursões de Seabra eram vitais para a transformação do conflito interoligárquico em fenômeno mais abrangente, de caráter mais aberto e público. Em manifesto, o Centro Cívico 6 de Setembro (do Recife) afirmou que um país que deixava os seus destinos correr “à revelia” e “ao sabor de grupelhos” não tinha qualquer vislumbre de “consciência libertada”. A agitação do ambiente pela Reação Republicana, sua propaganda e a excursão dos seus candidatos representavam o “despertar da nação” do “marasmo” em que vivia, uma reação contra a “desfaçatez” com que a República era desvirtuada pelos homens de responsabilidade política.¹³⁶ Evidência de que tal leitura era partilhada em círculos mais amplos, *O Democrata*, tratando da excursão de Seabra ao Norte, pontuou que as repúblicas cujo povo caía indiferente ao que dizia respeito à administração estavam condenadas ao mando de agrupamentos facciosos, realidade contra a qual, em sua análise, levantava-se a Reação Republicana. O próprio governador da Bahia tratava de alimentar tais opiniões ao declarar em São Paulo que esperava que os seus antagonistas tivessem a “coragem cívica” de vir à vista pública, sob apertes da plateia, expor sua carreira política, seu programa e as razões de ser de sua atitude: “modifiquemos nossos processos políticos!”, conclamou Seabra.¹³⁷ Tratava-se de um discurso oposicionista dissidente que atendia ao desejo de obter uma posição de mais poder entre as oligarquias (ao invés de superá-las), mas que ainda assim obteve grande repercussão.

¹³⁶ Manifesto do Centro Cívico 6 de Setembro. BARROS, Francisco Borges de. *Da Amazônia ao Paraná*, p. 139.

¹³⁷ *O Democrata*. 7/8/1921.



Figura 10: Diretoria de Rendas da Bahia. Curiosos contemplam o prédio perfurado por balas após o bombardeio e intervenção federal no estado. Salvador, 1912. Fonte: sítio do APM.

Tal qual Seabra, Nilo Peçanha demarcava uma clara distinção com a candidatura de Bernardes, pois, como explicou em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, o seu objetivo era disseminar no Norte suas propostas de governo em matéria de economia, orçamento e crédito público, trabalho, capital, entre outros. Nas folhas de *O Democrata*, Seabra e o candidato fluminense, por pleitearem a preferência dos sufrágios populares, colocavam-se acima do seu adversário, que “confundia-se no amálgama de processos de suborno”. Só esse gesto já era de grande significação política, pois com ele a Reação Republicana afirmava caber ao eleitorado – em oposição aos bastidores da esfera privada – a decisão sobre a Presidência. Por isso, em sua conferência em Salvador, Nilo declararia que a dissidência abria o debate sobre as questões fundamentais do Estado.¹³⁸

O roteiro das caravanas de J. J. Seabra e de Nilo Peçanha, somado ao conteúdo de suas conferências, sugerem o desejo de acionar uma identidade regional: a nortista. Do Amazonas ao Espírito Santo, o discurso do candidato fluminense não atacou os governos bernardistas locais; ao contrário, ganhou o tom da reivindicação de direitos para essa região, caracterizada como alvo da “prepotência” de “poderosas unidades da federação”, ou seja, Minas Gerais e São Paulo. Esforçando-se para criar entre os líderes dos pequenos estados nortistas a identificação com os grandes estados que sustentavam a Reação Republicana, Nilo Peçanha observou em Manaus que a ação dos estados mais ricos da República não se restringia à imposição do presidente da República, mas

¹³⁸ *O Democrata*. 5/11/1921.

chegavam a influir na composição da bancada dos estados mais fracos, como teria observado o governador do Amazonas na atuação de Minas no reconhecimento de 1921. “O que se nos afigura inadiável é arrancarmos a República das mãos de alguns para as mãos de todos”, declarou sob ovação da plateia. Após esclarecer no Ceará, na Paraíba e no Piauí que não encerraria o programa de combate às secas, disse em Recife, em meio à exposição do seu programa, que era do Norte que deveria partir a resistência contra o hábito de fazer presidentes sem dispensar atenção ao eleitorado. Proclamou que a região não poderia mais sofrer com os privilégios que o governo dispensava ao Sul, enquanto em Salvador foi ainda mais incisivo ao declarar que o Norte, sob a liderança da Bahia e de Pernambuco, levantava-se para impedir que Minas e São Paulo, associados, tivessem o privilégio do governo da República.¹³⁹

Além de cumprirem a função de aproximar os líderes nacionais da Reação Republicana dos seus aliados civis e militares nos estados e municípios, as excursões tinham o interesse de inibir as possibilidades de fraudes e violências no dia das eleições. Seabra apelou em público para que as autoridades nos estados visitados não intervissem nas eleições visando a supressão da liberdade das urnas, como em Maceió, dirigindo-se ao governador Fernandes Lima, e na Paraíba, mencionando não só o governador Sólon de Lucena, mas também Epitácio Pessoa. Concomitantemente, o governador da Bahia animava o eleitorado a resistir a possíveis ameaças à liberdade do voto, seja nas eleições ou em sua apuração pelo Congresso Nacional, o que era uma forma de se prevenir contra os bernardistas. As frases que pronunciou beiravam o radicalismo: “conheço o governador deste estado”, disse em Belém, ele “se conservará certamente neutro como é neutro o dr. Epitácio Pessoa: eu afirmo que ele não intervirá nas eleições e se intervier, o povo terá para se abrigar a sombra de quatro grandes estados”, isto é, a Reação Republicana. Ao alertar sobre o risco de o povo – não tendo seu direito ao voto respeitado – levantar-se contra as autoridades, advertiu não estar pregando a revolta, mas sim prevenindo a revolução.¹⁴⁰

A construção da Reação Republicana como um movimento mais aberto ao público eleitor passou tanto pela estratégia posta em prática para conquistar o eleitorado quanto pelo discurso sobre o rompimento com uma candidatura criada entre políticos e parlamentares distantes do povo. Essa candidatura era identificada com as disfunções da

¹³⁹ As conferências de Nilo foram publicadas em: PEÇANHA, Nilo. *Política, economia e finanças. Campanha presidencial (1921-1922)*. Rio de Janeiro, 1922.

¹⁴⁰ BARROS, Francisco Borges de. *Da Amazônia ao Paraná*. 207.

República. Isso aparece em editoriais de *O Democrata*, mas também na ideia, verificada na imprensa e com repercussões na Câmara dos Deputados, de que, como na Grande Guerra (1914-18), os estados da Reação Republicana – os “Aliados” – levantavam-se contra o “imperialismo” dos “Impérios Centrais”, isto é, Minas e São Paulo, que supostamente vinham empregando o autoritarismo e o suborno para, em aliança, controlar a República.¹⁴¹

Tanto a eficiência da propaganda oposicionista quanto a reação de Bernardes e Urbanos Santos diante da investida rival ajudam a entender o êxito da tática oposicionista em identificar a candidatura oficial com as anomalias da República. O governador de Minas, que passou a maior parte do tempo em Belo Horizonte, recebeu de aliados sugestões como incremento da propaganda nos jornais e a criação de comitês. Aurelino Leal alertou-o para a conveniência de se realizar, como Seabra e Nilo, uma campanha pelo Norte e Sul do país com vistas a neutralizar a propaganda adversária, voltada para “sugestionar as massas por processos democráticos”.¹⁴² Ao desconsiderar tais conselhos, Bernardes reforçou a imagem projetada sobre ele pela Reação Republicana, como aliás asseverou um editorial de *O Democrata*, segundo o qual a atitude do governador mineiro caracterizava o “desvalimento” a que se tinha condenado no país o ideal republicano, em que os pleitos eram realizados sem que se pronunciasse a vitória do eleitorado.¹⁴³

Centrar o fogo contra Minas e São Paulo partia da análise de que a candidatura de Artur Bernardes sustentava-se sobre tal eixo, emergente das negociações para a sucessão presidencial. Mas havia a expectativa de que o Catete não interviesse na luta e, finalmente, de que os demais governos – que seguiam sua orientação – respeitassem a liberdade das urnas ou mesmo aderissem à dissidência, como efetivamente ocorreria com o Amazonas, o Distrito Federal e o Mato Grosso (este último votou em Bernardes e em Seabra).¹⁴⁴ Paralela à exortação popular à resistência e aos apelos dirigidos aos governos estaduais e federal, a Bahia e os “Aliados” empregaram suas bancadas no

¹⁴¹ *O Imparcial*. 20/6/1921. 21/6/1921. 22/6/1921. 24/6/1921. Até aliados de Bernardes referiam-se aos estados dissidentes como “aliados”. Ver, por exemplo: Carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 18/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Ascendino Cunha a Artur Bernardes. 9/1/1922. AEL e FABL. MR 29. Ver: Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 1844 de 24/8/21 e sem número de 23/9/1921. AEL. ADEB.

¹⁴² Carta de Alair Prata a Artur Bernardes. 11.7.21. AEL. FAB. MR 28; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 29/6/1921. AEL. FAB. MR 3.

¹⁴³ *O Democrata*. 8/10/1921.

¹⁴⁴ Carta de Pereira Leite a Artur Bernardes. 6/5/1922. AEL. FAB. MR 29.

Congresso Nacional e sua presença em comissões parlamentares para ameaçar e em alguns momentos dificultar a administração de Epiácio Pessoa, com o fito de constrangê-lo à neutralidade. Assim que se formara a dissidência, o deputado baiano Raul Alves fizera de sua demissão ou permanência no cargo que ocupava na mesa da Câmara dos Deputados objeto de polêmica para indicar a necessidade de Epiácio Pessoa manter-se neutro diante da disputa, que então apenas começava.¹⁴⁵ Com efeito, em diferentes momentos o Catete negou-se a auxiliar a candidatura oficial, como exemplifica sua indisposição em nomear membros de oposições bernardistas para cargos federais nos estados da Reação Republicana.

Posteriormente, resistiria ao envolvimento de autoridades diplomáticas brasileiras na Europa para a resolução do caso das cartas falsas, quando o *Correio da Manhã*, atijando a insubordinação militar e sua oposição ao candidato oficial, publicou cartas falsas supostamente trocadas entre Artur Bernardes e Raul Soares em que oficiais do Exército, e em especial Hermes da Fonseca, eram mencionados em termos pouco respeitosos.¹⁴⁶

Em outubro de 1921, em meio à agitação popular que a propaganda da Reação promovia, a publicação de tais documentos desencadeou uma série de episódios que marcaram o início da segunda fase da campanha da Reação Republicana, quando começou a disputa em torno do reconhecimento de poderes no Parlamento. Enquanto o discurso político radicalizava-se e o envolvimento dos militares na disputa eleitoral e em atividades conspiratórias recrudescia, a Reação Republicana aumentou as pressões para que em março de 1922 houvesse liberdade nas urnas. Ainda no começo do ano, a reivindicação era de que a apuração do pleito fosse transferida do Congresso Nacional para um Tribunal de Honra extraparlamentar.

¹⁴⁵ Outro baiano, Aurelino Leal, chegou a sugerir a Bernardes uma estratégia para tornar Epiácio Pessoa independente da oposição no Parlamento. Basicamente, tal estratégia consistia no adiamento da discussão e votação do orçamento federal. Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 13 ou 14/6/1921. AEL. FAB. MR 28. Ver: Carta sem remetente e destinatário. Julho de 1921. AEL. FAB. MR 28. AEL. FAB. MR 28. Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 21/7/21; carta de Josino Araújo a Artur Bernardes. 14/8/1921. AEL. FAB. MR 28. *O Imparcial*. 14/6/1921.

¹⁴⁶ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 5/7/1921. AEL. MR 28; carta de Cardoso a Aurelino Leal. 24/7/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Thiers Cardoso a Artur Bernardes. 13/8/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 1/10/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 21/12/1921. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Raul Soares. 5/1/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 22/1/1922. AEL. FAB. MR 28; carta de Afrânio de Melo Franco a Bernardes. 4/2/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 5/1/1922. AEL. FAB. MR 28.

Vencida tal ideia, parte da Reação Republicana pensou em garantir a posse de Nilo e de Seabra mediante *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF), proposta que, para Seabra, fortaleceu-se após a morte, em maio de 1922, de Urbano Santos, candidato oficial ao posto disputado pelo baiano.¹⁴⁷ A justificativa para o Tribunal de Honra era que o Congresso Nacional não era neutro na disputa eleitoral e, portanto, não poderia atuar como juiz, isto é, apurar as eleições. Não era neutro porque muitos parlamentares haviam participado da Convenção Nacional, que lançou a candidatura oficial e da qual as oposições não fizeram parte.

O governador da Bahia acionou uma peça-chave para os propósitos da Reação Republicana nessa fase, ao alterar o percurso de sua viagem ao sul. Em solo mineiro, onde teria surpreendido a plateia com o radicalismo do seu discurso, decidiu ir para São Paulo e em seguida para o Rio de Janeiro, ao invés de, como anunciara, seguir pelo território do estado governado por Bernardes e dirigir-se à Bahia pelo rio São Francisco.¹⁴⁸

Por telegrama, denunciou a Epitácio Pessoa a ocorrência em Minas Gerais de hostilidades contra Maurício de Lacerda, seu correligionário e igualmente em campanha. Indicou ainda a existência de rumores de planos semelhantes preparados contra si noutras localidades do estado. Negando veracidade a tais informações, Epitácio Pessoa ofereceu um esquema de segurança reforçada, enquanto Bernardes disponibilizou a companhia do próprio chefe de polícia de Minas Gerais. Entretanto, a raposa deixou o estado e confirmou o seu protesto contra aquela situação, atribuída por ele aos mineiros aliados de Bernardes.¹⁴⁹ Mais tarde, o STF emitiu *habeas corpus* em favor de Maurício de Lacerda, o que posteriormente a Reação Republicana tentaria empregar para a anulação dos votos de Minas Gerais, supostamente considerados coatos pela suprema corte.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Cópia de Carta de Hermes da Fonseca a Antônio Azeredo. 25/4/1921. AEL. FAB. MR 29.

¹⁴⁸ Telegrama de Leopoldino da Silveira a Artur Bernardes. 24/1/1922. AEL. FAB. MR 29. Telegrama de Leopoldino da Silveira a Artur Bernardes. 24/1/1922.

¹⁴⁹ Telegrama de Epitácio Pessoa a Artur Bernardes. 31/1/1922. AEL. FAB. MR. 29; cópia de telegrama de Artur Bernardes a Epitácio Pessoa. 1/2/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁵⁰ Carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 21/4/1922. AEL. FAB. MR 29.



Figura 11 - Comitativa de Seabra na campanha da Reação Republicana. Uberaba, 1922.
Fonte: Coleção Berbert de Castro do AMS.

A instalação do que Anita Leocádia Prestes qualificou de “clima revolucionário” era um halo do insinuante tenentismo e, pelo que pude notar, era obra das lideranças civis da oposição para forçar os bernardistas ao recuo e o Catete a reações favoráveis às demandas da Reação Republicana.¹⁵¹ O senador Antônio Azeredo, um dos aliados de Bernardes, já estava claramente apreensivo com boatos que circulavam na capital federal. No final de 1921, por exemplo, lamentou que as ameaças de golpe militar poderiam levar Epitácio Pessoa a aceitar a ideia de uma terceira chapa de conciliação, caso ela fosse apresentada pelos adversários.¹⁵² No mesmo mês, Sertório de Castro externou a Bernardes que, pelas mesmas razões, o Catete aceitaria um acordo em que J. J. Seabra entrasse para a vice-presidência enquanto Urbano Santos fosse discretamente afastado, desde que não se perdesse a aliança com o Maranhão.¹⁵³ Em dezembro, Epitácio Pessoa, com medo de subversão da ordem, finalmente manifestou sua inclinação por candidatos *tertius* para ambos os postos, mas a ideia foi repudiada por Raul Soares, embora outros bernardistas já demonstrassem desânimo.¹⁵⁴

Se antes a oposição usara sua representação no Parlamento para forçar o Catete à neutralidade, fazia agora da intranquilidade nas ruas e nos quartéis um meio de levá-lo a aceitar propostas que a favorecessem. Na carta em que propôs o Tribunal de Honra, o próprio marechal Hermes afirmou estar certo de que “o Parlamento já se apercebera das graves consequências que podem advir de qualquer de suas resoluções acaso pouco acertadas”, o que era uma referência à possibilidade de desordens em reação a

¹⁵¹ PRESTES, Anita. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*.

¹⁵² Carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 5/11/1921. AEL. FAB. MR 3.

¹⁵³ Carta de Sertório de Castro a Artur Bernardes. 21/11/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁵⁴ Cartas de Raul Soares a Artur Bernardes. 17/12/21, 18/12/21, 21/12/1921. AEL. FAB. MR 28.

pronunciamento favorável à candidatura mineira.¹⁵⁵ De um lado, Eptácio via-se imprensado entre as pretensões da dissidência no Congresso Nacional assim como sua inflamação nas ruas e quartéis. De outro, tinha de lidar com a intransigência mineira, respaldada por São Paulo. Como dito acima, procurava manter certa neutralidade diante da disputa, mas o crescente envolvimento dos militares, suas manifestações coletivas de apoio à Reação Republicana e atos de rebeldia levavam-no a intervir para conservar a ordem, ainda que de modo específico, isto é, com punição e transferências de soldados e oficiais considerados indisciplinados.¹⁵⁶

Em maio de 1922, ocorreu um dos episódios mais controversos e marcantes da sucessão presidencial, isto é, a reunião no palácio do Catete entre Eptácio Pessoa, autoridades federais e os próceres da candidatura Bernardes. Convidados pelo presidente, compareceram Pandiá Calógeras (ministro da Guerra), Veiga Mirada (ministro da Marinha) Antônio Azeredo (Senado), Arnolfo Azevedo (Câmara dos Deputados), Álvaro de Carvalho (São Paulo), Raul Soares, Afrânio de Melo Franco e Júlio Bueno Brandão (Minas Gerais). Pelo relato de Raul Soares, Azeredo apresentou proposta conciliatória através da constituição de uma comissão parlamentar mista de nilistas e bernardistas para a apuração das eleições, rejeitando-se o Tribunal de Honra. Certo de que Bernardes vencera as eleições, Raul Soares, revelando perspicácia na análise do momento político, repudiou essa e outras propostas que a seu ver implicavam na renúncia da candidatura do governador de Minas Gerais. Em reação, Eptácio Pessoa e os ministros militares descreveram a situação de insegurança política, tendo o presidente afirmado que Bernardes, caso fosse empossado, não se manteria no Catete. Ainda segundo Raul Soares, os demais concordaram em geral com esse diagnóstico, com exceção dos outros mineiros. Entretanto, no meio da reunião, Washington Luís telefonou diretamente de São Paulo que era contrário a qualquer acordo com a Reação Republicana.¹⁵⁷

Em junho, o Congresso Nacional atribuiu a Bernardes vitória apertada sobre Nilo Peçanha. Antes e depois do reconhecimento, o governador da Bahia tentaria, sem sucesso, ser empossado como vice-presidente, já que Urbano Santos, igualmente

¹⁵⁵ Cópia da Carta de Hermes a Antônio Azeredo. 25/4/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁵⁶ O palácio do Catete condenava as manifestações políticas coletivas de militares. Sobre a disposição do presidente a intervir em defesa da ordem, ver: Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 1927 de 28/4/1922. AEL. ADEB; *O Democrata*. 26/11/1921.

¹⁵⁷ Cópia do relatório enviado em original pelo senador Raul Soares, 2/5/1922. AEL. FAB. MR 29.

reconhecido como vitorioso, havia falecido em maio. Além disso, assinou com o chefe fluminense um manifesto em que repudiou a decisão do Parlamento. Ambos atribuíram a si a vitória nas eleições, com base na exclusão dos votos de Minas Gerais, supostamente inválidos devido a parecer do STF.¹⁵⁸

Em parte, a derrota da Reação Republicana pode ser atribuída ao enfraquecimento de um dos elos de sua aliança, isto é, Pernambuco. No final de março, a morte de José Bezerra resultou na desagregação da Paz e Concórdia ao contrapor, em luta pela administração estadual, os “coligados” (Dantas Barreto, Estácio Coimbra, os irmãos Pessoa de Queiroz) e a facção de Manuel Borba, que dispunha do governador em exercício, da Assembleia Legislativa e articulava-se com operários de Recife através de aliança com Joaquim Pimenta, lente da Faculdade de Direito e considerado um líder socialista.¹⁵⁹ Antes ainda do reconhecimento de Bernardes, parte dos “coligados” descomprometeu-se nos bastidores com a Reação Republicana, iniciando aproximação com Minas Gerais e realinhamento com o Catete, enquanto Manuel Borba mantinha o governo atrelado à Reação.¹⁶⁰ Dias antes da morte de Bezerra e talvez pensando em obter apoio federal para sua própria candidatura ao governo, o “predileto” de Epitácio, isto é, Estácio, já indicava a Carvalho de Brito os meios para anular milhares de votos depositados em Pernambuco para a Reação Republicana.¹⁶¹ O próprio filho de José Bezerra, embora repudiasse a candidatura de Estácio, informava ao paraibano Ascendino Cunha sua disposição em levar aliados a reconhecer Bernardes no Congresso.¹⁶²

Com ampla repercussão nos jornais, a crise da sucessão em Pernambuco envolveu o palácio do Catete, talvez por ter oferecido a Epitácio Pessoa a oportunidade de atrair o estado para a sua órbita após tê-lo visto afastar-se em bloco com a Reação Republicana. Indicando a corrente pela qual seria feita a aproximação, o presidente nomeou Estácio Coimbra para o Ministério da Agricultura, quando o gaúcho Simões Lopes deixou o cargo. Ao longo dos meses de abril e maio, a tensão em Recife foi crescente, com os Pessoa de Queiroz formando um exército particular para prestigiar o candidato coligado,

¹⁵⁸ *O Democrata*. 11/6/1922. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho sem número, de 28/6/1922. AEL. ADEB

¹⁵⁹ Consulado de Recife, relatório de 11/7/22 sobre os distúrbios políticos em Pernambuco desde 26/3/1922 e despacho sem número de 28/6/1922. AEL. ADEB.

¹⁶⁰ Carta de José Augusto a Artur Bernardes. 14/3/1922. AEL. FAB. MR 29. Nessa ruptura, Estácio Coimbra não ficou ao lado do seu líder Rosa e Silva.

¹⁶¹ Carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 28/3/1921. AEL. FAB. MR 29.

¹⁶² Carta de Ascendino Cunha a Artur Bernardes. 6/4/1922. AEL. FAB. MR 29.

no que eram mais ou menos respaldados pelas forças federais sob comando do genioso coronel Jaime Pessoa, parente e enviado do presidente da República. Aumentando as certezas de que haveria um choque armado, o comandante engrossou seus efetivos com autorização do Ministério da Guerra, enquanto o governador do estado, que já aumentara o contingente da Força Pública, passou a recrutar jagunços do interior para a capital e a armar os operários que seguiam a orientação de Joaquim Pimenta.

Através da análise da correspondência de Epitácio, o estudioso Costa Porto indicou que a oposição, cujo candidato perdera nas urnas e não poderia ser reconhecido na assembleia borbista, tentava estabelecer o caos em Recife para em seguida requisitar a intervenção contra Borba. Segundo o cônsul estadunidense R. C. Cameron, depois de semanas de conflitos esporádicos entre jagunços, trabalhadores, tropas federais e soldados da polícia, uma série de razões teria levado afinal a um acordo entre as partes, tais como o desaparecimento de parte considerável do saldo do orçamento público durante aqueles meses, o temor da perda de controle sobre os soldados do Exército, jagunços e trabalhadores e o medo de Epitácio Pessoa de que o caso de pernambucano evoluísse para uma revolta no país contra a posse de Bernardes.¹⁶³ Para consolidar o bom encaminhamento da situação, o presidente convenceu o candidato oficial e seus aliados a aceitarem Estácio Coimbra como candidato oficial à vice-presidência da República – após a derrota de J. J. Seabra no STF.¹⁶⁴ Frustrando as aspirações do Piauí, do Ceará e certo movimento em torno do baiano Miguel Calmon, o palácio do Catete garantiu a ocupação por Pernambuco do disputado cargo.¹⁶⁵

Entretanto, ao envolver um Exército fortemente antibernardista contra um estado membro da Reação Republicana, Epitácio Pessoa agravou a situação e levou o marechal Hermes, em final de junho, ao protesto, o que resultou em sua repreensão e no fechamento do Clube Militar. Em represália, deram-se os levantes de julho de 1922 na capital federal (Forte de Copacabana e Vila Militar), em Niterói e em Campo Grande (Mato Grosso), os quais, devido à falta de articulação, foram rapidamente sufocados.

¹⁶³ PORTO, José da Costa. *Os Tempos de Estácio Coimbra*, p. 19-75. Consulado de Recife, relatório de 11/7/22 sobre os distúrbios políticos em Pernambuco desde 26/3/1922. AEL. ADEB. Na seguinte carta, também é dito que Epitácio temia as repercussões do caso pernambucano na política nacional: Carta de João Luiz Alves a Artur Bernardes. 24/6/1921. AEL. FAB. MR 29.

¹⁶⁴ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 10/6/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁶⁵ A indicação de Epitácio foi mal recebida entre os aliados de Bernardes, além disso, porque Estácio fora, até pouco tempo, membro da dissidência. Carta de Félix Pacheco a Artur Bernardes. 16/7/1921. AEL. FAB. MR 29; carta de Artur Bernardes a Félix Pacheco. 22/7/1921. AEL. FAB. MR 29; carta de Antônio Azeredo a Artur Bernardes. 19/7/1921. AEL. FAB. MR 29; carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 20/7/1921. AEL. FAB. MR 29.

A revolta e a subsequente repressão beneficiaram a candidatura do governador de Minas Gerais ao revelar divisões entre os adversários, acelerar a dissolução da Reação Republicana e preparar o caminho para a posse, marcada para 15 de novembro de 1922. Com ela, ficou evidente que os líderes oposicionistas civis não tinham controle sobre as atividades do setor militar, pois estavam desinformados sobre a revolta. Além disso, quando Epitácio Pessoa solicitou estado de sítio para a restauração da ordem, obteve o apoio de parlamentares da Reação Republicana. Em benefício de Bernardes e de certa forma preparando o caminho para sua posse, o Catete finalmente interveio através de detenção de militares, jornalistas e políticos da oposição, ainda que poupasse Seabra e Nilo Peçanha.¹⁶⁶

Até então, a possibilidade de a Reação Republicana conservar-se coesa após a derrota no reconhecimento de poderes era real e, em acréscimo, vista pelos aliados de Bernardes como um risco à sua posse e futuro governo. Além de pôr fim à aliança entre militares e líderes civis da oposição, os motins militares de julho fizeram que o Rio Grande do Sul se retirasse da disputa, o que, somado ao retraimento de Pernambuco, representou o fim da Reação Republicana.¹⁶⁷ Nilo Peçanha lamentou a atitude de Borges de Medeiros, enquanto os aliados de Bernardes festejaram-na.¹⁶⁸ “Foi melhor que tivesse vindo essa revolução tão anunciada e até então adiada”, escreveu um aliado de Washington Luís, acrescentando: “agora é não se perder tempo e se aproveitar a oportunidade para votação da lei de imprensa, a maior responsável pela exploração”. Para ele, era momento de “encarar com maior e melhor esperança o futuro”, pois o recuo gaúcho, ao arrastar Nilo e o militarismo, libertou Bernardes de futuros sacrifícios: “resolvido o caso de Pernambuco, não será difícil restabelecer a completa paz nos espíritos amparando-se [...] a nação contra novos restos de banditismo e impunidade”.¹⁶⁹

¹⁶⁶ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho n° 1958 de 24/7/1922. AEL. ADEB; carta de Raul Falcão a Artur Bernardes. 10/7/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁶⁷ Os gaúchos já haviam demonstrado o temor de que o Rio Grande do Sul fiasse isolado na política federal em decorrência de sua participação na campanha da Reação Republicana. Carta de Raul Falcão a Artur Bernardes. 21/3/1921. AEL. FAB. MR 29.

¹⁶⁸ Telegrama sem emissário e destinatário. 12/7/1922. AEL. FAB. MR 29; telegrama de Artur Bernardes a Camilo Prates. 13/7/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 14/7/1922. AEL. FAB. MR 29. Carta de um jornalista de *Hoje* a João Luiz Alves. 17/8/1922.

¹⁶⁹ Carta de Raul Falcão a Artur Bernardes. 21/3/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Otávio Rocha a Washington Luís. 7/7/1922. APESP. AWL. Caixa 195. Pasta 3; carta de Otávio Rocha a Washington Luís. 19/7/1922. APESP. Caixa 195. Pasta 3.



2

Restauração na Bahia

A posse de Artur Bernardes representou o prestígio e a força da aliança entre Minas Gerais e São Paulo, emergente daquela sucessão e não isenta de tensões, como já indicou Cláudia Viscardi.¹⁷⁰ Nas primeiras negociações para a distribuição dos ministérios, os paulistas presentiram a ansiedade do novo presidente em contemplar muitos aliados de Minas Gerais e tiveram de obstar suas intenções de substituir na presidência da Câmara dos Deputados o paulista Arnolfo Azevedo pelo mineiro Bueno Brandão. Por fim, os paulistas Sampaio Vidal e Cincinato Braga foram nomeados para o Ministério da Fazenda e a presidência do Banco do Brasil, dois cargos relevantes para a execução do programa econômico reivindicado por Washington Luís.¹⁷¹ Minas Gerais ficou com os notáveis ministérios da Justiça (João Luís Alves), Viação e Obras Públicas (Francisco Sá) e com a prefeitura do Rio de Janeiro (Alaor Prata). Ao lado da pasta da

¹⁷⁰ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*. Capítulo 7.

¹⁷¹ Carta de Sampaio Vidal a Washington Luís. Sem data e outra de 2/9/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1; carta de Cincinato Braga a Washington Luís. 13/1/1923. APESP. AWL. Caixa 232. Pasta 1; minuta de Carta de Washington Luís a Cincinato Braga. APESP. AWL. 15/1/1923.

Justiça, as militares cresceram em importância devido à conjuntura de insubordinação civil e militar que ameaçava o novo quadriênio. Se a primeira foi entregue a um amigo cuja capacidade de trabalho fora comprovada perante Artur Bernardes durante seu governo em Minas Gerais, a da Marinha e da Guerra voltaram a ser ocupadas por oficiais, isto é, o almirante Alexandrino de Alencar e o general Setembrino de Carvalho, dois gaúchos que não se haviam solidarizado na sucessão presidencial com o PRR. Alencar destacava-se por reformas realizadas na Armada e Setembrino de Carvalho por haver sido combatente legalista na revolta de 1922 e na Guerra do Contestado (1912-1916).¹⁷²

Ao tomar posse, o novo presidente herdou grave crise política e financeira. Na política, de imediato, havia dois desafios: a manutenção da ordem pública durante o processo judicial dos implicados nas revoltas de 1922 e a solução dos chamados “casos estaduais”, isto é, as disputas entre oposição e governo na Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que inclusive tendiam a envolver o Executivo Federal (como havia ocorrido em Pernambuco em 1922).

Como citado, os aliados de Bernardes já haviam indicado o perigo de a dissidência dificultar, para além da eleição e posse, a própria administração do novo governo, dentre outras coisas pela sua presença no Parlamento. Em julho de 1921, Alaor Prata considerou a hipótese de Bernardes perder sustentação até em Minas Gerais, caso Francisco Sales conseguisse vitórias em decorrência de sua aliança com a Reação Republicana.¹⁷³ Após a morte de Urbano Santos e quando a dissidência já reivindicava a posse de Seabra mediante *habeas corpus* do STF, Raul Soares procurou Moniz Sodré e propôs entregar à Bahia a vice-presidência mediante acordo com o objetivo velado de dissolver a Reação Republicana. Com isso, indicava que o perigo era a conservação do bloco oposicionista depois da posse de Bernardes. “A nossa política deve ser desagregar os nossos adversários”, escreveu em carta ao governador de Minas Gerais.¹⁷⁴ Dias antes, o conselho de Afrânio de Melo Franco, partindo do mesmo diagnóstico de Soares, era diametralmente oposto, ao pontuar a necessidade de tratar os adversários como “poltrões”, sobretudo devido à sua articulação com os militares: “só nos resta levar a

¹⁷² João Luís Aves fora secretário de Finanças na gestão de Artur Bernardes à frente do governo de Minas Gerais. Ver JUNQUEIRA, Eduardo. Verbete de João Luís Aves; PINHEIRO, Luciana. Verbete de Alexandrino de Alencar; PECHMAN, Robert. Verbete de Setembrino de Carvalho. *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 25/8/2013.

¹⁷³ Carta de Alaor Prata a Artur Bernardes. 11/7/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁷⁴ Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. 24/5/1921. AEL. FAB. MR 29.

nossa causa para diante pelos processos que nos restam: os da energia material, afastados todos os recursos do recíproco entendimento, dentro da Constituição”.¹⁷⁵ Entretanto, a revolta de julho de 1922 e o recuo do Rio Grande do Sul dissolveram a Reação Republicana e injetaram um sopro de esperança nas hostes bernardistas. “Insisto que não devemos atacar a situação do Rio Grande do Sul depois que se retiraram da luta os seus homens”, ressaltou Melo Franco. E prosseguiu: “precisamos acalmar a opinião e preparar o país para os trabalhos árduos do futuro governo, cuja tarefa é muito pesada”.¹⁷⁶

A desarticulação da Reação Republicana dera lugar a outros obstáculos a um governo tranquilo para Bernardes. No mês seguinte, nos estados da dissidência, começou a pressão das oposições para que o governo federal respaldasse as investidas delas contra as administrações estaduais. Publicado na *Gazeta de Notícias* e com críticas explícitas às solicitações de intervenção por parte das oposições da Bahia e do estado do Rio de Janeiro, um artigo de um aliado de Bernardes foi, segundo o autor, muito bem recebido em círculos bernardistas. Estácio Coimbra, que o teria aplaudido por abrir os olhos do presidente contra os “amigos” da Bahia e do Rio de Janeiro, teria concordado entusiasticamente com sua tese de que “o quadriênio Bernardes-Estácio começava *fraco*, precisava de força e [que] essa só lhe podia vir de uma política elevada e... *nacional*”.¹⁷⁷ Tais dificuldades contrastavam com a imagem de equilíbrio que o novo presidente procurou transmitir no dia da posse no palácio do Catete.

¹⁷⁵ Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 20/5/1921. AEL. FAB. MR 29.

¹⁷⁶ Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 7/14/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁷⁷ Carta de Raul Falcão a remetente desconhecido. 18/8/1922. AEL. FAB. MR 29. Grifo no original. O artigo foi publicado na *Gazeta de Notícias*, 16/8/1922.



Figura 12 - Artur Bernardes no dia de posse na Presidência da República. Rio de Janeiro, 15/11/1922. Fonte: sítio do APM.

Os casos gaúcho e fluminense

Cartas trocadas entre Washington Luís e o presidente da Câmara dos Deputados, Arnolfo Azevedo, confirmam, entretanto, que o mineiro recusou acordos com o nilista Raul Fernandes depois que o caso do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1922, tomou forma e caminhava, em janeiro de 1923, para uma intervenção federal articulada por Bernardes e as oposições do Rio de Janeiro, apesar das tentativas anteriores de aproximação do governo fluminense em relação ao Catete.¹⁷⁸ Consciente da oposição paulista a intervenções nos estados e munido de *habeas corpus* do STF, Raul Fernandes procurou Arnolfo Azevedo e solicitou sua influência junto ao presidente para contrabalancear supostas tendências intervencionistas do novo governador de Minas Gerais, Raul Soares. Propôs como base de um acordo a sua renúncia e a do candidato bernardista Feliciano Sodré, concessão de um terço ou pouco mais das cadeiras da assembleia estadual e da bancada federal às oposições e ainda o direito a Artur Bernardes de escolher entre os deputados federais governistas (mas não nilistas) um candidato de conciliação que executaria o realinhamento do Rio de Janeiro com o Catete. Ainda que apontasse os riscos de o caso fluminense “intrigar” e “espicaçar” a “rivalidade latente” entre Minas Gerais e São Paulo, Azevedo reprovou a intransigência

¹⁷⁸ Carta de Otávio Rocha a Washington Luís. 8/1/1923. APESP. Caixa 195. Pasta 3. FERREIRA, Marieta de M. *Conflito Regional e Crise Política: a reação republicana no Rio de Janeiro*, p. 70.

de Bernardes e seu desejo de obter a higienização do estado do Rio. “Vejo, com desgosto e muitas apreensões, que teremos a pior de todas as soluções” no caso do Rio de Janeiro, disse a Washington Luís. Explicava em seguida do que se tratava: “a destruição dos poderes locais por ato exclusivo do poder Executivo Federal e eleição de novos poderes estaduais e até municipais. A vassoura, em suma”.¹⁷⁹ Apesar de sua análise e de suas inclinações não-intervencionistas, São Paulo não reprovava a intervenção no Rio de Janeiro, claramente para salvaguardar a aliança com Bernardes e Minas Gerais.¹⁸⁰

Tal intervenção coincidiu com o agravamento da situação na Bahia e no Rio Grande do Sul, onde as oposições, para enfrentar Seabra e Borges de Medeiros, uniram-se respectivamente em torno da Concentração Republicana da Bahia (CRB) e da Aliança Libertadora. Fortalecidos com a adesão de ex-seabristas como Álvaro Cova, Geraldo Rocha e o coronel César Sá, os concentristas organizaram chapa para a renovação da Assembleia Legislativa da Bahia (fevereiro de 1923), que apuraria as eleições para governador (dezembro de 1923) e empossaria o candidato vitorioso (março de 1924).

Liderados por Assis Brasil e à espera de apoio de uma intervenção federal, os libertadores iniciaram em janeiro de 1923 uma revolta contra o governador gaúcho após tê-lo enfrentado em eleições consideradas fraudulentas no final de 1922. Entretanto, os revoltosos não obtiveram o apoio suficiente do governador de Minas Gerais, de São Paulo e de Bernardes. O governo federal esperou pelo esgotamento das forças legalistas e oposicionistas para intervir com a proposição de um acordo entre as partes, o que ocorreria em 1923. Em dezembro e com intermediação do ministro da Guerra, formalizou-se entre oposição e governo o Pacto das Pedras Altas, através do qual Borges de Medeiros foi mantido no governo, mas perdeu o direito de ser reeleito e de indicar o vice-governador do Rio Grande do Sul, além de ter sido obrigado a garantir a representação da minoria em nível estadual e federal. Assim, alterava-se o inabalável aparelho constitucional gaúcho e aplainava-se o terreno para a reforma da Constituição Federal, almejada por Bernardes.¹⁸¹

¹⁷⁹ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 6/1/1923. APESP. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 7/1/1923. APESP. Caixa 188. Pasta 1. Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 12/1/1923. APESP. Caixa 188. Pasta 1.

¹⁸⁰ Carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 17/4/1923. APESP. Caixa 188. Pasta 1.

¹⁸¹ Em carta de 1925, Antunes Maciel relembrou a atitude de Bernardes, isto é, a espera pelo desenrolar dos acontecimentos para propor um acordo de paz entre oposição e governo do Rio Grande do Sul.

Para Joseph Love, Bernardes não decretou intervenção federal contra Borges de Medeiros porque não houve duplicata de assembleias e por não ter certeza quanto à obediência das numerosas forças do Exército estacionadas no Rio Grande do Sul. Caso assentissem, sua dúvida recaía sobre o caráter de uma vitória sobre a bem armada Brigada Gaúcha. Tal observação integra o argumento regularmente usado de que o peso do Rio Grande do Sul, ou de Minas, ou de São Paulo, na federação brasileira, explicava-se também pelo seu poderio militar e sua capacidade de opor-se a intervenções. No caso específico do Rio Grande do Sul, esse argumento sustenta ainda que a proeminência das elites gaúchas devia-se a seus vínculos de solidariedade com os corpos militares federais existentes no estado. Do outro lado, estariam os estados considerados frágeis, como a Bahia, cuja polícia era, nas palavras de Eul-Soo Pang, um exército de ralé, composto de homens mal pagos e indisciplinados.¹⁸² Ou seja, a Bahia não tinha uma força pública poderosa e por isso estava sujeita a intervenções federais, causa e efeito de sua fragilidade política. Segundo Eul-Soo Pang, a intervenção nos estados era um “instrumento cômodo” com que o governo federal recompensava aliados e castigava adversários.¹⁸³

Para além do militar, é preciso observar o aspecto propriamente político, já que Bernardes e seus aliados consideraram a acomodação com o Rio Grande do Sul como meio de restabelecer a paz e a autoridade. O próprio Joseph Love afirma que a indisposição do novo presidente em decretar intervenção federal contra o Rio Grande do Sul tinha a ver com o apoio que os gaúchos lhe ofereceram no Parlamento, inclusive para intervir no estado do Rio de Janeiro. O depoimento do embaixador estadunidense Edwin Morgan confirma que o governo federal evitava intervir no Rio Grande do Sul por temor de que o Exército não cumprisse suas ordens. Entretanto, ele afirmou que o

Segundo ele, as pretensões da oposição foram endossadas por Raul Soares. Joseph Love considera esse apoio simples mostras de simpatias. De um modo ou de outro, o brasilianista observa que Bernardes mostrou-se evasivo em relação ao apoio concreto para a intervenção. Carta de Antunes Maciel a Washington Luís, Carta de Antunes Maciel a Washington Luís. 18/8/1925. APESP. AWL. Caixa 189. Pasta 1. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, p. 219-223. Ver MOREIRA, Regina da Luz. Verbete de Assis Brasil; PECHMAN, Robert. Setembrino de Carvalho no *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 25/8/2013.

¹⁸² LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, p. 123. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 138.

¹⁸³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, p. 43 e ss. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p.147; LEITE, Rinaldo. *A Rainha Destronada*; LEITE, Rinaldo. A ‘baianidade’ das elites nas primeiras décadas republicanas. In BELLINI, Lígia; NEGRO, Antônio L. e SOUZA, Evergton Sales (org.). *Tecendo Histórias*. Salvador, Edufba. 2009, p. 188.

desejo do novo presidente era socorrer a situação gaúcha e não derrubá-la – a intervenção federal atenderia a tal objetivo. Para esse observador, muitos oficiais consideravam uma traição a atitude assumida pelo governo gaúcho na revolta de 1922. Isso colocava em cheque sua disposição em auxiliar Borges de Medeiros, ainda que sob ordens da Presidência da República.¹⁸⁴ Por um lado, ao mesmo tempo em que demonstra a disposição do governo federal em acomodar-se com o gaúcho, esse depoimento indiretamente descarta a superioridade da Brigada Gaúcha ou a articulação entre PRR e Exército como fatores que explicariam a não ocorrência de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Por outro, mantém o dado de que Bernardes acreditava que seu envolvimento no caso gaúcho poderia revelar áreas de resistências à sua autoridade no seio do Exército. Edwin Morgan observaria que foi crucial para a restauração da paz a resistência do presidente em envolver-se numa intervenção federal no Rio Grande do Sul.¹⁸⁵

Pelo que pude averiguar, o desenrolar do caso da Bahia – onde não só o governador não possuía, em tese, uma força policial poderosa como também a oposição criaria duplicata de assembleias – fortalece a hipótese implícita no comentário de Edwin Morgan. Evitando envolver-se explicitamente nas lutas entre governos e oposições locais, Bernardes não se revelou completamente infenso à ideia de acomodação com os governos que integraram a Reação Republicana, com exceção do Rio de Janeiro.

A reabertura da oposição entre Rui e Seabra

Para analisar o papel nada irrelevante da Bahia no início do governo de Bernardes, é preciso voltar à campanha eleitoral e observar a reabertura da oposição entre o senador Rui Barbosa e o governador Seabra. Optando pela chapa Nilo-Seabra e valorizando o respaldo do PRR, a Reação Republicana havia frustrado as pretensões de Rui Barbosa. Apesar dos apelos de Nilo Peçanha e do governador da Bahia, o águia de Haia, declarando neutralidade, recolheu-se à Vila Maria Augusta, como era apelidado seu palacete da rua São Clemente, Botafogo.¹⁸⁶ Com isso, negava-se a se aventurar em mais

¹⁸⁴ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2015 de 29/1/1923. AEL. ADEB. Entre as razões para a “condenação do tirano”, isto é, de Borges de Medeiros, um documento anônimo apreendido pelo governo federa listou a sua atitude em face da revolta de julho de 1922. Ver: *A Condenação do Tirano*. AEL. FAB. MR 7.

¹⁸⁵ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2117 de 20/12/1923. AEL. ADEB.

¹⁸⁶ A informação de que a residência de Rui Barbosa recebia o nome de sua esposa Maria Augusta encontra-se em: MAGALHÃES, Rejane Mendes. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Rio de Janeiro:

uma campanha oposicionista, que nesse caso não o lançaria como cabeça de chapa nem adotara sua plataforma programática.

Buscando articular-se com as oposições dos estados da Reação Republicana,¹⁸⁷ os aliados de Bernardes procuraram avizinhar-se de Rui Barbosa, invariavelmente valorizado por sua capacidade de atrair votos e sua autoridade moral e intelectual.¹⁸⁸ Carneiro de Resende, Afrânio de Melo Franco e outros políticos mineiros articularam-se com os irmãos Otávio e João Mangabeira, que daí passaram a agir como embaixadores de Minas Gerais junto à casa e aos parentes de Rui.¹⁸⁹ Após as primeiras sondagens, os dois baianos explicaram aos bernardistas que a única porta pela qual esses poderiam entrar era a adoção do programa revisionista do senador, caminho fechado pela Reação Republicana.¹⁹⁰ Bernardes já se comprometera com setores anti-revisionistas de sua própria base de apoio, notadamente o PRP, mas parte dos seus aliados mostrou-lhe a conveniência de um aceno discreto a favor da reforma da Constituição, para atrair Rui Barbosa sem prejudicar acertos já entabulados. Medindo a relevância da parceria a ser conquistada, o candidato aceitou o conselho.

Dias após estourar o escândalo das cartas falsas, Bernardes liberou senha durante leitura de sua plataforma no Rio de Janeiro. Recebido como um “bandido”, um “traidor da pátria” e um “réprobo” por uma parcela da população carioca, o candidato elogiou a Constituição, mas declarou que “se, [...] o único poder político competente, que era o Congresso, entendesse de promover a revisão [...] eu não interporia [...] minha autoridade presidencial”. Lembrou que o programa da Convenção Nacional eliminara a declaração de inconveniência da reforma constitucional. Tais palavras eram um sinal claro a Rui Barbosa, elogiado pelo orador durante a conclusão da fala. Acionando a tradicional oposição entre “Civilismo” e “militarismo”, Bernardes procurou a parceria

Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994 *apud* QUARESMA, Mônica. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra*. Campinas: Unicamp, 1999 (História, dissertação de mestrado), p. 103.

¹⁸⁷ Carta de Juvenal Lamartine a Artur Bernardes. 14.6.21; AEL. FAB. MR 28; AEL. FAB. MR 28. Carta de Juvenal Lamartine a Artur Bernardes. 28/7/21 e 14/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Olegário a Artur Bernardes. 27/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Antunes Maciel a Artur Bernardes. 22/7/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Antes Maciel a Artur Bernardes. 10/8/1921. AEL. FAB. MR 28. Ver também: Carta de Cardoso a Artur Bernardes. 9/7/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁸⁸ Carta de Heitor de Souza a Artur Bernardes. 21/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁸⁹ Carneiro Resende a Artur Bernardes. 25/6/1921. AEL. FAB. MR 28.

¹⁹⁰ Telegrama de Júlio Barbosa a Artur Bernardes. 28/6/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Sertório de Castro a Artur Bernardes. 7/7/1921. AEL. FAB. MR 3; carta de Sertório de Castro a Artur Bernardes. 8/7/1921. AEL. FAB. MR 3; carta de Alaor Prata a Artur Bernardes. 11/7/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Caio de Barros Monteiro a Artur Bernardes. 3/8/1921. AEL. FAB. MR 28.

do líder baiano na ocasião exata em que os militares pró-Reação Republicana denotavam um envolvimento mais decisivo na disputa eleitoral.¹⁹¹

Próceres opositoristas tentaram afastar Rui Barbosa e Artur Bernardes através da entrega na residência do senador de uma antiga carta enviada pelo mineiro a Delfim Moreira, então presidente da República. Autêntica, a missiva continha congratulações pela recusa de Moreira em atender pedido de intervenção federal de Rui contra Seabra. O efeito do documento, porém, foi anulado pela ingerência de Otávio Mangabeira e da esposa do conselheiro, Maria Augusta, preocupada com a saúde do marido. Para o próprio senador, reacender mágoas não faria sentido no momento em que era vantajoso alinhar-se ao candidato oficial. No começo de 1922, atendendo à súplica de elementos bernardistas, o águia de Haia dispôs-se a enfrentar o Clube Militar e o fogo da imprensa opositorista ao pronunciar-se pela falsidade das cartas publicadas pelo *Correio da Manhã*, com o argumento de que não era confiável um documento cuja origem não era revelada pelos acusadores.¹⁹² Na intimidade da Vila Maria Augusta, vaticinou a amigos e parentes que o episódio das cartas falsas haveria de “ter o seu lugar na história dos crimes célebres”. “Se amanhã o Artur Bernardes caísse vítima das paixões militares que o assunto vai despertando, quem responderia pelo seu sacrifício perante sua família e perante Deus?”, questionou Rui. Ao falecer, havia começado sem concluir a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*.¹⁹³

Sua autoridade como jurisconsulto seria uma vez mais requisitada por altura das discussões sobre o Tribunal de Honra e posteriormente sobre o *habeas corpus* de Seabra, temas em que Rui Barbosa mostrou-se favorável a Bernardes.¹⁹⁴ Publicada na

¹⁹¹ *O Paiz*. 20/10/1921. A fala de Bernardes era uma reprodução quase literal do que sugerira Sertório de Castro na carta mencionada na nota anterior. A referência a maneira como Bernardes foi recebido no Rio de Janeiro está em: FRANCO, Afonso Arinos de Melo Franco. *Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 1027.

¹⁹² Carta de Afonso Pena Júnior a Artur Bernardes. 9/2/1922. AEL. FAB. MR 29; Fala o maior intelectual da América do Sul; fala o grande jurista brasileiro. Panfleto. AEL. FAB. MR 29. Durante exílio no começo da República, Rui Barbosa havia escrito as Cartas da Inglaterra para o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Um dos temas tratados foi o célebre julgamento de Alfred Dreyfus, na França. Rui Barbosa empregou o mesmo argumento para indicar que as cartas que incriminavam o judeu não eram confiáveis. Tal episódio foi mencionado quando os bernardistas solicitaram o parecer do senador baiano sobre as cartas do *Correio da Manhã*. Ver: BORGES, Vera Lúcia Bógea. *A Batalha Eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. MANGABEIRA, João. *Ruy: o Estadista da República*. São Paulo: Martins, 1946, p. 377 e 378.

¹⁹³ Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 15/2/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁹⁴ No caso do Tribunal de Honra, quando a própria Reação Republicana solicitou parecer de Rui, este respondeu só faria pronunciamento caso houvesse requisição por escrito e que a os opositoristas comprometessem-se a publicar seu parecer independente de qual fosse o conteúdo. Carta de Duarte a

Gazeta de Notícias, a opinião contrária à posse na vice-presidência de Seabra sinalizou o abandono do acordo que unira ruísmo e seabrismo com vistas à conquista da vice-presidência para a Bahia.¹⁹⁵ Os próprios deputados da oposição baiana já trabalhavam nos bastidores contra a concessão de *habeas corpus* a Seabra. Na revolta de 1922, além de (doente e velho) comparecer à votação no Senado pela decretação do estado de sítio, Rui Barbosa auxiliou Epiácio Pessoa na execução das medidas repressivas contra os rebeldes. Em reconhecimento, o presidente convidou-lhe para lugar de destaque nas comemorações do Centenário da Independência em 1922. Ao final do processo sucessório, o senador baiano figurava ao lado dos vencedores como um dos principais sustentáculos da candidatura mineira.¹⁹⁶

Um desenho produzido no pós-30 para legitimar a revolução de Outubro e a liderança de Getúlio Vargas sugere aspectos da participação de Rui Barbosa na sucessão presidencial de 1921-22. Apesar de a Reação Republicana ter sido de certa forma inspirada na Campanha Civilista, Rui negou-se a endossar uma chapa oposicionista sem que suas pretensões fossem plenamente ouvidas e acatadas. Concomitante com o envolvimento mais decisivo dos militares na disputa eleitoral, afastou-se mais da dissidência e reafirmou sua orientação civilista, após breve flerte com a caserna. A revolta de julho de 1922 já o encontraria reconciliado com Epiácio Pessoa e aliado de Artur Bernardes.

Artur Bernardes. ?/4/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Afonsinho a Artur Bernardes. 28/3/1922. AEL. FAB. MR 29.

¹⁹⁵ Carta de Duarte de Abreu a Artur Bernardes. 20/6/1922. AEL. FAB. MR 29. *Gazeta de Notícias*, 20/6/1922.

¹⁹⁶ Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 19/7/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Pádua Rezende a Washington Luís. Caixa 239. Pasta 1. Em contraste com as festas do centenário, o governo federal não conferira a Rui Barbosa lugar de destaque no programa de recepção a Alberto I e Elizabeth, monarcas belgas que visitaram o Brasil em 1920. Os críticos de Epiácio Pessoa lembraram que durante a Grande Guerra o senador baiano fora o principal porta-voz do protesto do Brasil contra a invasão da Bélgica pelo Império Alemão. Ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Uma República em festa*, p. 217-222.

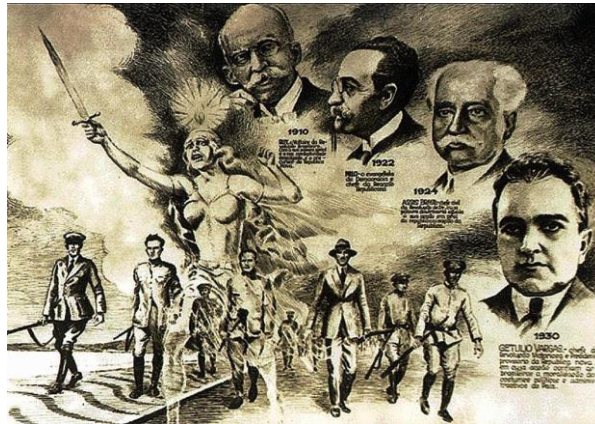


Figura 13 - Rui Barbosa em gravura de enaltecimento da Revolução de 1930 e da liderança de Getúlio Vargas. Fonte: coleção Antonio Negro.

Consolidação da aliança entre Bernardes e as oposições da Bahia

Artur Bernardes consolidou a aliança com o ruísmo ao entregar a pasta da Agricultura – desejado pelos paulistas – ao aristocrático deputado Miguel Calmon Du Pin e Almeida, integrante da oposição estadual e membro da tradicional e quatrocentona açucarocracia da Bahia.¹⁹⁷ Sobrinho-neto do marquês de Abrantes, Calmon realizara quando jovem uma viagem às possessões europeias da Ásia para estudar as técnicas de produção agrícola e de emprego da mão-de-obra aplicadas à lavoura de cana-de-açúcar, de cacau e de café, três produtos agrícolas da Bahia. Em 1902, apresentou numa Conferência Açucareira (em Salvador) um estudo sobre aplicações industriais do álcool da cana-de-açúcar, matéria que ainda desenvolveria com mais alento. Servira como secretário nos governos de Severino Vieira e de José Marcelino, quando foi nomeado ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo mineiro Afonso Pena, tornando-se aos 28 anos de idade um dos membros mais destacados do “Jardim da Infância”, o gabinete ministerial mais jovem da I República. Embora sua carreira ascendente sofresse um abalo quando Seabra tornou-se pela primeira vez governador da Bahia, Calmon era presidente da Sociedade Brasileira de Agricultura, ao entrar para o Ministério Bernardes.¹⁹⁸ O ministro convidaria mais tarde o sobrinho e afilhado Pedro Calmon para

¹⁹⁷ Carta de Sampaio Vidal a Washington Luís. Sem data e outra de 2/9/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1. Segundo Sheila Faria, açucarocracia designa as relações entre as elites açucareiras com os governos provincial e imperial durante o Segundo Reinado. Ver: FARIA, Sheila de Castro. Açucarocracia. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 24.

¹⁹⁸ CALMON, Pedro. *Miguel Calmon: uma grande vida*, p. 26-27, 30, 48.

secretariá-lo nos trabalhos da Exposição Internacional do Centenário da Independência.¹⁹⁹

Alfredo Rui Barbosa, filho do senador, substituiria Calmon na Câmara. Rui parece ter influenciado na montagem do Ministério das Relações Exteriores. O *post-scriptum* de uma carta enviada por Carlos de Campos a Washington Luís sugere que a pasta foi oferecida ao águia de Haia, então recentemente eleito para a Corte Internacional de Justiça.²⁰⁰ Preocupado em deslindar a política externa a ser desenvolvida por Bernardes, o embaixador Edwin Morgan observou que Rui teria sido ministro das Relações Exteriores se sua saúde o tivesse permitido, acrescentando que, para manter-se informado dos rumos da nova política externa do Brasil, o baiano indicou um genro para o *staff* de Félix Pacheco, senador piauiense e novo titular do Itamaraty. Segundo Bruno Magalhães, Rui foi responsável pela indicação de Pacheco.²⁰¹

Nomeado ministro do STF pelo presidente mineiro Wenceslau Braz, Antônio Joaquim Pires e Albuquerque, outro baiano aristocrata e prócer de Rui Barbosa, foi conservado por Bernardes na Procuradoria Geral da República, cargo para o qual fora indicado por Epiácio Pessoa.²⁰² Tal como os ministros militares e o da Justiça, o procurador teria papel crucial no desenrolar dos processos judiciais dos implicados em revoltas e conspiratas militares, anteriores e posteriores à posse do novo presidente. Aurelino Leal, outro baiano, deixara o estado durante a escalada do seabrismo e servira como chefe de polícia do Distrito Federal durante as presidências de Wenceslau Braz, Rodrigues Alves e Delfim Moreira, além de se ter tornado professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Desde o começo da campanha presidencial, trocou intensa correspondência com o governador mineiro, mantendo-o informado sobre os principais acontecimentos da capital federal e sobre seus avanços e recuos no estado da Bahia, onde ficara responsável por realizar a articulação de apoios à candidatura Bernardes. Após a intervenção no Rio de Janeiro, recebeu do novo presidente a incumbência de, sob estado de sítio, presidir o estado como interventor por quase um ano com vistas à

¹⁹⁹ Pedro Calmon era primo e bem mais jovem que Miguel Calmon. Entretanto, trava-o por “tio”. Ver: CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

²⁰⁰ Carta de Carlos de Campos a Washington Luís. 1922. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1. O *post-scriptum* diz: “se Rui não aceitar Exterior e não aparecer outro nome bom, fora da diplomacia [...] o preferido é o Afrânio”. Grifo no original.

²⁰¹ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho sem número de 16/9/21 e nº 1987 de 15/11/1922. AEL. ADEB. MAGALHÃES, Bruno. *Artur Bernardes: estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 192 e 157. Infelizmente, o autor não indica onde encontrou a informação.

²⁰² Ver a página de Pires e Albuquerque no site do STF. Disponível em <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 26/8/2013.

reorganização de sua política mediante o afastamento do nilismo, a criação da unidade interna e da harmonia com o Catete.²⁰³

Graças ao papel relevante de Eptácio Pessoa, de Rui Barbosa e outras lideranças nortistas na sucessão presidencial, o Norte saiu bem representado no Ministério Artur Bernardes: Calmon na pasta da Agricultura, Pacheco no Itamaraty e Coimbra na vice-presidência da República ou presidência do Senado. Entre eles, é possível incluir Francisco Sá, no Ministério da Viação e Obras Públicas. Embora fosse mineiro, possuía laços políticos e de parentesco com Antônio Acióli (Ceará) e César Sá (Bahia). Não por acaso, sua indicação foi interpretada como um agrado ao presidente Eptácio Pessoa. Na cerimônia de posse do novo presidente, os terríveis homens do Norte marcaram presença na intimidade dos salões do Catete.²⁰⁴



Figura 14 – Casa Civil e Militar de Artur Bernardes no dia de posse na Presidência da República. Veem-se os baianos Miguel Calmon (o civil mais alto do lado esquerdo), Pires e Albuquerque (terceiro civil à direita de Bernardes) e Pedro dos Santos, ministro do STF (com as mãos cruzadas e de bigode branco). Félix Pacheco é o civil com mãos cruzadas e Francisco Sá está entre Bernardes e Pedro dos Santos. Rio de Janeiro, 15/11/1922. Fonte: sítio do APM.

²⁰³ Ver: VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Verbete de Aurelino Leal. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 30/7/2013. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho n° 2015 de 29/1/1923. AEL. ADEB.

²⁰⁴ Eul Soo Pang e Joseph Love classificam Francisco Sá como um político cearense. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 182. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, p. 130. Ver: CACHAPUZ, Paulo Brandi. Verbete Francisco Sá. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso: 2/7/2013; carta de Daniel Carneiro para Artur Bernardes. 12/4/1924. AEL. FAB. MR 7; carta de Sampaio Vidal a Washington Luís. Sem data e outra de 2/9/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1.

Durante a campanha de 1921-22, a passagem de Rui e seus aliados para o lado de Bernardes reabriu a rinha entre a raposa e a águia. Sentindo que algo cedia sob os pés, Seabra procurou o conselheiro e os deputados da oposição no final de 1921, propondo-lhes a entrada de elementos oposicionistas na comissão executiva do PRD para consolidar a união entre as duas facções da política estadual.²⁰⁵ Embora o pedido tenha sido aceito no Rio, provocou reações negativas na Bahia, onde um aliado de Otávio Mangabeira considerou-o uma “pantomima”. Quando soube da aceitação do convite, o oposicionista Aurélio Viana sentiu-se ainda mais livre para apoiar Bernardes e Urbano Santos. Segundo ele, a incorporação de membros da oposição ao PRD não estava prevista no acordo entre governo e oposição, o qual restringira-se à indicação de Seabra como vice de Bernardes.²⁰⁶

O frágil acordo realizado entre Seabra e Rui de meados de 1921 desatou-se nos entrechoques da sucessão presidencial, uma vez que, na tratativa de união, não havia sido previsto o lançamento da candidatura de Seabra por uma chapa dissidente, mas sim numa oficial ao lado de Bernardes.²⁰⁷ Por fim, Rui Barbosa aconselhou seus aliados a votarem em Seabra e em Bernardes. Além disso, durante o reconhecimento, os deputados da oposição reconheceram o candidato mineiro e provavelmente Urbano Santos.²⁰⁸ Morto este, Rui, Aurelino Leal, Mangabeira e seus aliados opuseram-se à entrega da vice-presidência a Seabra, via *habeas corpus* ou acordo entre bernardistas e Reação Republicana. A Bahia cindia-se entre a Convenção Nacional e a Reação Republicana.²⁰⁹

Assim, a presença desses baianos nos salões do palácio do Catete honrava compromissos assumidos entre Artur Bernardes, Aurelino Leal e os seguidores de Rui Barbosa, especialmente Miguel Calmon. Entretanto, como Seabra havia sustentado a Reação Republicana, tais recompensas levaram à configuração do caso baiano. Isto é, Bernardes recompensou seus aliados da Bahia, mas estes interpuseram-se entre o palácio do Catete e o palácio Rio Branco, para não falar da bancada seabrista no

²⁰⁵ Carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 15/8/1921. AEL. FAB. MR 3.

²⁰⁶ Carta de Pires de Carvalho a Otávio Mangabeira. 30/12/1921. FPC/Centro de Memória da Bahia (CMB). Arquivo Otávio Mangabeira (AOM). 329.

²⁰⁷ Carta de Aurélio Viana a Albino. 3/9/1921. AEL. FAB. MR 28.

²⁰⁸ Telegrama da Agência Star para Artur Bernardes. 21/2/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 13/6/1922. AEL. FAB. MR 28.

²⁰⁹ Cartas de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 1/8/21 e 22/9/1921. AEL. FAB. MR 28; carta de Aurélio Viana a Albino. 3/9/1921. AEL. FAB. MR 28. Carta de Duarte a Artur Bernardes. ?/4/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Carvalho de Brito a Artur Bernardes. 12/6/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 13/6/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Bernardo Monteiro a Artur Bernardes. 20/7/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 20/7/1921. AEL. FAB. MR 29.

Congresso Nacional. Portanto, havia um desalinhamento entre a Bahia e o Executivo Federal, cuja superação era almejada pelos três atores em cena: Artur Bernardes, o governo estadual e as oposições baianas. Entretanto, o desejo comum pelo realinhamento não eliminava a disparidade de interesses existente em torno dele e era preciso definir quais desses interesses deveriam ser contemplados, quais acomodados e quais simplesmente descartados.

O caso baiano

Como as oposições gaúchas, Aurelino Leal e os ruístas procuraram em 1922, mas sem sucesso, o apoio de São Paulo, de Minas Gerais e de Epiácio Pessoa para obter na Bahia uma intervenção federal contra Seabra. No começo do ano, boatos de que o governador pretendia renunciar para eleger Moniz Sodré antes de Bernardes tomar posse levaram Aurelino Leal a apresentar a Raul Soares a ideia de fazer Minas Gerais e São Paulo apoiar uma revolta das oposições contra o governo da Bahia, bastando para isso a neutralidade de Epiácio Pessoa. Não obteve sucesso.²¹⁰

Contando com o estado de sítio decretado depois dos motins militares de julho de 1922, Leal e parte das oposições ruístas requisitaram novamente cobertura de Washington Luís, de Artur Bernardes e do Catete para derrubar Seabra com base em diferentes critérios, entre eles o suposto envolvimento do governador e de Moniz Sodré com as revoltas tenentistas de 1922, a inconstitucionalidade do código eleitoral baiano e a insolvência de débitos contraídos pelo tesouro do estado. Em tal ocasião, Epiácio Pessoa julgou forçada a interpretação que os baianos davam ao dispositivo constitucional que tratava das intervenções. Por sua vez, o governador paulista eximiu-se e chamou atenção para o risco de o plano ser derrotado no Congresso Nacional. Artur Bernardes não tomou qualquer medida concreta para atender à solicitação de seus aliados da Bahia.²¹¹

²¹⁰ Carta de Aurelino Leal a Raul Soares. 5/1/1922. AEL. FAB. MR 29. Aurelino esperava que na ocasião Epiácio Pessoa realizasse algumas nomeações chave, mantivesse o atual comandante da Região e não realizasse intervenção para apoiar o governo.

²¹¹ Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 20/7/1921. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 25/7/1922. AEL. FAB. MR 29. 25/7/1922.; carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 26/7/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 3/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 6/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Artur Bernardes a Aurelino Leal. 6/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 12/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 14/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 26/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 24/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Washington Luís. 30/7/1922. APESP.

Logo depois da posse do novo presidente e da intervenção no Rio de Janeiro, Leal, os irmãos Mangabeira, Simões Filho e em menor medida Pedro Lago e Rui Barbosa ansiavam por valer-se do precedente e de sua influência junto ao Catete para provocar a desejada intervenção. Isso num momento muito favorável, isto é, as eleições para a Assembleia Legislativa da Bahia, a qual empossaria em 1924 o governador a ser eleito no final de 1923. Já no segundo semestre de 1922, os diários oposicionistas e governistas de Salvador digladiavam-se entre si em torno da veracidade ou da legitimidade de uma intervenção federal ou mesmo estrangeira na Bahia, para a cobrança de débitos públicos não honrados pelo tesouro do estado. Tratava-se de um luta em que a imprensa de oposição procurava criar um clima propício a uma intervenção federal enquanto os jornais pró-Seabra tratavam de desfazê-lo. Seja como for, a ideia de usar a insolvência de débitos públicos para legitimar uma intervenção crescia nos bastidores da política. Informado sobre o assunto, Seabra realizou junto ao Banco Econômico da Bahia um empréstimo de 70 mil contos de réis para unificar a dívida interna do estado e livrar o tesouro das inúmeras obrigações que o assolavam com altos juros e prazos apertados.²¹²

Enquanto o *A Tarde* indicava irregularidades no empréstimo, Seabra passou a trabalhar nos bastidores para lançar como candidato de conciliação Francisco Marques de Góis Calmon, dirigente do Banco Econômico.²¹³ Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados e membro de uma das mais ilustres e tradicionais famílias baianas, Góis Calmon seria bem aceito pelas classes conservadoras de Salvador.²¹⁴ Como não era político profissional, poderia ser aceito pelo PRD e pela CRB, atendendo ao anseio de parte da população, cansada de lutas interpartidárias que ameaçavam ensanguentar o

AWL. Caixa 244. Pasta 1; carta de Aurelino Leal a Washington Luís. 12/8/1922. APESP. AWL. Caixa 244. Pasta 1.

²¹² *O Democrata*. 27/8/1922.; 30/8/1922.; 2/9/1922.; 22/9/1922. O órgão governista denunciou a relação entre a crítica às condições financeiras da Bahia e o desejo por intervenção: *O Democrata*. 8/10/1922. Diante das críticas do *A Tarde*, Góis Calmon explicou entrevistas ao *Diário da Bahia* e ao *Diário de Notícias* os benefícios do empréstimo para o Tesouro do Estado: *Diário da Bahia*. 18/12/1922. *Diário de Notícias*. 17/12/1922. Através de um estudo sobre as relações entre autoridades da Bahia e grandes empresas capitalistas brasileiras e estrangeiras, Joaci Cunha expõe o impacto desastroso das administrações seabristas sobre as finanças públicas da Bahia: CUNHA, Joaci. *O fazer político da Bahia na República Velha, 1906-1930*. Salvador: Ufba, 2011 (História, tese de doutorado).

²¹³ Com apreensão, parte das oposições percebeu de imediato a relação entre o empréstimo e o desejo de Seabra de acomodar-se via Calmon com o governo federal, afastando o risco da intervenção. Carta de Fiel Fontes a Otávio Mangabeira. 29/10/1922. FPC/CMB. AOM. 546. Em maio de 1923, Artur Bernardes seria informado sobre o assunto: Carta de Joaquim Teixeira a Artur Bernardes. 22/4/1923. AEL. FAB. MR 11.

²¹⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Ver também: *O Democrata*. 4/3/1923. *O Democrata*. 20/10/1923.

estado. Responsável por uma reforma bem sucedida no Banco Econômico, com o qual foi contratado o empréstimo de unificação, trazia a promessa da restauração administrativa e financeira para o estado, precisamente quando Bernardes desenvolvia programa cujo objetivo maior era restaurar as finanças do governo federal. Além disso, era irmão do ministro da Agricultura, o que poderia interessar o presidente numa conciliação com o palácio Rio Branco.²¹⁵ A candidatura Góis Calmon representava um realinhamento possível entre o estado e o Catete, no qual o seabrismo encontraria espaço de acomodação e os irmãos Calmon assumiriam a proa da política na Bahia. Em 1923, ironicamente, um livro editado no Rio de Janeiro pelo governo baiano como parte das comemorações do centenário da Independência da Bahia abre-se com as efígies entrelaçadas de Bernardes e Góis Calmon. Tratava-se de uma propaganda dos planos de Seabra.



Figura 15 - Montagem de abertura de livro editado pelo governo Seabra e comemorativo do Centenário da Independência da Bahia. Fonte: *Centenário da Independência da Bahia: 1823-1923*. Empresa Brasil Editora: Rio de Janeiro, 1923.

Através de carta denúncia de adversário de Seabra, a Presidência da República foi informada do vínculo existente entre o contrato do Banco Econômico com o tesouro da Bahia e a candidatura Góis Calmon. Portanto, Bernardes sabia que tal nome trazia a

²¹⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, p. 175. Sobre a presidência de Góis Calmon e a relação entre a família Calmon e o Banco Econômico, ver: OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um banco: o Banco Econômico*. Salvador, Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1993, p. 19, 104-109 e 128; e CALASANS, José. *Miguel Calmon sobrinho e sua época: 1912-1967*. Salvador, Museu Eugênio Teixeira Leal. 1991, p.64.

oportunidade de salvação para Seabra e o PRD.²¹⁶ O governador propôs ao presidente e às oposições a candidatura Góis Calmon no final de fevereiro de 1923, quando Aurelino Leal e os ruístas preparavam-se para criar a duplicata de assembleias e dar o primeiro passo para provocar uma intervenção na Bahia. Seabra também propôs a Rui Barbosa uma lista de correligionários seus como candidatos de conciliação, o que foi negado pelas oposições, que exigiram como base para o acordo a sua renúncia do governo, a indicação de um nome das oposições (ou absolutamente neutro) como candidato e a concessão aos opositoristas de metade das cadeiras da Assembleia Legislativa.²¹⁷

Nessa ocasião, como num ritual político, a raposa “queimou” a candidatura de um amigo pessoal de Rui Barbosa (J. J. Palma), ao oferecê-la à águia e – depois da aceitação – retirá-la, indicando a necessidade de um *tertius*, que seria finalmente Góis Calmon. Dias depois, concedeu uma entrevista ao *Diário de Notícias* na qual repudiou as exigências dos grupos opositoristas e prometeu defender até a morte a autonomia do estado, caso sua proposta de conciliação fosse rejeitada e uma intervenção federal ocorresse. Acompanhado pela imprensa seabrista e contrária a intervenções federais, tais palavras indicam que a candidatura Góis Calmon era apresentada como uma alternativa à conflagração do estado, isto é, Seabra colocava lado a lado a acomodação ou a luta intraestadual. Certo de que obteria o apoio de Bernardes, entretanto, a CRB deu continuidade à sua trama, mesmo após a morte de Rui Barbosa em março de 1923.

O desenrolar dos acontecimentos revela que o governo federal não se aproveitou do clima de agitação para vingar-se do antagonismo sustentado por Seabra durante a campanha da Reação Republicana – e para calar seu alegado envolvimento com o tenentismo sedicioso, embora tenha feito concessões aos opositoristas. O envio para a Região Militar de novo comandante, de navio de guerra e de um contingente de soldados foi lido como um sinal de respaldo ao desejo de intervenção das oposições. Após as eleições para a Assembleia Legislativa, formou-se um conjunto de opositoristas cujo objetivo era constituir-se em junta apuradora para reconhecer candidatos da oposição. Em articulação com os líderes opositoristas, o suplente de juiz Estelita Pessoa emitiu um *habeas corpus* para garantir o direito de reunião dessa junta. Com o objetivo de envolver o poder federal, Pessoa enviou o *habeas corpus* para o STF. Dias depois, outro juiz, Ajuricaba de Menezes, emitiu *habeas corpus* para que os

²¹⁶ Carta de Joaquim Teixeira a Artur Bernardes. 8/5/1923. AEL. FAB. MR. 13.

²¹⁷ Telegrama de remetente desconhecido a Otávio Mangabeira. FPC/CMB. AOM. 9275.

deputados reconhecidos pela junta oposicionista tivessem o direito de se reunir no edifício da assembleia, que se encontrava fechado devido à realização de uma reforma. Tentando na prática ocasionar a intervenção federal, Menezes enviou o *habeas corpus* para o STF e requisitou força contra o governo estadual, exigindo o cumprimento do *habeas corpus*.²¹⁸

Em tal momento, ficou evidente à oposição (isto é, a Aurelino Leal, aos irmãos Mangabeira, a Simões Filho e seus seguidores) como o governo federal (isto é, Artur Bernardes, o ministro da Justiça João Luís Alves e o próprio Miguel Calmon) indispunham-se a executar uma intervenção na Bahia, mesmo que fosse para derrubar o Cara de Bronze. Em carta dirigida ao irmão, João Mangabeira, que era advogado com prática de banca em Ilhéus, relatou como não lhe foi dada a mão pelo ministro Miguel Calmon, ficando sozinho em seu empenho de bastidor para evitar que os ministros do STF realizassem uma sessão em que inevitavelmente seria derrubado o *habeas corpus* de Estelita Pessoa, por falta de embasamento jurídico.²¹⁹ Com desgosto, apontou a razão do atraso do ministro João Luís Alves em tomar atitude diante do pedido de requisição de força: o desejo de presenciar o embarque de uma filha, que viajaria à Europa. Além disso, descreveu como naquela ocasião, isto é, momento crucial para a intervenção federal na Bahia, o presidente da República surpreendera-o e a Aurelino Leal ao decidir passar a semana santa na Ilha do Governador e determinar ao ministro da Marinha que negasse acesso a todos que o procurassem, com exceção dos demais ministros... Mesmo assim, depois de árduo trabalho dele, de Aurelino Leal e de Otávio Mangabeira, conseguiram fazer que o presidente do STF enviasse a João Luís o ofício de Ajuricaba Menezes, pedindo o envio de força federal. Em resposta, o ministro limitou-se a telegrafar a Seabra, solicitando que permitisse o acesso dos deputados da oposição ao prédio da Câmara, o que na prática representou o enterro do complô das oposições.²²⁰

²¹⁸ Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 23/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2214; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. ?/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4249.

²¹⁹ Sobre a atuação profissional e política do advogado João Mangabeira em Ilhéus, ver: Falcón, Gustavo. *Coronéis do Cacau*. Salvador: Edufba, 1995, p. 93-94.

²²⁰ João Mangabeira descreveu ao irmão o pouco caso que Bernardes, Calmon e João Luís davam aos planos intervencionistas da CRB: Carta de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. ?/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4249; avisa que Bernardes passaria a Semana Santa na Ilha do Governador no momento em mais a CRB mais precisava dele: Telegrama de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. 26/3/23; Aurelino Leal refere-se às dificuldades causadas pela ausência de Bernardes: Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4304. As atitudes do ministro da Justiça estão registradas nos seguintes documentos: Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2216; telegrama de Miguel Calmon a Otávio Mangabeira. 23/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4297. Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4302; telegrama de Aurelino Leal a

Mais tarde, o próprio João Luís e o ministro da Marinha enviariam ao presidente da assembleia governista telegrama agradecendo o anúncio de sua instalação, o que pareceu um sinal de que autoridades federais a reconheciam.²²¹ Em outra sessão do STF, o *habeas corpus* Ajuricaba Menezes seria derrubado, como fora o de Estelita Pessoa.²²²

Apesar de a Bahia não ser detentora do poder militar de São Paulo e do Rio Grande do Sul e embora Artur Bernardes tenha recompensando seus amigos baianos na montagem do novo governo, o novo presidente recusou-se a envolver a autoridade do Catete em intervenção contra Seabra. Isso é um indício de que ele dava ao caso baiano um tratamento diverso do dispensado ao caso fluminense e semelhante ao do Rio Grande do Sul, militarmente temido. A Presidência, enfim, deixou que as circunstâncias apontassem para as partes em luta a necessidade de um acordo para em seguida propô-lo ou consagrá-lo. Deixou que os conterrâneos se batessem, sem dispensar apoio militar concreto a um dos lados em disputa.

Os perigos encerrados por uma intervenção federal vieram à tona no caso pernambucano de 1922, quando o envolvimento do palácio Catete na luta pelo poder em Recife repercutiu diretamente no Rio de Janeiro. Envolvendo a imprensa e o Congresso Nacional, agitou os meios políticos e militares, pondo em questão a própria estabilidade do governo federal e a legitimidade de suas ações.²²³ Em abril de 1923, Arnolfo Azevedo evitava conversar em rodas políticas da posição que São Paulo assumiria diante dos casos políticos, em parte por não receber orientações de Washington Luís e em parte por ser incapaz de decifrar qual direção tomaria o governo federal para a resolução dos “casos graves”, a saber, Bahia e Rio Grande do Sul. Explicou que o

Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4307; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4306; telegrama de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2216; telegrama de João Mangabeira para Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2217; telegrama de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. FPC/CMB. AOM. 2218; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4303; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM 4305.

²²¹ Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 1/9/1923. FPC/CMB. AOM. 1354. *O Democrata*. 14/4/1923.

²²² *O Democrata*. 29/3/23; 3/4/23; 4/4/23; 10/4/1923.

²²³ Noutra indicação de que uma intervenção federal não era um “instrumento cômodo”, Epitácio Pessoa, após deixar a Presidência da República, teve de se explicar inúmeras vezes sobre sua participação na intervenção em Pernambuco, assim como Seabra teve de fazer o mesmo com o seu papel na intervenção da Bahia em 1912. Igualmente, o arquivo de Washington Luís contém vários documentos relativos à sua participação “no caso da Paraíba” de 1930, quando o coronel José Pereira teria disposto de apoio federal em sua revolta contra o então governador João Pessoa. Muitos documentos procuram dar explicações e justificativas sobre o caso.

mineiro evitava tratar do assunto, inclusive entre os aliados: “todos se queixam de que o presidente está se isolando de todos e até dos amigos, que não recebe, parecendo que a secretaria tem o propósito de sequestrá-lo e pô-lo incomunicável”. Em nova carta a Washington Luís, referiu-se a “dificuldades” com que a intervenção federal no Rio de Janeiro embarçara o Catete. Presidente da Câmara dos Deputados, fez referências aos apertos que aguardavam o presidente da República nas vindouras sessões do Congresso Nacional.²²⁴ Opinião semelhante manifestou o *Diário de Notícias*, para o qual Bernardes estava sobrecarregado com as incompatibilidades que a intervenção contra o nilismo trouxera ao seu governo. Para o jornal, o presidente era contrário à intervenção na Bahia pela mesma razão que se opusera a intervir no Rio Grande do Sul: precisava de apoio no Parlamento.²²⁵



Figuras 16, 17 e 18 - Próceres da CRB. Aurelino Leal (interventor federal no Rio de Janeiro), João Mangabeira (deputado federal) e Simões Filho (deputado federal e proprietário do jornal oficial da CRB, *A Tarde*). 1923. Fonte: *Ilustração Brasileira*, nº 34, Ano 4, junho de 1923.

Na tentativa frustrada de provocar a intervenção, os concentristas (da CRB) perceberam que a apatia de Miguel Calmon refletia o interesse em beneficiar-se de um acordo entre Seabra e o governo da União, através da candidatura do irmão e banqueiro. Como dito acima, o nome de Góis Calmon representava a possibilidade de salvação para o seabrismo e ao mesmo tempo nutria a proeminência de Miguel Calmon e sua família na política da Bahia, sendo por isso rejeitada por Aurelino Leal, Otávio Mangabeira, Simões Filho e outros elementos da CRB, interessados no completo

²²⁴ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 15/4/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

²²⁵ *Diário de Notícias*, 22/3/1923.

afastamento dos seabristas e na criação de um cenário mais favorável às aspirações de suas facções. Portanto, tais lideranças confrontavam-se paralelamente com a possibilidade de sobrevivência do seabrismo e de ascensão do calmonismo como nova corrente, encabeçada pelos irmãos Miguel Calmon, Góis Calmon e ainda Antônio Calmon, chefe político-eleitoral em Salvador. Como barrava a eleições de Moniz Sodré como sucessor de Seabra, o nome de Góis Calmon também não era bem aceita pela ala monizista do PRD. Entretanto, o governador obteve a adesão de outro grupo importante do partido oficial: o liderado por Frederico Costa, presidente da Assembleia Legislativa da Bahia.

Após a morte de Rui Barbosa, Miguel Calmon reluzia como um dos seus principais sucessores na política estadual e federal, o que foi consagrado quando Maria Augusta entregou-lhe a escrivania em que o marido trabalhava antes de falecer. Significativamente, o ministro destacou-se nos funerais em que o águia de Haia foi celebrado como herói nacional e uma das figuras do novo governo.²²⁶ Em carta remetida da cidade de Amargosa, o coronel Pedro Calmon participou ao ambicioso e talentoso filho homônimo: “já sabemos que o Bernardes aceitou a candidatura Mexi”. “Portanto”, continuou o pai, “temos o nosso homem nas boas graças. Também se perdêssemos essa cartada, os aurelinistas não deixariam pedra sobre pedra – tal a sede de vinganças, lá fora, e empregos. A surpresa foi dolorosa!”. Ilustrando a perspectiva de um acordo entre Bernardes e Seabra através da família Calmon, o resto da missiva é a descrição de um plano em que o pai tomaria o controle do município contra ou através da adesão forçada dos aurelinistas locais, graças à interferência articulada de Seabra e de Góis Calmon (de apelido Mexi): “Miguel ficará com toda a Bahia, que estava inteiramente perdida para ele. Isso é que é a verdade”.²²⁷

²²⁶ Com efeito, a morte de Rui Barbosa evidenciou seu prestígio junto a Artur Bernardes. O governo federal patrocinou e fez-se presente nos funerais do senador. João Gonçalves analisou os funerais a partir da trajetória de Rui Barbosa como um todo, mas não deu atenção especificamente à sua participação na sucessão presidencial e no novo governo. Ver: GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis na Primeira República. *Estudos Históricos*. vol. 14, n. 25. 2000. MANGABEIRA, João. *Ruy: o Estadista da República*. São Paulo: Martins, 1946, p.

²²⁷ Carta de Pedro Calmon Freire de Bittencourt a Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. 13/10/1923. FPC/CMB. Arquivo Pedro Calmon. 252.

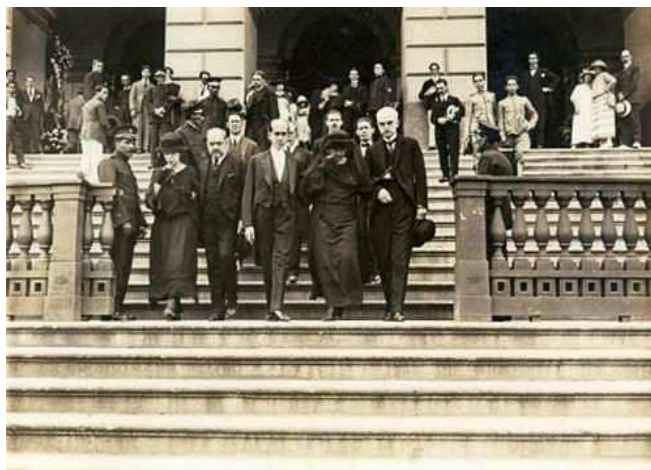


Figura 19 - No funeral de Rui Barbosa, Miguel Calmon e Alfredo Rui Barbosa amparam Maria Augusta em regresso do último adeus ao marido velado na Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, março de 1923. Fonte: sítio da FCRB.

Sob a promessa de que defenderia seus interesses na política do estado, Bernardes solicitou à CRB que aceitasse a candidatura Góis Calmon quando o PRD a lançou em outubro de 1923, o que foi aceito por alguns líderes e rejeitado por outros. Tais promessas foram reafirmadas em reuniões no palácio do Catete, quando o presidente reassegurou à oposição baiana sua “aversão ao seabrismo”.²²⁸ Entre os opositoristas incrédulos, estavam Medeiros Neto, os irmãos Mangabeira e alguns dos seus aliados, como o que falou da “hipocrisia de mãos dadas com a perfídia”, referência velada ao mal disfarçado desejo de Miguel Calmon de beneficiar-se da candidatura do irmão e à disposição de Artur Bernardes em negociar com Seabra.²²⁹ Lembrando que Jesus Cristo perdoara os erros dos discípulos mas nunca a traição de Judas, declarou que o acordo com os Calmon representava mais continuidade do que ruptura: “tudo volta como antes para o quartel de Abrantes”.²³⁰ O desapontado Simões Filho chegou a pedir que Otávio Mangabeira informasse a Artur Bernardes que Góis Calmon declarara que sua candidatura seria aceita de bom grado ou não pelo Catete, pois este não teria condições de derrubar Seabra.²³¹

Entretanto, Mangabeira de certa forma deu crédito à opinião do banqueiro ao indicar aos correligionários as razões que o levaram a aceitar o pedido de Artur Bernardes para apoiar Góis Calmon. Para ele, o presidente fortalecia-se nacionalmente

²²⁸ Telegrama de Otávio Mangabeira a Simões Filho. FPC/CMB. AOM. 1923.

²²⁹ Carta de Paulo a Otávio Mangabeira. FPC/CMB. AOM. 4319.

²³⁰ Carta de Paulo a Otávio Mangabeira. FPC/CMB. AOM. 4323.

²³¹ Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. FPC/CMB. AOM. 1347.

graças ao encerramento do caso fluminense com a posse de Feliciano Sodré no governo do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o caso gaúcho caminhava para uma solução graças às negociações encetadas entre as partes conflitantes, com a intermediação do ministro da Guerra. De outro lado, a continuidade do apoio de São Paulo ao governo federal era garantida pelo encaminhamento de Carlos de Campos como sucessor de Washington Luís. Para Otávio Mangabeira, Bernardes estava disposto a aceitar e prestigiar o nome de Góis Calmon, “custe o que custar”. As oposições da Bahia deveriam adotar aquela candidatura porque se não o fizessem ficariam sem lugar num futuro acordo, mediado pelos Calmon, entre Seabra e o Catete: “Bernardes será coagido a transigir com o seabrismo mediante a senatoria ou maior número de lugares na bancada ou outras concessões como único meio de assegurar a consolidação de Calmon”.²³² Tratava-se, em suas palavras, de conquistar o bom lugar já nos primeiros passos daquela procissão que trazia no andor o dirigente do Banco Econômico.²³³ Mais uma vez, nos altos e baixos da política, Seabra parecia lograr notável equilíbrio, estando prestes a selar uma coligação com seu ex-adversário na corrida presidencial e com o possível herdeiro de Rui, Miguel Calmon. Entretanto, uma oposição renhida assistia a tudo inquieta. Apesar de seu empenho, a Bahia, apesar de sua frágil Força Pública, não sofreu intervenção por razões políticas e não militares. Verdadeira ou não, até mesmo a notícia de que Góis Calmon jactara-se da certeza de sua candidatura apontava a impossibilidade de o Catete intervir no agitado tabuleiro da Bahia.

Uma reviravolta trouxe turbulência quando, inclinando-se pela facção do PRD orientada pelos Moniz, Seabra rompeu com a candidatura de Góis Calmon e alegou como razão a publicação de uma carta em que Medeiros Neto relacionava o nome do banqueiro e do presidente da República num suposto plano para derrubar o governador da Bahia. Adversário de Seabra, Medeiros Neto teria ouvido de Bernardes que Góis Calmon prometera ao presidente que sua ascensão ao poder representaria a queda do seabrismo – o mineiro tentava conseguir a adesão de Medeiros Neto a Góis Calmon. Medeiros Neto negou-se a apoiar o nome do banqueiro por não acreditar em sua suposta promessa. Ao saber do conteúdo da missiva, Seabra interpelou o presidente da República sobre a veracidade da promessa de Góis Calmon, mas dele recebeu uma

²³² Rascunho de carta de Otávio Mangabeira. 1923. FPC/CMB. AOM. 4792.

²³³ A menção à necessidade de “tomar o seu lugar” na procissão como uma “teoria” de Otávio Mangabeira encontra-se em: Carta de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/1/1924. FPC/CMB. AOM. 4922.

resposta evasiva e a declaração de que o governador deveria entender as razões que o impeliam a não se envolver nas disputas da Bahia, “por mais que a elas se pretenda arrastar o chefe da Nação”.²³⁴

Seabra viu aí uma confirmação do que dissera a carta de Medeiros Neto e, numa atitude surpreendente, abandonou a candidatura Góis Calmon. Muito provavelmente, sua reação deveu-se à decisão de Bernardes em apoiar a eleição de Pedro Lago para a vaga aberta no Senado com a morte de Rui Barbosa. Ao lançar a candidatura Góis Calmon ao governo da Bahia, Seabra aspirava entrar para a câmara alta através da entrega preliminar do cargo ao seabrista Arlindo Leoni. É importante destacar que a essa altura Francisco Costa e os irmãos Calmon já apoiavam Bernardes em seu propósito de manifestar-se em favor de Pedro Lago.²³⁵ Sentindo que a candidatura Góis Calmon não garantiria sua entrada para o Senado, Seabra relançou, para a sucessão no governo, o nome de Arlindo Leoni, deputado federal e seu procurador junto ao STF (onde também era ministro o baiano Carolino Leoni Ramos, parente de Arlindo Leoni). Como Leoni Ramos assumia em nível federal posturas pró-seabrismo, fica evidente que o Cara de Bronze articulava com a candidatura de Arlindo Leoni o contraponto à influência do ruísmo no governo federal (Miguel Calmon) e na própria corte suprema (Pires e Albuquerque).²³⁶

Ao endossar a posição dos Moniz – abandonando a candidatura de Góis Calmon, o governador da Bahia perdeu o apoio da facção governista liderada por Frederico Costa, a qual contava com maioria na Assembleia Legislativa da Bahia. Seabra foi ainda abandonado por dois secretários de governo, enquanto as adesões ao nome do banqueiro não deixaram de crescer – tanto na capital quanto entre os chefes sertanejos.²³⁷

É possível que o governador tenha tentado a partir daí articular-se com coronéis baianos para contrapor-se a uma intervenção federal ou ao menos impedir que uma nova

²³⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, p. 178.

²³⁵ Telegrama de Artur Bernardes a Pedro Lago. *A Tarde*. 26/7/23; telegrama com remetente e destinatário desconhecidos. Sem data. FPC/CMB. AOM. 1773.

²³⁶ Otávio Mangabeira informou a Carneiro Resende que Leoni Ramos “cabalava” em favor da posse de Seabra na vice-presidência via *habeas corpus* do STF. Além disso, o ministro condenou o *habeas corpus* do juiz Estelita Pessoa e defendeu ainda *habeas corpus* impetrado por Arlindo Leoni em favor da mesa do Senado seabrista durante o reconhecimento das eleições legislativas de 1923. Nessa ocasião, trocou apartes com o ministro Pires e Albuquerque, que atacara violentamente o governo da Bahia. Carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 13/6/1922. AEL. FAB. MR 29. *O Democrata*, 29/3/23, 3/4/23 e 4/4/1923. A relação de parentesco entre os Leoni foi apontado quando o *habeas corpus* que abriu caminho para a primeira intervenção federal na Bahia seria votado no STF, em 1912. Naquela ocasião, Arlindo Leoni esteve entre os primeiros signatários desse *habeas corpus*. ver: *A Noite*, 15/1/12.

²³⁷ SAMPAIO. *Partidos Políticos na Bahia da Primeira República*, p. 180.

revolta dos sertões o prejudicasse, como em 1919. Como visto, ao lançar a candidatura de Góis Calmon, o governador e parte da imprensa insistiram que ela era uma alternativa à nova conflagração da Bahia. Tendo perdido a parceria de Geraldo Rocha, o próprio chefe do PRD realizou por volta de julho uma excursão política ao vale do São Francisco e às Lavras Diamantinas, onde visitou várias lideranças e encontrou-se com o coronel Horácio de Matos. Num indício da relevância da política sertaneja na conjuntura, o governador concordou em nomear o chefe sertanejo para substituir no Senado estadual o coronel Cesar Sá – adversário de Seabra e de Horácio de Matos. Muito provavelmente em combinação com o próprio governador, Góis Calmon também realizaria pouco tempo depois uma excursão à região do São Francisco e ao Recôncavo da Bahia. Após a retirada do apoio a esse nome, Seabra tentou articular com o coronelismo a resistência contra a intervenção federal, para salvaguardar agora a candidatura de Arlindo Leoni. Em dezembro, Simões Filho indicou que o recrudescimento da violenta retórica do governador era acompanhado por tentativas de realizar uma nova revolta regional com base em Horácio de Matos – o que seria anulado por lideranças coronelistas pró-CRB.²³⁸ Em Salvador, a imprensa de oposição publicou informações de que o ministro da Viação e Obras Públicas proibira a navegação no São Francisco de uma embarcação despachada pelo governo estadual com armas e munição para serem distribuídas nas cidades do vale, onde também haveria recrutamento militar através da oferta de dinheiro.²³⁹

Tanto os sertões quanto a capital baiana conservaram o apoio à candidatura de Góis Calmon, o que manteve o isolamento de Seabra e dos Moniz. A partir dessa situação, isto é, de um governador extremamente isolado e que procurava sublevar a Bahia, abriu-se o caminho político e até militar para que Artur Bernardes tomasse as medidas cabíveis para a garantia da posse de Góis Calmon. O envio e movimentação de tropas, durante a apuração das eleições de dezembro e a posse em março, ganhariam o aspecto da manutenção da ordem para garantir a posse de um candidato que claramente gozava de apoio em amplos setores da sociedade baiana. Como anotou o cônsul dos Estados Unidos em Salvador, Homer Brett, homens de negócios e políticos profissionais viam em Góis Calmon a promessa da restauração financeira, política e até moral da

²³⁸ Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 06/12/1923. FPC/CMB. AOM. 1362.

²³⁹ Despacho nº 43 do consulado de Salvador em 27/12/1924.

Bahia.²⁴⁰ Em sua opinião, além disso, o governo federal envolvera-se “em tantos transtornos para eliminar uma guerra intraestadual no Rio Grande do Sul que eu não acredito que ele irá permitir que qualquer situação semelhante desenvolva-se na Bahia”.²⁴¹ Na apuração das eleições e na posse, foi o próprio ex-seabrista Frederico Costa quem solicitou do Catete o envio de força para garantir o reconhecimento e posse de Góis Calmon – ocasião em que nem mesmo a polícia estadual quis obedecer a Seabra.²⁴² No dia da posse, o governo federal estendeu o estado de sítio para a Bahia.

A ascensão dos Calmon e da CRB

A posse de Góis Calmon no governo da Bahia representou a vitória da coalizão integrada pelos herdeiros de Rui Barbosa e os renegados de J. J. Seabra, respectivamente, concentristas (CRB) e ex-democratas (PRD). Os novos donos do poder percebiam a conveniência de consolidar a nova situação pelo estabelecimento de um acordo político. Entretanto, com a morte de Rui e a queda de Seabra, surge um vazio, isto é, um momento estratégico para a garantia de posições no novo cenário político e, conseqüentemente, para a definição de quem, nos próximos anos, chefiaria a política e a representação da Bahia no Distrito Federal.²⁴³

Graças ao seu papel na sucessão presidencial de 1921-22, a CRB abrigava homens ligados diretamente ao Catete, com destaque para os que haviam garantido sua presença na política de oposição durante os governos seabristas, tais como os irmãos Calmon e os irmãos Mangabeira, bem como Pedro Lago. Graças ao controle de Seabra e Moniz sobre as eleições estaduais de seus períodos governamentais, os ex-seabristas achavam-se lotados na Assembleia Legislativa.²⁴⁴ Rico proprietário e chefe político em São Francisco do Conde, área tradicional da zona açucareira do Recôncavo, Frederico Costa,

²⁴⁰ Despacho nº 25 do consulado de Salvador em 15/10/1924.

²⁴¹ “The federal government has just put itself to so much trouble to terminate an intra-state civil war in Rio Grande do Sul that I do not think that it will permit any similar condition to develop in Bahia”. Despacho nº 43 do consulado de Salvador em 27/12/1924. AEL. ADEB;

²⁴² Telegrama de Frederico Costa a Artur Bernardes. 20/2/1924. AEL. FAB. MR 11.

²⁴³ A correspondência particular trocada entre os chefes políticos mostra como percebiam a disputa interna baiana como prejudicial ao estado e até ao governo federal. Ver: Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 24/5/1924; 13/9/1924. AEL. FAB. MR 5. Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 19/6/1924. AEL. FAB. MR 5. Telegrama de Simões Filho a Góis Calmon. Sem data. FPC/APEB. Arquivo Francisco Marques de Góis Calmon (AFMGC). Pasta 17. Carta de Artur Bernardes a Góis Calmon. 21/6/1924. AEL. FAB. MR 5; carta de Góis Calmon a Artur Bernardes. 2/9/1924. MR 5.

²⁴⁴ Otávio Mangabeira argumenta como a legislação eleitoral baiana permitiu o controle das eleições estaduais por parte de Seabra e Moniz. Carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 24/8/1922. AEL. FAB. MR 29.

agora líder dos ex-seabristas, desempenhou papel relevante na consolidação da candidatura Góis Calmon, graças à ascendência sobre o partido governista (então seabristas) e à presidência da assembleia que reconheceria e empossaria o novo governador. Peça chave na articulação entre executivo e legislativo, Frederico Costa estava disposto a defender a posição dos seus liderados no quadriênio que se inaugurava.²⁴⁵

A tensão entre as correntes da política baiana veio à tona durante as negociações para a renovação da bancada na Câmara dos Deputados. Para a mãe de José Wanderley de Araújo Pinho, candidato, os tempos não eram de confiança e não deveria haver espaço para combinações, inclusive com João Mangabeira ou Alfredo Rui Barbosa. “Cada um cuide de si”, aconselhou em carta à nora, Estela Calmon, filha de Góis Calmon.²⁴⁶ Por ocasião da composição da chapa, Aurelino Leal, frustrado por não ter sido o sucessor de Seabra, expressou a Otávio Mangabeira o sentimento de impotência e a dificuldade de ver contemplado nas negociações um número satisfatório de aliados seus.²⁴⁷ “Graças à organização, pelo presidente [da República], da chapa federal, deixamos de ser logrados, como fatalmente seríamos, se se tivesse deixado liberdade ao governador [Góis Calmon]”, escreveu Otávio Mangabeira ao governador Raul Soares.²⁴⁸ Aurelino Leal foi então eleito deputado e líder da bancada, cargo em que faleceria em junho de 1924. As negociações para sua substituição deram lugar à medição de forças, enquanto a iminência de uma cisão era vislumbrada por jornais do Rio de Janeiro. Preocupados com a exploração dos atritos por parte de outras bancadas, os baianos encararam a escolha final como uma prova da capacidade de manter a unidade na Bahia.²⁴⁹ A liderança foi entregue a Virgílio de Lemos, ligado a Otávio Mangabeira e à CRB. Para a cadeira vaga, seria eleito o médico e literato Afrânio Peixoto, imortal da Academia Brasileira de Letras e amigo íntimo da família Calmon.²⁵⁰

²⁴⁵ BULCÃO SOBRINHO, Antonio. *Relembrando o velho Senado Bahiano*. Sem editora. Bahia, 1946, p. 21.

²⁴⁶ Carta de Luiza Wanderley de Araújo Pinho a Estela Calmon. 11/2/1923. FPC/APEB. Arquivo Wanderley de Araújo Pinho. Pasta 33.

²⁴⁷ Carta de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/1/1924. FPC/CMB. AOM. 4922; 10/3/1924. FPC/CMB. AOM. 4333.

²⁴⁸ Minuta de carta de Otávio Mangabeira a Raul Soares. 26/5/1924. FPC/CMB. AOM. 4794.

²⁴⁹ Telegrama de Braz do Amaral a Góis Calmon. 21/6/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 19. *A Tarde*, 17, 18, 21 e 25/6/1924. Ao menos o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e a *Rua* trataram do assunto. A *Gazeta*, negando que houvesse a iminência da cisão, aparentemente servia aos interesses da situação na Bahia.

²⁵⁰ Sobre a ligação entre Virgílio de Lemos, Otávio Mangabeira e Aurelino Leal, ver: Carta de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/1/1924. FPC/CMB. AOM. 4922. Telegrama de Virgílio de Lemos a Otávio

A disputa transferiu-se para a área municipal da capital e do interior, impossibilitando o acordo imediato para a formação do novo partido e postergando a consolidação da nova situação.²⁵¹ Em relação às nomeações para municípios, Otávio Mangabeira, agora na vice-presidência da Câmara dos Deputados, disse no mesmo documento acima: “vamos todos assistindo à montagem sistemática dos nossos adversários – os trãsfulgas do seabrismo – em toda parte onde qualquer de nós tenha qualquer influência, maior ou menor”. Além dele, estavam descontentes João Mangabeira, Simões Filho, Ubaldino de Assis, Fiel Fontes e, às vezes, Pedro Lago.²⁵²

Cresceu a ansiedade em estabelecer o acordo para a criação da agremiação partidária que reuniria os que ascenderam ao poder com a queda de Seabra. Para os aliados dos Calmon e os descontentes da CRB, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais representavam cada qual um modelo próprio de organização partidária.²⁵³ Aplicação na Bahia de um ou outro padrão favoreceria essa ou aquela facção em disputa. Otávio Mangabeira e seus companheiros da CRB demandavam a ocupação de metade dos lugares na chapa para a renovação da Assembleia Legislativa. Além disso, requisitavam a substituição de Frederico Costa por um concentrista na presidência do corpo legislativo, além da ocupação de três lugares na Câmara de Vereadores de Salvador. Os pedidos para ocupação dos cargos federais baianos deveriam ser distribuídos pelo próprio presidente, isto é, sem intermédio do governador e de modo equitativo, definindo duas correntes: a dos concentristas e a dos calmonistas/ex-seabristas. Ao invés de Góis Calmon, Artur Bernardes deveria ser o fiel da balança nas negociações para a organização do novo partido, até que a nova situação se enraizasse. Nos municípios em que preponderassem eleitoralmente, os deputados concentristas teriam o direito à ocupação total dos cargos públicos.

Mangabeira. 15/6/1924. FPC/CMB. AOM. 736. Para a substituição de Aurelino Leal, Afrânio Peixoto foi indicado por Antônio Calmon a Góis Calmon. Sobre sua amizade com os irmãos Calmon, ver: Carta de Afrânio Peixoto a Antônio Calmon. 3/9/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta: 12. PEIXOTO, Afrânio. As origens. In PEIXOTO, Afrânio et alii (org.). *Góes Calmon in memoriam*. Rio de Janeiro, sem editora, 1933, p. 7-13.

²⁵¹ Telegrama de Durval a Otávio Mangabeira. Sem data. FPC/CMB. AOM. 4279.

²⁵² Telegrama de Dantas Bião a Otávio Mangabeira. 28/5/1924. FPC/CMB. AOM. 203B. Ver também: Carta de Dantas Bião a Otávio Mangabeira. 22/8/1924. FPC/CMB. AOM. 2043. Carta de Antônio Freitas de Silva a Otávio Mangabeira. 17/7/1924. FPC/CMB. AOM. 4339; telegrama de Otávio Mangabeira a Góis Calmon. 1924. FPC/CMB. AOM. 1623. Minuta de telegrama de Góis Calmon a Simões Filho. 20/11/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5; telegramas (2) de Simões Filho a Góis Calmon. Pasta 17.

²⁵³ Telegrama de Clementino Fraga a Góis Calmon a Góis Calmon. ?/?/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 15. Telegrama de Braz do Amaral a Góis Calmon. ?/8/1924. Pasta 17.



Figura 20 - Otávio Mangabeira, membro da CRB. Fonte: FPC/CMB.

Com base na valorização do papel do Catete e da própria CRB na indicação, eleição e posse de Góis Calmon, os concentristas procuravam obter o apoio federal em sua disputa contra o governador e Frederico Costa.²⁵⁴ Em suas demandas, alegavam o seu peso eleitoral e lembravam que Artur Bernardes havia prometido defender os seus interesses quando solicitou o suporte da CRB à candidatura Góis Calmon, então lançada por Seabra. Sob a sombra do Catete e até de Minas Gerais, visavam criar na política baiana um espaço igual ou maior do que os reservados aos ex-seabristas e aos Calmon. Para Otávio Mangabeira, a Bahia deveria seguir o mesmo caminho do Rio de Janeiro, ou seja, a distribuição dos cargos igualmente entre os que aderiram a Bernardes, independentemente dos desejos do novo governador fluminense, Feliciano Sodré. Tais demandas minavam a autoridade e cerceavam o espaço, na política estadual, dos irmãos Calmon.²⁵⁵

Quando Artur Bernardes tentou patrocinar parte das demandas dos concentristas, Góis Calmon apontou-lhe em carta a diferença entre a situação política da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais.²⁵⁶ Em sua opinião, Minas Gerais e Pernambuco

²⁵⁴ Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 9/9/1924.

²⁵⁵ Sobre as tentativas de envolver o presidente na disputa interna baiana, ver: Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 24/5/1924; 9/6/1924; 19/6/1924; 9/9/1924. AEL. FAB. MR5; carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 1/12/1924. MR 20. Carta de Otávio Mangabeira a Raul Soares. 26/5/1924. FPC/CMB. AOM. 4794. Ver também: Minuta de telegrama de Otávio Mangabeira a Góis Calmon. 1924; FPC/CMB. AOM. 1624; carta de Otávio Mangabeira a Dantas Bião. 1924. AOM. 1546 ou 1596.

²⁵⁶ Carta de Artur Bernardes a Góis Calmon. 21/6/1924. AEL. FAB. MR 5.

eram estados cuja continuidade administrativa favorecera as máquinas partidárias pela seleção dos políticos por “processos quase experimentais”, isto é, a elite política era renovada sem choques, o que garantia certa unidade. Mesmo no Rio de Janeiro, marcado por rupturas, a política acabara de ser, segundo ele, reorganizada durante uma longa intervenção e sob um critério homogêneo: a influência do Catete. Na Bahia, sua candidatura nascera apartidária e recebera a adesão de correntes políticas diversas e até rivais, o que lhe garantia o direito de escolher, entre os adesistas, aqueles que mais atendessem à suas demandas. Correta ou não, essa suposição salvaguardava a autoridade do governador da Bahia ao situá-lo não só acima dos interesses partidários como fora da esfera de atuação de Artur Bernardes. Não por acaso, o papel do presidente na sucessão baiana não foi considerado, no documento, uma intervenção decisiva. Por outro lado, como se verá, Góis Calmon revelou apenas ao irmão ministro as desvantagens de governar com uma base de apoio tão heterogênea. Contra as demandas dos concentristas, defendia, a um só tempo, a legitimidade da aliança com os ex-seabristas e o direito de criar uma corrente própria no estado.²⁵⁷

A carta, entregue a Artur Bernardes diretamente por João Marques dos Reis – secretário de Segurança Pública, foi escrita em setembro de 1924, quando as revoltas tenentistas de julho em São Paulo, Mato Grosso, Sergipe e Amazonas haviam imposto a necessidade da íntima colaboração entre governo federal e estaduais, inclusive com a decretação de estado de sítio em algumas unidades da federação, como a Bahia. Góis Calmon reagira com destreza e somou-se aos comandantes da Força Pública e do 19º Batalhão de Caçadores para sufocar qualquer tentativa de levante no estado, sobretudo após uma revolta depor o governador de Sergipe.²⁵⁸ Sob estado de sítio, impôs-se na capital baiana o toque de recolher, a censura sobre a imprensa e eram realizadas investigações, detenções, prisões e até “deportações”, para o Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, de suspeitos de simpatia com revolta ou de tentativas de provocar uma sedição na Bahia.²⁵⁹ Aliás, Marques dos Reis estava no Rio de Janeiro em desempenho de missão política e policial, isto é, representar o governador em negociações com o presidente da República quanto às exigências da CRB e com o ministro da Guerra

²⁵⁷ Carta de Góis Calmon a Artur Bernardes. 9/7/1924; 2/9/1924. AEL. FAB. MR 5; minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 28/8/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

²⁵⁸ Telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 17/7/1924. AEL. FAB. MR 7.

²⁵⁹ Telegrama de Góis Calmon a Artur Bernardes. 5/7/1924. MR 5. Há publicações muito pontuais sobre as medidas cautelares do governo: *A Tarde*, 10/7/1924; 14/7/1924; 15/7/1924; 18/7/1924; 25/7/1924.

quanto à indenização da polícia baiana pelo auxílio na repressão ao levante de Sergipe.²⁶⁰

Os fatos cedo evidenciaram que, fora do estado, o seabrismo ensaiava a reaproximação com os antigos parceiros da Reação Republicana: os militares rebeldes. Para a nova situação baiana, o senador Antônio Moniz mostrou-se em público mui melhor informado, do que o natural, sobre a revolta em São Paulo, mais inteirado do que o próprio governo federal. Revelou precocemente e com exatidão quem era o seu líder – Isidoro Dias Lopes – e informou que a insurreição estava marcada inicialmente para ocorrer em março de 1924.²⁶¹ No Rio de Janeiro, a polícia receberia a informação de que o levante havia sido apazado para o dia da posse de Góis Calmon, 29 de março de 1924, quando era esperado o começo de uma revolta regional devido às ameaças de resistências de Seabra.²⁶² No Senado, Moniz Sodré fora um dos poucos parlamentares a negar a extensão do estado de sítio a Bernardes, mesmo após os choques havidos em São Paulo. Em outubro no Distrito Federal, Artur Seabra, filho do ex-governador e capitão da Armada, seria preso ao lado de Protógenes Guimarães como conspirador num levante que, segundo boatos, imporia uma ditadura tendo como chefe Assis Brasil e ministros Seabra, Leopoldo de Bulhões e Francisco Sales. Preso, Guimarães declarou estar, entre os chefes do movimento, Moniz Sodré.²⁶³

Mesmo com dificuldades, Góis Calmon conservou a ordem interna e enviou a polícia baiana em auxílio às tropas federais para combater a revolta de Sergipe. Auxiliando, no Rio de Janeiro, Artur Bernardes no combate aos revoltosos, o irmão Miguel Calmon insistiu no envio da polícia baiana para lutar em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul, no que foi atendido.²⁶⁴ Como numa coroação, Góis Calmon seria ainda encarregado – como se verá neste capítulo – de promover em Salvador as homenagens ao príncipe herdeiro da Itália, Umberto di Savoia, impossibilitado de ser

²⁶⁰ Minuta de Telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 28/8/1924; minuta de Telegrama de Góis Calmon a João Marques dos Reis. 14/10/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

²⁶¹ *A Tarde*, 9/7/1924.

²⁶² Conspiração Militar 1924. AEL. FAB. MR 7. Ver também: denúncia de um movimento subversivo. MR 9.

²⁶³ Os boatos são citados em: Telegrama com remetente desconhecido para Góis Calmon. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 14. O envolvimento de Artur Seabra na conspirata foi citado no processo contra Protógenes Guimarães. Ver: *Correio da Manhã*, 9/3/1926. A revelação de Guimarães, que incluía Artur Caetano, Azevedo Lima e Bento Borges, consta de anotação pessoal de Artur Bernardes no microfilme 29 do Fundo Artur Bernardes do Arquivo Edgard Leuenroth.

²⁶⁴ Breve relato do envio da política baiana para lutar nesses estados pode ser encontrado nos jornais da época e no seguinte documento: PINHO, Madureira de. *Síntese da Administração Policia no Quadriênio de 1924 a 1928*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928, p. 2-4.

recebido no Distrito Federal e em São Paulo em decorrência do levante tenentista. De certa forma, o governador saiu prestigiado nesses primeiros testes de sua liderança – sufocamento dos rebeldes e reparação de incidente diplomático – fazendo a turbulenta e instável Bahia reaparecer como fator de estabilidade na política federal, até para a República, dado o fator mudancista do tenentismo. E isso após a conturbada campanha da Reação Republicana, quando, com Seabra, a Bahia participou de um pleito que fragilizou profundamente a vitória do mineiro Artur Bernardes. Dos acontecimentos, Góis Calmon saía prestigiado dentro e fora do estado, como a Otávio Mangabeira explicou Dantas Bião, chefe concentrista em Alagoinhas: “os últimos acontecimentos”, isto é, as revoltas, “vieram dar importância aos governadores e o nosso pôde tirar proveito da situação. É possível que o presidente [da República], de ora em diante, lhe tenha de dispensar mais atenções”.²⁶⁵

Desde sua posse, o governador, através da distribuição de cargos, empregava a máquina estadual para organizar a política em três correntes: a dos concentristas, a dos ex-seabristas e a calmonista. Reservar dois terços dos cargos para concentristas e ex-seabristas era uma forma de conter e contentar as ambições das duas correntes rivais. Procurava, assim, evitar rupturas, pois oferecia espaço de acomodação e ao mesmo tempo impedia que um grupo se sobrepusesse ao outro. Góis Calmon tentava, ao mesmo tempo, saciar os concentristas recém-egressos do ostracismo e garantir o arrimo de Frederico Costa e seus aliados da Assembleia Legislativa.²⁶⁶ Consolidando sua autoridade, constituindo-se como intermediário entre os grupos políticos e animando a sua própria ala, o governador alimentava a proeminência, no estado, da família Calmon. Homem de negócios com franco acesso aos círculos seletos da burguesia baiana – dos negócios públicos aos afazeres privados, Góis Calmon era secundado pelo irmão Antônio, que havia negociado sua candidatura ao governo com Seabra. “Prestigioso e popular chefe na Bahia, verdadeiro precursor da política populista no Brasil”, segundo um admirador, Antônio Calmon era um chefe local com desempenho notável junto ao eleitorado negro e pobre soteropolitano – “a negrada de Antoninho Calmon”, na

²⁶⁵ Carta de Dantas Bião a Otávio Mangabeira. 28/8/1924. FPC/CMB. AOM. 203B; 22/8/1924. FPC/CMB. AOM. 2043.

²⁶⁶ Carta de Wenceslau Galo a Braz do Amaral. 10/5/1924. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Arquivo Braz do Amaral. Caixa 5; minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 10/10/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

descrição dos adversários.²⁶⁷ Embora não tivesse ocupado cargo mais alto que o de deputado federal, Antônio e sua “negrada” ensejaram por anos a fio sua própria eleição ou a do irmão Miguel Calmon para a Câmara dos Deputados. “No fundo, os irmãos se completavam”, afirma o historiador José Calasans.²⁶⁸ No Ministério, Miguel Calmon representava o prestígio do sobrenome quatrocentão na área federal.²⁶⁹ Velho tronco da admirada açucarcocracia baiana e pertencentes havia séculos às classes dominantes, os Calmon possuíam sólido enraizamento social graças à riqueza e ao entrelaçamento com famílias de sangue azul da Bahia, a exemplo dos Sá, Araújo Pinho, Vilas Boas e Costa Pinto.²⁷⁰ Pelo prestígio social, a influência político-eleitoral e a ocupação dos cargos estratégicos, os descendentes do marquês de Abrantes despontavam como o grupo mais apto a conduzir a restauração da Bahia, isto é, a superação dos problemas políticos – em geral ligados a cismas faciosos – e a manutenção do prestígio emulado pelo falecido Rui Barbosa, homem de destacada atividade desde o governo de Deodoro da Fonseca.

Otávio Mangabeira e a CRB desafiavam tais planos de assenhoreamento dos Calmon – inclusive com ameaças de cisão, o que transparece na correspondência trocada entre o governador e Miguel Calmon.²⁷¹ Góis Calmon indignou-se por não receber da bancada votos de estima e confiança quando da passagem do Dois de Julho – quando na Bahia comemora-se a independência do Brasil – e no término da revolta em São Paulo e Sergipe. Tratando do assunto, o governador indicava a existência efetiva de uma “dissidência” concentrista cuja ação na capital federal e a rivalidade contra outros grupos no estado comprometiam sua autoridade e minavam seus atos administrativos.²⁷² “O presidente [Artur Bernardes] pediu-me declarar-lhe que ninguém é mais capaz que você para realizar a obra de restauração da Bahia”, tentou tranquilizá-lo Miguel

²⁶⁷ PINHO, Demóstenes Madureira. *Carrossel da Vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 90. A informação de que o eleitorado de Antônio Calmon era chamado pelos adversários de “negrada de Antoninho Calmon” é fornecida por CALASANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época*, p. 39.

²⁶⁸ CALASANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967*, p. 39.

²⁶⁹ CALASANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967*, p. 39.

²⁷⁰ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 178 e 179.

²⁷¹ Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. 13/9/1924. AEL. FAB. MR 5; minuta de carta de Otávio Mangabeira a Raul Soares. Sem data. FPC/CMB. AOM. 2000b.

²⁷² Para as elites baianas, a independência brasileira teve o seu pleno significado ou conclusão em 2 de julho de 1823, quando Salvador e Recôncavo foram libertados da ocupação de tropas portuguesas comandadas por Inácio Madeira de Melo. Sobre os vários significados do Dois de Julho, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 35, 37, 38, 47, 119. Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 16/8/1924; 28/8/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5. Telegrama de Miguel Calmon a Góis Calmon. 24/8/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 15; sem data. Pasta 14.

Calmon.²⁷³ Entretanto, o governador descreveu como tal dissidência ocasionava a deterioração das relações entre o Catete e a Bahia, ao levar o presidente a interferir em assuntos internos baianos ou desprestigiar o governo do estado.²⁷⁴ Entre os sinais de descrédito, a missiva lista o desatendimento de um pedido de nomeação; a ordem para soltar um jagunço preso pela polícia estadual; a drenagem de capitais da Bahia para o Rio de Janeiro e São Paulo pelo Banco do Brasil – matéria do entendimento e interesse do banqueiro que também era governador da Bahia – e por fim a indisposição da matriz em quitar débitos contraídos junto à agência baiana para alimentar a política de reorganização do Rio de Janeiro durante a intervenção de Aurelino Leal.²⁷⁵

Otávio Mangabeira, por sua vez, participou a Raul Soares que Miguel Calmon “sonhava” em ser o predileto do Catete na sucessão de 1926, evitando assim meter-se entre o irmão governador e os membros da bancada. Na carta do deputado baiano e em rodas indiscretas do Rio e Salvador, comentava-se a ocorrência de atritos entre os três irmãos, o que pode ser uma decorrência das atitudes da CRB.²⁷⁶ “Você não sabe que a sua timidez e o seu intuito contemporizador são o que cria o mal-estar atual?”, indagou o governador ao irmão numa cobrança de disciplinamento da bancada.²⁷⁷ Em mais de uma vez, Góis Calmon ameaçou o ministro com a renúncia: “uma vez por todas fique você sabendo que ou eu dirijo a Bahia segundo o critério e prudência refletida que devo adotar aqui ou então eu abandono já e já o governo. Não tenha ilusões”.²⁷⁸

A Bahia em 1924 era propícia às extravagâncias do personalismo dos brasileiros. “Em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”, condicionaria Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.²⁷⁹ Ilustrando a que ponto podia chegar essa tara, a crescente lealdade de Pedro Lago a Miguel Calmon, em crítica de Simões Filho manifesta a Góis Calmon, era o oposto da dignidade do homem livre, pois o deputado opinou que o 13 de Maio libertara os escravos, mas não o senador do ministro.²⁸⁰ “Você tem se conduzido com

²⁷³ Telegrama de Miguel Calmon a Góis Calmon. ?/8/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 15.

²⁷⁴ Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 7/9/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5. Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 12/10/1924. FPC/CMB. AOM. 1363.

²⁷⁵ Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 18/11/1924; 20/11/1924; 25/11/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

²⁷⁶ Carta de Otávio Mangabeira a Raul Soares. 26/5/1924. FPC/CMB. AOM. 4794.

²⁷⁷ Ver também: Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. FPC/APEB. AFMGC. 24/8/1924. Pasta 5.

²⁷⁸ Minuta de telegrama de Miguel Calmon a Góis Calmon. 18/11/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

²⁷⁹ Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 32.

²⁸⁰ Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 10/10/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

admirável *sobranceria*”, disse Dantas Bião a Otávio Mangabeira sobre sua pugna contra a “tirania” dos Calmon. “O Lago, quando mais batido, mais carinhoso será de seu temperamento ou será habilidade política?”, perguntou o chefe de Alagoinhas.²⁸¹

O livro do historiador Arno Mayer sobre a persistência do Antigo Regime na Europa apresenta conclusões que poderiam ilustrar provocativamente o que o atual trabalho indica estar em curso na Bahia e na República no período 1920-1926. Revelando a força da tradição, Mayer analisa como as condições econômicas nas maiores potências europeias no período 1848-1914 possibilitaram a sobrevivência de nobrezas originárias do Antigo Regime. Essa nobreza foi capaz de influenciar decisivamente a cultura e a política mediante a conservação da propriedade sobre a terra, da adaptação a métodos capitalistas de produção agrícola e em especial o controle sobre cargos estratégicos no Estado e na Igreja. Com isso, refreou e beneficiou-se do avanço capitalista. A Grande Guerra é encarada pelo autor como consequência da mobilização dessa nobreza em defesa de privilégios ameaçados.²⁸²

No século XIX, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, ao lado de Minas Gerais, integraram o grupo das províncias mais poderosas na sustentação do Império.²⁸³ Na I República, os três primeiros estados perderam algo da desenvoltura com que elegiam quadros para os ministérios e chefias do governo central, sobrevivendo, entretanto, como elementos relevantes para a viabilidade da federação. A instabilidade que uma defecção dos três primeiros estados poderia trazer ao regime revelou-se claramente na sucessão presidencial de 1921-22. A Reação Republicana pode ser encarada como uma aliança cujo objetivo era retomar um antigo *status quo* para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, em parceria com o Rio Grande do Sul. Na Campanha Civilista de 1910, causa de instabilidade, a Bahia teria tentado com Rui Barbosa tal retomada em aliança com São Paulo, coincidentemente ou não após os paulistas perderem a Presidência da República. Entretanto, é preciso considerar o fator desestabilizador representado pela participação dos militares em ambas as sucessões.

²⁸¹ Grifo meu. Ironicamente, segundo Sérgio Buarque de Holanda, *sobranceria* era uma palavra hispânica que espelhava fielmente a cultura da personalidade entre os ibéricos. Carta de Dantas Bião a Otávio Mangabeira. 28/8/1924. FPC/CMB. AOM. 203B; 22/8/1924. FPC/CMB. AOM. 2043.

²⁸² Mayer analisou as seis potências envolvidas na Grande Guerra: Inglaterra, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália e Rússia. MAYER, Arno. *A Força da Tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Introdução.

²⁸³ Ver: HOLANDA, Sérgio B. de. *Do Império à República*, p. 273.

Contraopondo-se a Seabra, os Calmon, herdeiros do marquês de Abrantes, ascenderam ao poder com a missão de restaurar a Bahia em seu papel de sustentação da República. Para isso, contavam com a força da tradição para superar incompatibilidades políticas herdadas de doze anos de embates e acomodações entre Rui Barbosa e J. J. Seabra. Na visita de Umberto di Savoia a Salvador, ritualizaram a tradição evocada pelo nome quadricentenário da família como requisito para atuar como *primo inter pares*. Parafrazeando Karl Marx em *O 18 de Brumário*, conjuraram ansiosamente o espírito do passado em tal restauração da Bahia.²⁸⁴

A visita de Umberto di Savoia à América do Sul

Entre julho e setembro de 1924, Umberto di Savoia, a bordo de esquadra integrada pelos vasos de guerra San Giorgio e San Marco, realizou uma excursão ao Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Previamente recepção oficial no Rio de Janeiro, visita a Petrópolis e uma viagem a São Paulo, estado rico e industrial, onde residia a maior colônia italiana do Brasil. Em 5 de Julho, quando a esquadra dirigia-se ao país, a revolta tenentista tornou a capital paulista um campo de batalha entre rebeldes e tropas legalistas. O levante tomou a atenção das autoridades e da imprensa no Rio de Janeiro, onde era iminente a chegada do príncipe do Piemonte.²⁸⁵ Escalonados para as recepções oficiais, Bernardes e os ministros da Viação e Obras Públicas, Justiça, Guerra e Marinha concentraram esforços para controlar as comunicações telegráficas, telefônicas e ferroviárias com São Paulo, averiguar a extensão do levante e em seguida deslocar reforços para o *front*, entre eles, navios e hidroaviões militares previstos para dar as boas vindas ao San Giorgio e ao San Marco na Baía de Guanabara.²⁸⁶ No Congresso, a revolta tomou as sessões enquanto os parlamentares, falando pelos estados, hipotecavam a lealdade ao Catete. Fotos, notícias e editoriais sobre a revolta, previamente censurados, ocuparam os jornais e revistas que vinham publicando material informativo e iconográfico sobre a Itália, a família real e a aguardada visita do príncipe à América do Sul.

²⁸⁴ MARX, Karl. *O Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 21.

²⁸⁵ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2232 de 23/7/1924. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Arquivos Diplomáticos e Estrangeiros Sobre o Brasil (ADEB).

²⁸⁶ Os microfilmes 6, 9 e 17 do FAB (AEL) estão repletos de telegramas que documentam a atuação dos ministros na repressão à revolta. Sobre a atuação dos ministros na repressão à revolta, ver os telegramas microfilme 17 do FAB do AEL. Sobre a preparação e as autoridades envolvidas na recepção a Umberto di Savoia, ver o rascunho do programa de festas no AEL. FAB. MR 17.

Quando o governo federal decidiu fechar o cerco através do bombardeio de São Paulo, o corpo diplomático, convidado para as homenagens a Umberto di Savoia, manteve embaraçosos contatos com Bernardes e Félix Pacheco para assegurar, no teatro das operações militares, a vida e os investimentos estrangeiros.²⁸⁷ Os estadunidenses ficaram preocupados quando o governo federal proibiu as atividades da United Press Association e da Associated Press, agências de notícias acusadas de transmitir, ao exterior, informações inverídicas sobre a sedição e também prejudiciais ao crédito do Brasil.²⁸⁸

Antes da revolta, o embaixador da Itália, Pietro Badoglio, conhecido herói da Grande Guerra, investigara as condições sociais dos seus conterrâneos que viviam em fazendas e na cidade de São Paulo. Antevendo distúrbios sociais entre os patrícios emigrados, telegrafou a Roma relatando a carestia de vida e os baixos salários.²⁸⁹ Após o começo do bombardeio, manifestou a Félix Pacheco a preocupação com a segurança pessoal e as propriedades dos italianos residentes em São Paulo. Indicou que entre as tropas legalistas “de raça alemã e polaca” em partida para o *front*, espalhava-se a informação de que se ia reprimir uma revolta de italianos que se haviam apoderado de São Paulo.²⁹⁰ Além de solicitar que tal boato fosse pronta e oficialmente desmentido, mostrou ao governo os equívocos de um bombardeio que vitimava a população civil, cheia de italianos.²⁹¹ Félix Pacheco, replicando que as tropas legalistas eram “genuinamente brasileiras” e justificando o bombardeio, lamentou abusos, prometeu tomar providências, mas aventou a possibilidade de estrangeiros – entre eles, italianos – estarem envolvidos na sedição.²⁹²

As autoridades federais estavam conscientes e preocupadas com tal envolvimento, responsável por rumores de separação de São Paulo e estados do Sul em relação ao Brasil.²⁹³ Para o embaixador estadunidense, a situação de revolta devia-se em grande

²⁸⁷ Embaixada do Rio de Janeiro, telegramas n° 56, de 25/7/1924 e n° 64 de 4/7/1924. AEL. ADEB.

²⁸⁸ A Associated Press e a United Press: notas trocadas com a embaixada americana. AEL. FAB. Embaixada do Rio de Janeiro, telegrama n° 64 de 24/7/1924. AEL. ADEB. MR 5. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho n° 2230 de 21/7/1924. AEL. ADEB.

²⁸⁹ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho n° 2246 de 3/9/1924. AEL. ADEB. Sobre as condições sociais dos imigrantes em São Paulo, ver: HALL, Michael. *Origins of Mass Immigration in Brazil*. Nova Iorque: Universidade de Colúmbia, 1969 (História, tese de doutorado); HALL, Michael. “Trabalhadores Imigrantes”. *Trabalhadores*, n° 3, 1989.

²⁹⁰ Ofício de Pietro Badoglio a Félix Pacheco. 18/7/1924. AEL. FAB. MR 9.

²⁹¹ Ofícios de Pietro Badoglio a Félix Pacheco. 19/7/1924 e 21/7/1924. AEL. FAB. MR 9.

²⁹² Comunicado de Félix Pacheco a Pietro Badoglio. 23/7/1924. AEL. FAB. MR 9.

²⁹³ Telegrama do Almirante José Maria Penido a Artur Bernardes. 25/7/1924. AEL. FAB. MR 9. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho n° 2246 de 3/9/1924. AEL. ADEB. O Itamaraty interrogaria em

parte à chegada de imigrantes europeus que espalhavam o bolchevismo entre a população brasileira analfabeta – uma imagem recorrente. Citou a dificuldade de um fazendeiro paulista em explicar a diferença entre a revolta paulista e as europeias a trabalhadores húngaros que entraram em greve depois do 5 de Julho.²⁹⁴ Em carta endereçada a Monteiro Lobato, Bernardes opinou que a falta de reação imediata dos paulistas contra a sedição explicava-se, parcialmente, pelo grande número de imigrantes na população de São Paulo. Não por acaso, deportações e restrições a direitos de estrangeiros marcariam o quadriênio Bernardes.²⁹⁵

Havia boatos insistentes de revolta na capital federal. Despachos da embaixada estadunidense explicam que ali só não ocorria um levante devido à prontidão das forças policiais. Em meados julho, por exemplo, uma conspiração foi descoberta na Vila Militar.²⁹⁶ Além da censura sobre a imprensa, da prontidão das tropas e da intensa atividade secreta da polícia, prenderam-se militares e civis, principalmente jornalistas, como Maurício de Lacerda e Edmundo Bittencourt, ex-integrantes da Reação Republicana. Ao mesmo tempo, tomavam-se medidas contra um problema angustiante e que ameaçava agravar-se com a revolta: a carestia de vida no Rio de Janeiro.²⁹⁷

Tal quadro ocasionou a impossibilidade de o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro e São Paulo recepcionarem Umberto di Savoia. Pietro Badoglio deixou as autoridades brasileiras à vontade para cancelar as recepções ao príncipe, mas o Itamaraty solicitou apenas uma alteração no cronograma da viagem.²⁹⁸ No novo percurso, a esquadra italiana, basicamente para abastecimento de carvão e água, permaneceria, nos últimos dias de julho, em Salvador. Em seguida, rumaria diretamente para Buenos Aires, onde ficaria em agosto. Nesse intervalo, Umberto di Savoia e comitiva visitariam de trem cidades do interior e cruzariam a cordilheira dos Andes em

novembro um oficial italiano que denunciou à embaixada brasileira em Roma o envio de um pedido de apoio ao governo da Itália por parte de indivíduos que tentavam separar São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná do resto do país. Italianos estariam por trás da conspiração. Ver: Revelações do coronel Lincoln Nadari à Embaixada em Roma e ao Itamaraty. AEL. FAB. MR 17.

²⁹⁴ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2248 de 3/9/1924. AEL. ADEB.

²⁹⁵ Minuta de Carta de Artur Bernardes a Monteiro Lobato. 6/9/1924. AEL. FAB. MR 20. Embaixada de Montevidéu, despacho nº 293 de 1/8/1924. AEL. ADEB. Ver: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura de San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989, p. 387-388.

²⁹⁶ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2232 de 23/7/1924. AEL. ADEB.

²⁹⁷ Com o isolamento, não apenas telegráfico e telefônico, mas também ferroviário de São Paulo, subiu o preço dos alimentos em mercados como o do Rio de Janeiro. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 831 de 9/7/1924. AEL. ADEB; Embaixada de Montevidéu, despacho nº 293 de 1/8/1924. AEL. ADEB.

²⁹⁸ *Diário Oficial da União*, 2/9/1924.

direção a Santiago do Chile. Após o retorno do príncipe a Buenos Aires, a esquadra partiria para uma rápida visita à capital uruguaia e depois ao Rio de Janeiro, onde ficaria entre 9 e 24 de setembro, com possibilidades de, nesse intervalo, haver recepções oficiais em São Paulo.²⁹⁹

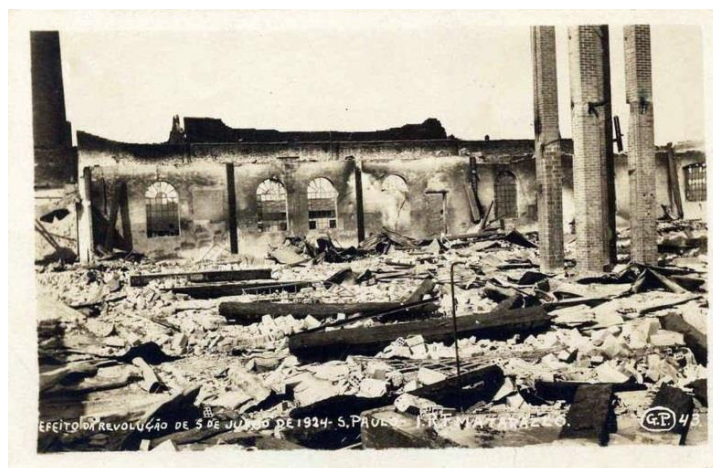


Figura 21 - Cartão postal retrata destruição de instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo por ocasião da revolta de 1924. São Paulo, 1924. Fonte: coleção Antonio Negro.

A alteração do percurso da esquadra real confirmou o porto baiano – mesmo brevemente – como vértice estratégico das navegações Europa, América do Sul, África ou mesmo Ásia, caráter que ao longo de séculos conferiu visibilidade mundial a Salvador. Aliás, antes da revolta e consequente alteração do cronograma, publicou-se a notícia de que a cidade hospedaria Umberto di Savoia em seu retorno para a Itália.³⁰⁰ A permanência na viagem de ida foi rápida e discreta, pois o consulado, o governo do estado, a imprensa e, conseqüentemente, a população foram avisados com poucos dias de antecedência sobre a aproximação do San Giorgio e San Marco. Durante o abastecimento dos navios, Umberto di Savoia desembarcaria incógnito, isto é, como visitante e em caráter não-oficial, o que dispensou recepção à altura de um príncipe herdeiro.³⁰¹ Entretanto, o governador Góis Calmon recebeu de Artur Bernardes a incumbência de não deixar passar em branco a permanência dos italianos na capital da

²⁹⁹ *A Tarde*, 24/7/1924.

³⁰⁰ *A Tarde*, 9/6/1924.

³⁰¹ É possível que as autoridades brasileiras tenham tido dúvidas sobre como deveria ser recebido Umberto di Savoia. Enquanto preparava-se para a sua vinda, o palácio do Itamaraty investigou as recepções realizadas na França aos príncipes herdeiros da Etiópia, da Inglaterra e do Japão. Ver: Cópia de Carta de Souza Dantas a Félix Pacheco. 28/5/1924. AEL. FAB. MR 17.

Bahia. Em parceria com a colônia italiana e o seu cônsul Fernando Scaldasferri, Calmon improvisou um programa de homenagens com passeios, recepções e visitas a prédios públicos e privados da cidade.

Em trajés civis, porém cercado por autoridades, o príncipe desembarcou no porto, discretamente e confundido entre os integrantes da comitiva – talvez uma medida cautelar. Em automóvel oficial, fez passeios pelas áreas em que se concentraram os melhoramentos urbanos seabristas, estavam as moradias das famílias ilustres e a residência oficial do governador: São Bento, Piedade, Mercês, Passeio Público, Campo Grande, Vitória e Barra. Conheceu arrabaldes como o Rio Vermelho e Pirajá, além das áreas mais antigas, em visita à catedral Basílica, igreja da Piedade e convento de São Francisco de Assis.³⁰² Os anfitriões mostraram a antiga opulência da Bahia, representada neste caso pela fé católica e pelos tesouros artísticos que decoravam as igrejas coloniais. Cumprindo com o dever de auspiciosa notícia, os jornais locais então publicaram fotografias e textos sobre a Itália, os visitantes e o cronograma das homenagens. Góis Calmon distribuiu à farta os tradicionais charutos do Recôncavo baiano entre os oficiais e marujos do San Giorgio e San Marco, aos quais foi franqueada a entrada no cinema Guarany, localizado num dos pontos mais tradicionais da cidade de Salvador, a praça do Teatro³⁰³. Segundo *A Tarde*, os militares encheram os pontos de divertimentos da cidade, animando os cafés e cinemas, mas “sem quebra da correção militar”.³⁰⁴

Sem acesso a documentos do ministério das relações exteriores dos países visitados ou da Itália, é difícil descrever, com certeza e precisão, os interesses encerrados no périplo de Umberto di Savoia à América do Sul. Entretanto, alguns periódicos destacaram o caráter diplomático do evento, explicando que a vinda do príncipe retribuíu a visita que Epiácio Pessoa realizara a países europeus em 1919. Naquela ocasião, o então presidente eleito esteve na Bélgica e na Itália e convidou seus monarcas a visitarem o Brasil.³⁰⁵ Os reis belgas Alberto I e Elizabeth visitaram o Brasil em 1920, ano em que se noticiou a vinda do príncipe do Piemonte no lugar do rei

³⁰² *A Tarde*, 28/7/1924. Sobre as reformas urbanas, ver: LEITE, Rinaldo. *E a Bahia civiliza-se*. Salvador: Ufba, 1996 (História, dissertação de mestrado).

³⁰³ A praça do Teatro é a atual Castro Alves. Recebia esse nome porque ali situava-se o teatro São João, incendiado em 1923.

³⁰⁴ *A Tarde*, 28/7/1924.

³⁰⁵ Essa mesma explicação serve para a viagem à Argentina, pois o presidente Marcelo Alvear também visitou a Itália e convidou o rei a conhecer seu país. *A Noite*, 28/5/1924; *O Imparcial*, 29/5/1924; *Diário de Notícias*. 10/9/1924.

Vittorio Emanuele III, impossibilitado de afastar-se da Itália em face da situação política da Europa.³⁰⁶

Paralelamente, foi indicada a relevância de cruzeiros internacionais e de excursões pelo império italiano para a preparação de Umberto di Savoia para assumir a coroa da Itália. Tal preparação exigia introdução na diplomacia e aquisição de conhecimentos em história e geografia. Não por acaso, o comandante da esquadra era Atilio Bonaldi, almirante, preceptor do príncipe e professor catedrático de Astronomia, Hidrografia e Náutica na Escola Naval de Livorno. Segundo telegrama da United Press, a viagem poderia assumir caráter oficial ou particular, de acordo com as circunstâncias de cada país a ser visitado, o que parece ratificar seu aspecto duplo, isto é, diplomático e de instrução, como indicou o jornal espanhol *ABC*.³⁰⁷

Ainda no campo da diplomacia e da instrução de Umberto di Savoia, deve-se considerar a existência de grandes colônias de italianos residentes na América do Sul. Segundo o historiador Angelo Trento, a Itália tornou-se, no final do século XIX e começo do XX, um dos principais países de emigração por razões demográficas e econômicas, entre as quais o peso do fisco sobre os camponeses, a depressão agrícola dos anos 1880, além da queda no índice de mortalidade e a estabilização do índice de natalidade nos anos 1870.³⁰⁸ O historiador João Fábio Bertonha observa que, diferente do que se passava com a França e a Inglaterra, as possessões coloniais italianas eram relativamente pequenas e concentradas na Líbia, Eritreia e Somália, consideradas de baixo valor estratégico e pouco propícias ao estabelecimento dos emigrantes italianos. Não constituíam, pois, válvula de escape demográfico eficiente para a península e, por isso, os italianos dirigiram-se preferencialmente à América.³⁰⁹ No Brasil, o fim do

³⁰⁶ *O Imparcial*, 3/12/1920; *O Democrata*, 5/12/1920; Ver também: *Revista da Semana*, 4/6/1921. Sobre a recepção aos reis belgas, ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Uma República em festa* e CAULFIED, Sueann. *Em defesa da honra*. Campinas: Unicamp, 2000.

³⁰⁷ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12/9/1924; *A Noite*, 31/10/1922; *O Imparcial*, 28/12/1923; *A Noite*, 26/2/1923; *O Imparcial*, 7/2/1924; *Gazeta de Notícias*, 7/5/1924; *ABC* (Madrid), 11/6/1924; *Gazeta de Notícias*, 28/6/1924; *A Noite*, 26/7/1924; *Gazeta de Notícias*, 15/8/1924; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12/9/1924.

³⁰⁸ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de Imigração Italiana no Brasil*, p. 30-31. O autor afirma que a bibliografia sobre o assunto é extensa. Especificamente sobre a emigração para o Brasil de italianos do Vêneto, ver: Franzina, Emilio. *A grande emigração: o Êxodo dos Vênetos para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

³⁰⁹ BERTONHA, João Fábio. Um Imperialismo dos Pobres: o Império Italiano da Era Liberal ao Fascismo. In SILVA, Francisco Ricardo Teixeira da Silva et. alii. *Impérios na História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009, p. 260-262. Sobre a preferência dos emigrantes italianos, ver: BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 83 e 88-89. Os dados foram compilados pelo autor a partir de AUDENINO, Patricia e CORTI, Paola. *L'emigrazione italiana*. Milão: Fenice 2000, 1994;

tráfico de escravos em 1850 e da escravidão em 1888, conjugados com o racismo das classes dominantes e a crescente expansão da produção e da cotação do café, levaram sucessivos governos imperiais ou federais e provinciais ou estaduais ao esforço de atrair imigrantes, em especial oriundos da Itália. Entre 1880 e 1924, o país atraiu 3.600.000 estrangeiros, dos quais 57,4% eram italianos.³¹⁰

Mais do que em outros países europeus, estabeleceu-se, nos meios intelectuais e políticos italianos, o debate sobre a possibilidade de a Itália, através dos emigrados, obter influência econômica, ou até política, sobre os países hospedeiros. Voltada principalmente para a América do Sul, tal estratégia foi vista como um contraponto ao imperialismo colonialista, dirigido contra áreas africanas. Muitos entendiam que seu sucesso dependeria da capacidade de o Estado italiano fomentar a preservação da identidade nacional dos emigrados.³¹¹

Os governos italianos interessaram-se pelo Brasil a partir dos anos 1880, quando tentaram sem sucesso proteger os emigrados e torná-los mercado consumidor para suas exportações, através de acordos comerciais.³¹² A Itália concentrava esperanças em pressionar o Brasil a tratá-la como nação privilegiada no comércio internacional. Para isso, ameaçava suprimir o fluxo de mão de obra com base em denúncias frequentes das péssimas condições sociais dos italianos nas cidades e fazendas do Brasil.³¹³ Após as restrições do decreto Pirinetti de 1902, a corrente imigratória da Itália para o Brasil atingiu o ponto mais baixo por volta de 1924, quando, por outro lado, foi restrita a entrada de imigrantes europeus católicos nos Estados Unidos.³¹⁴ Meses antes da visita de Umberto di Savoia à América do Sul, Pietro Badoglio foi nomeado embaixador italiano no Brasil e entre suas missões parece ter estado a de negociar no Itamaraty o

enquanto a informação sobre a preferência entre os países foi tirada a partir de BACCI, M. *Storia Minima del mondo*. Torino: (sem editora), 1989. Sobre a consideração das possessões coloniais como pouco propícia ao desenvolvimento dos italianos, ver *A Tarde*, 14/6/1924.

³¹⁰ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de Imigração Italiana no Brasil*. O autor não incluiu uma discussão sobre o racismo. Sobre o assunto, ver: SHWARCZ, L. K. M. *O Espetáculo as Raças*: São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³¹¹ BERTONHA, João Fábio. Um Imperialismo dos Pobres: o Império Italiano da Era Liberal ao Fascismo, p. 263-267.

³¹² BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, nº 2, v. 40, 1997, p. 109.

³¹³ Sobre as medidas restritivas e sua relação com as propostas de contrato comercial, ver: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de Imigração Italiana no Brasil*, p. 34, 53 e 71.

³¹⁴ Segundo o correspondente de *A Tarde* em Roma, a restrição dos Estados Unidos levaram os italianos a confrontarem-se com o problema do excedente populacional. Considerando as possessões africanas pouco propícias ao desenvolvimento italiano, voltavam-se para o Brasil e a Argentina como principais países de destino. *A Tarde*, 14/6/1924.

restabelecimento do fluxo migratório, com base em acordo comercial privilegiando a Itália.³¹⁵ Outro episódio relevante de 1924 foi a vinda à América do Sul do cruzador *Itália*, trazendo uma exposição de produtos e serviços, além de comissão especial chefiada por Giovanni Giuriati, do conselho italiano de ministros.³¹⁶

Para Angelo Trento, o fascismo dá continuidade, até meados dos anos 20, à estratégia dos governos liberais, mas a potencializa através de maior programa de preservação e de valorização da identidade nacional, crescentemente identificada com o fascismo. Segundo o autor, nesse esforço era peça importante o prestígio internacional do fascismo e da Itália, alimentado pela visita de Umberto di Savoia à América do Sul.³¹⁷ De fato, tais indicações encontram subsídios no papel de destaque que a colônia desempenharia na visita, tanto nas recepções quanto nas páginas da imprensa. Aliás, em 1924, o jornalista italiano L. Magrini esteve no Brasil e lamentou a ocorrência de divisões de classe que enfraqueciam os laços de solidariedade nacional entre os italianos de São Paulo.³¹⁸ Tratando da iminente chegada do príncipe, os jornais frequentemente lembraram a existência de grandes comunidades residindo e contribuindo com o seu trabalho para a riqueza dos países visitados.³¹⁹ O príncipe vinha conhecer *in loco* a vida dos patrícios, “apreciar os frutos do trabalho dessa grande colônia amiga”, publicou *A Noite*. Como outros jornais, a *Gazeta de Notícias* articulou a instrução real com a existência da colônia, ao colocar que a razão da visita era “completar a educação do príncipe” dando-lhe “uma ideia precisa do grande progresso da América Latina” e pondo-o em “contato com os italianos residentes no nosso continente”. Outros textos apresentaram uma versão mais próxima das indicações de Angelo Trento, ao descrever o périplo como um empreendimento da política externa fascista ou falar de promoção de

³¹⁵ Sobre a missão de Pietro Badoglio, ver: *O Imparcial*, 20/2/1924. Favorável à Itália, esse texto não menciona o acordo comercial como parte das negociações. Mas ele aparece nos seguintes documentos, que tratam de modo geral das negociações para 1924: Embaixada do Rio de Janeiro, telegramas nº 105, de 12/12/1924 e nº 19, de 12/12/1924; despacho nº 2294, de 13/12/1924. AEL. ADEB. *O Paiz*, 4/12/1924.

³¹⁶ O episódio é conhecido pela bibliografia, ganhou destaque na imprensa e foi mencionado em, BERNARDES, Artur. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1924*. Disponível em: Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.

³¹⁷ TRENTO, Angelo. “Donde haya un italiano, allí estará la bandera tricolor”: la penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil. In SCARZANELLA, Eugenia. *Fascista en América del Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 13, 23-24, 35 e 64.

³¹⁸ HALL, Michael M. Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e FRANZINA, Frederico Croci Emilio (orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: Edusp e Fapesp, 2010, p. 60.

³¹⁹ *Gazeta de Notícias*, 8/6/1924;

“consciência” ou de “celebração” da “raça” italiana.³²⁰ Não por acaso, nas cidades visitadas, verificou-se a participação de público maciço, de personalidades e de instituições da colônia. No Rio de Janeiro, seria reservado à embaixada todo um dia da programação para homenagens ao visitante.³²¹

Retomaram-se em agosto no Rio de Janeiro os preparativos para a recepção oficial, mas a permanência da intranquilidade impossibilitou de novo a visita. A comissão e demais autoridades responsáveis pelas homenagens realizavam os últimos preparativos, recebendo adesão de jornalistas e associações de classe.³²² Entretanto, investigações policiais confirmaram boatos, relatados por Pietro Badoglio, de que um levante na capital federal havia sido preparado para estourar no começo de julho, quando o príncipe desembarcasse na cidade.³²³ No final de agosto, em meio ao constrangimento nas rodas instruídas da diplomacia, o presidente decidiu por novo adiamento da visita, após a descoberta ou detonação de artefatos explosivos em diferentes pontos da cidade, tais como os Correios, a Casa da Moeda, a embaixada da Argentina e as residências de funcionários ou políticos, entre os quais o diretor da Imprensa Nacional, o senador Paulo de Frontin e o general Tertuliano Potiguara – o que ocasionou mais prisões e realimentou boatos.³²⁴ O último atentado consternou profundamente o Catete ao ferir gravemente aquele oficial, veterano da Guerra do Contestado e da revolta de São Paulo. A nota oficial sobre o cancelamento observou que no Rio de Janeiro uma “minoría” matinha “o trabalho diabólico do descrédito do país”, o que fazia perdurar o “espírito de revolta e indisciplina” e tornava possível a

³²⁰ *A Noite*, 7/7/1924; *Gazeta de Notícias*, 9/7/1924; *A Noite*, 26/7/1924; *A Noite*, 15/8/1924; *A Noite*, 19/8/1924; *Jornal do Brasil*, 24/8/1924.

³²¹ José Calasans afirma que a visita de Umberto di Savoia tinha nítida conotação política, destacando os interesses do fascismo e a comunidade italiana no Brasil. Ver: CALASANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal. 1991. Conferir as recepções a Umberto di Savoia na Argentina em: Príncipe Umberto – Recortes dos telegramas publicados pelo “Jornal do Comércio” de Buenos Aires, de 1 a 15 de agosto de 1924. Sobre a visita projetada ao Rio de Janeiro, ver: Programa da Recepção do Príncipe Herdeiro da Itália. AEL. FAB. MR 17.

³²² *Jornal do Brasil*, 19/8/1924; 21/8/1924 e 27/8/1924. *A Noite*, 18/8/1924; 19/8/1924; 22/8/1924. *Fon-Fon*, 26/7/1924; *A Careta*, 27/7/1924; *O Malho*, 5/7/1924; 2/8/1924; *Revista da Semana*, 12/7/1924; *A Careta*, 26/7/1924; *Ilustração Brasileira*, nº 48, agosto de 1924.

³²³ *Diário Oficial da União*, 30/8/1924.

³²⁴ Embaixada do Rio de Janeiro, telegrama nº 80, 30/8/1924; despacho nº 2248 de 3/9/1924; AEL. ADEB.

sobrevinda de “qualquer incidente” na cada vez mais próxima chegada do príncipe do Piemonte.³²⁵

Quatro imagens publicadas em revistas cariocas ilustraram a criação e a frustração da expectativa em torno da iminente chegada do visitante ao Rio de Janeiro. A *Revista da Semana* trouxe no final de julho uma montagem com o escudo da casa real de Savoia, as cores das bandeiras da Itália e do Brasil e uma fotografia do jovem príncipe como cadete do exército italiano. Em *O Malho*, J. Carlos flagrou a decepção pelo cancelamento da visita no desenho “Era Uma Vez”, em que Jeca dialoga com Cardoso, ambos a segurar ramalhetes de flores para Umberto di Savoia: “agora, *seu* Cardoso, se a gente *quizé vê prince*, tem *mêmo* que esperá o Carnavá!”, disse Jeca. Antes disso, o desenhista registrara o clima de intranquilidade pública na ilustração “O Ouvido da Multidão”, em que dois amigos cochicham banalidades ao pé do ouvido enquanto são alvo da curiosidade geral de eletrizados transeuntes, entre eles um cachorro...³²⁶ Dando à cena uma conotação de raça e classe, J. Carlos, em “O Sistema Nervoso”, registrou o desassossego na intimidade do quarto de um patrão branco acordado de sobressalto e a perguntar ao seu empregado negro: “que ‘estrondo’ foi esse, Crispim?”. Com uma vassoura na mão, é-lhe respondido: “foi a caixa de ‘fosfo’ que caiu”.³²⁷

³²⁵ *Gazeta de Notícias*, 30/8/1924. Sertório de Castro confirma que foi a explosão de bombas e a continuidade de conspirações contra a ordem que levou ao segundo adiamento. Ver artigo publicado em *A Tarde* de 19/9/1924.

³²⁶ *Revista da Semana*, 12/7/1924 e *O Malho*, 2/8/1924 e 13/9/1924. Grifos no original. Sobre J. Carlos e sua trajetória em *O Malho*, ver: SIMA, Luiz Antônio e LOREDANO, Cássio. *O Vidente Míope: J. Carlos n’O Malho*. Rio de Janeiro, Folha Seca Livraria e Edições, 2007.

³²⁷ *O Malho*, 6/9/1924.



Figuras 22 e 23 – Capa da *Revista da Semana* com foto de Umberto di Savoia. Capa de *O Malho* retrata em desenho o clima de tensão presente nas ruas do Rio de Janeiro. Fonte: *Revista da Semana*, 12/7/1924 e *O Malho*, 2/8/1924.

Graças à censura do governo, os comentários em torno do cancelamento foram curtos e resumiram-se a lamentações, críticas aos revoltosos e elogios à decisão de Artur Bernardes.³²⁸ O adiamento da visita não previu data para o retorno e a divisão real decidiu aportar novamente para abastecimento em Salvador – para onde seguiria Pietro Badoglio, a fim de dar os cumprimentos ao príncipe do Piemonte. Diante da situação e para atenuar o embaraço, Bernardes decidiu improvisar às pressas uma recepção na Bahia e incumbiu os ministros Miguel Calmon e Félix Pacheco de entabular conversas com o governador baiano e as autoridades da Itália. Contra a vontade do preceptor Atilio Bonaldi, foram transferidas para Salvador as homenagens do Brasil a Umberto di Savoia. O atropelo com que atuava o Catete irritou o próprio Góis Calmon, que reclamou do atraso no envio de informação sobre comitiva, período e maneira como deveria ser organizada a recepção em Salvador. “Nas relações diplomáticas e até pessoais anuncia-se uma visita com antecedência”, telegrafou ele a Miguel Calmon.³²⁹

³²⁸ O embaixador estadunidense observou que, se o governo não proibisse, os comentários em torno do cancelamento seriam bem mais extensos. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2246 de 3/9/1924. AEL. ADEB.

³²⁹ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2253, 20/9/1924. AEL. ADEB; minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 7/9/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.



Figuras 24 e 25: Capa de *O Malho* retrata a conotação social e raça do clima de tensão vivida no país. Capa de *O Malho* retrata a decepção em torno do cancelamento da visita de Umberto di Savoia ao Rio de Janeiro. Fonte: *O Malho*, 6/9/1924 e 13/9/1924.

Umberto di Savoia na Bahia

Os dois adiamentos da recepção expuseram internacionalmente a dificuldade do Catete em manter a ordem na capital e no mais rico estado do país. Além do desconforto em face do inegável sucesso da visita na Argentina,³³⁰ o presidente procurara, havia pouco tempo, empréstimo internacional, mas, em troca dos recursos, uma missão britânica exigiu o disciplinamento das contas públicas como garantia dos investimentos estrangeiros no Brasil – o que se tornava difícil na conjuntura de revolta.³³¹ O governo brasileiro e o italiano, direta ou indiretamente, procuraram negar que houvesse estremecimento das relações entre os dois países e, portanto, era preciso desfazer essa impressão.³³² Para “reparar”, nas palavras de Góis Calmon, a “vergonha internacional” em que incorrera o Itamaraty, as autoridades do Brasil e da Itália anuíram em organizar um evento diplomático numa parada simples para abastecimento do San Giorgio e San Marco.³³³

Isso ficou evidente na dificuldade dos jornais em classificar a visita como particular ou oficial, o que também refletia a ansiedade em círculos baianos e a pressa

³³⁰ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2248 de 3/9/1924. AEL. ADEB.

³³¹ Winston Fritsch não trata da visita de Umberto di Savoia ou da política externa de Artur Bernardes, mas analisou o esforço do governo federal em convencer financistas britânicos que condicionavam a concessão de empréstimo à segurança orçamentária do país. FRITSHC, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 10, nº. 43. Dezembro de 1980.

³³² Ver as notas oficiais do governo brasileiro citada acima e a do governo italiano, comentada em: *Diário da Bahia*, 3/9/1924. E também a fala de Félix Pacheco num dos banquetes da Bahia: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 19/9/1924.

³³³ Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 25/11/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 5.

nas decisões tomadas no Rio de Janeiro e em Roma. Porém, os italianos informaram a Góis Calmon que o príncipe declinaría da hospedagem oficial no palácio da Aclamação (residência do governador) para conservar o caráter particular da visita.³³⁴ Para os jornais, isso pouco importava, pois, na primeira vez em que passou incógnito, Umberto di Savoia participara de festas na Bahia. Além disso, era evidente o esforço do governo federal e baiano para tornar o evento relevante do ponto de vista diplomático.³³⁵

Bernardes decidiu enviar do Rio de Janeiro comitiva especial a bordo do encouraçado São Paulo – um dos mais poderosos navios militares do mundo, ao ser adquirido em 1910. Neste ano, ao deixar o estaleiro londrino, a belonave trouxera da França o presidente eleito Hermes da Fonseca. Epitácio Pessoa gastou fortunas em sua ornamentação para o transporte dos reis belgas à época de sua visita oficial ao Brasil, ocasião em que trouxe os restos mortais dos imperadores Dom Pedro II e Teresa Cristina.³³⁶ Em sua missão de 1924, isto é, transportar a marinhagem e as autoridades do Rio de Janeiro para Salvador, disparar as salvas de canhão de protocolo na Baía de Todos os Santos, hospedar banquetes, o São Paulo não deixaria corar as autoridades brasileiras diante da esquadra italiana, seja em matéria de velocidade, logística ou armamento. O São Paulo trouxe para a Bahia algo do ostensivo caráter militar da recepção planejada no Rio de Janeiro.³³⁷

A comitiva foi encabeçada por Félix Pacheco, ministro das Relações Exteriores, e Pietro Badoglio, embaixador da Itália. Ao primogênito de Vittorio Emanuele III, o presidente enviou o próprio filho e secretário particular como tradutor de sua consideração pela Itália. Além disso, destacou o almirante José Maria Penido, ex-governador militar de Santos durante a revolta em São Paulo e concunhado de Góis Calmon. As homenagens a Umberto di Savoia seriam, segundo a imprensa, dignificadas pelas credenciais desses homens.³³⁸ Para eternizar o evento e exibi-lo aos ausentes, vieram fotógrafos da *Revista da Semana* e os cineastas da empresa Botelho Film, responsáveis pela produção de dezenas de fotos e da película *O Príncipe Herdeiro da*

³³⁴ *A Tarde*, 9/9/1924.

³³⁵ *Diário da Bahia*, 5/9/1924; *Diário de Notícias*, 9/9/1924; *O Imparcial*, 9/9/1924. *A Tarde*, 5/9/1924/12/9/1924; 13/9/1924.

³³⁶ Sobre o retorno dos restos mortais dos imperadores ao Brasil, ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es)republicano(s)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2012 (História, tese de doutorado).

³³⁷ Dados sobre o São Paulo podem ser encontrado em: <http://www.naviosbrasil.com.br>. Acesso em: 11/2/2013. Dados sobre os navios italianos podem ser encontrados em: *Ilustração Brasileira*, nº 48 de agosto de 1924. Sem página.

³³⁸ *A Tarde*, 9/9/1924; 11/9/1924; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11/9/1924.

Itália em Terras do Brasil.³³⁹ Reproduzido, o material iconográfico, como os personagens históricos, circularia e seria exibido além-fronteiras da Bahia, pois o filme foi assistido em salas de cinema e as fotos recebidas como mimos ou lembranças, não só pelo príncipe do Piemonte, como pelo mais ilustre entre os ausentes, isto é, Bernardes, que também recebeu um exemplar da película da Botelho Film.³⁴⁰

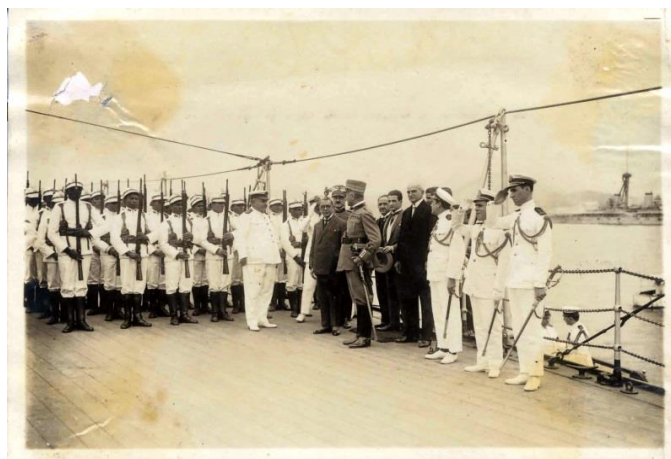


Figura 26 - Partida do *São Paulo* do Rio de Janeiro. Veem-se José Maria Penido (oficial no centro da foto e em continência, no segundo plano); Félix Pacheco (civil de baixa estatura no centro da foto); Pietro Badoglio (no centro da foto com sabre); Miguel Calmon (civil mais alto) e Artur Bernardes Filho (à direita de Miguel Calmon). Rio de Janeiro, setembro de 1924. Fonte: sítio do APM.

Outra evidência do esforço para ajeitar uma ocorrência diplomática é a semelhança entre os programas da recepção no Rio de Janeiro e em Salvador. Nos preparativos da Bahia, cooperaram governo estadual, prefeitura, consulado, imprensa, associações de elite e em especial a primeira dama, Julieta Maia de Góis Calmon.³⁴¹ O resultado de tais esforços, para a aprovação definitiva, passou pelo crivo do Itamaraty, da embaixada e da família real italiana. Passeios de automóveis – antes planejados para as matas e vistas da Tijuca, Gávea, e Pão de Açúcar – ocorreriam agora na Barra, Rio Vermelho, Bonfim e outros pontos da Cidade Baixa. Um almoço em embarcação fundeada na Baía de Guanabara teria lugar na Baía de Todos os Santos. Ao invés de

³³⁹ Alberto Botelho foi um dos primeiros e mais produtivos cineastas do Brasil. Os títulos de sua longa filmografia são listados em: <http://www.imdb.com>. Acesso em: 10/12/2014. Em 26 de julho de 1924, a *Revista Selecta* publicou entrevista com Alberto Botelho.

³⁴⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18/9/1924. O filme da visita do príncipe pode ser encontrado em: <http://cinemateca.gov.br/>. Acesso em: 19/7/2012. É possível encontrar uma versão mais curta no sítio do Arquivo Público Mineiro. Essa versão e as fotos da visita aqui apresentadas estão no Fundo Artur Bernardes. Ver: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 26/6/2014.

³⁴¹ *A Tarde*, 8/9/1924. *O Imparcial*, 10/9/1924.

recepção aos embaixadores no palácio Guanabara, haveria uma reunião do corpo consular no palácio da Aclamação – onde igualmente foram programados almoços, jantares e um baile pelo vigésimo aniversário de Umberto di Savoia.

A elite e a comunidade italiana local obtiveram no programa a inclusão de *garden party*, chá dançante e recepção no Circolo Italiano, Clube Bahiano de Tênis e Associação Atlética da Bahia. Curiosamente, a tentativa (bem sucedida) do Clube Euterpe de oferecer uma recepção a José Maria Penido foi visto como uma aproximação do seu diretor Medeiros Neto com o governador Calmon. O programa incluiu ainda uma missa na igreja do Bonfim, cerimônia cívica no convento do Carmo, partida de futebol no campo da Graça e espetáculos no teatro Politeama Baiano.³⁴² Na execução do programa, a família Góis Calmon substituiu como anfitriã a de Artur Bernardes.

Tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro, houve preocupação com o protocolo, ou seja, com o lugar e o papel a ser desempenhado por cada autoridade nos embarques e desembarques, apresentações, cortejos, festas, banquetes e passeios.³⁴³ Para os jornais da capital soteropolitana, pouca importava que Umberto di Savoia não estivesse sendo recebido na capital da República. “Tudo nos leva a considerar como oficial a passagem do futuro Rei da Itália pela Bahia”, publicou *A Tarde*.³⁴⁴ Havia a sensação de que Salvador tornava-se por uns dias a capital diplomática do Brasil ao desincumbir-se da missão delegada pelo Catete.³⁴⁵ Como diz o verso de Aloísio de Carvalho, o Lulú Parola, “A *Mulata*, durante uma semana, *Bancou* de Capital destes *Brasis!*”³⁴⁶

³⁴² Alguns desses eventos não foram previstos no programa oficial. Programa Provisório das Festas em Homenagem ao Príncipe Herdeiro da Itália. 1924; Programa de Recepção do Príncipe Herdeiro da Itália. AEL. FAB. MR 17. O programa das festas da Bahia pode ser encontrado em: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 13/9/1924.

³⁴³ Por exemplo, ver as apresentações protocolares no reencontro entre Góis Calmon e Umberto di Savoia. *Diário da Bahia*, 12/9/1924.

³⁴⁴ *A Tarde*, 13/9/1924.

³⁴⁵ *Diário da Bahia*, 12/9/1924; 14/9/1924.

³⁴⁶ Grifo no original. A “Mulata”, isto é, “Mulata Velha”, era a uma referência à Cidade da Bahia. O poema de Aloísio de Carvalho filho foi publicado em: *Esphera*, nº 1, Setembro de 1924.



Figura 27 - Chegada da comitiva do São Paulo a Salvador. Além de Félix Pacheco, Pietro Badoglio e José Maria Penido, veem-se Fernando Scaldaferrri, cônsul italiano em Salvador (segundo de cartola da esquerda para a direita); Xavier Marques, secretário estadual do Interior (próximo a Félix Pacheco); Joaquim de Araújo Pinho, prefeito de Salvador (ao lado de José Maria Penido). Salvador, setembro de 1924.

A transferência das recepções do Rio de Janeiro para Salvador conferiu significado particular à visita de Umberto di Savoia ao Brasil. Em análise da viagem de Alberto I e Elizabeth da Bélgica, Luciana Pessanha indica como as recepções a personalidades estrangeiras eram percebidas como momentos de visibilidade internacional e, por isso, ensejavam disputas em torno da identidade nacional, desde os preparativos à conclusão das homenagens.³⁴⁷ A respeito dessa mesma visita dos belgas, Sueann Caulfied havia entrelaçado essa questão com uma discussão mais ampla sobre gênero, raça e classe no Rio de Janeiro da I República.³⁴⁸

Em Salvador, em setembro e outubro de 1924, a censura e a rapidez nas decisões não favoreceram a reflexão mais detida em torno da presença do príncipe do Piemonte. Entretanto, para a imprensa e Góis Calmon, a transferência foi um ato que “honrava” a Bahia, pois realçava a sua posição e a confiança que a nação, por meio do governo federal, depositava no espírito pacífico e hospitaleiro do seu povo.³⁴⁹ Se Artur Bernardes designava Góis Calmon para receber Umberto di Savoia, significava que o Catete prestigiava a Bahia pela confiança em sua lealdade e pela fé em sua capacidade de oferecer segurança e traduzir a cordialidade brasileira ao príncipe do Piemonte. Por assim dizer, o Rio de Janeiro, cidade que destronou a Bahia de sua capitalidade em 1763

³⁴⁷ FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Uma República em festa*, p. 225-226.

³⁴⁸ CAULFIED, Sueann. *Em defesa da honra*.

³⁴⁹ Ver o apelo do governo por colaboração à imprensa, às classes conservadoras e ao povo. *Diário da Bahia*, 5/9/1924; 12/9/1924 e *A Tarde*, 8/9/1924.

e 1808, ofendendo-a em 1889, estava em 1924 (simbolicamente, é claro) de pires na mão.



Figura 28 - Jantar oferecido no palácio da Aclamação à comitiva do São Paulo. A foto traz Julieta Góis Calmon sentada entre Félix Pacheco e Pietro Badoglio e secundada pelas filhas solteiras Maria dos Prazeres e Maria Constança. Salvador, setembro de 1924. Fonte: sítio do APM.

Umberto di Savoia era membro de uma dinastia europeia e a Itália admirada pela antiguidade e contribuições culturais à civilização, além de conjugar dois atraentes regimes: o fascismo e a monarquia.³⁵⁰ Laços de “raça” – a civilização latina – e econômicos – o braço italiano na lavoura nacional – obrigavam a Bahia a bem representar o Brasil ante a aparição real.³⁵¹ Como sintetizou *O Democrata*, a visita dos italianos e do São Paulo deveriam orgulhar os baianos por ter alta significação social e política, além de contribuir para o seu crédito de povo civilizado.³⁵² Góis Calmon declarou que, ao cumprir o dever designado pelo Brasil, a Bahia, “berço da nacionalidade brasileira e guardando suas tradições”, “saberá honrar a nação”, “honrando a si mesma”.³⁵³ A visita de Umberto di Savoia significava visibilidade para o Brasil entre as nações e para a Bahia dentro da nação.³⁵⁴

³⁵⁰ Alguns indícios da admiração que a Itália exercia sobre parcela dos brasileiros aparecem na *Ilustração Brasileira* dedicada à visita de Umberto di Savoia ao Brasil. *Ilustração Brasileira*, nº 48, agosto de 1924.

³⁵¹ *Diário Oficial da Bahia*, 13/9/1924; *O Democrata*, 14/9/1924; *Diário da Bahia*, 21/9/1924. Uma ideia do que era para um baiano de elite dividir o espaço com o príncipe europeu pode ser observada na descrição de um membro do Clube Bahiano de Tênis: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12/9/1924.

³⁵² *O Democrata*, 10/9/1924.

³⁵³ *Diário da Bahia*, 14/9/1924 e 15/9/1924. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 14/9/1924.

³⁵⁴ Minuta de telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 7/9/1924.



Figura 29 - Umberto di Savoia fardado e em continência a bordo do San Giorgio. Salvador, 15 de Setembro de 1924. Fonte: sítio do APM.

As fotos e o filme da recepção celebram a nacionalidade brasileira ao exibir a convivência entre suas elites civis e militares e as autoridades estrangeiras – símbolo do reconhecimento do Brasil pela Itália.³⁵⁵ Mas chegam a aparecer mulheres e homens negros e pobres, como marujos e soldados da polícia ou na população sorridente obediente atrás de singelos cordões de isolamento, sinal de que, na ocasião, não carecia de muita força para cada qual saber o seu lugar. Em imagens do convés do São Paulo, chegam a aparecer de modo inusitado, isto é, como integrantes de uma banda de *jazz* ou plateia e jogadores num ringue de boxe improvisado. Divertindo-se ou no desempenho de funções braçais, tais indivíduos, por sua cor, roupas e até poses, tencionam a imagem criada para as elites e a própria nação.

³⁵⁵ Essa caracterização, de Flávia Costa Cesarino, refere-se originalmente apenas ao filme e não às fotos. Mas acredito que as fotos podem ser incluídas nessa análise. COSTA, Flávia Cesarino. Figuras populares no documentário silencioso brasileiro. *Revista de La Asociación Argentina de Estudios de Cine y audiovisual*, n° 8, 2013. Disponível em: <http://www.asaeca.org>. Acesso em: 16/12/2013.



Figura 30 - Cônsul Joaquim Eulálio e tenente Alves de Souza posam sob os canhões do São Paulo, enquanto os marujos observam a cena. Setembro ou outubro de 1924. Fonte: sítio do APM.

As autoridades alteraram o cotidiano de Salvador para mantê-la sintonizada com as recepções aos visitantes. O governador, o prefeito e até a Associação Comercial liberaram os funcionários em certas ocasiões, como os desembarques e o dia de aniversário de Umberto di Savoia – quando a cavalaria e tropas do 19º BC circulavam pela cidade e se concentravam no porto. Os jornais estampavam informações diárias sobre os visitantes e a execução do programa de festas. A circulação pela cidade dos chefes das comitivas chamava a atenção, assim como a frequência dos marinheiros italianos nas ruas, cinemas e a um parque de diversões no Largo Dois de Julho. O mesmo seja dito dos navios ancorados nos portos, com as salvas de canhões e a iluminação da cidade durante a noite. As ruas e alguns prédios públicos de Salvador foram especialmente iluminados para a ocasião. Em foto batida na saída da missa no Bonfim, as camadas populares aparecem exprimidas entre o registro e o não-registro, nas bordas da foto mas curiosamente muito próximas do príncipe. Mas Umberto vinha escoltado pelo delegado Pedro Gordilho, corresponsável pelo esquema de segurança; chefe célebre pela truculência com que perseguia os cultos africanos e os trabalhadores em Salvador.³⁵⁶ Era preciso, com sua figura, garantir o cenário para a tradução, pelos baianos, da cordialidade brasileira a Umberto di Savoia, nobre cujo luto registrava a morte do avô Umberto I em função de atentado anarquista na Europa.

³⁵⁶ Pedro Gordilho era primeiro delegado auxiliar e substituía na ocasião o secretário de Segurança Pública, João Marques dos Reis, em missão política e policial no Rio de Janeiro, como visto. Sobre a perseguição de Pedro Gordilho aos candomblés, ver: LÜHNING, Angela. Acabe com este santo, Pedrito vem aí... *Revista USP*, nº 28, Dezembro de 95/Fevereiro de 96.



Figura 31 - O povo apareceu exprimido nessa foto da saída de Umberto di Savoia e de Góis Calmon da igreja do Bonfim. Logo atrás, veem-se Pietro Badoglio (com quepe, na esquerda), Atilio Bonaldi (cavanhaque) e Pedro Gordilho, de terno escuro à direita. Salvador, 14 de setembro de 1924. Fonte: sítio do APM.

A Botelho Film articulou imagens “posadas” e “naturais”, enquadrando numa determinada cronologia o registro de alguns eventos da viagem e a recepção em Salvador. Ao intertítulo “Já se avista a Bahia”, segue-se o lento movimento da câmara filmadora através do panorama da cidade visto a partir do mar, do Santo Antônio Além do Carmo à praça do Teatro. Apesar das reformas urbanas na região portuária, essa perspectiva privilegiava o conjunto arquitetônico colonial e imperial que cativou por décadas inúmeros viajantes. Acima do mar e através da colina, destacavam-se a catedral Basílica, Sé Primacial, Misericórdia, palácios da Câmara e Rio Branco, elevador e igreja da Conceição, mosteiro de São Bento e Forte de São Marcelo, além da nova Biblioteca Pública e do Mercado Modelo. Entretanto, apesar dos cortejos de automóveis irem do Comércio à Barra, as áreas filmadas após o desembarque foram as avenidas Sete de Setembro e Oceânica nos trechos das Mercês, Passeio Público, Vitória e Barra, áreas privilegiadas pelas reformas de Seabra e Antônio Moniz. No registro da Botelho Film, a Salvador “moderna” impunha-se à “colonial” cidade da Bahia.



Figura 32 - Fotógrafos e cinegrafistas registram a parada de Umberto di Savoia, Góis Calmon, Félix Pacheco e Artur Bernardes Filho no Cristo Redentor da Barra. Salvador, 13/9/1924. Fonte: sítio do APM.

Um aspecto significativo da visita foi a arrumação do palácio da Aclamação para as recepções e hospedagem aos visitantes. Góis Calmon mobiliou os aposentos do príncipe com peças de sua coleção particular de alfaias. Ao lado de azulejos trazidos de igrejas demolidas, os móveis eram uma expressão da riqueza, do gosto artístico e do interesse do governador na História da Bahia.³⁵⁷ Eram exibidos aos amigos e visitante da família em sua residência, o palacete do Caquende, frequentado por alguns intelectuais da época.³⁵⁸ No Aclamação, salas de espera, visitas e jantar, gabinete de trabalho e dormitório foram então redecorados com mais lustres, tapetes, mesas, camas, oratórios, cômodas – móveis baianos em jacarandá e vinhático dos séculos XVII, XVIII e XIX. Nas paredes, havia quadros de pintores italianos e baianos, como Presciliano Silva e Manoel Lopes Rodrigues, do acervo do governador e da pinacoteca do estado. No gabinete de trabalho, um quadro representava uma criança: Dom Pedro II. As pinturas de Presciliano Silva, a exemplo de *Oração da Tarde* e *Última Porta*, retratavam interiores de velhas igrejas da Bahia, reiterando evocações do catolicismo já ostensivamente penduradas, carregadas, presas e arrumadas em quase todos os lugares. Sobre as peças do mobiliário, havia oratórios, joias, baixelas em prata antiga, cristais e porcelanas europeias e orientais. No quarto reservado a Umberto di Savoia, os antigos quadros de santos e cenas cristãs, um lampadário de prata e um grande espelho

³⁵⁷ ROCHA, Carlos Eduardo. *Azulejaria da Casa Góes Calmon*. Salvador: Graf. Press. Color, 1993. s/p.

³⁵⁸ Um desses jovens intelectuais foi Edivaldo Boaventura. Sobre a disposição dos móveis no Palacete Góis Calmon e sua futura transformação em Museu do Estado, ver: BOAVENTURA, Edivaldo. *O Solar Góes Calmon*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2004, p. 6 e ss; BANCO SAFRA. *O Museu de Arte da Bahia*. Banco Safra: São Paulo, 1997, p. 11.

cercavam a mais importante peça do mostruário, pelo valor artístico e função a que foi destinada. Talhada em jacarandá, no século XVIII e em estilo Luís XIII, era a cama destinada a Umberto di Savoia e que pertencera ao Conde de Passé.³⁵⁹



Figura 33 - Cama reservada a Umberto di Savoia, século XVIII em estilo Luís XIII. Salvador, 1924. Fonte: sítio do APM.

Góis Calmon convidou os visitantes a conhecer tais dependências mesmo após o príncipe declinar de modo polido de seu uso. Isso demonstra que a arrumação dos aposentos era também uma exposição histórica. Pietro Badoglio e Félix Pacheco aprovaram o luxo dos apartamentos e declararam desejar conhecer as “reliquias artísticas” guardados nos velhos edifícios públicos e eclesiásticos de Salvador.³⁶⁰ Tocado em especial pela arte de Presciliano Silva, em quadros e na decoração de parede do Aclamação, Felix Pacheco comparou a arrumação dos aposentos do edifício com a do palácio Guanabara para receber os reis da Bélgica.³⁶¹

Num sinal de autoconfiança e das aspirações do novo governo da Bahia, Góis Calmon trouxe as peças de sua própria casa para criar o cenário íntimo e digno de Umberto di Savoia. Para os jornais, o conhecimento da história e dos tesouros artísticos de Salvador e Recôncavo eram um atestado da cultura, do bom gosto e das origens

³⁵⁹ *A Tarde*. 10/9/1924.

³⁶⁰ *A Tarde*. 12/9/1924; *Diário da Bahia*, 12/9/1924.

³⁶¹ *Diário da Bahia*, 14/9/1924. Presciliano Silva fora responsável pela decoração das paredes do palácio da Aclamação.

nobres de Calmon. Afonso de Taunay iria descrevê-lo como a encarnação de uma seleção natural quadrissecular entre senhores de engenhos e chefes civis e militares, indicando como manifestação de sua personalidade aristocrática o apuro com que organizou a exposição aos visitantes de 1924.³⁶² Isso sugere de certa forma que as peças do Aclamação eram uma exaltação à nobreza e à antiguidade dos próprios Calmon. Não por acaso, costuma lembrar-se que o governador herdou uma parte das peças e o gosto por tais coleções do pai adotivo, seu tio, Inocêncio Marques de Araújo Góis. Como sintetizou o *Diário da Bahia*, o conjunto revelava senso estético, erudição e nobreza familiar.³⁶³ As peças documentavam, através do gosto artístico, o cotidiano, os momentos festivos e a religião da aristocracia baiana da colônia e do Império. Evocavam uma imagem idealizada de uma época de riquezas e grandezas para a Bahia, um momento em que a Bahia era muito importante para o Brasil.



Figura 34 - Oratório do século XIX, jacarandá em estilo Dom João V, com crucifixos em jacarandá e prata. Foto de Voltaire Fraga. Salvador. Fonte: Bulletin of Pan American Union. Janeiro de 1948.

³⁶² TAUNAY, Afonso de. Uma grande figura brasileira. In PEIXOTO, Afrânio et alii (org.). *Góes Calmon in memoriam*. Rio de Janeiro, sem editora, 1933, p. 16 e 20.

³⁶³ BANCO SAFRA. *O Museu de Arte da Bahia*. São Paulo: Banco Safra, 1997, p. 5. *Diário da Bahia*, 14/9/1924. Estudando o Museu da Bahia em uma fase em que a coleção de Góis Calmon constituíam o seu principal acervo, Anadelia Romo afirmou que na instituição estava “toda a grandeza das fazendas de açúcar e da elite branca, sem qualquer pista dos trabalhadores negros e pardos, que proporcionaram suas riquezas e sua própria espinha dorsal”. ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? *Revista Afro-Ásia*, 39 (210), p. 142 e 146-147.

Amante requintado da História, Góis Calmon era sensível ao valor do patrimônio da Bahia, em sua residência ou à frente do governo do estado, pois restaurou e protegeu da demolição construções como o forte de Monte-Serrate e o convento de São Francisco de Assis.³⁶⁴ Consequentemente, os visitantes de 1924 conheceram sítios históricos da América Portuguesa e do Brasil Império, em Salvador e Recôncavo. Oficiais italianos e brasileiros foram à estrada de Camaçari, onde ficavam os campos de Pirajá e os restos mortais de Pedro Labatut.³⁶⁵ Nas lutas da Independência da Bahia em 1822-23, ocorreu ali um enfrentamento decisivo entre os soldados portugueses de Inácio Madeira de Melo e as tropas baianas de Pedro Labatut. As elites locais eram ciosas do papel dessa guerra para Independência do Brasil. No Rio de Janeiro em 1922, quando das comemorações do centenário do Sete de Setembro, Miguel Calmon afirmou que na Bahia a Independência recebera o “batismo de sangue” que a tornou “causa sagrada” de “todos os brasileiros”.³⁶⁶ Simbolicamente, os baianos conseguiram que a exposição do Centenário da Independência de 1922 fosse encerrada no dia 2 de Julho de 1823, reconhecimento de que na Bahia dera-se a conclusão da Independência proclamada no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O passeio em terra seria depois complementado por um giro pela Baía de Todos os Santos. Como na estrada de Camaçari, interessaram tanto as paisagens naturais como os aspectos históricos, como mostra a objetiva da Botelho Film. Nas margens que banham o Recôncavo, ficavam as centenárias plantações e engenhos de açúcar – além dos onipresentes templos católicos. Ali, havia começado a colonização portuguesa e a própria família do governador era proprietária havia quase três séculos do seu Engenho de Santo Antônio dos Calmon.³⁶⁷

Em Salvador, Pietro Badoglio e Félix Pacheco visitaram o forte de Monte-Serrate e os templos de São Francisco de Assis, Carmo, Bonfim e catedral Basílica, onde contemplaram a pintura decorativa, talha, azulejaria e a própria arquitetura colonial. Os laços entre Itália e Brasil foram lembrados no culto católico e numa cerimônia cívica no Carmo, com a participação de Umberto di Savoia e dos demais visitantes. O jovem Pedro Calmon propusera ao governador o depósito de flores diante do túmulo do Conde

³⁶⁴ TAUNAY, Afonso de. Uma grande figura brasileira, p. 21-22.

³⁶⁵ *Diário da Bahia*, 18/9/1924.

³⁶⁶ CALMON, Miguel. A Batalha de Pirajá. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 49, 1924, p. 223, 224 e 254.

³⁶⁷ TAUNAY, Afonso de. Uma grande figura brasileira, p. 27.

Bagnuolo, mercenário napolitano que lutou nas tropas espanholas contra a dominação holandesa em Pernambuco e na Bahia. O objetivo era agradecer àquele “legítimo precursor” de Giuseppe Garibaldi e mostrar ao príncipe “aspectos incomparáveis da nossa velha arte eclesiástica”.³⁶⁸ Nos discursos proferidos, insinuou-se a ideia da Bahia como a terra mais tradicional e a primogênita do Brasil. O próprio Pietro Badoglio afirmou que era significativo que aquela homenagem fosse realizada na Bahia, berço do Brasil, ao príncipe do Piemonte, berço da Itália.³⁶⁹



Figura 35 - As recepções a Umberto di Savoia em Salvador evocaram o catolicismo como um vínculo que unia Itália e Bahia na mesma raça latina. Missa ao príncipe na igreja do Bonfim. Salvador, 14/9/1924. Fonte: sítio do APM.

A riqueza do patrimônio histórico baiano inspirava apreciações e depreciações sobre a Bahia. Anadelia Romo indica a posição crítica ocupada no imaginário e na história nacional pelo estado, “alternadamente romantizado e denegrado, servindo como berço das tradições brasileiras e um símbolo embaraçoso do atraso do Brasil”.³⁷⁰ Seabra personificou a dramática tentativa de “civilizar” a Bahia, retirando-a do “atraso” fixado na arquitetura, nas ruas e nos costumes herdados do período colonial.³⁷¹ A partir do próprio bombardeio de Salvador em 1912, articulou-se com a imprensa, grupos empresariais (nacionais e estrangeiros) e com os adversários do situacionismo local para

³⁶⁸ Telegrama de Pedro Calmon a Góis Calmon. Sem data. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 9.

³⁶⁹ Era uma referência ao papel da elite piemontesa na unificação da Itália. A Visita do Príncipe do Piemonte ao Brasil, na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 49, 1924, p. 505 e 508.

³⁷⁰ ROMO, Anadelia A. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010, p. 1.

³⁷¹ LEITE, Rinaldo. *E a Bahia civiliza-se*, p. 27.

erguer, sobre os escombros de um patrimônio destruído, uma cidade em tese mais “arejada”, inspirada em centros “civilizados” e “progressistas” do país, basicamente o Rio de Janeiro – este mesmo resultante da tentativa de alcançar o padrão representado por Paris.³⁷²

Entretanto, anos mais tarde, Abel Bonnard, francês recebido por Góis Calmon, confessou, ao deixar o Rio de Janeiro em direção a Salvador, ansiar por ver a Bahia, pois “os brasileiros falam alegremente dela para provar que têm um passado”. Contava com a “velha cidade colonial” para satisfazer o desejo de experimentar “algo mais profundo” do que observara até sair do Rio de Janeiro.³⁷³ Igualmente, a mando do paraibano Assis Chateaubriand, Manuel Bandeira visitaria Salvador em preparação de um suplemento especial de um jornal carioca em 1927. “Estou apaixonadíssimo pela Bahia”, confessou em carta a Mário de Andrade. Impressionado com os numerosos sobrados da cidade, descreveu “solares de forte e sóbria linha senhoril com portas de pedra lavrada e brasonadas, batentes de madeira de lei com almofadões – onde moram pretinhas meretrizes e a gente pobre mais pobre deste mundo!”. Apesar de ter recebido aviso “amargo” sobre falta de luz e higiene, escreveu no jornal: “a gente mal pisou na cidade baixa e já se sente tão em casa como se ali fosse a grande sala de jantar do Brasil, recesso de intimidade familiar de solar antigo com jacarandás pesados e nobres”.³⁷⁴

Félix Pacheco também encantou-se com o patrimônio artístico da Bahia.³⁷⁵ Para o chanceler, as relíquias baianas eram o orgulho do brasileiro por constituir uma parcela notável de tudo o que até então pudera realizar o Brasil.³⁷⁶ A fé na capacidade de realizações era crucial na conjuntura de revoltas militares, vista como substituição de valores e renovação de processos políticos. Opondo os rebeldes aos que trabalhavam para o “saneamento” das “práticas administrativas” e “partidárias”, afirmou: “estamos numa curva decisiva do caminho e ou a nação se salva de vez [...] ou se afunda de modo quiçá irremediável nas desordens do negativismo”. Como as riquezas baianas alimentavam a fé no Brasil, “creio que estou assinalando sem querer, a esta farta e pródiga e legendária Bahia o elevadíssimo papel que lhe toca nesta hora de

³⁷² PINHEIRO, Eloísa Petti, *Europa, França e Bahia, difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: Edufba, 2011.

³⁷³ BONNARD, Abel. *Ocean et Bresil*. Flamarion, 1929, p. 199-200.

³⁷⁴ BANDEIRA, Manuel. *Crônicas da Província do Brasil*, p. 33-34.

³⁷⁵ *A Tarde*, 16/9/1924.

³⁷⁶ Mensagem de Félix Pacheco ao IGHB. *A Tarde*. 17/9/1924.

imprescindível conjugação de esforços, pelo bem do Brasil e pela regeneração da política nacional”.³⁷⁷

Antônio Risério notou como ao longo do tempo foi criado uma áurea mítica em torno de Salvador, “cidade imponente, paralisada, mas clara e fresca como o claustro azulejado da Igreja de São Francisco de Assis”. Não uma cidade rica e poderosa como o Rio de Janeiro ou Buenos Aires, mas “altiva, presa ao passado, com uma cultura e um estilo de vida próprios”. Como notou Stefan Zweig ao conhecê-la nos anos 1940, uma “rainha viúva”. “Rainha”, acrescentou Risério, “tão bem-sucedida em seus convites paradisíacos que geralmente conseguia ocultar, dos olhos que a contemplavam, a realidade de sua miséria e dos seus conflitos sociais”.³⁷⁸ Félix Pacheco esteve entre os que ignoraram ativamente as apreensões e o esforço de Góis Calmon em evitar uma revolta na Bahia em 1924: “foi realmente uma fortuna”, disse num banquete, “que a capital do país pudesse ter sido [...] substituída por outra grande cidade do litoral, *onde não chegaram nunca os ruídos do negativismo opiniático*”.³⁷⁹ Disfarçar o conflito era um modo de transmitir tranquilidade e poder em circunstância mais do que apropriada. Segundo a *Gazeta de Notícias*, a Bahia não constituía esteticamente um documento do progresso do Brasil. “Voltada às letras e à tradição”, entretanto, “recordava as velhas metrópoles universitárias seculares do Velho Mundo nas quais o passado deixou indelével o selo do prestígio”. A Bahia, então, honrava o Brasil pelos homens com quem Umberto di Savoia conviveu, como Félix Pacheco e Góis Calmon, que confirmou as “tradições aristocráticas” da sociedade brasileira.³⁸⁰

Para a alta sociedade e os Calmon, a estadia de Umberto di Savoia em Salvador era a oportunidade para honrarem essa tradição nos salões, tanto quanto nas ruas ou sítios históricos. Para as elites, bem receber ilustres visitantes era um atestado de riqueza e nobreza e foi frequente a referência à tradicional hospitalidade da Bahia. Em sugestões do despertar de uma época de glórias, isso fica claro nos comentários de imprensa sobre o baile do aniversário do príncipe do Aclamação. Segundo o representante de *A Tarde*, o edifício apresentava “ares majestosos”, com as luzes

³⁷⁷ Sessão Solene de Recepção do dr. Félix Pacheco. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 49, 1924, p.516-518.

³⁷⁸ RISÉRIO, Antônio. A Bahia com H. In REIS, José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 147-148; 158.

³⁷⁹ CALMON, Góis. *Mensagem à Assembleia Legislativa*. Salvador: Imprensa oficial o Estado, 1925, p. 9. Grifo meu.

³⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 25/9/1924.

especiais da fachada e dos jardins. Havia duas armações iluminadas, com o escudo dos Savoia e a bandeira da Itália. Entre ajuntamentos de populares e curiosos, passavam automóveis a conduzir os convidados. Obedientes às exigências do protocolo, eram recebidos no portão por membros do gabinete e da família do governador. Nos salões, uma elite conversava e era apresentada pela primeira dama da Bahia ao príncipe do Piemonte, recebido na entrada por uma chuva de flores lançadas por Maria dos Prazeres e Maria Constança, filhas de Góis Calmon. Uma cena chamou a atenção: “enquanto as meninas Góis Calmon ou as senhoras nascidas Góis Calmon fazem o descendente dos Savoia escolher um creme *panaché*, o próprio governador serve ao embaixador Badoglio”. Se no salão predominava a “policromia movediça” das vestes, das luzes e pinturas do palácio da Aclamação, nas varandas e nos jardins iluminados, homens e mulheres, em mesinhas, bebiam o champanhe “sem ruído”, bafejados pela brisa marinha do Passeio Público. Para o repórter, a recepção ia se caracterizando como “a solenidade principal de um programa improvisado para despertar de um passado secular os foros de capital de um vasto império que outrora brasonaram a Bahia”.³⁸¹



Figura 36 - Baile de aniversário de Umberto di Savoia no palácio da Aclamação. Veem-se Félix Pacheco, as filhas e esposa de Góis Calmon, além do governador, Atilio Bonaldi e José Maria Penido. Salvador, 15/9/1924. Fonte: sítio do APM.

A ideia de que os Calmon eram uma nobreza local portadora da missão de restaurar a Bahia em seu antigo prestígio – e até como fiadora da República – foi retomada após a partida da esquadra italiana e do São Paulo, quando Miguel Calmon

³⁸¹ *A Tarde*, 16/9/1924. Ver também a descrição do jazz no Clube Bahiano de Tênis: *A Tarde*, 18/9/1924; do jantar oferecido por Umberto di Savoia no San Giorgio: *Diário da Bahia*, 16/9/1924.

visitou Salvador em dezembro de 1924. O ministro foi recebido como o maior responsável pela restauração da Bahia.³⁸² O então senador Vital Soares apontou a política federal como sua área de atuação, na qual deveria dar continuidade à obra que realizara como ministro de Afonso Pena, no início do século, e agora de Artur Bernardes. Vital Soares associou a Bahia a uma imagem de solidez, obra dos Calmon, lembrando o papel do ministro da Agricultura e do irmão governador na conjuntura das revoltas tenentistas. “Ali [ao lado de Artur Bernardes] é que a Bahia, envaidecida, melhor revelará, em vós, um lídimo representante da velha raça dos seus pró-homens, um rebento viçoso da nobre estirpe, cujo tronco vetusto, enraizado em tradições gloriosas, resistentes às idades, ainda aqui se ergue de pé!”³⁸³

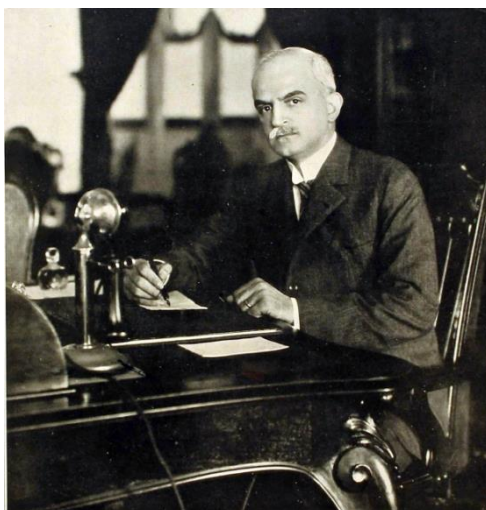


Figura 37 - Miguel Calmon, ministro da Agricultura. Rio de Janeiro. Fonte: *Ilustração Brasileira*. Junho de 1923.

Com rapidez, a ascensão de Góis Calmon mudou ao longo da escalada, deixando de representar a possibilidade de alinhamento entre Seabra e Bernardes. Acabou por consistir em restauração: uma ilustre e antiga família da açucarocracia afugentou o Cara de Bronze, aspirando impor-se no poder estadual defronte às outras facções que inclusive com aspirações particulares, eram historicamente ligadas à liderança de Rui Barbosa e do próprio Seabra. No plano nacional, os irmãos Miguel e Góis – para não falar do terceiro irmão Antônio Calmon – realinharam Salvador, isto é, a Bahia, com a capital federal, intimamente. Nem a morte de Rui em 1923 desolou o estado em

³⁸² *Diário de Notícias*, 1/12/1924.

³⁸³ SOARES, Vital. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Brito, 1929. Sem página. Ver também *Diário de Notícias*, 5/12/1924.

orfandade. Os Calmon, ao dividirem seu poder em família, podiam ser personagens para mais de um ritual sucessório: o funeral religioso do conselheiro Rui o comprova, o certame político aqui analisado também, assim como a recepção digna de um Savoia, e seu peso no plano intelectual e cultural. Também podiam exercer, na prática, funções abertas com o vazio deixado pelo ocaso da águia. Na espreita, ambiciosos, mas também ladinos, os irmãos Otávio e João Mangabeira podiam desempenhar bem alguns dos papéis antes cabidos a Rui Barbosa.

Seja como for, em tom de desabafo e crítica a Artur Bernardes, Medeiros Neto assegurou-lhe em fins de 1923 que, com os preparatórios que o Catete tomava para manutenção da candidatura Góis Calmon contra Seabra, “mais arraigada [é] a minha convicção de que vossa excelência convidando o Miguel Calmon para o seu ministro apenas esboçou o projeto agora em via de ser consumado: *a Bahia dos Calmon*”.³⁸⁴

³⁸⁴ Carta de Medeiros Neto a Artur Bernardes. 12/15/1923. AEL. FAB. MR 5. Grifo no original.



3

A Bahia dos Calmon

Esse capítulo tratará da participação da Bahia na sucessão presidencial de 1925-1926. Para isso, considera o que se passava na política do estado durante as negociações para a escolha do sucessor de Bernardes. Interessa igualmente o efeito sobre a Bahia do resultado das negociações, a posse de Washington Luís na Presidência. Para entender a atuação dos baianos no estado e na capital federal, deve-se perceber o contexto político e as relações entre Salvador e Rio de Janeiro. Como essa sucessão ocorreu sob influência de uma aliança entre Minas e São Paulo, o atual capítulo retoma brevemente as origens e descreve as características dessa aliança.

Na sucessão presidencial de 1921-22, Minas Gerais procurou São Paulo e Rio Grande do Sul para obter apoio à candidatura Bernardes, apresentada como reação às ameaças de constituição do Bloco do Norte sob liderança de Epitácio Pessoa e do encaminhamento da candidatura de Nilo Peçanha à Presidência. Além de incluir no começo o Rio Grande do Sul, a aproximação entre mineiros e paulistas não foi automática nem resultou da atualização de pacto anteriormente existente entre Minas e

São Paulo. Washington Luís esclareceu ao emissário do PRM que apoiaria Bernardes caso não houvesse movimento político favorável à indicação do seu próprio nome e caso os mineiros adotassem em seu programa de governo a criação do banco emissor como instrumento para a defesa do café. Satisfeitas tais condições, São Paulo aderiu ao nome mineiro.

Foi o desenrolar do processo sucessório que tornou mais firme esse acordo e dele excluiu o Rio Grande do Sul. Ao por em mira os governos de Minas Gerais e São Paulo, criticando-os como deturpadores da República e contrapondo-os ao Sul (Rio Grande do Sul) e ao Norte (Bahia e Pernambuco), a campanha da Reação Republicana contribuiu para consolidar a aliança então nascente entre mineiros e paulistas.³⁸⁵ Antes disso, os jornais da oposição, no começo, concentravam críticas em Minas Gerais, poupando São Paulo. Igualmente, Nilo Peçanha, ao retornar da Europa, procurou os paulistas para articular uma candidatura *tertius*. Ou seja, a aliança, no começo, não era encarada como natural pelos não alinhados a Bernardes. Entretanto, com a negativa de São Paulo, ficou evidente o eixo de sustentação da candidatura do governador de Minas Gerais. A partir de então, o discurso oposicionistas voltou-se mais explicitamente para ambos os estados, inclusive porque buscava certa neutralidade de Epiácio Pessoa. “No fundo”, resumiu Otávio Rocha sobre a oposição, “o ódio dessa gente é contra Minas e São Paulo”.³⁸⁶ Ciente de que os interesses paulistas estavam em jogo, Washington Luís permaneceu ao lado de Bernardes em momentos decisivos, como a ruptura dos quatro estados dissidentes; o episódio das cartas falsas;³⁸⁷ e a reunião no Catete entre Epiácio Pessoa e os próceres da candidatura mineira, momento delicado, quando corria a proposta do tribunal extraparlamentar para a apuração das eleições.³⁸⁸ Nesse dia, Minas Gerais quase perdeu o apoio do presidente e dos estados que orbitavam ao redor do Executivo. A reunião dividira-se em dois grupos, um favorável e outro contrário à

³⁸⁵ Carta de João Lima a Washington Luís. 18/7/1921. APESP. AWL. Caixa 258. Pasta 7.

³⁸⁶ Carta de Otávio Rocha a Washington Luís. 24/12/1921. APESP. AWL. Caixa 195. Pasta 3. Ver também: carta de Jônatas de Carvalho a Washington Luís. 20/7/1921. APESP. AWL. Caixa 258. Pasta 1.

³⁸⁷ Carta de Sampaio Vidal a Washington Luís. 22/5/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1.

³⁸⁸ Comentários *a posteriori* sobre a repercussão da atitude de Washington Luís na reunião do Catete aparecem nas primeiras publicações de imprensa sobre a sucessão presidencial: *O Jornal*, 6/1/1925; 8/1/1925. Raul Soares enviou previamente a Washington Luís a cópia da carta de Artur Bernardes a Arnolfo Azevedo, em que o primeiro nega-se a aceitar a ideia do tribunal. Uma vez mais, Washington Luís apoiou Bernardes. Cópia da carta de Artur Bernardes a Arnolfo Azevedo. 29/4/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 2; minuta de carta de Washington Luís a Raul Soares. 3/5/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 2; telegrama de Artur Bernardes a Washington Luís. ?/5/1922. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 3.

renúncia de Bernardes. Portanto, Washington Luís e seus representantes foram cruciais na sucessão presidencial para a vitória do candidato mineiro.

Graças a tal desempenho, São Paulo conquistou prestígio³⁸⁹ e formou-se a expectativa de que Washington Luís sucederia no futuro Bernardes.³⁹⁰ Após a força oposicionista manifesta na campanha da Reação Republicana, a urgência de uma poderosa aliança entre Minas Gerais e São Paulo impregnou a confecção da plataforma do novo governo, a ocupação de postos no Ministério e no Congresso Nacional, a relação entre Bernardes e os governos mineiro e paulista. Restava indefinido o ponto delicado da sucessão presidencial de 1926.



Figura 38 - Fernando Melo Viana, governador de Minas Gerais, recebe no palácio da Liberdade o ex-governador de São Paulo, Washington Luís. Belo Horizonte, 1926. Fonte: sítio do APM.

Encontrei indícios na imprensa e na correspondência diplomática de que a propaganda e a derrota da Reação Republicana deram lugar à versão de que a República havia décadas era controlada por aliança entre Minas Gerais e São Paulo. Os políticos e jornalistas da oposição divulgaram tal ideia, que parecia confirmada pela vitória de

³⁸⁹ Apenas a título de exemplo, ver as fontes seguintes: Telegrama de Artur Bernardes a Washington Luís. ?/9/1921. APESP. AWL. Caixa 121. Pasta 2; telegrama de Nine Pinheiro a Washington Luís. ?/3/1922. APESP. AWL. Caixa 191. Pasta 1; carta de Frederico Dias Batista a Washington Luís. APESP. AWL. Caixa 191. Pasta 1; carta de Otávio Rocha a Washington Luís. 8/5/1922. APESP. AWL. Caixa 195. Pasta 3. Carta de Alberto Assunção a Washington Luís. 4/6/1922. APESP. AWL. Caixa 239. Pasta 1. Telegrama de Cipriano Lage a Washington Luís. APESP. AWL. Caixa 239. Pasta 1; carta de Pádua Rezende a Washington Luís. APESP. AWL. Caixa 239. Pasta 1; carta de Wenceslau Braz a Washington Luís. 8/5/1924. APESP. AWL. Caixa 199. Pasta 1; *A Folha*. 14/11/1923.

³⁹⁰ Essa crença é bem difusa, mas aparece em alguns documentos. Ver: Carta de Deocleciano Martyr a Washington Luís. ?/3/1922. Caixa 191. Pasta 1; carta de Mariano Chagas a Washington Luís. 18/10/1922. Caixa 233. Pasta 2; Department of State. Division of Latin-American Affairs. 22/8/1922. AEL. ADEB. MR 5.

Bernardes. Confeccionada para a disputa partidária e facciosa, a tese encontrava respaldo no peso econômico e político de cada estado e na preponderância de mineiros e paulistas na ocupação da Presidência da República. Entretanto, pressupunha uma pouco provável identidade permanente de interesses entre São Paulo e Minas Gerais.³⁹¹ Conforme visto, o atual trabalho avança os desdobramentos do trabalho de Cláudia Viscardi para a história política da Bahia.³⁹² Portanto, parte da crítica à existência dessa identidade. A tese do café com leite tornar-se-ia prato cheio para o folclore político e foi nutrido por textos e imagens da imprensa dos anos 20.³⁹³

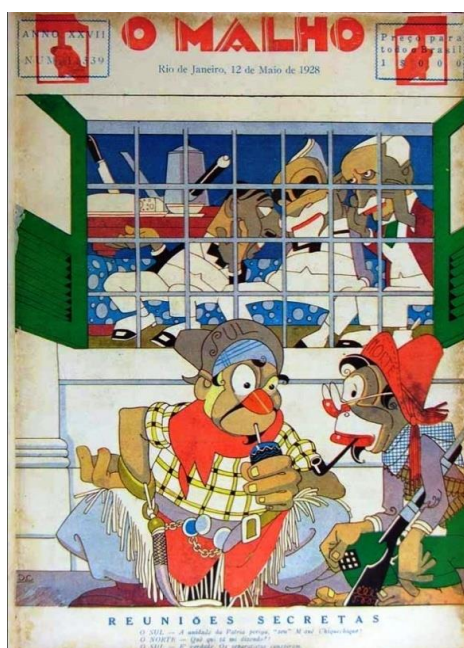


Figura 39 - Inspirando cuidados num gaúcho e num nortista, Júlio Prestes (governador paulista), Washington Luís (presidente da República) e Antônio Carlos (governador mineiro) conspiram contra a unidade do país ao sabor do café com queijo. Fonte: *O Malho*, 12/5/1928.

Tensões do governo Bernardes

Seguindo-se à tensa campanha eleitoral e posse de Bernardes, o desenrolar do processo dos revoltosos e dos casos estaduais em 1923 pouco contribuiu para aliviar a delicada conjuntura. Ameaçando deflagrar conflitos armados, os casos do Rio de Janeiro, Bahia e

³⁹¹ Tais elementos encontram-se nas seguintes fontes: *O Imparcial*, 20/6/1921; 21/6/1921; 22/6/1921; 24/6/1921; Embaixada do Rio de Janeiro, Department of State. Division of Latin-American Affairs. 22/8/1922. AEL. ADEB. MR 5. PEÇANHA, Nilo. *Política, economia e finanças. Campanha presidencial (1921-1922)*.

³⁹² VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*.

³⁹³ *O Vidente Míope*, de Luiz Antônio Sima e Cássio Loredano, traz outros desenhos de J. Carlos com charges alusivas à política do café com leite.

Rio Grande do Sul absorveram a atenção de Bernardes e repercutiram no STF e no Congresso Nacional. Sedimentando entre a elite política a base do presidente mineiro, o último caso foi encerrado com a posse no governo da Bahia de Góis Calmon. Mas três meses depois sobreveio a revolta de São Paulo em 1924, com repercussões em estados distantes regional e geograficamente, como Sergipe, Mato Grosso, Pará e Amazonas. Na capital federal, desbarataram-se pequenas conspiratas e rebelou-se a guarnição do couraçado *São Paulo*, recém-chegada da missão de boas-vindas ao príncipe Umberto di Savoia em Salvador. Em outubro, Juarez Távora, Luís Carlos Prestes e João Alberto rebelaram-se no Rio Grande do Sul, deixando o estado em abril do ano seguinte para encontrar-se no Paraná com os comandados de Isidoro Dias Lopes, vindos de São Paulo. Batidos por tropas legalistas, rumariam para Mato Grosso, Minas Gerais, atingindo o Norte em novembro de 1925. Ainda que não chegasse às capitais – com exceção de Teresina, a coluna despertou ansiedade, incentivando intencionas no Rio de Janeiro, Recife e Aracaju.³⁹⁴

Levantando suspeitas de articulação com os rebeldes, militava no Parlamento a “esquerda”, uma minúscula, mas aguerrida, oposição, egressa em parte da Reação Republicana. Na Câmara, era constituída, entre outros, por Batista Luzardo e Plínio Casado, do Rio Grande do Sul e Adolfo Bergamini e Azevedo Lima, do Distrito Federal. No Senado, destacavam-se Barbosa Lima, pernambucano e representante do Amazonas; Lauro Sodré, do Pará e Antônio Moniz e Moniz Sodré, cujo chefe, J. J. Seabra, encontrava-se em exílio na Europa à espera do término do mandato de Bernardes para retornar ao Brasil. Na tribuna do Congresso Nacional ou na redação do *Correio da Manhã* – ressurgido em maio de 1925 sob direção de Moniz Sodré,³⁹⁵ os senadores baianos denunciaram supostas arbitrariedades do governo, inclusive maus

³⁹⁴ Sobre a situação no Piauí, ver: Carta de Felix Pacheco a Artur Bernardes. 23/11/1925 e Resposta da bancada piauiense defendendo o governador Matias Olímpio das agressões do general João Gomes. AEL. FAB. MR 17. Intencionas em Recife: *O Jornal*, 23/4/1925; telegrama de Gomide ao General Santa Cruz. 14/4/1925. AEL. FAB. MR 21; telegrama de Sérgio Loreto a Artur Bernardes. 15/4/1925. AEL. FAB. MR 5. Inquietação em Salvador: telegrama de Góis Calmon a Miguel Calmon. 2/10/1925; maceió: telegrama do coronel Trajano ao Ministro da Guerra. 9/9/1925. AEL. FAB. MR 21; Paraíba: consulado de Recife, 10/2/1926. AEL. ADEB. MR 6; Rio de Janeiro: *Gazeta de Notícias*, 9/1/1925; 13/1/1925; 14/1/1925; 7/5/1925; 31/7/1925. *O Jornal*, 3/5/1925. *Diário de Notícias*, 6/5/1925; São Paulo: Consulado de São Paulo, despacho nº 239 de 23/5/1925. AEL. ADEB. Tentativa de 2ª revolta em São Paulo, 1925. AEL. FAB. MR 28.

³⁹⁵ Edmundo Bittencourt, antigo diretor, foi preso por ocasião do levante de julho de 1922. Mário Rodrigues, seu substituto, foi condenado a um ano de prisão por difamações contra Eptácio Pessoa. Em agosto de 1924, o jornal foi fechado sob acusação de imprimir folhetos revolucionários. LEAL, Caros Eduardo. Verbete do *Correio da Manhã*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 30/3/2014.

tratos a presos políticos das ilhas ou embarcações ancoradas na Baía Guanabara e da Clevelândia, cuja então recente conversão de colônia agrícola em correccional havia sido patrocinada pelo ministro da Agricultura, Miguel Calmon. Como indica Carlo Romani, a criação da colônia correccional fora uma tentativa de afastar os presos políticos da capital federal e dos recursos ao Judiciário.³⁹⁶ Fora na campanha da Reação Republicana e nos anos difíceis do governo Bernardes que começou a duradoura relação entre o órgão de imprensa e os quatrocentões Moniz da Bahia. O *Correio da Manhã*, como já foi visto, alinhara-se politicamente a Rui Barbosa, morto em 1923. Agora, dirigido por Moniz Sodré, beneficiava-se de suas imunidades parlamentares enquanto consolidava a aliança com a outra ala da política da Bahia. Paulo Bittencourt, filho de Edmundo Bittencourt, assumiria em julho a direção da folha, desposando, anos depois, Niomar Moniz, colunista política e filha de Moniz Sodré.³⁹⁷ As denúncias citadas integravam uma estratégia em que a oposição procurava atuar de modo unificado, incluindo a defesa do voto secreto, anistia aos rebeldes e oposição à reforma da Constituição.³⁹⁸

Houve momentos e lugares de calma, mas grassavam temores suficientes para justificativas oficiais para extensões e prorrogações de estados de sítios para Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, Sergipe, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.³⁹⁹ Em 15 de novembro de 1924 – sempre um dia histórico para a República, os governadores lançaram manifesto convocando os sediciosos a reintegrarem-se no regime da legalidade. Em tal expressão de apoio político ao Catete, puseram os seus elementos de combate à disposição de Bernardes.⁴⁰⁰ Com o suporte jurídico e político, executavam-se prisões, detenções e deportações de suspeitos, além de restrições ao direito de reunião e de censura nos meios de informação, já cerceados pela lei de Imprensa Adolfo Gordo (1923).⁴⁰¹ Bernardes monitorava cartas e telegramas de adversários ou aliados que tratassem de temas

³⁹⁶ A oposição era quem procurava tais recursos em defesa dos presos políticos. Após deixar o Ministério, Miguel Calmon defendeu-se no Senado contra as acusações de responsabilidade nas mortes ocorridas na Clevelândia. ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*. Vol. 6, n. 3, p. 501-524. Sobre as denúncias da oposição, ver *Correio da Manhã*, 21/5/1925; 22/5/1925; 27/5/1925; 9/6/1925.

³⁹⁷ *Correio da Manhã*, 29/5/1925 e 15/6/1925.

³⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, 1/5/1925; *O Jornal*, 1/5/1925; 24/7/1925.

³⁹⁹ O estado de sítio para os estados citados foram prorrogados em abril para todo o ano de 1925. *Diário de Notícias*, 23/4/1925.

⁴⁰⁰ *Diário Oficial da União*, 15/11/1924, p. 24252.

⁴⁰¹ Guimarães Natal, ministro do STF, considerava a Lei de Imprensa uma violação à liberdade de manifestação do pensamento contida na Constituição Federal. *O Jornal*, 7/1/1925.

delicados, como os rebeldes, a revisão constitucional e a sucessão presidencial. Segundo o *Times*, de Londres, o serviço de espionagem no Brasil era “ativo” e “eficiente”,⁴⁰² havendo agentes da polícia cariocas a investigar diariamente os passos de parlamentares opositores, inclusive Antônio Moniz e Moniz Sodré.⁴⁰³

Dificuldades financeiras do governo Bernardes

Como explica Winston Fritsch, a crise não era só política, mas financeira, isto é, uma combinação de desequilíbrio fiscal, baixa cambial e grande dívida de curto prazo do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil. O débito fora contraído na gestão de Epitácio Pessoa para a cobertura de *déficits* do orçamento federal, decorrentes de choques causados sobre as finanças brasileiras pela recessão que se seguiu ao *boom* do imediato pós-guerra.⁴⁰⁴ Nas palavras do ministro da Fazenda, Sampaio Vidal, a dívida era um “monólito formidável” que “pesa e tolhe” os movimentos do Executivo.⁴⁰⁵

Em 1921, na plataforma que leu no Rio de Janeiro, Bernardes elaborou uma engenhosa política de acomodação de interesses. Anunciou a implantação do programa de defesa nacional e perene do café, reivindicação de São Paulo. Distante de Santos, mas em armazéns construídos no interior do estado paulista, o governo federal, através de um instituto, estocaria as sacas colhidas. Com a retenção do produto, defenderia os cafeicultores das oscilações do mercado consumidor e financeiro e das manobras prejudiciais de intermediários estrangeiros. Os proprietários do café estocado receberiam adiantamentos para cobrir despesas entre a estocagem do produto e a sua venda em Santos. Para isso, o Banco do Brasil seria transformado em banco central com privilégio emissor, com o lastro constituído em um terço por títulos comerciais e em dois terços por ouro do Tesouro. Com o lastro e o poder de emissão, a instituição

⁴⁰² Ver as seguintes interceptações: Telegrama de Paulo Gome ao General Santa Cruz. 14/4/1925. AEL. FAB. MR 21; telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. 30/6/1925. AEL. FAB. MR 21. telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. Sem data. MR5; telegrama de Ubaldino de Assis a Melo Viana. Sem data. AEL FAB; carta de Paulo a Barbosa Lima. Agosto de 1925. AEL. FAB. MR 5. *Times*. 15/12/1924. A matéria traduzida foi publicada em *O Jornal*, 10/01/1925.

⁴⁰³ Ver os documentos avulsos de investigação policial no microfilme nº 6 e nº 28 do Fundo Artur Bernardes do Arquivo Edgard Leuenroth. Segundo *Gazeta de Notícias*, a 4ª Delegacia do Distrito Federal, na qual serviam os agentes citados, encontrou em março de 1925 explosivos na residência de Barttlet Gorge James, ex-deputado federal gaúcho e integrante da Reação Republicana. *Gazeta de Notícias*, 3/3/1925.

⁴⁰⁴ Sobre os choques econômicos e financeiros do primeiro pós-guerra, ver: FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica.

⁴⁰⁵ VIDAL, Sampaio. *Relatório do Ministério da Fazenda de 1923*, p. XII-XIII *apud* FRITSCH, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, p. 720.

interferiria no mercado financeiro para baratear o crédito, incentivando a rede bancária privada a conceder empréstimos aos cafeicultores. Na prática, a tal intervenção viria através de empréstimos ou – se necessário – de emissão. Os próprios títulos dos armazéns poderiam ser empregados como lastro para a emissão em favor dos produtores. Por sua vez, a dívida do Tesouro junto ao Banco do Brasil seria *em parte* saudada com a entrega do ouro para a constituição do lastro. O órgão ainda seria empregado para gerenciar a valorização e estabilização do câmbio em padrão-ouro, meta prioritária de Artur Bernardes.⁴⁰⁶

Música para os ouvidos do Nordeste, as obras da IFOCS não seriam paralisadas. Encomendadas a empresas estrangeiras em época de baixa cambial, consumiram, no triênio de Epitácio Pessoa, cerca de 30% das despesas do rico Ministério da Viação e Obras Públicas e, no biênio 1921-22, 15% do orçamento total da União. O ex-presidente da República, agora senador pela Paraíba, aprovava, um dia antes da posse de Bernardes, o orçamento de oito grandes barragens e açudes em estados do Nordeste.⁴⁰⁷ Gastos públicos eram centrais para o desequilíbrio orçamentário e conseqüentemente para a crise financeira, mas a plataforma concentrou esperanças em medidas com efeitos de médio ou longo prazo, como investimento na produção exportável ou voltada para o mercado interno. Para o curto prazo, advogou ações como o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária e em especial reformas nos mecanismos de controle e execução orçamentária. Como será visto, a busca por tais reformas seria usada por Artur Bernardes para justificar alterações na Constituição de 1891. Na plataforma, a revisão fora deixada em aberto para atrair as oposições da Bahia e do Rio Grande do Sul.⁴⁰⁸

Contudo, o avanço do quadriênio revelaria a fragilidade do arranjo. Com tais compromissos, o Tesouro via-se impossibilitado de honrar as obrigações da dívida flutuante, em grande parte concentrada no Banco do Brasil. Em decorrência, o governo

⁴⁰⁶ FRITSCH, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, p. 720-722.

⁴⁰⁷ Só o Ministério da Fazenda possuía verba maior do que o da Viação e Obras Públicas. Chamara-se Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas até 1906, quando foi reformado pelo titular, Miguel Calmon. As empresas estrangeiras eram Dwight P. Robinson, C. H. Walker e Norton Griffiths. Os gastos da IFOCS para o triênio Epitácio Pessoa estão em: RIO, Pires do. *Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1922*, p. 585. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014. No sítio do IBGE, há dados relativos aos gastos dos ministérios por ano para o mesmo período. Ver Despesa da União por Ministério. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1/3/2014. A referência aos 15% do total do orçamento da União encontra-se em LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*, p. 195.

⁴⁰⁸ BERNARDES, Artur da Silva. *Plataforma de Candidato à Presidência da República*. In BARBOSA, Francisco de Assis. *Idéias Políticas de Artur Bernardes*. Senado Federal, Brasília; casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1984, p. 199, 204 e 205.

ficava limitado em sua capacidade de simultaneamente financiar a defesa do café e gerenciar a valorização e estabilização cambial. Em 1923, o ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, anunciou cortes no orçamento da IFOCS. Privilegiando a Paraíba e o Ceará, estados de Epiácio Pessoa e do sogro do ministro, teriam continuidade as obras em fase de conclusão e quatro das nove barragens projetadas: Orós e Poço dos Paus (Ceará), além de Pilões e Gargalheiras (Rio Grande do Norte). Haveria mais gastos com a execução e manutenção de outras benfeitorias (açudes, estradas de rodagem, ferrovias e portos), mas, desconsiderando a inflação, a verba do ano, com a paralisação de vários trabalhos, reduziu-se a 30% da média gasta anualmente na gestão de Epiácio Pessoa.⁴⁰⁹ Em 1924, Artur Bernardes extinguiu a caixa especial de financiamento do IFOCS e retirou de sua administração portos e as ferrovias em tráfego e construção no Nordeste. Ao invés de um enorme fundo de financiamento (composto de empréstimos, percentagem da receita e taxas federais, como instituíra Epiácio Pessoa), o órgão teria de sobreviver com verbas solicitadas pelo ministro da Viação ao da Fazenda.⁴¹⁰

No começo de 1925, sob justificativa da obstrução da votação da lei de meios no Senado, graças a manobra dos Moniz e de Barbosa Lima, Bernardes decretou a suspensão das obras públicas de todos os ministérios para o ano, atingindo em cheio os projetos contra as estiagens nordestinas. Por essa ocasião, exibia-se nos cinemas do Rio de Janeiro *O Nordeste Brasileiro*, película encomendada pela IFOCS e que retratava os costumes e as grandes obras de combate às secas do Ceará.⁴¹¹ Com o decreto, os jornais governistas e oposicionistas discordavam se cabia ao governo ou à oposição a responsabilidade pelo decreto de estagnação das obras do Nordeste.⁴¹² Em meio à polêmica, Francisco Sá justificou o decreto pela manobra oposicionista de Barbosa Lima e dos Moniz e condenou a ideia de se empregar, para a continuação das obras, qualquer alternativa, em especial as emissões do Banco do Brasil. Tentou acalmar os ânimos aduzindo à futura retomada dos trabalhos e à situação do operariado das frentes

⁴⁰⁹ Sá, Francisco. *Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1923*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.

⁴¹⁰ Decreto nº 16.403, de 12 de março de 1924.

⁴¹¹ Ver a programação dos cinemas cariocas nos jornais publicados em janeiro de 1925, exemplo: *O Jornal*, 14/1/1925. Dados obre a película podem ser encontrados no sítio da Cinemateca Brasileira. Disponível em: <http://www.cinemateca.gov.br/>. Acesso em: 19/3/2014.

⁴¹² O vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo, tentou esquivar-se da acusação de corresponsabilidade no caso. Para a versão governista do episódio, ver *Gazeta de Notícias*, 2/1/1925; 8/1/1925; 9/1/1925; 17/10/1925. Para a versão oposicionista, ver: *O Jornal*, 8/1/1925, 10/1/1925, 11/1/1925; 13/1/1925; 13/1/1925.

de trabalho, para além daquela quadra de intranquilidade pública.⁴¹³ Entretanto, como observou o historiador Robert Levine, não era por acaso que se assistiu então ao aumento do bandoleirismo nos sertões, inclusive ao ascenso da violenta carreira de Lampião, iniciada em 1923.⁴¹⁴ De um modo ou de outro, a verba da IFOCS para 1925, já congelada, equivaleria a 30% da de 1923. Em decorrência, os governos nortistas – inclusive o da Bahia – assumiram as obras federais, o que sugere propensão a reconhecer as dificuldades financeiras e de atenuar os seus efeitos.⁴¹⁵

Em fevereiro, no entanto, Assis Chateaubriand, diretor de *O Jornal*, procurou o conterrâneo Eptácio Pessoa para tratar de ameaça ainda mais séria: a autorização dada pelo Congresso ao Executivo para alienar as instalações e o maquinário da IFOCS. Na entrevista, o senador defendeu os aspectos políticos, econômicos e até humanitários das realizações federais no Nordeste. Observou que a compra no exterior mais o transporte e a instalação dos equipamentos haviam consumido a maior parte do capital já investido pela inspetoria. Esclareceu como os detalhes da autorização da venda das máquinas revelavam o intuito de impossibilitar o recomeço dos trabalhos em época futura e mais favorável. Afinal, como seria possível retomar os trabalhos no Nordeste com o desaparelhamento da IFOCS? A entrevista ecoou nos jornais e em rodas políticas, dando lugar entre fevereiro e abril a debate aceso entre o senador, o inspetor federal da IFOCS e Sampaio Correia, senador carioca e autor da emenda de autorização das vendas.⁴¹⁶

Paralelamente, São Paulo cedia terreno em face da política restritiva do Catete. Em 1923, apoiou Bernardes na intervenção federal no Rio de Janeiro, um sacrifício para conservar Arnolfo Azevedo, Sampaio Vidal e Cincinato Braga em seus respectivos postos, salvando o esquema de defesa do café e a aliança com Minas Gerais. O governo bandeirante havia declarado publicamente ser contrário a intervenções nos estados, tanto a Bernardes quando às duas facções fluminenses em luta e que procuravam obter o

⁴¹³ *Gazeta de Notícias*, 11/1/1925. Sobre o impacto dos investimentos em obras contra secas no mundo do trabalho antes do triênio Eptácio Pessoa, ver: CASTRO, Lara de. *Avalanches de Flagelados*. Fortaleza: DNOCS/BNB, 2010.

⁴¹⁴ LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 195.

⁴¹⁵ SÁ, Francisco. *Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1925*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014. *Diário da Bahia*, 22/1/1925; 28/1/1925 e 21/2/1925.

⁴¹⁶ Ver as edições de fevereiro e março de *O Jornal*, em especial os dias: 12/2/1925, 14/2/1925 e 17/2/1925.

seu apoio.⁴¹⁷ Em meio a acusações de que o aparelho regulador do mercado cafeeiro contribuía para a baixa cambial e ao lado de resistência de outros estados no Parlamento,⁴¹⁸ os paulistas começaram a sentir as consequências políticas e econômicas de recuos do Catete, entre eles a alteração do projeto do Instituto do Café, ocasionando fortes divergências em seu próprio estado.⁴¹⁹ Com a queda imediata dos preços, entretanto, Bernardes reagiu com a execução (informal) do novo programa.⁴²⁰ “Para realização do programa econômico financeiro, nada de divergências com a política federal, mas, sobretudo, nada de divergências na política paulista”, esclareceu Washington Luís a Cincinato Braga no final de 1923. Com igualdade de forças e unidos, calculou ele, “São Paulo e Minas podem realizar o programa necessário à grandeza do Brasil. Dividido São Paulo, passará ele a ser o companheiro insignificante, subordinado que se domina ou se despede”.⁴²¹

Mas o esquema não sobreviveu às consequências, seja do insucesso na obtenção de um empréstimo externo, seja das revoltas de 1924. Antes dos motins, o Banco do Brasil mostrou-se incapaz de financiar o programa, em parte por causa da dívida vigente do Tesouro Nacional. Bernardes procurou então um empréstimo em Londres para consolidar o débito, como fez Seabra com o Banco Econômico da Bahia em 1923. Os recursos liquidariam as obrigações federais e fortaleceriam o Banco do Brasil para a defesa do café e a política de valorização-estabilização cambial. No começo do ano, através da Missão Montagu, os ingleses estudaram *in loco* a situação econômica e financeira do país e sugeriram, em trocas da liberação dos recursos, alterações na política econômico-financeira do Catete. Entre as sugestões, destacam-se o abandono da política de defesa do café e maior controle sobre a elaboração e execução orçamentárias, além de restrições sobre as dívidas externas de estados e municípios. O governo aceitou muitas sugestões, reveladoras da diversidade de interesses entre os estados aliados, mas

⁴¹⁷ Minuta de carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 8/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; minuta de carta de Washington Luís a Carlos de Campos. 10/1/1923. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1; minuta de carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 17/4/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1;

⁴¹⁸ Carta de Sampaio Vidal a Washington Luís. 27/8/1923. APESP. Caixa 258. Pasta 2.

⁴¹⁹ Carta de Sampaio Vidal a Washington Luís. 13/7/1923. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1; telegrama de Cincinato Braga a Washington Luís. 28/12/1923; cópia de Telegrama de Washington Luís a Sampaio Vidal. 29/12/1923. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1.

⁴²⁰ Telegrama da Associação Comercial do Estado de Santos a Sampaio Vidal. 21/6/1923. APESP. AWL. Caixa 194. Pasta 2; telegrama da Associação Comercial de Santos a Artur Bernardes. APESP. AWL. 21/6/1923. Caixa 194. Pasta 2.

⁴²¹ Minuta de Telegrama de Washington Luís a Cincinato Braga. 4/11/1923. APESP. AWL. Caixa 232. Pasta 1. Ver também: carta de Cincinato Braga a Washington Luís. 25/10/1923. APESP. Caixa 232. Pasta 1.

as negociações foram suspensas devido à proibição inglesa de lançamento de títulos estrangeiros em Londres.⁴²² Pouco tempo depois, em consequência das revoltas, o Banco do Brasil emitiu em grande quantidade para cobrir os gastos com a restauração e manutenção da ordem pública e socorrer os bancos particulares, prejudicados pelo bloqueio das operações com São Paulo. Bernardes adotou então a política deflacionista preconizada por um grupo de parlamentares em que se destacavam Aníbal Freire, deputado por Pernambuco, e Antônio Carlos, deputado e líder de Minas Gerais. Em fins do ano, transferiu a responsabilidade pela política de defesa do café para o estado de São Paulo. Com isso, desvinculava o governo federal e o Banco do Brasil do esquema de valorização, como solicitou a Missão Montagu. Sampaio Vidal e Cincinato Braga foram exonerados do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil. O primeiro foi substituído por Aníbal Freire e o segundo pelo gaúcho James Darcy.⁴²³

Na Bahia dos Calmon

Como visto no capítulo anterior, na Bahia, ao final de 1924, crescia a discordância em torno do número de correntes em que deveria ser organizada a nova situação criada com a queda de Seabra. Para os Calmon, deveria haver três correntes: os Calmon; CRB; os ex-seabristas (liderados por Frederico Costa). Para a CRB, duas: ela mesma e os Calmon somados a Frederico Costa. O desentendimento decorria da maneira como fora solucionado o processo sucessório e manifestava interesses conflitantes acerca do papel cabido a cada liderança facciosa no novo cenário da Bahia. Caso fosse aceita a fórmula dos Calmon, os irmãos Miguel, Góis e Antônio teriam condições para chefiar o estado, graças ao direito à organização de uma corrente própria, ao lado da titularidade do governo e do Ministério da Agricultura. Em tal hipótese, haveria um espaço igual cedido aos ex-seabristas e outro às lideranças da CRB, entre as quais Otávio Mangabeira, Pedro Lago, Geraldo Rocha, Simões Filho e demais que por anos antagonizaram Seabra. Aliás, como a CRB era menos propensa que os Calmon para negociar com Frederico Costa, os concentristas corriam maior risco de ficarem em situação de isolamento em futuras disputas. Caso fosse aceita a fórmula da CRB, tais lideranças teriam um espaço maior, igual ao dos Calmon, que teriam de dividir metade

⁴²² FRITSCH, Winston. *Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930*, p. 53-54.

⁴²³ FRITSCH, Winston. *Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930*, p. 55. Ver também: *O Jornal*, 1/1/1925.

das posições com os quadros de Frederico Costa. Portanto, os Calmon seriam obrigados a organizar-se em subcorrente.

Como lembrou João Mangabeira a Góis Calmon, tal discordância impedia a criação de um partido oficial, o que perpetuava a tensão e a imprevisibilidade como traços da política baiana.⁴²⁴ Mesmo depois de 1924, a cada eleição, nem sempre era fácil saber com a devida antecedência a quem caberia os cargos em questão, dando margem a surdas suspeitas e temores. Quando em disputa, cada ator era levado a mover recursos contra os rivais e isso explica as acusações mútuas de desmandos e deslealdade, além das intromissões de Bernardes. Na Bahia e no Rio de Janeiro, os atritos ameaçavam enfraquecer a autoridade estadual ou ofereciam oportunidades para adversários avançarem interesses contra o situacionismo estadual. A rixa entre os Calmon e a CRB, ainda que de bastidor, prejudicava a articulação entre Salvador e Rio de Janeiro.

Na virada de 1924 para 1925, começaram as articulações para a escolha dos candidatos à Assembleia Legislativa. As eleições seriam as primeiras do gênero depois da queda de Seabra e por isso consistiam em oportunidade estratégicas para a consolidação de posições das forças do novo situacionismo.⁴²⁵ Como visto acima, os concentristas pleiteavam metade das cadeiras e a presidência do Senado. Ocorreram os inevitáveis atritos, Góis Calmon tentou excluir da chapa oficial alguns nomes indicados pela CRB e, em réplica, Otávio Mangabeira instruiu Simões Filho a obstá-lo com a ameaça de cisão.⁴²⁶ No final, prevaleceu certo equilíbrio, pois a Câmara foi dividida em três partes e o Senado em dois, com Frederico Costa mantendo a presidência da Assembleia Legislativa. Absorvendo ex-seabristas na Câmara, os Calmon ficaram com 19 cadeira, a CRB com 14 e Frederico Costa, 9. No Senado, a primeira e a segunda correntes ficaram cada qual com 3 nomes, enquanto, como ex-seabrista, só entrou 1, Frederico Costa. Da corrente dos Calmon saiu o líder do governo no Senado (Vital Soares) e a presidência da Câmara (Celso Spínola); a CRB apontou o líder do governo na Câmara (Salomão Dantas). Portanto, nessa primeira rodada, os Calmon firmaram a posição de líderes da política da Bahia.⁴²⁷ Após a composição da chapa, a CRB

⁴²⁴ Minuta de Telegrama de João Mangabeira a Góis Calmon. 28/12/1926. FPC/CMB. AOM. 4799 e 951.

⁴²⁵ Minuta de Carta de Otávio Mangabeira a Artur Bernardes. ?/11/1924. FPC/CMB. AOM. 1970.

⁴²⁶ Minuta de Telegrama de Otávio Mangabeira a Simões Filho. 1925. FPC/CMB. AOM. 11.

⁴²⁷ *Diário da Bahia*, 12/1/1925; carta de Francisco Rocha a Góis Calmon. 24/9/1924. FPC/APEB. AFMGC. Pasta 8. *A Tarde*, 6/4/1925.

manifestou publicamente em Salvador e no Rio de Janeiro o regozijo pelo acerto no critério empregado por Góis Calmon para a composição da chapa.⁴²⁸ “A chapa estadual concretiza a política de concórdia em torno dos governos do estado e da República por que tanto nos batemos”, declarou Otávio Mangabeira a Virgílio de Lemos.⁴²⁹ Paralelamente, as correntes começaram as tratativas para a recriação do Partido Republicano da Bahia a fim de habilitar o estado para uma atuação mais decisiva nas *démarches* para a escolha do sucessor de Artur Bernardes. Entretanto, não houve avanço.⁴³⁰

Assim, ao lado das brigas e ameaças de cisões, havia também a ansiedade por um novo partido. Além disso, os baianos cuidavam de acautelar a ruptura ou ao menos disfarçar os desentendimentos domésticos, para evitar explorações de rivais ou adversários da Bahia, sobretudo no Rio de Janeiro. Por exemplo, no primeiro semestre de 1925, os deputados federais da CRB pouco chegados aos Calmon iniciaram movimento para indicar Mangabeira para a liderança da Bahia na Câmara, em vaga aberta com a morte de Virgílio Lemos. Dada a origem do movimento e considerando que esse era um cargo cuja indicação cabia ao governador e não à bancada, trata-se de um gesto de indisciplina contra Góis Calmon. Entretanto, em carta ao governador, Mangabeira demonstrou respeitosamente o intuito de retirar de sua escolha o caráter de uma ofensa, indicando que só aceitaria o cargo caso o destinatária a aprovasse.⁴³¹ E de fato, o governador atendeu à solicitação e referendou o seu nome.⁴³² Logo depois, Pedro Lago e os deputados federais baianos reuniram-se na casa de Miguel Calmon para oficializar a escolha e enviar a aguardada mensagem de congratulação e solidariedade ao governo da Bahia.⁴³³ Em outro episódio, que em junho tomou os jornais no Rio e Salvador, Antônio Moniz e Moniz Sodré denunciaram no Senado irregularidades na execução do contrato entre o Tesouro e o Banco Econômico da Bahia. Em resposta, Góis Calmon lançou o repto: os cofres públicos seriam analisados por peritos; havendo irregularidades, ele renunciaria; não havendo, Antônio Moniz renunciaria ao Senado. Sob comando de Pedro Lago, a delegação baiana cerrou fileiras em torno do governo da Bahia. Esse e outros episódios foram úteis para estreitar a coesão na bancada federal

⁴²⁸ *Diário da Bahia*, 17/1/1925. *O Jornal* ironizou as publicações, ver: *O Jornal*, 17/1/1925.

⁴²⁹ Telegrama de Otávio Mangabeira a Virgílio de Lemos. 1925. FPC/CMB. AOM. 4532.

⁴³⁰ *A Tarde*, 29/4/1925.

⁴³¹ Minuta de Telegrama de Otávio Mangabeira a Góis Calmon. 1926. FPC/CMB. AOM. 1646.

⁴³² Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 6/5/1925. FPC/CMB. AOM. 1364.

⁴³³ *A Tarde*, 7/5/1925 e 9/5/1925.

situacionista e entre essa e os Calmon.⁴³⁴ Por ocasião das negociações no Rio de Janeiro para a escolha do sucessor de Artur Bernardes, Otávio Mangabeira e a CRB já atuavam sob a chefia de Miguel Calmon.

Situação política de São Paulo

Os desentendimentos entre São Paulo e o Catete em matéria de finanças ou tributos, nas gestões de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, ilustram que ao estado interessava a influência sobre a política econômica do governo federal, como meio de conservar ou maximizar lucros da economia cafeeira.⁴³⁵ Igualmente, são ressalva à opinião de Joseph Love, para quem São Paulo logrou tal influência sem o controle dos ministérios e das presidências da República. Essa opinião baseia-se na riqueza e na dinâmica da economia paulista como fatores que possibilitavam o lançamento de empréstimo no exterior e o exercício de autonomia frente ao Executivo.⁴³⁶ Com a ressalva, esse capítulo demonstra que São Paulo foi obrigado a sacrifícios para a conservação da aliança com o Catete, com vista nas eleições presidenciais de 1926.

Ante a iminência de reorientação da política financeira e das demissões de Sampaio Vidal e Cincinato Braga, São Paulo declarou que não aceitaria o abandono da defesa do café sem antes consultar os líderes do PRP. Consequentemente, confirmadas as mudanças, esperava-se uma ruptura entre o estado e o Catete, mas a cautela foi a resposta dos Campos Elísios. Bernardes convencera os paulistas de que as demissões seriam um caso pessoal e não político, com promessas de conservação do amparo ao café – o que não cumpriria. Em acréscimo, solicitou indicação para o Ministério da Fazenda e o da Justiça – esse último vago com a nomeação de João Luís Alves para o STF. O governador de São Paulo, Carlos de Campos, diante de tais iniciativas, decidiu conservar a aliança, sem atender às solicitações de nomes, como meio de sinalizar esfriamento de relações e evitar o aprofundamento de cisão existente no PRP. Para completar, publicou carta de apoio a Sampaio Vidal e Cincinato Braga.⁴³⁷

⁴³⁴ Moniz fez suas declarações no *Correio da Manhã* depois no Senado. *Correio da Manhã*, 10/6/1925; *A Tarde*, 25/6/1925.

⁴³⁵ Winston Fritsch, Cláudia Viscardi e os documentos aqui analisados deixam isso patente. VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 41.

⁴³⁶ LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.

⁴³⁷ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 20/1/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Carlos de Campos a Washington Luís. 21/2/1925. APESP. Caixa 241. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Carlos de Campos. 8/3/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1. A carta de apoio de Carlos de Campos

Ao mesmo tempo, São Paulo preparou-se para a eventualidade de precisar arrostar o Catete nas eleições de 1926. Carlos de Campos declarou em reunião do PRP que o estado só poderia ter um candidato, Washington Luís (então na Europa). Com a missão de obter adesões àquela candidatura, Lacerda Franco, senador, receberia a chefia da representação paulista no Rio de Janeiro. Além disso, haveria trabalho para superar a divisão existente na política estadual, através da reintegração dos “coligados” ao PRP. Chefiados pelo ex-governador Altino Arantes e o capitalista Olavo Egídio de Souza Aranha, os “coligados” haviam rompido com Washington Luís por altura da sucessão estadual de 1923.⁴³⁸ Ao preço de tal cisão – que incluía a tradicional família Rodrigues Alves, o governador impusera a candidatura Carlos de Campos, encarada como garantia de conservação do pacto político e financeiro entre São Paulo e o Catete.⁴³⁹ Por sua vez, Lacerda Franco estava descontente por seu afastamento inopinado da presidência do partido e pela atuação do presidente interino, Dino Bueno. A indicação para a chefia da representação paulista atenuaria tal descontentamento e contrastaria a autoridade de Herculano de Freitas, líder de São Paulo na Câmara dos Deputados e colaborador de Bernardes no afastamento de Sampaio Vidal e Cincinato Braga.⁴⁴⁰ Trava-se de um esforço para superar divisões e atritos que envolviam a cúpula do PRP, isto é, a comissão diretora, Carlos de Campos, Arnolfo Azevedo, Herculano de Freitas e o presidente do partido, Washington Luís.⁴⁴¹

Como soava de ocorrer na I República, as dificuldades assim vinham por ocasião das eleições – no caso, da câmara e do senado de São Paulo. Antes, em fevereiro, uma nota do PRP anunciara a reintegração de Altino Arantes e Olavo Egídio, enviando mensagem de solidariedade a Bernardes.⁴⁴² Entretanto, nesse mês, simples mal-entendido em torno da demissão voluntária de Washington Luís da presidência do partido levantou suspeitas de Carlos de Campos e Lacerda Franco em relação a Arnolfo Azevedo.⁴⁴³ Ideia de Azevedo, a renúncia possibilitaria a transferências do cargo a

a Sampaio Vidal e Cincinato Braga foi publicada em *Gazeta de Notícias*, 2/1/1925. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2330 de 7/1/1925. AEL. ADEB.

⁴³⁸ LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*, p. 162.

⁴³⁹ Carta de T. M. a Washington Luís. 25/1/1923. APESP. AWL. Caixa 232. Pasta 3; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 18/10/1923. APESP. Caixa 188. Pasta 1; minuta de Telegrama de Júlio Mesquita a Washington Luís. 15/11/1923. APESP. AWL. Caixa 198. Pasta 1.

⁴⁴⁰ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 20/1/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1;

⁴⁴¹ Carta de Cardoso a Washington Luís. 25/1/1925. APESP. AWL. Pasta 190. Caixa 1.

⁴⁴² *Diário da Bahia*, 17/2/1925; *O Jornal*, 3/3/1925; *Gazeta de Notícias*, 27/2/1925

⁴⁴³ Carta de Carlos de Campos a Washington Luís. 21/2/1925. APESP. Caixa 241. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 15/3/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

Lacerda Franco e tornaria mais discreto o afastamento de Herculano de Freitas da chefia da delegação paulista no Rio de Janeiro. Da Europa, Washington Luís, ao aceita-la e demitir-se antes da devida combinação com os demais próceres, provocou, no estado e na capital federal, mal-estar e a crença de que discordava da reintegração dos coligados no PRP. No mês seguinte, exigências feitas pelos coligados por ocasião das negociações para a composição da chapa irritaram gravemente Carlos de Campos.⁴⁴⁴ Diante da tentativa de atendê-los e de uma série de intrigas, Arnolfo Azevedo ameaçou romper publicamente com o governador e o PRP, renunciando à presidência da Câmara dos Deputados. Recuou graças aos conselhos de amigos e do próprio Washington Luís.⁴⁴⁵

A revisão constitucional e a sucessão presidencial

Como resposta à crise financeira e política, Bernardes gestava a reforma da Constituição. Na plataforma de 1922, reconheceu que a iniciativa não cabia ao Executivo, mas apresentou publicamente a ideia na mensagem de abertura do Congresso Nacional em 1924. Declarou estar convencido após um ano de governo de ser a revisão o único meio de remover males urgentes. Atribuiu o histórico desequilíbrio orçamentário do Brasil aos preceitos constitucionais que regiam a relação entre Legislativo e Executivo. Citou a necessidade de proibir a reeleição de governadores e obrigá-los a prestar anualmente esclarecimentos sobre a vida financeira dos estados à União. Quanto ao Judiciário, declarou a necessidade de criar tribunais regionais de segunda instância, alegadamente para “desafogar” o STF. Mostrou igualmente a inconveniência da amplitude na doutrina existente do *habeas corpus*, cunhada por Rui Barbosa e que dava lugar à ocorrência de inúmeros pedidos ao Judiciário.⁴⁴⁶ Por fim, aconselhou a restrição à liberdade de comércio e aos direitos de estrangeiros com vistas

⁴⁴⁴ Carta de Plínio Godoy a Arnolfo Azevedo. 4/4/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

⁴⁴⁵ Carta de Plínio Godoy a Arnolfo Azevedo. 4/4/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Carlos de Campos. 8/3/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Carlos de Campos. 3/4/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 4/4/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 5/4/1925. APESP. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 13/4/1925. APESP. Caixa 188. Pasta 1; carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 6/5/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

⁴⁴⁶ Sobre o conceito de Rui Barbosa acerca do *habeas corpus*, ver Beatriz Nazareth. *História das ideias jurídicas no Brasil: O dispositivo do habeas corpus (1891-1926)*. Niterói, UFF, 2009 (Ciências Jurídicas e Sociais, dissertação de mestrado). Sobre o pedido de *habeas corpus* por parte de prostitutas do Rio de Janeiro, ver: PEREIRA, Cristina Schettini, “*Que Tenhas teu Corpo*”. *Um História Social da Prostituição no Rio de Janeiro das Primeiras Décadas Republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

a dotar o governo de recursos legais para em casos de emergência debelar a carestia de vida e expulsar forasteiros envolvidos em protestos ou revoltas.⁴⁴⁷

Bernardes evitou tratar ou detalhar certos aspectos da reforma por ele almejada. Entrevistado por *O Paiz*, justificou só os pedidos para a proibição das “caudas orçamentárias” e a permissão do veto parcial – os mais aceitáveis. Caudas orçamentárias eram gastos paralelos introduzidos pelos parlamentares na lei de orçamento enviada pelo Catete. Com a proibição, os parlamentares não poderiam mais inserir na lei de orçamento dispositivo estranho ao projeto enviado pelo Executivo. Com a aprovação, o governo teria a faculdade de vetar uma ou outra prescrição de projetos aprovados no Congresso Nacional. Inclusive, uma das coisas que poderiam ser barradas eram as caudas orçamentárias. Finalmente, Bernardes explicou a conveniência de proibir a aprovação de leis ordinárias que implicassem na criação de despesas sem designar receita. Essas medidas convergiriam decisivamente para aumentar o crédito do país no exterior ao dar aos credores a certeza da continuidade administrativa em matéria de finanças. Aliás, a mensagem do presidente atendia em pontos capitais às sugestões do relatório Montagu.⁴⁴⁸

Em 1925, em outra entrevista a *O Paiz*, Bernardes encontrou um ambiente mais propício para tratar diretamente dos tópicos políticos. Falou exclusivamente das revoltas e dos dois anos anteriores e concluiu apelando para a revisão como meio de fortalecer o poder público naquele cenário de intranquilidade.⁴⁴⁹ Na leitura da mensagem ao Congresso Nacional, apresentou a reforma como alternativa ao emprego do estado de sítio para a manutenção da ordem. Tratou dos mesmos assuntos mencionados acima, embora mais clara e detalhadamente. Por exemplo, classificou a autonomia dos estados como excessiva e prejudicial às finanças da União. Condenou o excesso de direitos individuais, considerando-os entraves à marcha do governo em defesa da ordem. Chegou a acenar tanto com a pena de morte quanto com o ensino religioso, o que reanimou os padroeiros do reatamento entre Igreja e Estado.⁴⁵⁰ Em carta a Monteiro Lobato, escrita após o motim de São Paulo, revelou o desejo de reintroduzir o voto

⁴⁴⁷ BERNARDES, Artur. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1924*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.

⁴⁴⁸ A Tarde, 15/5/1924; *O Paiz*, 24/6/1924.

⁴⁴⁹ *O Paiz*, abril de 1925. Publicada em *Jornal do Commercio*, 28/6/1925 e BARBOSA, Francisco de Assis. *Idéias Políticas de Artur Bernardes*.

⁴⁵⁰ BERNARDES, Artur. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1925*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.

cenitário no Brasil. Como revelou a Azevedo, planejava abrir caminho para reformas mais radicais pela quebra do encanto da Carta Magna.⁴⁵¹

Ciosas de seus direitos, as elites política e jurídica suspeitavam de Bernardes. Antes de se tornar governador na Bahia, Góis Calmon declarou em entrevista não poder opinar sobre a revisão em face da ditadura vigente no Brasil. Epitácio Pessoa apontou a inconveniência de tal iniciativa sob vigência do estado de sítio e conseqüente cerceamento das liberdades, pois a revisão exigia debate amplo, direito à expressão e à realização de reuniões públicas. A opinião de que não era conveniente a realização da reforma naquela conjuntura de exceção e instabilidade disfarçava o cuidado de conservar prerrogativas inscritas no ordenamento vigente no federalismo republicano. Isso fica cristalino na opinião de Guimarães Nata, ministro do STF. Revisionista como Epitácio Pessoa, acreditava que a ocasião era inoportuna, pois as precauções contra os revoltosos poderiam resultar em transigências do Legislativo com o Executivo na limitação de direitos e da esfera do Judiciário.⁴⁵²

Exemplo semelhante vinha de São Paulo. Em 1923, Arnolfo Azevedo resistiu ao intuito de Bernardes de alterar a Constituição para criar tribunais de segunda instância e reduzir o prazo de funcionamento do Parlamento.⁴⁵³ Em 1924, horrorizou-se ao ver a primeira versão do projeto, elaborada em sigilo por Herculano de Freitas e Artur Bernardes.⁴⁵⁴ Enviando-a reservadamente a Washington Luís, criticou as emendas, vistas como uma destruição da estrutura jurídica que garantira a riqueza de São Paulo, embora reconhecesse sua contribuição para a ruína financeira de outras unidades da federação.⁴⁵⁵ Após tomar conhecimento da opinião desfavorável de Washington Luís, Bernardes expôs em carta os argumentos da mensagem e das entrevistas de *O Paiz*. Entretanto, Washington Luís só alegou ser inoportuna a revisão, em face do reaparecimento da questão militar e da crise financeira. Para ele, a reforma traria mais perturbações, pois dividiria o país, colocando os indivíduos em campos distintos, de acordo com suas ideias acerca das emendas à Constituição. Como, no Brasil, não havia

⁴⁵¹ Minuta de Carta de Artur Bernardes a Monteiro Lobado. 6/9/1924. AEL. FAB. MR 20.

⁴⁵² Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 10/10/1923. AOM. 1347; telegrama de remetente desconhecido ao jornal *Diário* (Porto Alegre). 23/5/1925. AEL. FAB. MR 6; *A Tarde*, 16/5/1925. A opinião de Guimarães Nata pode ser encontrada na série de artigos públicos em *O Jornal*, 7/1/1925; 7/1/1925; 31/1/1925; 19/2/1925; 2/4/1925; 19/6/1925. Fez parte da campanha do jornal contra Bernardes a divulgação de opiniões semelhantes a essas, tanto de políticos como de jurícos.

⁴⁵³ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 28/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

⁴⁵⁴ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 6/6/1924. Caixa 188. Pasta 1.

⁴⁵⁵ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 8/6/1924. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

partidos políticos organizados em torno de ideias ou eficientes para disciplinar o eleitorado, além da divisão – já muito inconveniente –, os indivíduos frustrados pela reforma engrossariam a fileira da oposição, criando mais agitações contra a Presidência. “Depois”, alertou, “uma revisão em estado de sítio é quase um golpe de Estado”.⁴⁵⁶ Em nova carta, entretanto, Artur Bernardes reafirmou o seus planos, mostrando-se “profundamente convencido de que qualquer revisão constitucional que se projete para o futuro poderá vir tarde demais para evitar grandes desgraças ao nosso país”.⁴⁵⁷

Em 1924, o presidente planejou organizar no Rio de Janeiro uma convenção de governadores para articular apoios à reforma.⁴⁵⁸ As revoltas impossibilitaram-no, ao mesmo tempo em que arraigaram a certeza da conveniência e da urgência das emendas. Essa certeza é atestada pela maior liberdade para detalhar os tópicos polêmicos na mensagem e em entrevista de 1925. Começava então o penúltimo ano do seu mandato, o país ainda não estava completamente pacificado e cedo começariam as demarques para a escolha do candidato oficial às eleições presidenciais de 1926. Caso houvesse disputa, como ocorreu em 1921-22, havia chances de o problema agravar o delicado quadro nacional e prejudicar a aprovação das emendas à Constituição. Caso não houvesse, a escolha do sucessor enfraqueceria a autoridade de Bernardes, em especial se ele fosse, em matéria constitucional, conservador – como Washington Luís.

Para garantir a revisão, Bernardes valeu-se de recursos legais e enorme poder recebido dos aliados. Além do estado de sítio, empregado para evitar agitações graves, recebera para solucionar o problema sucessório a delegação de poderes de Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Pará. Como indicou Viscardi, as oligarquias regionais eram contrárias à monopolização da escolha do candidato oficial pelo Catete. O presidente participava das negociações entre as elites estaduais para a escolha do candidato e ao final legitimava-o, tendo, assim, o poder de veto – mas não o de escolher sozinho o candidato.⁴⁵⁹ Com Bernardes, houve uma situação muito peculiar: o direito do presidente de escolher o sucessor foi não só aceita, mas também a garantia de que não ocorreria em 1925-26 o drama de 1921-22. De certa forma, houve uma inversão de papéis: o presidente escolheria o nome e os estados o

⁴⁵⁶ Minuta de carta de Washington Luís a Artur Bernardes. 10/10/1924. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 3.

⁴⁵⁷ Carta de Artur Bernardes a Washington Luís. 15/10/1924. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 2.

⁴⁵⁸ A Tarde, 18/6/1924.

⁴⁵⁹ Ver em especial o capítulo de *O Teatro das Oligarquias* sobre a sucessão de Rodrigues Alves.

legitimariam. Para Otávio Mangabeira, trava-se de um aspecto “agradável” do problema sucessório. “Um presidente, que tem sofrido tanto, e que, ao serviço da ordem, o que equivale a dizer das instituições e da Pátria, soube arrastar os ódios e o perigo, resignado e heroico”, avaliou o baiano, “merece que se lhe dê autoridade para influir, do modo mais direto, na escolha de seu sucessor”. Como notaria mais tarde José Maria Belo, pernambucano e correspondente especial da folha soteropolitana *A Tarde*, Bernardes era, para a elite política que o cercava, menos uma criatura humana do que o símbolo da ordem civil – imagem igualmente empregada por Cristiano Machado.⁴⁶⁰ O presidente, entretanto, usou tais poderes para aplinar as resistências de aliados e opositores à reforma da Constituição. No começo de 1925, comunicou-lhes que o problema da sucessão só seria solucionado após o encaminhamento do projeto revisionista ao Congresso. Em carta a Washington Luís, pediu-lhe que não voltasse da Europa no período essencialmente política em que entrava o Brasil. O ex-governador atendeu-o.⁴⁶¹

Após elaborar o anteprojeto com Herculano de Freitas, Bernardes convocou em junho reuniões entre senadores e líderes das bancadas aliadas para discuti-lo no palácio do Catete. O objetivo era chegar a um acordo com os aliados para blindar a tramitação das emendas contra as resistências da opinião pública e dos parlamentares opositores, além da má vontade de coligados recalcitrantes.⁴⁶² Assim, o projeto já entraria na Câmara e no Senado com a garantia de apoio de membros da maioria. Constituiu-se então a Comissão Parlamentar dos 21, integrada pelos líderes das bancadas dos estados e presidida por Herculano de Freitas e Augusto Viana do Castelo, líder de Minas Gerais.⁴⁶³

Para fortalecer a Presidência, o anteprojeto restringia liberdades públicas e subtraía poderes e prerrogativas de estados, Parlamento e STF. Regulamentava e alargava consideravelmente os casos de intervenção federal.⁴⁶⁴ Qualquer poder público estadual ou municipal poderia solicitá-la para assegurar o livre exercício de suas prerrogativas. Daria lugar a intervenções a violação de princípios constitucionais da União, não definidos na Constituição de 1891, mas agora desdobrados em mais de dez

⁴⁶⁰ Carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Rezende. 27/7/1925. FPC/CMB. AOM. 4797; *A Tarde*, 24/8/1925 e 5/10/1926. Carta de Cristiano Machado a Artur Bernardes. 5/6/1925. AEL. FAB. MR 23.

⁴⁶¹ Carta de Artur Bernardes a Washington Luís. 30/1/1925. APESP. AWL. Caixa 201. Pasta 1.

⁴⁶² *O Jornal*, 27/6/1925.

⁴⁶³ *Correio da Manhã*, 27/6/1925.

⁴⁶⁴ *O Jornal*, 7/7/1925.

alíneas, entre elas a proibição da reeleição de governador. O governo federal poderia intervir contra estados que não pagassem por mais de dois anos os seus débitos. Com isso, atendia-se a uma das reivindicações da Missão Montagu e regularizava-se o tipo de intervenção que Rui Barbosa e a CRB tentaram sem sucesso contra Seabra, na virada de 1922 a 1923.⁴⁶⁵ Pela primeira vez, haveria os seguintes casos em que o governo poderia intervir sem requisição dos outros poderes: insolvência financeira, para assegurar a integridade nacional e repelir invasão estrangeira ou de um estado sobre outro. Ao passo que quebrava privilégios fiscais dos estados, transferia-lhes parte da autonomia dos municípios.⁴⁶⁶

Proibia as caudas orçamentárias. E mais: sempre que os parlamentares não votassem dentro do prazo a lei de meios ou a fixação dos efetivos militares, prorrogar-se-iam o orçamento e a fixação vigentes. Além disso, conforme solicitado na Mensagem ao Congresso, seriam proibidas as leis ordinárias que criassem despesa extra eram obrigadas a indicar a fonte para a receita. O presidente solicitou a introdução do veto parcial, com o qual teria a faculdade de recusar parte dos dispositivos de projetos de lei aprovados pelo Parlamento. Sem ele, como visto, os parlamentares poderiam introduzir paralelamente preceitos de seu interesse em leis cuja aprovação era necessária ao Catete. A um só tempo, tais medidas limitavam o poder de barganha dos parlamentares e eliminavam algumas casas do desequilíbrio orçamentário, fator importante da crise vigente e que restringia os movimentos do Executivo.⁴⁶⁷ Bernardes ainda solicitava a diminuição do prazo de funcionamento do Congresso. Considerando-o propício a agitações políticas, pensara em proibir o direito de prorrogar sessões após os quatro meses previstos na Constituição. Recuou, no entanto, contentando-se em inserir no anteprojeto restringir a prerrogativa de cinco para dois meses. Portanto, o presidente governaria por seis meses e meio sem o assédio dos deputados e senadores.⁴⁶⁸

Envolvido na sucessão presidencial (1921-22) e no desenrolar dos casos estaduais (1923), o Judiciário teria limitado o poder de intervenção no processo eleitoral e em casos de intervenção federal. Em casos de eleições federais e estaduais, seria proibido de receber recursos contra verificação de atas, reconhecimento, posse e legitimidade de

⁴⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, 28/6/1925. Emendas número 1, 2, 3, 4, 48, 50.

⁴⁶⁶ *Gazeta de Notícias*, 28/6/1925. Emendas número 5 e 50.

⁴⁶⁷ BERNARDES, Artur. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1924*. Disponível em: Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.

⁴⁶⁸ *Gazeta de Notícias*, 28/6/1925. Emendas número 6, 10, 14, 17, 25, 29, 30, 31.

perda de mandato. Em intervenções, só poderia atuar para solicitar tal medida para o cumprimento de leis ou sentenças federais. Com exceção desse caso, casos de intervenção federal ou eleições estaduais e nacionais seriam resolvidos exclusivamente entre o Executivo e o Legislativo. Conforme Bernardes pediu na mensagem, seriam criados tribunais regionais de segunda instância, desafogando ou talvez subtraindo privilégios do STF. Ao limitar o Supremo, o anteprojeto entrou a cercear mais decisivamente as liberdades públicas, em especial de estrangeiros ou brasileiros naturalizados. O *habeas corpus* seria limitado aos casos de prisão e restrição ao direito de locomoção causadas por ato ilegal. O STF ou qualquer outro tribunal não poderia receber recursos contra decretação de estado de sítio ou tomar conhecimento dos atos do Executivo e do Legislativo durante sua vigência.⁴⁶⁹

Foram esses tópicos do anteprojeto que consternaram Arnolfo Azevedo. O projeto encontrou resistência e ganhou uma versão mais tênue após encontros no palácio do Catete.⁴⁷⁰ Ao contrário do desejo Bernardes, o deputado Otávio Mangabeira, expressando aspiração dos próprios parlamentares governistas, recusou-se a aceitar que a assinatura para a apresentação do anteprojeto na Câmara dos Deputados correspondesse à aceitação de todas as emendas nele contidas. Os próprios aliados resguardavam o direito de em plenário combaterem emendas com as quais não concordassem.⁴⁷¹ Após a apresentação na Casa, o projeto recebeu propostas de emendas de muitos aliados e opositores, parte das quais alterando seu espírito ou comprometendo sua aprovação. O *Correio da Manhã* informou ter sido aos gritos que Herculano de Freitas, em reunião sigilosa em sua casa, tentou convencer a Comissão dos 21 da impossibilidade de se aceitar as novas emendas. Entretanto, bem mais tumultuada foi a sessão da Câmara dos Deputados em que foi denunciada a ilegalidade da reunião da comissão numa residência particular. No entanto, essas e outras dificuldades manifestavam a agitação do ambiente pelas especulações ao redor da escolha do sucessor de Bernardes.⁴⁷²

Desde o começo de 1925, órgãos de oposição na capital federal e nos estados exploravam as contradições do quadro político. *O Jornal*, o mais ativo, publicou

⁴⁶⁹ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 28/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1. *Gazeta de Notícias*, 28/6/1925. Emendas número 40, 49, 56 e 68.

⁴⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, 28/7/1925 e 29/7/1925.

⁴⁷¹ *Correio da Manhã*, 23/7/1925.

⁴⁷² *Correio da Manhã*, 20/8/1925.

material sobre a alteração da política financeira e suas duas principais consequências: cortes no programa de combate às secas e transferência da defesa do café para o estado de São Paulo. Os debates em torno do assunto foram por meses alimentados pela publicação de entrevista ou textos de Sampaio Vidal, Cincinato Braga, Epitácio Pessoa, Arrojado Lisboa e Sampaio Correia.⁴⁷³ Posteriormente, Assis Chateaubriand enviou notas de São Paulo caracterizando a crise de numerários ali provocada pelo bloqueio dos descontos no Banco do Brasil.⁴⁷⁴ Foram publicados trechos e polêmicas de *Pela Verdade*, memórias de Epitácio Pessoa, não por acaso lançadas no começo 1925. O livro trazia uma versão própria do seu governo e sucessão, desagradando os chefes de Minas Gerais.⁴⁷⁵ “A pedidos” produzidos na própria redação levantavam as candidaturas de Washington Luís, Melo Viana (governador mineiro), Epitácio Pessoa, Borges de Medeiros e membros do Ministério, inclusive Miguel Calmon.⁴⁷⁶ Consciente de que Bernardes recebera delegação de poderes dos estados e resistia à discussão do problema sucessório, a imprensa questionava a prática da escolha do presidente sem maiores consultas a ninguém e lamentava a inexistência de partidos políticos criados em torno de ideias.⁴⁷⁷

Presente na campanha da Reação Republicana, tal crítica espelhava a incapacidade dos partidos republicanos estaduais de representarem os anseios ou canalizar as massas em emergência na política do Brasil. Por isso, Washington Luís acreditava nos riscos inerentes à abertura do debate da reforma da Constituição. A bandeira mais levantada por *O Jornal* era a pacificação, indicativo de anistia aos rebeldes, contrária ao desejo de Bernardes.⁴⁷⁸ O órgão publicava pareceres desfavoráveis à reforma constitucional, principalmente de membros do Tribunal de Justiça de São Paulo.⁴⁷⁹ Veiculava artigos de fundos e notas sobre a divisão do PRP e supostas resistências suas à candidatura de Washington Luís.⁴⁸⁰ Criavam-se incertezas acerca da existência de um acordo entre Minas e São Paulo para indicar o macaense

⁴⁷³ Por exemplo, ver: *O Jornal*, 3/1/1925; 4/1/1925; 6/1/1925. Ver também a nota 408.

⁴⁷⁴ *O Jornal*, 15/7/1925; 21/7/1925.

⁴⁷⁵ Ver, por exemplo: *O Jornal*, 30/5/1925; 31/5/1925; 16/6/1925; 17/6/1925.

⁴⁷⁶ Há sinais de que os “a pedidos” eram escritos na própria redação e isso foi notado por *Gazeta de Notícias*, 28/4/1925.

⁴⁷⁷ Ver, por exemplo: *O Jornal*, 7/1/1925; 8/1/1925; 9/1/1925; 10/1/1925; 11/1/1925; 14/1/1925; 15/1/1925; 20/1/1925; 16/3/1925; 20/3/1925; 3/4/1925; 19/4/1925; 22/4/1925; 5/5/1925; 10/5/1925. *Diário de Notícias*, 3/4/1925. Com relação aos partidos, ver: *Gazeta de Notícias*, 1/4/1925.

⁴⁷⁸ Ver, por exemplo: *O Jornal*, 10/3/1925; 5/4/1925.

⁴⁷⁹ Ver, por exemplo: *O Jornal*, 4/7/1925; 10/7/1925.

⁴⁸⁰ Ver, por exemplo: *O Jornal*, 24/2/1925; 29/3/1925.

como sucessor de Bernardes.⁴⁸¹ Existindo, o compromisso sobrevivera às alterações da política econômica em 1924 ou à morte de Raul Soares? E quanto à oposição de Washington Luís e do PRP à reforma da Constituição? O Norte, a Bahia e os maiores estados aceitariam que a questão fosse resolvida exclusivamente pelo presidente, Minas e São Paulo? Outra dúvida diariamente levantada era: Melo Viana acompanharia o Catete? A *Gazeta de Notícias* e os órgãos situacionistas tentaram diminuir os efeitos das incertezas, aconselhando o adiamento da discussão sobre a escolha do candidato ou alertando para os riscos inerentes à ocorrência de nova cisão em torno do assunto.⁴⁸²

Em março, reagindo ou não aos efeitos de tal campanha, Bernardes procurou acalmar São Paulo, comunicando a solução do problema sucessório. Os candidatos à Presidência e vice-presidência seriam Washington Luís e Miguel Calmon, já ciente e acorde em trazer unificada a Bahia. Combinou-se a divulgação de nota informando que São Paulo e Minas estavam harmonizados em relação ao assunto (mas sem divulgação dos nomes).⁴⁸³

No mês seguinte, entretanto, quando raiava a discórdia no seio do PRP, Arnolfo Azevedo indagou a Washington Luís se ele mantinha-se contrário à reforma da Constituição. “Receio que a atitude dos que combatem, fingindo apoiar, sua candidatura, esteja presa à esperança de vê-la afastada pela reforma constitucional que você impugnou e o Bernardes deseja”, indicou. A réplica foi evasiva e concluiu dizendo que estaria aceita qualquer combinação entre o destinatário, Bernardes e Carlos de Campos. Dias depois, Bernardes chamou Arnolfo Azevedo a Petrópolis e revelou a delegação de poderes recebida dos grandes estados. Fora informado pelos coligados de que Washington Luís não era aceito por todo o São Paulo. Preferiam um mineiro, como pensava o próprio Herculano de Freitas. O presidente esclareceu que a conversa de março não consolidara os nomes e finalmente insistiu sobre a reforma da Constituição. Disse que a troca de cartas com Washington Luís levava-o a crer que em termos gerais o ex-governador concordava com a reforma e que essa questão não impugnaria sua candidatura. Era um ultimado velado. Em maio, Carlos de Campos já recebia o anteprojeto para estudos e comunicava ao antecessor: “o pensamento do presidente

⁴⁸¹ Ver, por exemplo: *O Jornal*, 25/2/1925.

⁴⁸² Ver, por exemplo: *Gazeta de Notícias*, 9/1/1925; 12/1/1925; 7/3/1925; 20/5/1925. *Diário da Bahia*, 28/2/1925.

⁴⁸³ Carta de Arnolfo Azevedo a Carlos de Campos. 8/3/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Carlos de Campos a Washington Luís. 9/3/1925. APESP. AWL. Caixa 240. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 15/3/1925. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1. *O Jornal*, 22/3/1925.

Bernardes, com tal reforma, é, antes de tudo, cercar o poder público de mais força e prestígio”.⁴⁸⁴ Por altura da apresentação do anteprojeto no Catete, *O Jornal* e o *Correio da Manhã* anunciaram as posições revisionistas do PRP e de Washington Luís.⁴⁸⁵ Para o órgão, Herculano de Freitas apresentou o projeto na Câmara dos Deputados por ocasião da chegada de Washington Luís no Rio de Janeiro precisamente para constrangê-lo a declarações a favor da reforma.⁴⁸⁶

A apresentação coincidiu não só com a chegada de Washington Luís, mas também com a estadia de Melo Viana na cidade, o que foi suficiente para impor a necessidade da escolha imediata do candidato do Catete. O mineiro e o paulista foram igualmente recebidos de modo caloroso, evidência de que ainda não havia certeza sobre qual deles substituiria Bernardes. Aparentemente mostrando-se inábil, Melo Viana concedeu entrevistas a órgãos oposicionistas que deram a entender opinião favorável à anistia dos rebeldes e contrária à escolha de candidatos sem consultas ao povo ou apresentação de programas. Foi notada a calorosa acolhida de Miguel Calmon a Melo Viana. Além de colocar a seu dispor luxuosa limusine para passeios no Rio de Janeiro, o ministro ofereceu-lhe um almoço em seu palacete na rua São Clemente (em Botafogo), com a presença das maiores autoridades da Bahia, de Minas Gerais e dos três poderes da República.⁴⁸⁷ Pode ter sido um gesto de gratidão por uma recepção anterior em Belo Horizonte, mas, segundo o *Correio da Manhã*, Calmon tentava garantir o seu lugar numa eventual ruptura entre Bernardes e São Paulo, mesma opinião de Pires do Rio, ex-ministro paulista de Epitácio Pessoa. Em Salvador, *A Tarde* e o *Diário da Bahia*, órgãos da CRB, alinhavam-se discretamente por Melo Viana ao passo em que o oposicionista *Diário de Notícias* adotava a candidatura de Washington Luís.⁴⁸⁸

⁴⁸⁴ Carta de Carlos de Campos a Washington Luís. 19/5/1925. APESP. AWL. Caixa 240. Pasta 3.

⁴⁸⁵ *O Jornal*, 7/7/1925. *Correio da Manhã*, 17/7/1925.

⁴⁸⁶ *Correio da Manhã*, 18/7/1925.

⁴⁸⁷ Compareceram todos os ministros e um representante do presidente da República; André Cavalcanti, presidente do STF; Estácio Coimbra, vice-presidente da República e presidente do Senado; Antônio Azeredo, vice-presidentes do Senado; Pedro Lago, senador pela Bahia; Bueno Brandão, senador por Minas Gerais; Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara dos Deputados; Otávio Mangabeira, vice-presidente e líder da Bahia na Câmara dos Deputados; Viana do Castelo, líder da maioria e de Minas Gerais na Câmara dos Deputados; Alaor Prata, prefeito do Rio de Janeiro. *Gazeta de Notícias*, 28/7/1925

⁴⁸⁸ Pedro Calmon afirma que Miguel Calmon acreditava que Bernardes queria Melo Viana para o governo de Minas Gerais. Tal explicação é incorreta porque o segundo já estava no governo mineiro, mas fortalece a hipótese do engano em relação ao que fazia Bernardes. CALMON, Pedro. *Miguel Calmon: uma grande vida*, p. 26-27, 30, 48. Carta de Pires do Rio a Washington Luís. 24/8/1925. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1.

Adepto da candidatura Calmon,⁴⁸⁹ Otávio Mangabeira esclareceu ao ministro e a Góis Calmon que a Bahia deveria sair da expectativa e pronunciar-se de imediato por Washington Luís, sob pena de perder a vice-presidência da República. Embora afirmasse estar certo de que esse seria o candidato oficial, procurou informar-se com um amigo de Minas Gerais se não havia qualquer combinação entre Bernardes e Melo Viana. O próprio Bernardes confessara a Mangabeira estar de posse das grandes cartas do jogo e à espera do andamento do projeto da reforma da Constituição. Entretanto, o baiano temia à aparente insensibilidade do presidente aos temporais que a seu ver despontavam no horizonte político. Acreditava na possibilidade de ruptura entre São Paulo e o Catete, inclusive em função do conservadorismo de Washington Luís. Ponderou a divisão existente no PRP e a crise de numerários em São Paulo, considerando sem importância os seus aliados, em comparação com os estados que delegaram poderes ao Catete. Ainda assim, julgava perigosa uma candidatura paulista de oposição, dada a impopularidade de Bernardes, em especial entre os militares. Diferente de Mangabeira, Pires do Rio acreditava que Bernardes teria dificuldade de encontrar um nome em Minas Gerais, mas, como o baiano, observou que o seu ponto fraco era a impopularidade e a desconfiança em que vivia de todos e de tudo. Sem fiar-se mesmo na polícia ou no Exército, viajava do Rio de Janeiro a Petrópolis e de Petrópolis a Minas Gerais sem informar ao público. Em janeiro de 1925, cometera outra gafe diplomática: permaneceu em Petrópolis enquanto visitava o Rio de Janeiro o general estadunidense John Pershing, herói da Grande Guerra. Mangabeira preocupava-se com os chamados pescadores de águas turvas, ávidos por se beneficiar de uma cisão na política nacional cujas consequências seriam imprevisíveis. “Vamos esperar pelo Bernardes. Está-lhe entregue o comando geral na batalha. Não acredito que ele nos conduza, conduzindo-se a si próprio, ao aniquilamento”, disse, para concluir: “estamos em plena Babel”.⁴⁹⁰

A emergência do problema sucessório já prejudicava claramente a tramitação do anteprojeto na Câmara. Depois de os dois governadores deixarem a capital, Carlos de

⁴⁸⁹ Minuta de Telegrama de Otávio Mangabeira a Fiel Fontes. 1925. FPC/CMB. AOM. 4796. Ver também: Minuta de Telegrama de Otávio Mangabeira a Góis Calmon. 28/7/1925. FPC/CMB. AOM. 4534.

⁴⁹⁰ Carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Rezende. 27/7/1925. FPC/CMB. AOM. 4797; minuta de Telegrama de Otávio Mangabeira a Góis Calmon. 28/7/1925. FPC/CMB. AOM. 4534; cópia de Carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Rezende. 02/8/1925. FPC/CMB. AOM. 4798; minuta de carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Rezende. Sem data. FPC/CMB. AOM. 1936; carta de Pires do Rio a Washington Luís. 24/8/1925. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1.

Campos lançou a candidatura Washington Luís em Santos. Os jornais cariocas continuaram a pregoar que Melo Viana não a aceitaria nem seguiria Artur Bernardes. Na Câmara dos Deputados, Otávio Mangabeira e os colegas da maioria esvaziavam sessões para impedir a votação de um requerimento oposicionista de publicação, nos anais da Casa, das entrevistas do mineiro aos oposicionistas *O Jornal* e a *Correio da Manhã*. A situação tornou-se insustentável após declaração de autenticidade das entrevistas por parte de Melo Viana. O Catete decidiu então resolver o problema. Lançou Washington Luís para a Presidência e insistiu para que a vice-presidência fosse ocupada pelo mineiro. Aparentemente, era um modo de evitar que o governador permanecesse um foco de agitações ou até encaminhasse um projeto sucessório alternativo ao do Catete. Artur Bernardes comunicou a Epiácio Pessoa que o momento não permitia luta política e por isso impossibilitava a entrega da vice-presidência ao Norte.⁴⁹¹

A substituição de Miguel Calmon por Melo Viana foi menos um indicativo de solidez do que uma providência para evitar a ruptura entre Minas Gerais e São Paulo.⁴⁹² A medida foi tomada na conjuntura em que a muitos parecia iminente a luta de Bernardes e Minas Gerais contra São Paulo ou mesmo de Bernardes e São Paulo contra Minas Gerais, revelando que havia três vértices na aliança entre mineiros e paulistas. Por mais que Bernardes fosse aparentemente bem sucedido em acalmar São Paulo, a inquietação em torno da sucessão pode ser encarada como o ápice das tensões inerentes à aliança mineiro-paulistas, pois a crença na cisão ou ao menos as incertezas existentes eram alimentadas pelos episódios anteriores de atrito entre Bernardes e São Paulo. O comportamento de Melo Viana complicou ainda mais o quadro. Para o presidente da República, segurar a escolha do sucessor prejudicaria ao invés de beneficiar a tramitação do projeto de reforma da Constituição.

Mas não era só a revisão que estava em jogo. Os depoimentos de Otávio Mangabeira e Pires do Rio indicam outros riscos envolvidos por tal ruptura, isto é, o encaminhamento de uma candidatura de oposição, de Washington Luís ou Melo Viana. Dadas a situação de insegurança no país e a impopularidade de Bernardes, a emergência de um candidato de oposição poderia trazer um conflito igual ou mais sério do que o de 1921-22. Era isso o que se procurou evitar com a delegação de poderes do estado. Por

⁴⁹¹ Telegrama de João Pessoa a Epiácio Pessoa. 14/8/1925. AEL. FAB. MR 5.

⁴⁹² A Tarde, 25/8/1925.

um lado, tal delegação era uma confissão de fraqueza dos estados, incapazes de resolver o problema sucessório sem a intromissão decisiva do Catete. Por outro lado, era graças a ela que Bernardes pôde optar por Washington Luís, confirmando a aliança entre Minas e São Paulo. A principal consequência de tal aliança, isto é, a expectativa da substituição de Bernardes por Washington Luís, conferia previsibilidade à política e diminuía as chances de desentendimentos, em torno da sucessão, entre os estados que delegaram ao Catete. A concretização da expectativa prevista pela aliança mineiro-paulista era complementar à delegação de poderes, não só porque ambos convergiam para o mesmo ponto, isto é, a garantia de paz e estabilidade, mas porque o primeiro dificilmente ocorreria sem o segundo, ao mesmo tempo em que diminuía os riscos de a delegação enfraquecer-se por disputas internas. Ou seja, como para a Bahia dos Calmon, a margem de manobra era no fundo estreita para os demais estados, inclusive São Paulo e Minas Gerais, além do próprio Bernardes.

A estrela ascendente: Otávio Mangabeira

Combinou-se o critério técnico e o político para a composição do gabinete de Washington Luís. Como Bernardes, o presidente entregou ao menos uma das pastas militares a um militar com experiência na repressão a revoltas armadas, inclusive as recentes. Nomeado para o Ministério da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, de Santa Catarina, era um ex-revolucionário reintegrado no Exército graças à anistia concedida no início da República. O Ministério da Marinha continuaria sob comando do carioca Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, nomeado por Bernardes em substituição ao falecido Alexandrino de Alencar. A pasta da Agricultura foi entregue a Geminiano de Lira Castro, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, onde era líder do Pará. Membros da Comissão dos 21, os líderes das principais bancadas de apoio a Bernardes ocupariam os outros postos do novo gabinete. O Ministério da Justiça ficou sob comando de Augusto Viana do Castelo, de Minas Gerais e o da Viação e Obras Públicas, de Vítor Konder, de Santa Catarina. A Fazenda, vital para o novo presidente, foi entregue ao gaúcho Getúlio Vargas. O Itamaraty seria comandado por Otávio Mangabeira, líder da Bahia. Além da Presidência da República, São Paulo indicou Antônio da Silva Prado Jr. para a prefeitura do Rio de Janeiro. A indicação de tais nomes e a inexistência de paulistas no Ministério foram interpretadas como resultado direto da interferência de Bernardes.

Essa suspeita não é infundada, pois o mineiro dissera a Arnolfo Azevedo que Washington Luís deveria ouvir os amigos que conhecessem o meio político e lhe merecessem confiança ilimitada para organizar o gabinete. Segundo Bernardes, naquela ocasião, os ministros eram muito importantes e raros de serem encontrados em boas condições.⁴⁹³



Figura 40 - Ministério Washington Luís posa para foto oficial no palácio do Catete. De baixo para cima e da esquerda para a direita, veem-se: Washington Luís, Melo Viana, Sezefredo dos Passos, Lira de Castro, Otávio Mangabeira, Getúlio Vargas, Viana do Castelo e Adolfo Konder. De óculos, na última fila, Pinto da Luz. Fonte: sítio do CPDOC/FGV.

Tratava-se de um gabinete integrado por políticos de nova geração, com exceção de Lira Castro. Mangabeira era o mais jovem e teria pela frente a mais longa carreira política, cuja intensidade só ficaria atrás da de Getúlio Vargas (de quem seria opositor no pós-30). Engenheiro pela Escola Politécnica da Bahia, não exercera a profissão ou adquirira nos quinze anos de política experiência em diplomacia e só uma vez estivera no exterior, sem ser fluente em francês ou inglês.⁴⁹⁴ Thomas Daniels, da Embaixada dos Estados, impressionou-se pela sua aparência e maneiras. “Pareceu-me modesto e culto, ter uma mente madura e viva, possuindo porte de homem de maior idade”. E continuou: “sua posição de comando na atual Câmara dos Deputados – com proeminência em movimentos como a reforma da Constituição – e na Comissão de Finanças fala eloquentemente de sua capacidade oratória e de liderança”. Para Félix Pacheco, tratava-se do nome de maior evidência e efetivamente o único cuja nomeação não fora recebida

⁴⁹³ Em carta a Arnolfo Azevedo, Rareiam as informações sobre o ministro da marinha. Segundo o portal do planalto, ele era do Distrito Federal. Segundo despachos da embaixada dos Estados Unidos, era de Santa Catarina. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/>. Acesso em: 29/3/2014. Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2686 de 26/10/1926. AEL. ADEB. MR 6. *A Tarde*, 3/11/1926.

⁴⁹⁴ Notas políticas do consulado da Bahia, 8/11/1926. AEL. ADEB. MR 6.

com surpresa no Rio de Janeiro, pois fora cogitada para Agricultura, Marinha ou Viação e Obras Públicas.⁴⁹⁵ Após o convite de Washington Luís, dirigira-se à residência de Miguel Calmon e solicitara de Góis Calmon a permissão para representar a Bahia no Ministério. Reafirmando a confiança no deputado, o governador classificou a indicação como o reconhecimento de sua habilidade para representar as tradições políticas da Bahia. Mangabeira pensou talvez nessas tradições ao posar para uma foto no Itamaraty. No gabinete do ministro, sentou-se elegante e confortavelmente em mesa postada sob um quadro imponente do visconde do Rio Branco, chanceler baiano monárquico, pai do barão do Rio Branco, cujas tradições seriam revividas no Itamaraty por Mangabeira, na previsão de *O Paiz*. A foto sugere a assimilação do filho de um farmacêutico soteropolitano por uma política que encontrava inspiração num aristocrata do Império.⁴⁹⁶



Figura 41 - Otávio Mangabeira posa em seu gabinete no Itamaraty sob o retrato do visconde do Rio Branco. Fonte: CMB/FPC.

Premiação política, a entrada para o gabinete consolidaria um novo período da trajetória de Otávio Mangabeira, iniciado com a chegada de Artur Bernardes ao palácio do Catete e de Góis Calmon ao palácio Rio Branco. Em 1923, ao constatar o inevitável da candidatura do dirigente do Banco Econômico, o deputado a ela aderiu, embora,

⁴⁹⁵ Embaixada do Rio de Janeiro. Despacho nº 2677 de 16/10/1926. AEL. DAB. MR 9. *A Tarde*, 14/10/1926.

⁴⁹⁶ *A Tarde*, 13/10/1926. Telegrama de Góis Calmon a Otávio Mangabeira. 1926. FPC/CMB. AOM. 266. A opinião de *O Paiz* foi publicado em *A Tarde*, 14/10/1926.

antes da posse, contribuísse para a garantia de larga presença de aliados da CRB na representação da Bahia na Câmara dos Deputados, renovada no começo de 1924. Com a morte de Aurelino Leal, tornou-se, para os deputados anti-Calmon, o ponto de convergência e articulação com o Catete, alternativa a Miguel Calmon. Sem a constituição do partido oficial da Bahia, cada eleição era ocasião para disputas intramuros, quando os Calmon avançavam e Mangabeira resistia como representante da CRB. Isso é evidente nas eleições ocorridas no período analisado, inclusive as nomeações de Virgílio de Lemos e de Mangabeira para a liderança baiana na Câmara dos Deputados. Vice-presidente da Casa, foi o orador na leitura da plataforma de Washington Luís em 1925. No final do ano, João Mangabeira, seu irmão, substituiu Herculano de Freitas na relatoria da reforma da Constituição.⁴⁹⁷

Como observou José Calasans, Otávio e João Mangabeira eram políticos de origem humilde, encarregados de conquistar através de luta ingente o seu lugar ao Sol. Os Calmon, em contraposição, possuíam nome incluídos em catálogos genealógicos. “Ostentavam brasões da velha nobreza patriarcal. É possível que a tarefa inicial de aparecer fosse mais fácil. O esforço para permanecer no cenário, todavia, era mais difícil”.⁴⁹⁸ Unificada sob a liderança de Miguel Calmon, a Bahia experimentou certa bipolaridade na sucessão de 1925-26. *O Globo* anunciou que Góis Calmon receberia o Ministério da Fazenda, caso aceitasse entregar o governo da Bahia a Mangabeira.⁴⁹⁹ A posse de Mangabeira no Itamaraty evidenciou que o estado arranjava-se em dois campos e não em três, como queriam Miguel e Góis Calmon. “Deslocar-se-á o eixo da política baiana?”, questionou *Actualidades*, ante a perspectiva aberta a Otávio Mangabeira com a posse de Washington Luís em 1926. Notando que o baiano fora indicado para orador oficial do banquete da plataforma e era cotado para o Ministério, a magazine listou-o ao lado de Arnolfo Azevedo, Antônio Azeredo, Gilberto Amado, Lindolfo Collor e Júlio Prestes, como um dos nomes a deterem acesso livre e prestígio no Catete. Do Rio de Janeiro, parecia a *Actualidades* que ao futuro ministro caberia a chave para a sucessão na Bahia (1928), nuvem sombria sobre a política de Miguel Calmon.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ MANGABEIRA, Otávio. *A Palavra da Bahia aos Candidatos Nacionais à Presidência e vice-presidência da República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928. LIMA, Hermes. Prefácio. In MANGABEIRA, João. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958.

⁴⁹⁸ CALASANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967*, p. 36.

⁴⁹⁹ *A Tarde*, 7/10/1926.

⁵⁰⁰ *Actualidades*, 16/10/1925. Ano VIII. Número 169.

Era uma possibilidade, mas os Calmon reuniam condições, isto é, a expressão eleitoral, o prestígio do nome e em especial o controle sobre o governo para consolidarem-se como facção hegemônica na Bahia. Agiam, aliás, patrocinando com tais recursos a meteórica ascensão de Vital Soares, ruísta que assumira a presidência do Banco Econômico, vaga com a posse de Góis Calmon no Rio Branco. Vital Soares, até então, só conseguira eleger-se para vereador e por uma única vez, antes da ascensão de Seabra. Em 1925, o governador indicou-o diretamente para o Senado da Bahia, confiando-lhe a liderança da maioria e a presidência da Comissão de Fazenda. Na Convenção que lançou as candidaturas de Washington Luís e Melo Viana, ocupou a secretaria da mesa de honra ao lado de Vespúcio de Abreu, do Rio Grande do Sul. Meses depois, com a morte de Álvaro Cova, foi eleito para a Câmara dos Deputados e assumiu a liderança da bancada, vaga com a posse de Otávio Mangabeira no Itamaraty, o que frustrou a chance de João Mangabeira.⁵⁰¹ Vital Soares era cultivado pelos Calmon para substituí-los no governo da Bahia. Portanto, era uma resposta ao risco representado pelo crescimento de Otávio Mangabeira. Entretanto, quando houve uma tentativa de exploração do caso por parte da imprensa do Rio de Janeiro, Miguel Calmon, Otávio Mangabeira e a delegação baiana reuniram-se na casa de Pedro Lago para reafirmar em nota a satisfação com a gestão de Góis Calmon e negar a existência de cogitações em torno da sucessão na Bahia.⁵⁰²

⁵⁰¹ PINTO, Epaminondas de Souza. *Vital Soares*. Salvador: 1955. Cópia de Telegrama de Alfredo Rui Barbosa a Góis Calmon. 21/11/1926. FPC/CMB. AOM. 3481.

⁵⁰² *Diário da Bahia*, 22/8/1926



Figura 42 - Góis Calmon (mais alto do centro), Vital Soares (mãos cruzadas) e Frederico Costa (cavanhaque grisalho) em Salvador. Fonte: Arquivo do Museu Eugênio Teixeira Leal/Banco Econômico da Bahia.

Um dos grandes estados a apoiarem Bernardes, Pernambuco ficou sem representação no gabinete Washington Luís. O que não significa que o novo governo não lhe reservasse lugar de destaque entre os aliados, como ficou evidente em cartas trocadas entre o presidente eleito e Arnolfo Azevedo. Em janeiro de 1926, despontou no horizonte a disputa em torno da sucessão de Sérgio Loreto. Predileto do governador, Estácio Coimbra encontrava resistência de Manuel Borba, Rosa e Silva e Aníbal Freire, ministro da Fazenda. Solicitado pelo governador e pelo presidente da Câmara dos Deputados para apoiar Estácio Coimbra, Washington Luís saiu-se com a fórmula paulista da não-intervenção em casos estaduais. Entretanto, vislumbrando a hipótese de atritos futuros com Minas Gerais, Arnolfo Azevedo chamou a atenção para a relevância dos estados e em especial de Pernambuco na federação. “Quem tem bons presidentes de estados a apoiá-lo sinceramente no governo da República”, explicou, “tem meio caminho andado para o bom êxito de sua missão, porque tem nas mãos a política nacional coesa, sem brecha”. Em seguida, exemplificou: “imagine, porém, uma divergência com Minas, apoiada por Pernambuco, pelo Rio de Janeiro? E os satélites desse sistema planetário?”.⁵⁰³ Noutra carta, para demover seu correspondente, descreveu a política como um baralho de três ases e três reis. “Quem vai dirigir o jogo”, isto é, ocupar o Catete, “precisa ganhar a partida e para ganhá-la é indispensável ter dois ases e um rei”. Os ases eram Minas Gerais, São Paulo e Bahia e os reis Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. “Sentar-se à mesa do jogo sem contar com esses trunfos é

⁵⁰³ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 23/1/1926. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Sérgio Loreto a Washington Luís. 14/3/1926. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 28/3/1926. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 15/4/1926. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 21/4/1926. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

arriscado e quem tiver a maioria absoluta dos seus valores fará, não só um governo bom, mas ótimo e fácil”.⁵⁰⁴ Em 1927, Arnolfo Azevedo deixou a presidência da Câmara dos Deputados e ela foi entregue a Sebastião do Rego Barros, deputado por Pernambuco.

Tais palavras não são conjecturas, pois revelam não só o conhecimento sobre o lugar cabido aos estados no jogo da política federal, mas também a possibilidade de ruptura ou de atritos entre São Paulo e Minas Gerais. Como elas, uma foto batida durante inauguração da biblioteca do Itamaraty parece ironicamente anunciar a cisão a ocorrer em 1930. Washington Luís e Otávio Mangabeira, no primeiro plano, deixam para trás Melo Viana, vice-presidente da República. Como no começo da I República, a Bahia seria o maior aliado de São Paulo e do Catete na sucessão presidencial de 1929-1930, ocasião em que foi preterida a candidatura de Antônio Carlos, governador de Minas Gerais. Na chapa oficial figurariam o paulista Júlio Prestes e o baiano Vital Soares, candidato à Presidência e vice-presidência, respectivamente. Contra o levante armado de 1930, o estado cumpriria o papel de fronteira da legalidade ao Norte. Papel idêntico cumpriria São Paulo, ao Sul.⁵⁰⁵



Figura 43 - Washington Luís e Otávio Mangabeira em inauguração da biblioteca do Itamaraty. Entre eles e em segundo plano está Melo Viana. Rio de Janeiro. Fonte: *O Cruzeiro*, 29/10/1955.

⁵⁰⁴ Carta de Arnolfo Azevedo. 26/4/1926. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

⁵⁰⁵ FREITAS, Alexandra de. *Alcance e Limites do Movimento Tenentista na Bahia*. Salvador: UFBA, 2010 (História, dissertação de mestrado), 2010, p. 67.



Considerações Finais

Em 1921, J. J. Seabra, então governador da Bahia, estabeleceu acordo com a oposição estadual chefiada por Rui Barbosa como base para o lançamento de sua candidatura à vice-presidência da República. O episódio evidenciou que o antagonismo não foi o ingrediente único da acidentada relação entre o Cara de Bronze e o águia de Haia. Igualmente, indicou a importância dos líderes mais jovens entre os ruístas e seabristas para entender tal relação, pois a tentativa de confluência ocorreu em momento de abalo na liderança do senador sobre os aliados da Bahia, cuja disputa entre si impossibilitara a volta de Alfredo Rui Barbosa à Câmara dos Deputados.

A renúncia de Rui Barbosa ao Senado foi encarada ora como reação à derrota do filho ora como preparação para as eleições presidenciais de 1922. De um modo ou de outro, facilitou o acordo entre governo e oposição, consagrado nacionalmente pelo retorno de Rui ao Senado, em candidatura única e lançada pelo próprio PRD. No episódio, governo e oposição revelaram o senso do divisionismo como algo prejudicial aos interesses do estado, por dificultar a articulação entre as lideranças políticas baianas atuantes no Rio de Janeiro, onde ocorriam as negociações para a indicação dos candidatos oficiais à Presidência e vice-presidência da República. Com efeito, essa falta de articulação entre parlamentares e outras lideranças baianas não só impossibilitava o somatório de esforços, como poderia levar a boicotes de baianos contra baianos.

De certa forma, o acordo prenunciava um ensaio de rodízio de poder entre oposição e governo na Bahia. Ao apoiar o retorno de Rui ao Senado, Seabra recusou-se a preencher a vaga com um quadro do PRD. Por outro lado, é possível que a adesão de Rui à candidatura Seabra à vice-presidência tenha implicado em compromisso de Seabra em apoiar uma eventual candidatura do águia de Haia à Presidência. Além disso, a vitória de um ou outro chefe na arena federal abriria vaga no governo do estado ou na cadeira senatorial, pouco mais de um ano após a disputada sucessão estadual de 1919-20.

Como revelaram os estudos de Consuelo Sampaio, tentativas de monopolização de poder estiveram na origem das principais cisões entre as elites da Bahia na I República. Sem perspectivas de acesso ao poder mediante disputas ou acordos dentro do situacionismo, líderes relevantes para a base de apoio ao governo partiram para a luta aberta e engrossaram a oposição. A existência e exclusão do poder de opositoristas não foram peculiares à Bahia, pois ocorreram nos maiores estados dotados de partidos oficiais coesos, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. O que marca a política baiana é a existência de certo número de líderes de peso na oposição, descrentes no rodízio do poder mediante acordos ou disputas no seio do situacionismo, mas capazes de lutar abertamente pela conquista do poder em Salvador ou no Rio de Janeiro. A oposição reunia lideranças que, tendo cumprido papel de relevo na sustentação do governo, esvaziaram-no e trouxeram-lhe instabilidade e embaraços quando ele se revelou incapaz de garantir a rotatividade de poder entre os próprios aliados.

Contando com o apoio de Rui, o governador baiano, ao reivindicar a vice-presidência em 1921, contribuiu para o impasse nas negociações para a escolha de Bernardes como candidato oficial à sucessão de Epitácio Pessoa. Como parte dessas negociações, o cargo de vice-presidente seria entregue ao governador pernambucano José Bezerra, um meio de obter o apoio do Catete à candidatura à Presidência do governador de Minas Gerais. Tratava-se de um movimento delicado nas negociações. Buscava-se o apoio do paraibano a uma candidatura à Presidência articulada inicialmente como uma reação a supostas tentativas suas de constituir um Bloco do Norte ou encaminhar candidatura nortista ao Catete. Não por acaso, os bernardistas haviam procurado abrigo em São Paulo e Rio Grande do Sul, dois estados descontentes com o governo federal. Feita para agradar Epitácio Pessoa, a entrega da vice-presidência a Pernambuco concluiria a transformação da candidatura mineira em oficial e obteria

adesões nos estados do Norte. É esse movimento que é obstado momentaneamente pela reivindicação de Seabra. Para os paulistas e mineiros, tais dificuldades representaram a perda de uma parte considerável do esforço até então despendido para obter o apoio do Catete ao nome de Bernardes.

Tal reivindicação trouxe à tona a concorrência entre Bahia e Pernambuco e evidenciou as dificuldades em articular uma ação coordenada dos principais atores do Norte, sob a liderança de Epitácio Pessoa. Em torno da disputa pela vice-presidência, talvez a questão fosse saber a quem caberia a liderança sobre a região. Era ao menos uma disputa para saber quem representaria a região no novo governo.

Além disso, a atitude da Bahia impossibilitou o isolamento do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, dois estados já resistentes à candidatura Bernardes. Este nome também fora no começo pensado como reação às aspirações de Nilo Peçanha à Presidência. Por outro lado, o Rio Grande do Sul manteve-se frio ao nome mineiro após serem entabulados os acordos entre Minas Gerais e São Paulo. Seabra obteve o apoio dos gaúchos à sua candidatura à vice-presidência e levou os bernardistas a adiarem a conclusão das negociações para depois do retorno de Nilo Peçanha da Europa. Entretanto, estando no Brasil o ex-senador fluminense, davam-se as condições para a constituição da chapa oposicionista, no caso, a Reação Republicana. Em sinal de sua relevância para a política federal, a Bahia, com Seabra e Rui, esteve entre os principais responsáveis pela ocorrência da crise na sucessão presidencial de 1921-22.

A Bahia cumpriu também papel de relevo na sustentação política e até material da Reação Republicana, constituindo-se em aliado para Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Isso fica evidente na indicação de Seabra para vice-presidente na chapa oposicionista ao lado de Nilo Peçanha. A excursão de Seabra pelo Brasil, as suas conferências e as articulações de bastidores com os militares foram importantes para converter um desentendimento entre elites oligárquicas em um movimento mais abrangente, de interesse para setores outros da população, como o eleitorado urbano e os militares. Rui Barbosa havia obtido efeito semelhante na Campanha Civilista de 1910. Isso tornou a Reação Republicana um imenso embaraço aos articuladores da candidatura de Bernardes. As dificuldades encontradas pelo presidente após a posse devem, a propósito, ser encaradas como um desdobramento do abalo provocado pela força da campanha oposicionista.

No desenrolar do processo sucessório, houve a reabertura da luta entre Seabra e Rui Barbosa, paralela à aproximação entre oposição baiana e Artur Bernardes. Essa reabertura revelou a fragilidade do acordo feito entre os dois líderes baianos, o qual não previra o lançamento do nome do governador em chapa oposicionista. Os ruístas mantiveram o compromisso de votar em Seabra nas eleições de 1922, entretanto, não votaram em Nilo Peçanha e nem trabalharam para o posterior reconhecimento do governador da Bahia. Nos bastidores ou publicamente, alinharam-se pelo candidato da Convenção Nacional, dele recebendo posteriormente cargos como o Ministério da Agricultura e a “interventoria” do Rio de Janeiro. Tal consagração e outros detalhes vistos no segundo capítulo evidenciaram que as divididas elites baianas de oposição ou situacionistas não eram cartas jogadas fora no jogo político federal.

A aliança entre oposicionistas baianos e Bernardes redimensionou a disputa em torno da sucessão estadual de 1923-24. Como o fluminense e o gaúcho, o caso baiano deve ser encarado ao mesmo tempo como desdobramento e fator da crise nacional que marcou o começo do governo Bernardes. Nas disputas da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estavam em jogo a luta local pelo poder e a necessidade de reconstrução da base de apoio ao Catete, abalada com a disputada sucessão presidencial e a campanha da Reação Republicana. Tratava-se de reconduzir para as mãos do Catete os ases e reis perdidos na sucessão presidencial. Era preciso reintegrar a Bahia entre os aliados de Bernardes e isso passava diretamente pelas eleições estaduais de 1923.

Intervenções do Catete em disputas estaduais devem ser encaradas como momentos de crise na federação e, portanto, de fragilidade não só para os estados, como também para o próprio Catete. Por um lado, a intervenção depende da existência de acirrada disputa entre as elites estaduais. Frequentemente, isso ocorreu de modo simultâneo ao alinhamento do governo federal com parte das facções em luta. Entretanto, isso não foi apenas razão de fraqueza para as elites estaduais, mas também para o presidente, pois a disputa local poderia evoluir para lutas ou retirada de apoio na arena federal, em detrimento do Catete. O cuidado com que Bernardes conduziu a resolução do caso baiano e do gaúcho, enquanto intervia mais diretamente no fluminense, demonstrou suas limitações em intervir ao mesmo tempo nos três estados, o que indica a importância de cada um deles para a federação. Uma derrota em um dos três casos poderia trazer prejuízos para o Catete. Não por acaso, o presidente incluiria

em seu projeto de reforma constitucional dispositivos reduzindo a autonomia dos estados.

Por isso, a ascensão dos Calmon no governo da Bahia foi vista como uma restauração do estado em seu papel de sustentação ao poder central. Esse é um momento em que o novo situacionismo baiano esforçou-se para afastar os riscos do divisionismo entre as facções. Esse divisionismo ocorreu, mas não deu lugar a cisões, pois havia a crença de as lutas internas enfraqueciam a Bahia. No plano federal, o sistema republicano sofria avarias decorrentes da sucessão presidencial disputada e da emergência de novos atores no cenário político, como os jovens tenentes do Exército. Na visita de Umberto di Savoia a Salvador, a consciência do papel reservado a Bahia no novo governo foi ritualizado pelos Calmon. Igualmente, o estado enviou forças militares para combater em São Paulo, Sergipe e no Rio Grande do Sul.

Tratava-se de um momento de crescente fortalecimento político para a Bahia e de fragilidade para Bernardes. Na I República, como concluíram os brasilianistas Joseph Love, Robert Levine e John Wirth, episódios importantes nos estados não refletiram sempre acontecimentos nacionais ou tiveram o mesmo significado. Se a campanha da Reação Republicana e a posse de Bernardes no Catete abrem uma fase de intranquilidades políticas na arena federal, na Bahia contribuíram indiretamente para a ascensão ao poder de grupos políticos aptos para estabelecer entre si acordos que conferiram até a revolução de 1930 estabilidade ao até então imprevisível tabuleiro da Mulata Velha.⁵⁰⁶

Estudadas no último capítulo, as eleições para a Assembleia Legislativa possibilitaram a consolidação dos Calmon na liderança estadual. Ao mesmo tempo, sedimentaram a aliança com a Concentração Republicana e os ex-seabristas, liderados por Frederico Costa. No ano anterior, os baianos prestaram eficiente apoio a Bernardes. Não por acaso, Miguel Calmon chegou a ser cogitado para a vice-presidência da República. Foi afastado como um meio de garantir que a sucessão presidencial seria tranquila, isto é, que o governador Melo Viana não viraria um foco de agitações contrárias a Bernardes e Washington Luís. Como visto, a aliança entre Minas Gerais e São Paulo representou um fator de estabilidade que encontrou o complemento na delegação de poderes dos demais estados a Bernardes. A principal consequência dessa

⁵⁰⁶ As conclusões de Love, Levine e Wirth encontram-se na introdução de seus livros sobre São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Por exemplo, LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*, p. 20.

aliança, isto é, a substituição de Bernardes por Washington Luís, conferia previsibilidade à política, já fortalecida pelo apoio dos grandes estados ao Catete. A possibilidade de uma ruptura entre São Paulo e Minas Gerais ou entre um desses estados e o governo federal existia, como demonstra, entre outras coisas, as disputas em torno da revisão da Constituição. Tratava-se de um momento de pouca margem de manobra para os principais atores da República.

Finalmente, a indicação de Otávio Mangabeira para o novo Ministério premiou efetivamente apoio da Bahia ao Catete e mostrou que os Calmon e a CRB dispunham-se a sacrificar rivalidades para a conservação da unidade interna na Bahia. Sua posse no Itamaraty qualificaria o estado para assumir o papel conservador como aliado de peso do governo Washington Luís em 1930, final da I República. Para o desempenho desse papel, foi preciso fechar o estado contra a campanha da Aliança Liberal, como demonstrou Luís Henrique Dias Tavares.⁵⁰⁷ Como no começo da República, São Paulo estaria coligado com a Bahia e não com Minas Gerais.

⁵⁰⁷ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba e São Paulo: Editora da Unesp, 2005, p. 479.

ABREVIATURAS

ADEB - Arquivos Estrangeiros e Diplomáticos sobre o Brasil

AEL - Arquivo Edgard Leuenroth

AFMGC - Arquivo Francisco Marques de Góis Calmon

AMS - Arquivo Municipal de Salvador

AOM - Arquivo Otávio Mangabeira

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

APM - Arquivo Público Mineiro

AWL - Arquivo Washington Luís

BPEB - Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CMB - Centro de Memória da Bahia

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea/
Fundação Getúlio Vargas

CRB - Concentração Republicana da Bahia

FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

FAB - Fundo Artur Bernardes

FPC - Fundação Pedro Calmon

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

MR - Microfilme

PRB - Partido Republicano da Bahia

PRD - Partido Republicano Democrata

PRF - Partido Republicano Fluminense

PRM - Partido Republicano Mineiro

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

PRP - Partido Republicano Paulista

STF - Supremo Tribunal Federal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocupação ministerial por estados em anos (1889-1918) 25

Tabela 2 - Número de presidências de comissões importantes ocupadas por estados na
Câmara dos Deputados (1889-1917) 26

ARQUIVOS E FUNDOS

Bahia

Arquivo Público do Estado da Bahia

Arquivo Francisco Marques de Góis Calmon

Arquivo José Wanderley de Araújo Pinho

Centro de Memória da Bahia

Arquivo Otávio Mangabeira

Arquivo Pedro Calmon

Arquivo Municipal de Salvador

Coleção Berbert de Castro

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Setor de Periódicos Raros

Subgerência de Obras Raras e Valiosas

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Arquivo Braz do Amaral

São Paulo

Arquivo Edgard Leuenroth

Arquivos Diplomáticos e Estrangeiros sobre o Brasil

Fundo Artur Bernardes

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Washington Luís

SÍTIOS ELETRÔNICOS COM DOCUMENTAÇÃO

Arquivo de Imagens G. Ermakoff

<http://www.ermakoff.com.br/banco/>

Hemeroteca Digital Brasileira da
Biblioteca Nacional

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

Arquivo Público Mineiro

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística

<http://www.ibge.gov.br/home/>

Center for Research Libraries

<http://www.crl.edu/>

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia

<http://www.ighb.org.br/>

Centro de Pesquisa e Documentação em
História Contemporânea/FGV

<http://cpdoc.fgv.br/>

Internet Archive

<https://archive.org/>

Fundação Casa de Rui Barbosa

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Rio de Janeiro

<i>Actualidades</i>	<i>A Careta</i>	<i>A Noite</i>
<i>Bahia Ilustrada</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Diário de Notícias</i>
<i>Diário Oficial da União</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>	<i>Fon-Fon</i>
<i>Ilustração Brasileira</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>O Imparcial</i>
<i>O Jornal</i>	<i>O Malho</i>	<i>O Paiz</i>
<i>Revista Selecta</i>	<i>Revista da Semana</i>	

Salvador

<i>A Tarde</i>	<i>Diário da Bahia</i>	<i>Diário Oficial do Estado da Bahia</i>
<i>Esphera</i>	<i>O Democrata</i>	<i>O Imparcial</i>
<i>Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia</i>		

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

- ARAGÃO, Antônio Moniz. *A Bahia e seus governadores na República*. Salvador: Uefs Editora. Fundação Pedro Calmon, 2010 (edição fac-similar).
- BARBOSA, Mário Ferreira. *Em torno da Personalidade de um estadista*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.
- BERNARDES, Artur. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1924*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 2/1/2014.
- BERNARDES, Artur. *Mensagem ao Congresso Nacional de 1925*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 5/2/2014.
- BONNARD, Abel. *Ocean et Bresil*. Flamarion, 1929.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4/3/2014.
- CALMON, Góis. *Mensagem à Assembleia Legislativa*. Salvador: Imprensa oficial o Estado, 1925.
- CALMON, Miguel. A Batalha de Pirajá. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 49, 1924
- MELLO, Pimenta (ed.). *Colônia Baiana ao Batalhão de Atiradores*. Sem editora. Sem local, 1917
- PEÇANHA, Nilo. *Política, economia e finanças. Campanha presidencial (1921-1922)*. Rio de Janeiro, 1922.
- PINHO, Madureira de. *Síntese da Administração Policia no Quadriênio de 1924 a 1928*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928
- RIO, Pires do. *Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1922*. p. 585. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.
- SÁ, Francisco. *Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1923*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 1/3/2014.
- SÁ, Francisco. *Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1925*. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 3/4/2014.
- SOARES, Vital. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Brito, 1929.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Dunshee. Governos e congressos da República: 1889-1917. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1918
- ABREU, Alzira Alves de *et alii* (Coordenação Geral). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CD-ROM. 2001.
- ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história, e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras Artes*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919). In GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- ANDRADE, Correa de. Espaço e Tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Estudos Avançados*. 15 (43), 2001.
- ARAÚJO, Dilton de Oliveira. O Estado brasileiro ante os conflitos políticos do sertão da Bahia do século XIX. In BELLINI, Lígia; NEGRO, A. Luigi; SOUZA, Evergton Sales. *Tecendo Histórias*. Salvador: Edufba, 2009.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia*. Salvador: Edufba, 2009.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e Classe Média em Salvador*. Salvador, 1992 (História, dissertação de mestrado), 1992.
- ARAÚJO, Mariele. *A Medida das Raças na Mistura Imperfeita. Discursos racialistas de Pedro Calmon – 1922/1933*. Salvador: Ufba, 2006 (História, dissertação de mestrado).
- BANCO SAFRA. *O Museu de Arte da Bahia*. Banco Safra: São Paulo, 1997.
- BANDEIRA, Manuel. *Crônicas da Província do Brasil*. Organização, posfácio e notas: Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

- BARBOSA, Francisco de Assis. *Idéias Políticas de Artur Bernardes*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1984.
- BARICKMAN, J. B. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, nº 21-22 (1998-1999).
- BARROS, Francisco Borges de. *Dr. J. J. Seabra: sua vida, sua obra na República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 2, v. 40, 1997.
- BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- BERTONHA, João Fábio. Um Imperialismo dos Pobres: o Império Italiano da Era Liberal ao Fascismo. In SILVA, Francisco Ricardo Teixeira da *et. alii. Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BOAVENTURA, Edivaldo. *O Solar Góes Calmon*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2004.
- BORGES, Vera Lúcia Bógea. *A Batalha Eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BULCÃO SOBRINHO, Antonio. *Relembrando o velho Senado Bahiano*. Salvador: sem editora, 1946.
- CALASANS, José. *Miguel Calmon sobrinho e sua época: 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal. 1991.
- CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CALMON, Pedro. *Miguel Calmon: uma grande vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In ____ *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Vol.40, n.2, 1997.
- CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

- CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República*. Salvador: Ufba, 2008 (História, tese de doutorado).
- CASTRO, Lara de. *Avalanches de Flagelados*. Fortaleza: DNOCS/BNB, 2010.
- CAULFIED, Sueann. *Em defesa da honra*. Campinas: Unicamp, 2000.
- CPDOC/FGV. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 12/2/2014.
- CDPOC/FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 12/2/2014.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites Regionais e a construção do Estado nacional*. In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Hucitec/Unijuí/Fapesp, 2003.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O poder provincial: política e historiografia. *Revista de História*, n. 122, jan/jul. 1990.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000.
- COSTA, Flávia Cesarino. Figuras populares no documentário silencioso brasileiro. *Revista de La Asociación Argentina de Estudios de Cine y audiovisual*, nº 8, 2013. Disponível em: <http://www.asaeca.org>. Acesso em: 12/2/2014.
- CUNHA, Joaci. *O fazer político da Bahia na República Velha, 1906-1930*. Salvador: Ufba, 2011 (História, tese de doutorado).
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007 (História, dissertação de mestrado).
- FARIA, Sheila de Castro. Açucarocracia. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERREIRA, Marieta de M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*. vol. 6, n. 11, 1993.
- FERREIRA, Marieta de M; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2006.
- FERREIRA, Marieta de M; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de 30*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,

- FERREIRA, Marieta de M. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.
- FERREIRA, Marieta de M. *Conflito Regional e Crise Política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 1990.
- FLEXOR, Maria Helena. *Mobiliário Brasileiro – Bahia*. São Paulo: ESPADE, s/d.
- FREITAS, Alexandra de. *Alcance e Limites do Movimento Tenentista na Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Ufba, 2010 (História, dissertação de mestrado).
- FREITAS, A. F. G. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia & Dados*, v. 9, n4, março de 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Salvador: Fundação das Artes/Empresas Gráficas da Bahia, 1990.
- FRITSCH, Winston. *Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Editora Campus: Campinas, 1995.
- FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*. 199 vol. 6, n. 11, 1993.
- FRITSHC, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, nº 43, dezembro 1980.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumento, 2009.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis na Primeira República. *Estudos Históricos*. vol. 14, n. 25, 2000.
- HALL, Michael M. Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e FRANZINA, Frederico Croci Emilio (orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: Edusp e Fapesp, 2010.
- HALL, Michael. “Trabalhadores Imigrantes”. *Trabalhadores*, nº 3, 1989.
- HOLANDA, Sérgio B. de. Do Império à República. In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 5, nº 7. São Paulo, Difel, 1972,
- JANCSÓ, István. As Exportacoes da Bahia Durante A República Velha. In Frederic Mauro (org.), *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973.

- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na I República*. São Paulo: USP, 1986 (História, tese de doutorado).
- LEITE, Rinaldo. A 'baianidade' das elites nas primeiras décadas republicanas. In BELLINI, Lígia; NEGRO, Antônio L. e SOUZA, Evergton Sales (org.). *Tecendo Histórias*. Salvador, Edufba: 2009.
- LEITE, Rinaldo. *E a Bahia civiliza-se*. Salvador: Ufba, 1996 (História, dissertação de mestrado).
- LEITE, Rinaldo. *A Rainha Destronada*. Feira de Santana: Editora da Uefs, 2012.
- LEVINE, Robert, *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.
- LIMA, Herman. *Rui e a caricatura: o maior coco da Bahia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.
- LIMA, Hermes. Prefácio a MANGABEIRA, João. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Rulers and Owners. *Hispanic American Historical Review*, n. 66, vol. 4, 1986.
- LUCA, Tânia e MARTINS, Ana Luiza (org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contextos, 2008.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In ___PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006
- LÜHNING, Angela. Acabe com este santo, Pedrito vem aí... *Revista USP*, nº 28, Dezembro de 95/Fevereiro de 96.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PEIXOTO, Afrânio *et alii* (Org.). *Góis Calmon*. Rio de Janeiro: sem editora, 1933.
- MAGALHÃES, Bruno. *Artur Bernardes: estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

- MATOSO, Kátia. A opulência na província da Bahia. In Alencastro, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na I República para além do café-com-leite. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 29, 2013.
- NEGRO, Antonio Luigi. Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República. *Locus (UFJF)*, 36, v. 19, nº. 1, 2013.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um banco: o Banco Econômico*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1993.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- PINHO, Demóstenes Madureira de. *Carrossel da Vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- PINTO, Epaminondas de Souza. *Vital Soares*. Salvador: 1955.
- PORTO, José da Costa. *Os Tempos de Estácio Coimbra*. Recife: Editora Universitária Ufpe, 1977.
- PRESTES, Anita. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- QUARESMA, Mônica. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 1999 (História, dissertação de mestrado).
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- RISÉRIO, Antônio. A Bahia com H. In REIS, José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 147-148; 158.
- ROCHA, Carlos Eduardo. *Azulejaria da Casa Góes Calmon*. Salvador: Graf. Press. Color, 1993.
- ROCHA, Carlos Eugênio da. *O Mobiliário Antigo na Bahia: a Bahia e o Recôncavo 2*. Salvador: Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.

- ROMO, Anadelia A. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.
- ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? *Revista Afro-Ásia*, 39 (210).
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Octávio Mangabeira: cartas do 1º Exílio (1930-1034)*. Salvador, Fundação Pedro Calmon, 2010.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o barão*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política da Acomodação*. Salvador: Edufba, 1998.
- SANTOS, Mário Augusto Silva. “O Movimento Republicano na Bahia”. *Centro de Estudos Baianos*. Salvador, nº 134. 1990.
- SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia*. Salvador: Edufba, 2011.
- SIMA, Luiz Antônio e LOREDANO, Cássio. *O Vidente Míope: J. Carlos n’O Malho*. Rio de Janeiro: Folha Seca Livraria e Edições, 2007.
- TAVARES, Luís Henrique Dias, *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: Edufba, 1966.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba e São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura de San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.
- TRENTO, Angelo. “Donde haya un italiano, allí estará la bandera tricolor”: la penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil. In SCARZANELLA, Eugenia. *Fascista en América del Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- VISCARDI, Cláudia. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 42, nº 1, jan-jun 1996.
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2001.